

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**A MUDANÇA NA CULTURA POLÍTICA: O FENÓMENO
PÓS-MATERIALISTA E OS ESTUDANTES DA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Área de especialização Poder e Sistemas Políticos

Orientação: Prof. Doutora Maria José Stock

Ana Maria Belchior

Évora, 30 de Novembro de 2000

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**A MUDANÇA NA CULTURA POLÍTICA: O FENÓMENO
PÓS-MATERIALISTA E OS ESTUDANTES DA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Área de especialização Poder e Sistemas Políticos

Orientação: Prof. Doutora Maria José Stock



106687

Ana Maria Belchior

Évora, 30 de Novembro de 2000

321076

Agradecimentos

Chegado o ansiado momento de ver concretizado o resultado de uma caminhada árdua e morosa, impõe-se agora uma nota de agradecimento aos que para este momento contribuíram, ciente, no entanto, de que, aquilo que lhes é devido dificilmente caberia nestas escassas linhas. O primeiro agradecimento dirige-se, naturalmente, à minha orientadora, Prof. Doutora Maria José Stock pela inestimável colaboração na estruturação, desenvolvimento e revisão desta dissertação. O segundo, para o Prof. Doutor Mário Bacalhau pelo espírito de cooperação académica e abnegação pessoal com que disponibilizou o seu tempo e saber, e, por seu intermédio, ao Prof. Doutor Mariano Torcal, pela generosidade com que compartilhou a sua distinta experiência e a César Morais pela prestimosa colaboração na elaboração da análise informática da informação empírica.

Agradeço ainda a todos aqueles que, de alguma forma, gentilmente contribuíram para realização da presente dissertação de Mestrado.

ÍNDICE

Índice de esquemas.....	VI
Índice de quadros	VII
Índice de gráficos	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
PLANO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	8
A) Objectivos e hipóteses	8
B) Elementos técnicos da aplicação do questionário.....	15
C) Análise da informação empírica	25
Parte I - O político e o paradigma da “pós-modernidade”	45
1.1. A afirmação do “pós-moderno”	46
1.2. Do “pós-moderno” ao pós-materialismo	53
1.3. O modelo sistémico e o funcionamento democrático.....	60
Parte II - A cultura política – contributos para a compreensão do conceito	64
2.1. Dos clássicos	64
2.1.1. Platão – A sociedade utópica	65
2.1.2. Aristóteles – O animal político	66
2.1.3. Maquiavel – A objectivação da política e o poder da moral	68

2.1.4. Montesquieu – A virtude cívica	69
2.1.5. Rousseau – A educação para a participação e o benefício colectivo .	71
2.1.6. Tocqueville – A democracia americana	75
2.2. Dos contemporâneos.....	78
2.2.1. John Stuart Mill – A democracia representativa e a participação política.....	78
2.2.2. Karl Marx – A dialéctica material da cultura política	80
2.2.3. Max Weber – A subjectividade do social	82
2.2.4. Joseph Shumpeter – As razões do insucesso democrático	85
2.2.5. Robert Dahl e Maurice Rotstein – A poliarquia e o mito democrático	87
2.3. Dos teóricos da “Cultura Cívica”	89
2.4. Operacionalização do conceito de cultura política	91

Parte III – Concepções teóricas contemporâneas da mudança na cultura política 97

3.1. O Fim da Ideologia – Daniel Bell.....	99
3.1.1. Contextualização e fundamentos.....	99
3.1.2. A crise das ideologias.....	101
3.1.3. A alienação política.....	103
3.1.4. Ideologia, utopia e nova esquerda.....	104
3.1.5. Reconsiderações acerca da tese de Bell.....	106
3.2. A “Cultura Cívica” – Gabriel Almond & Sidney Verba.....	108
3.2.1. Contextualização e fundamentos.....	108
3.2.2. O modelo misto <i>racional-activista</i> / “ <i>subjectively competent</i> ”	111

3.2.3. O balanço dos opostos da “Cultura Cívica”	114
3.2.4. Tipologia dos modos de orientação política e da cultura política....	116
3.2.5. O processo de socialização política da “Cultura Cívica”	122
3.2.6. Notas críticas sobre a “Cultura Cívica”	124
3.3. A Revolução Silenciosa – Ronald Inglehart	127
3.3.1. Contextualização e fundamentos.....	128
3.3.2. Variáveis indutoras e características da mudança cultural política..	129
3.3.3. A nova esquerda.....	138
3.3.4. Nível de satisfação subjectiva	141
3.3.5. Hierarquização de valores materialistas <i>versus</i> pós-materialistas ...	144
3.3.6. Notas críticas sobre a <i>Revolução Silenciosa</i>	150
Parte IV – Espaços de mudança na cultura política – a conquista do pós-	
materialismo	152
4.1. A socialização política – determinantes do comportamento político	158
4.2. A mobilização / desmobilização para a participação política	166
4.2.1. O conceito de participação política	166
4.2.2. Tipologias da participação política	167
4.2.3. Indutores da mobilização / desmobilização para a participação	172
4.2.4. O envolvimento na vida política	178
4.2.5. Sobre a natureza do diferencial de participação.....	183
4.3. Tendências do comportamento eleitoral	189
4.4. Os novos espaços políticos.....	195
4.4.1. O nascimento de pequenos partidos e grupos políticos.....	195

4.4.2. Direita e Esquerda – o fim da dicotomia ou uma visão “pós-moderna” sobre o ideário político-ideológico?	199
4.5. Novas perspectivas de identificação social	207
4.5.1. A globalização do espaço de identificação geográfica	207
4.5.2. A religiosidade tradicional e o advento do secularismo	208
4.6. A emergência de uma nova definição ideológica	211
4.6.1. O crepúsculo da ideologia ou o alvorecer de novas ideologias?	211
4.6.2. Ecologismo, Ambientalismo ou <i>Green Politics</i> ?	219

**Parte V – A implantação dos valores pós-materialistas junto dos estudantes da
Universidade de Évora** **224**

5.1. Notas retrospectivas sobre a cultura política em Portugal – do 25 de Abril aos nossos dias	226
5.2. A mudança cultural e as novas clivagens político-partidárias	235
5.3. A dimensão materialista / pós-materialista junto dos estudantes da Universidade de Évora	238
5.3.1. A representação da dimensão materialista / pós-materialista	239
5.3.2. A presença dos valores pós-materialistas na cultura política	244
5.3.3. Alguns dados sobre a cultura política dos pós-materialistas	253
5.4. Impacto da dimensão materialista / pós-materialista na estrutura de conflitos político-partidários e ideológicos	260
5.4.1. Capacidade de segmentação dos conflitos políticos da dimensão ...	260
5.4.2. Materialismo & Direita <i>versus</i> Pós-materialismo & Esquerda	265
5.5. Impacto da mudança cultural na configuração político-partidária	284
5.5.1. A opção de voto e a dimensão da mudança cultural	285

5.5.2. Caracterização da opção de voto no partido mais pós-materialista . 289

CONSIDERAÇÕES FINAIS 298

BIBLIOGRAFIA..... 311

1. Bibliografia genérica 311

2. Bibliografia temática 313

a) Sobre a pós-modernidade..... 313

b) Sobre a cultura política..... 316

c) Sobre a participação política..... 323

d) Sobre o fenómeno pós-materialista..... 327

e) Sobre a cultura e a participação política e o fenómeno pós-materialista em Portugal..... 332

3. Bibliografia específica sobre questões metodológicas 336

ANEXOS METODOLÓGICOS i

Anexo I. Inquérito por questionário ii

Anexo II. Distribuição da amostra pelas variáveis sócio-demográficas..... vii

Anexo III. Distribuições relativas à *Parte V*..... xii

ÍNDICE DE ESQUEMAS

PARTE I

Esquema nº1.1. Funcionamento do sistema democrático à luz do modelo de sistémico61

PARTE III

Esquema nº3.1. Processo de <i>massificação social</i> segundo a Teoria da Sociedade de Massas	100
Esquema nº3.2. A ideologia radical de esquerda e a nova esquerda.....	105
Esquema nº3.3. A modernização e a instabilidade democrática.....	110
Esquema nº3.4. O balanço dos opostos da “Cultura Cívica” à luz do modelo sistémico de Easton.....	115
Esquema nº3.5. Tipologia dos modos de orientação política e da cultura política.....	118
Esquema nº3.6. O modelo do sistema político participativo	119
Esquema nº3.7. Processo de transformação do sistema sócio-económico-político nos anos 60/70.....	129
Esquema nº3.8. Conflito político-partidário decorrente do conflito de valores	134
Esquema nº3.9. A clivagem político-axiológica das décadas de 60/70	139
Esquema nº3.10. Esquerda tradicional e nova esquerda	140
Esquema nº3.11. Importância das variáveis na hierarquização de valores	148

PARTE IV

Esquema nº4.1. Factores intervenientes no processo de tomada de posição política ..	156
Esquema nº4.2. Agentes de socialização política	159
Esquema nº4.3. Participação em instituições e participação política.....	165
Esquema nº4.4. Estratos da actividade política	170
Esquema nº4.5. Modalidades de participação política convencional e não convencional	171
Esquema nº4.6. Importância mobilizadora / desmobilizadora dos factores na participação política	174
Esquema nº4.7. Processo de mobilização para a actividade política	174
Esquema nº4.8. Processo de participação / reforço social.....	184

ÍNDICE DE QUADROS

PLANO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Quadro nº1. Licenciaturas e anos seleccionados para a amostra.....	19
Quadro nº2. Distribuição dos indivíduos pela população e pela amostra segundo o ano e o sexo.....	21
Quadro nº3. Distribuição dos indivíduos da amostra por Licenciatura, ano e sexo	22
Quadro nº4. Variáveis da cultura política utilizadas no questionário	30
Quadro nº5. Tipologia dos lugares de classe	32
Quadro nº6. Construção do índice de informação política.....	34
Quadro nº7. Modalidades de participação política	35
Quadro nº8. Bateria de indicadores utilizados no questionário para medir a dimensão materialista / pós-materialista	38
Quadro nº9. Medidas de associação baseadas no teste do Qui-Quadrado.....	40
Quadro nº10. Medidas de associação baseadas na redução proporcional do erro de previsão (PRE).....	40
Quadro nº11. Distribuição das escolhas do 1º e 2º objectivo para o país para os próximos 10 anos pelos indicadores da dimensão materialista / pós-materialista.....	43

PARTE V

Quadro nº5.1. Distribuição dos indicadores materialistas e pós-materialistas pela 1ª a 2ª opção quanto aos objectivos prioritários para o país nos próximos 10 anos	240
---	-----

ANEXO II

Quadro nºII.1. Distribuição da amostra pelos grupos de idade.....	viii
Quadro nºII.2. Distribuição da amostra pelo sexo	viii
Quadro nºII.3. Distribuição da amostra pelas classes sociais de origem.....	ix
Quadro nºII.4. Distribuição da amostra pelas localidades de residência habitual	ix
Quadro nºII.5. Distribuição da amostra pelos cursos universitários	x
Quadro nºII.6. Distribuição da amostra pelos grupos de idade.....	x
Quadro nºII.7. Distribuição da amostra pela posição definida face à religião.....	x
Quadro nºII.8. Distribuição da amostra frequência com que pratica actos de culto	xi

ÍNDICE DE GRÁFICOS

PARTE V

Gráfico nº1. Percentagem de materialistas, mistos e pós-materialistas	243
Gráfico nº2. Índice de diferenças proporcionais (IDP) entre materialistas e pós-materialistas segundo a posição face à religião	245
Gráfico nº3. Índice de diferenças proporcionais (IDP) entre materialistas e pós-materialistas segundo a classe social de origem	246
Gráfico nº4. Índice de diferenças proporcionais (IDP) entre materialistas e pós-materialistas segundo o interesse pela política	248
Gráfico nº5. IDP entre materialistas e pós-materialistas segundo o nível de informação política	249
Gráfico nº6. Índice de diferenças proporcionais (IDP) entre materialistas e pós-materialistas segundo o grupo de idade	250
Gráfico nº7. Índice de diferenças proporcionais (IDP) entre materialistas e pós-materialistas segundo o sexo	250
Gráfico nº8. Índice de diferenças proporcionais (IDP) entre materialistas e pós-materialistas segundo o curso universitário	250
Gráfico nº9. IDP entre materialistas e pós-materialistas segundo a localização da residência	251
Gráfico nº10. Opinião sobre a melhor forma governo de materialistas e pós-materialistas	253
Gráfico nº11. Opinião sobre “não votar é sempre um erro” de materialistas e pós-materialistas	254
Gráfico nº12. Opinião sobre a melhor forma de participação política de materialistas e pós-materialistas	256
Gráfico nº13. Opinião sobre a evolução da sociedade de materialistas e pós-materialistas	257
Gráfico nº14. Simpatia com grupos e organizações, para materialistas e pós-materialistas	258
Gráfico nº15. Distribuição de materialistas, pós-materialistas e mistos segundo o auto-posicionamento na escala esquerda / direita	262

Gráfico nº16. Distribuição de materialistas, pós-materialistas e mistos segundo opção de voto em eleições para a Assembleia da República	262
Gráfico nº17. Distribuição de materialistas, pós-materialistas e mistos segundo a tendência política que melhor define os interesses	262
Gráfico nº18. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a classe social de origem	266
Gráfico nº19. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a classe social de origem	267
Gráfico nº20. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a classe social de origem	267
Gráfico nº21. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a posição face à religião	269
Gráfico nº22. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a posição face à religião	269
Gráfico nº23. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a posição face à religião	269
Gráfico nº24. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo o interesse pela política.....	271
Gráfico nº25. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo o interesse pela política	271
Gráfico nº26. Tendência política que melhor define os interesses, segundo o interesse pela política.....	271
Gráfico nº27. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo o nível de informação política.....	272
Gráfico nº28. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo o nível de informação política	273
Gráfico nº29. Tendência política que melhor define os interesses, segundo o nível de informação política.....	273
Gráfico nº30. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a opinião sobre a evolução da sociedade actual.....	274
Gráfico nº31. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a opinião sobre a evolução da sociedade actual	274
Gráfico nº32. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a opinião sobre a evolução da sociedade actual.....	274

Gráfico nº33. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita de materialistas e pós-materialistas	275
Gráfico nº34. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República de materialistas e pós-materialistas	275
Gráfico nº35. Tendência política que melhor define os interesses de materialistas e pós-materialistas	276
Gráfico nº36. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo o curso	277
Gráfico nº37. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo o curso	278
Gráfico nº38. Tendência política que melhor define os interesses, segundo o curso ..	278
Gráfico nº39. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com a Igreja	279
Gráfico nº40. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com a Igreja	279
Gráfico nº41. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com a Igreja	279
Gráfico nº42. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com a UGT – União Geral de Trabalhadores	280
Gráfico nº43. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com a UGT – União Geral de Trabalhadores	280
Gráfico nº44. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com a UGT – União Geral de Trabalhadores	281
Gráfico nº45. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com a CGTP – Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses.....	281
Gráfico nº46. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com a CGTP – Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses.....	281
Gráfico nº47. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com a CGTP – Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses.....	282
Gráfico nº48. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com grupos ecologistas.....	282
Gráfico nº49. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com grupos ecologistas.....	283
Gráfico nº50. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com grupos ecologistas.....	283

Gráfico nº51. Análise de correspondências entre a opção de voto e os indicadores do materialismo / pós-materialismo	286
Gráfico nº51. Análise de correspondências entre a opção de voto e a dimensão materialista / pós-materialista	289
Gráfico nº53. Melhor forma de participação política, segundo a opção de voto em eleições para a Assembleia da República	292
Gráfico nº54. Concordância com “não votar é sempre um erro”, segundo opção de voto em eleições para a AR	293
Gráfico nº55. Opinião sobre melhor regime político, segundo a opção de voto em eleições para a Assembleia da República	294
Gráfico nº56. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República para materialistas, pós-materialistas e mistos	295
Gráfico nº57. Simpatia dos apoiantes do Bloco de Esquerda para com grupos e organizações nacionais	296

ANEXO III

Gráfico nºIII.1. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo o sexo	xiii
Gráfico nºIII.2. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo o sexo	xiii
Gráfico nºIII.3. Tendência política que melhor define os interesses, segundo o sexo	xiv
Gráfico nºIII.4. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo o grupo de idade	xiv
Gráfico nºIII.5. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo o grupo de idade	xiv
Gráfico nºIII.6. Tendência política que melhor define os interesses, segundo o grupo de idade	xv
Gráfico nºIII.7. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo o local de residência	xv
Gráfico nºIII.8. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo o local de residência	xv
Gráfico nºIII.9. Tendência política que melhor define os interesses, segundo o local de residência	xvi
Gráfico nºIII.10. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com as Forças Armadas	xvi

Gráfico nºIII.11. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com as Forças Armadas.....	xvi
Gráfico nºIII.12. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com as Forças Armadas.....	xvii
Gráfico nºIII.13. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com a imprensa.....	xvii
Gráfico nºIII.14. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com a imprensa.....	xvii
Gráfico nºIII.15. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com a imprensa.....	xviii
Gráfico nºIII.16. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com associações de empresários.....	xviii
Gráfico nºIII.17. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com associações de empresários.....	xviii
Gráfico nºIII.18. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com associações de empresários.....	xix
Gráfico nºIII.19. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com partidos políticos.....	xix
Gráfico nºIII.20. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com partidos políticos.....	xix
Gráfico nºIII.21. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com partidos políticos.....	xx
Gráfico nºIII.22. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com associações de moradores.....	xx
Gráfico nºIII.23. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com associações de moradores.....	xx
Gráfico nºIII.24. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com associações de moradores.....	xxi
Gráfico nºIII.25. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com skinheads.....	xxi
Gráfico nºIII.26. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com skinheads.....	xxi
Gráfico nºIII.27. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com skinheads.....	xxii

INTRODUÇÃO

A concretização da presente dissertação de Mestrado em Sociologia, área de especialização Poder e Sistemas Políticos, vem culminar um processo de investigação que se vem desenvolvendo desde 1997. Concluída a componente lectiva deste Mestrado impôs-se a escolha de um tema para realização da respectiva dissertação. Apesar de, aparentemente, se configurar como uma tarefa simples, sendo a política uma temática apaixonante, atendendo à multiplicidade das suas facetas e à necessidade de uma abordagem científica que exige um campo de investigação consistente e bem demarcado, o processo revela-se mais complexo.

A percepção da ocorrência de transformações significativas no domínio social e político nas sociedades modernas industrializadas, com alterações significativas nos valores, atitudes e comportamentos individuais, particularmente no campo político, decorrentes de um processo de mudança mais amplo – a denominada “pós-modernidade” – associado ao relativo desconhecimento pessoal destas questões, despertou a necessária curiosidade científica e a empatia para com a temática, estimulando o interesse e o envolvimento pela prossecução da investigação. Entreviu ainda na opção do estudo da mudança na cultura política a verificação da existência de um número reduzido de investigações realizadas neste âmbito, especialmente tendo como objecto de estudo a população portuguesa.

A abordagem das questões da mudança na cultura política e as variáveis que a caracterizam constituem, assim, o fundamento deste trabalho, debruçando-se o mesmo sobre a dimensão do espaço político no que respeita aos valores, atitudes, comportamentos e percepções dos indivíduos face ao sistema político de que são parte integrante. Este processo de mudança consubstancia-se no denominado fenómeno pós-materialista, sendo este o objecto último da pesquisa, em termos do seu impacto junto de uma amostra constituída por estudantes da Universidade de Évora.

No momento que vivemos, à limitação moderna do espaço privado substitui-se uma nova vivência da cidadania que abre novos campos de interesse e intervenção política, participante do espaço público, franqueando-lhe as fronteiras. Assuntos tradicionalmente do domínio privado convertem-se em objecto de debate político, como

o aborto ou os direitos dos homossexuais, enquanto, em paralelo, cresce o número de aderentes a modalidades não convencionais de intervenção dos cidadãos na esfera política e, portanto, não apenas circunscrita ao momento eleitoral. O assalto do espaço público faz-se, ainda, levando para a arena política novas questões de debate, que progressivamente são interiorizadas por discursos e programas políticos, tais como a energia nuclear, as questões ambientais, a protecção dos animais, entre outros.

Inerente a este processo, parece ganhar consistência um novo quadro axiológico, traduzido na prioridade dada a valores sociais e políticos *pós-materialistas* e, por isso, privilegiando a participação política e social, a estética e as liberdades cívicas, associando-se, assim, preponderantemente, às questões relativas à qualidade de vida; por oposição a um relativo afastamento no que respeita aos valores *materialistas*, identificados com a preferência tradicional pela ordem, pela lei, pela segurança, pelo crescimento e estabilidade económicos e, portanto, pelos aspectos mais economicistas da vida. Este processo de mudança cultural tem vindo a causar alterações significativas do comportamento político dos indivíduos, apontando-se mesmo para que esta nova dimensão axiológica represente uma substituição das configurações tradicionais da segmentação do comportamento político.

Os partidos tradicionais e as correntes ideológicas associadas ao processo de industrialização têm vindo a perder significância como factor de identificação e de segmentação das atitudes e dos comportamentos políticos, surgindo em simultâneo, novos grupos e movimentos que adoptam como bandeira novos valores, os quais adquirem cada vez mais importância nas sociedades modernas: a ecologia, o ambiente, as minorias, etc... Os factores ideológicos e culturais tradicionais deixaram assim, pelo menos aparentemente, de se constituir como factores determinantes e exclusivos de diferenciação das propostas dos programas partidários. Cada vez mais as propostas político-partidárias se dirigem indiferenciadamente ao eleitorado, sem entrar em consideração com clivagens sócio-económicas, procurando alcançar uma adesão generalizada.

As novas propostas político-partidárias, para além da convencional proposição de assegurar as condições de bem estar e de satisfação das necessidades económicas e sociais, evidenciam cada vez de forma mais expressiva os valores da solidariedade, da liberdade, da participação, em suma, da qualidade de vida. Estes valores apresentam-se

naturalmente articulados, porque decorrentes das mesmas necessidades e fundamentos, revelando-se, porém, ideologicamente descomprometidos, em detrimento da supremacia dos tradicionais objectivos economicistas e dos projectos ideologicamente justificados.

Neste trabalho pretende-se, num primeiro plano, analisar as questões inerentes à problemática da cultura política e sua inserção neste contexto de mudança, socorrendo-nos para tal do contributo de um conjunto de autores consagrados nestas matérias. Este constitui o primeiro passo para que, posteriormente, se apresente uma análise crítica e actualizada do comportamento das variáveis da cultura política nas sociedades modernas industrializadas, procedendo-se, em simultâneo, à operacionalização de conceitos e tipologias. Esta última parte concretiza-se na abordagem empírica da implantação do fenómeno pós-materialista.

Num primeiro ponto desta dissertação, apresenta-se o *plano metodológico da investigação*, que contempla a explicação pormenorizada dos objectivos e hipóteses de trabalho, a elucidação dos aspectos técnicos que presidiram à definição da amostra e à recolha da informação e ainda elementos sobre o tratamento e análise da informação recolhida.

A *Parte I*, designada *o político e o paradigma da “pós-modernidade”*, responde à necessidade de integração do estudo do pós-materialismo num movimento de mudança social mais vasto, a “pós-modernidade”, enunciando-se o conjunto de elementos que lhe dão forma e que, colateralmente, concorrem para o enquadramento e explicação do primeiro. A tónica incide assim, nos valores da liberdade, participação, pluralidade, mundialização de que a “pós-modernidade” se reveste e da forma como estes explicam o conjunto de atitudes e comportamentos que distinguem os pós-materialistas. Pela importância que tem na análise do pós-materialismo e, em geral, da cultura política, apresenta-se ainda brevemente o esquema de funcionamento dos sistemas democráticos, à luz do modelo sistémico de Easton.

Na *Parte II*, subjacente ao título - *a cultura política – contributos para a compreensão do conceito* – pretende-se, mediante uma retrospectiva das abordagens no âmbito do estudo da política, recuperar alguns dos autores clássicos e contemporâneos, cuja contribuição mais enriqueceu o estudo da cultura política. Apresenta-se, ainda, o

contributo dos teóricos da “cultura cívica”, ou pós-materialismo, e, com base neste, procede-se à operacionalização do conceito de cultura política.

Destinada ao aprofundamento dos grandes modelos de interpretação e análise do processo de mudança da cultura política nas sociedades avançadas, na *Parte III – concepções teóricas contemporâneas da mudança na cultura política* – seleccionam-se três concepções, face à representatividade e abrangência que demonstram: a tese do *fim da ideologia* de Daniel Bell, a *cultura cívica* de Gabriel Almond e Sidney Verba e a *revolução silenciosa* de Ronald Inglehart. Embora estes contributos reportem ao período conturbado das décadas de 50 e 60 e aflorem as mesmas questões base, a obra de Daniel Bell diverge significativamente das restantes, não só pelo objecto de enfoque, como pelas conclusões finais. Enquanto aquele se preocupa com as questões relacionadas com a terciarização da sociedade e a conseqüente quebra de validade das ideologias alcançando resultados comprovadamente incorrectos, Almond e Verba e Inglehart debruçam-se sobre o estudo da cultura política em mudança, sobre as novas atitudes e comportamentos dos indivíduos, fornecendo importantes esquemas de análise. O contributo dos três autores é, no entanto, igualmente válido na problematização e esclarecimento da temática em causa. Em particular, a tese de Inglehart merece-nos aqui especial relevância em virtude do aproveitamento que fazemos da bateria de indicadores concebida pelo autor, na *Parte V* aquando da análise da informação empírica.

Com a inclusão de mais um capítulo teórico pretende-se a construção de um suporte actualizado e operacionalizado para a leitura e análise da informação empírica. Assim, o *Ponto IV*, denominado - *espaços de mudança da cultura política, a conquista do pós-materialismo* – compreende o estudo de um conjunto de variáveis da cultura política, cujos traços de evolução “pós-modernos” definem a emergência do fenómeno pós-materialista, tais como: os índices e as modalidades de participação política, as tendências do comportamento eleitoral, as novas definições ideológicas dos pequenos partidos e organizações “pós-modernos”, o entrelaçar de direita e esquerda, a globalização geográfica, o processo de secularização, o confronto entre a tradição ideológica e as novas manifestações ideológicas.

Procurando a conciliação e a articulação dos parâmetros teóricos e dos empíricos, por forma a dar relevância e carácter científicos às respostas alcançadas, a *Parte V – a implantação dos valores pós-materialistas junto dos estudantes da Universidade de*

Évora – consiste na leitura e análise de um questionário aplicado a uma amostra dos estudantes da Universidade de Évora, inscritos no ano lectivo 1999/2000, à luz da construção teórica anterior.

De acordo com a tese de Inglehart, nas sociedades industriais modernas os factores de ordem económica tendem a perder capacidade de segmentação do comportamento político, enquanto questões relacionadas com o estilo de vida têm vindo a consolidar uma nova dimensão explicativa das clivagens políticas. Numa visão algo idealizada da evolução da Humanidade, Inglehart acredita no surgimento generalizado de uma nova classe social, tendencialmente pós-materialista, com elevado nível educacional e sócio-económico que lenta, mas progressivamente, num processo sem retorno, irá conquistando terreno e superando os valores materialistas.

Consciente das limitações e riscos decorrentes do recurso, fundamentalmente, ao suporte de um único modelo teórico, assim como da actual inexistência de um modelo alternativo tão completo e validado quanto o de Inglehart, recorre-se neste trabalho aos resultados decorrentes da utilização do mesmo modelo por outros autores, particularmente aos trabalhos realizados por José Ramón Montero & Mariano Torcal, os quais foram atentamente observados no traçado do plano do trabalho empírico inerente à concepção desta *Parte V*.

Tendo em consideração que um elevado nível de escolaridade e a pertença a um grupo etário jovem constituem requisitos para a observação de índices significativos de adesão aos valores pós-materialistas, a escolha de uma população universitária para a análise empírica do fenómeno deixa antever uma representação privilegiada dos pós-materialistas junto desta.

Em traços gerais, nesta parte, intenta-se, para além de realizar uma breve resenha das conclusões de estudos anteriores sobre a cultura política em Portugal desde 1974, avaliar em que medida se observa junto dos alunos da Universidade de Évora uma adesão aos valores pós-materialistas e a avaliar a sua capacidade de segmentar algumas atitudes e comportamentos políticos e, particularmente, do comportamento eleitoral, comparativamente com um conjunto de variáveis tradicionais da cultura política.

Uma última parcela deste trabalho requer, ainda, apresentação - os *anexos*. No *Anexo I* apresenta-se o inquérito aplicado aos estudantes. Do *Anexo II* constam os resultados

estatísticos de um conjunto de variáveis sócio-demográficas da amostra inquirida, e por último, no *Anexo III* expõe-se um conjunto de gráficos relativos à *Parte V*, cuja leitura se afigurou não significativa.

Ao observar o índice da presente dissertação, o leitor será naturalmente induzido a dividir o conteúdo respectivo em duas parcelas: uma de carácter essencialmente teórico-conceptual centrada em modelos, conceitos e variáveis da mudança da cultura política, outra de carácter vincadamente empírico preocupada em demonstrar a força da implantação do fenómeno pós-materialista numa população determinada. Esta dicotomização não é, contudo, casual. Assente num permanente esforço de articulação e integração das questões relacionadas com a mutação axiológica, os seus múltiplos elementos e perspectivas, a presente abordagem procura conciliar as duas vertentes por forma a alcançar a realidade do fenómeno. As variáveis socio-económicas e ideológicas e os valores pós-materialistas, ou a cultura política e o fenómeno pós-materialista, são duas temáticas tão profundamente inter-relacionadas que a sua análise em separado se afigura impraticável e simultaneamente infrutífera. Aquele fenómeno reporta-se à transformação gradual de um conjunto de variáveis da cultura política numa determinada direcção oposta à do quadro de valores tradicionalmente vigentes nas sociedades industrializadas e, portanto, a sua explicação exige uma constante incorporação e interpretação no contexto mais amplo da cultura política. Foi, portanto, objectivo deste trabalho, a explanação do pós-materialismo no necessário contexto da cultura política, reservando para a componente empírica a apreciação aprofundada do mesmo no universo estudado.

Focalizado na apreciação das variáveis sociais e culturais que afectam o comportamento político, não interessam a esta abordagem as variáveis puramente psicológicas, como a relação com os traços de personalidade individuais, ou variáveis relativas ao funcionamento das instituições políticas, tal como a forma como as estruturas partidárias o podem afectar. No entanto, apesar da ênfase deste trabalho no comportamento micro-político, alguma atenção é por vezes dada ao nível macro-político, apesar de sempre revestido de um sentido de complementaridade. Tal facto é inevitável, uma vez que o comportamento individual pode e visa afectar o sistema

político no seu todo e, naturalmente, o nível macro político tem igualmente impacto na forma como os indivíduos pensam e se comportam.

Relativamente à metodologia seguida dificilmente nos poderíamos afastar de um conjunto de métodos e técnicas de recolha e análise da informação utilizados em trabalhos similares. As partes teóricas suportaram-se na pesquisa bibliográfica e na análise documental do material recolhido no âmbito das temáticas relevantes de acordo com os objectivos de investigação estabelecidos. Na parte de pesquisa empírica recorreu-se à provocação da informação mediante a aplicação de um inquérito por questionário, cuja análise requereu a utilização do programa informático SPSS. As técnicas de análise estatística utilizadas foram: a análise de frequências absolutas e relativas, medidas de associação entre variáveis e análise de correlação.

A prossecução desta metodologia de trabalho visou, por um lado, o alcance adequado da informação em função dos objectivos definidos e por outro, dar relevância aos resultados alcançados e salvaguardar a objectividade dos mesmos.

Introduzida a temática em abordagem e apresentado o esquema da dissertação, impõe-se, desde já, a explanação do *plano metodológico da investigação*. O ponto seguinte contempla, assim, a apresentação e explicação dos objectivos e das hipóteses de trabalho e, em particular, os elementos técnicos que presidem à aplicação do questionário e à respectiva análise da informação empírica.

PLANO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Pretende-se, neste ponto, enunciar e explicar os procedimentos e metodologias inerentes à prossecução da presente investigação. Desta forma, apontam-se, inicialmente, os objectivos e hipóteses de trabalho, desenvolvendo-se, em seguida, a explanação do processo de provocação de informação, mediante a aplicação de um inquérito por questionário com vista ao estudo do impacto do fenómeno pós-materialista junto de uma amostra constituída por estudantes da Universidade de Évora. A exigência da explicação da componente empírica da dissertação, na medida em que envolve metodologias mais complexas e específicas comparativamente às da componente teórica, exige, assim, um maior detalhe explicativo, pelo que, uma parte substancial deste ponto lhe será dedicado. Deter-nos-emos, em particular, na explicação dos elementos técnicos que nortearam a aplicação do questionário, assim como na descrição do tratamento e análise da informação empírica.

A). Objectivos e hipóteses

Desde há algumas décadas que um novo quadro de valores parece ter vindo a conquistar progressivamente terreno nas sociedades ocidentais modernas promovendo alterações nas configurações tradicionais da segmentação do comportamento político. A emergência deste novo quadro é usualmente atribuída à afirmação, nestas sociedades, de um complexo axiológico denominado *pós-materialismo*, por oposição e em substituição dos valores tradicionais *materialistas*.

Numa caracterização sumária desta dicotomia, pode afirmar-se que o *materialismo* se identifica com a preferência tradicional pela ordem, pela lei, pela segurança, pelo crescimento e estabilidade económicos e, portanto, pelos aspectos mais economicistas da vida, enquanto o *pós-materialismo* designa a adesão e a primazia dada aos valores da participação política e social, da estética e das liberdades cívicas, associando-se assim, preponderantemente, às questões relativas à qualidade de vida.

Como se analisará em detalhe adiante, de acordo com a tese de Inglehart, nas sociedades industriais modernas os factores de ordem económica tendem a perder capacidade de arregimentação e de clivagem do comportamento político, enquanto questões relacionadas com o estilo de vida têm vindo a consolidar uma nova dimensão explicativa do fenómeno (1997, 1990a, 1990b, 1993, 1998). De facto, de acordo com diversos autores, o comportamento político, nomeadamente o eleitoral e principalmente na Europa Ocidental, tem vindo a registar alterações significativas nesta segunda metade do século (Crewe, 1976; Montero & Torcal, 1994, 1995). Os partidos tradicionais perderam importância como factor de identificação e de segmentação das atitudes e dos comportamentos políticos, à medida que novos grupos e movimentos adoptam novos valores e adquirem cada vez mais relevância nas sociedades modernas. Inglehart apresenta uma perspectiva de evolução da Humanidade que nos parece, no entanto, um tanto utópica, na medida em que acredita no surgimento a nível mundial de uma nova classe social, tendencialmente pós-materialista, dotada de elevado nível educacional e sócio-económico (a estabilidade económica é o requisito para o seu despoletar), que gradualmente e irreversivelmente se irá implantando, substituindo-se aos valores materialistas tradicionais.

Apesar de ter vindo a ser sujeita a algumas críticas no que respeita aos fundamentos e nos resultados alcançados¹ (Almeida, 1990), a tese de Inglehart tem sido amplamente

¹ As críticas à tese da *Revolução Silenciosa* de Inglehart não vão ser aqui exaustivamente apresentadas, quer porque não é objectivo do presente trabalho a análise, validação e contraproposta relativamente à tese de Inglehart, quer porque se considera que as críticas a esta tese são pontuais e limitadas (sendo apresentadas ao longo deste trabalho sempre que tal se afigure pertinente), não abalando as estruturas e validade da mesma quer, ainda, porque do trabalho de recolha realizado, a proposta de Inglehart serve os propósitos da presente pesquisa, introduzindo-se no entanto alguns ajustamentos, devidamente explicados, como apresentado adiante.

aproveitada por outros investigadores e relativamente a outros países e contextos, no sentido de testar a anunciada mudança de valores. Ciente das limitações e dos riscos decorrentes do recurso fundamentalmente ao suporte em apenas um modelo teórico, assim como da actual inexistência de um modelo alternativo tão completo e validado quanto o de Inglehart, recorreremos aos resultados decorrentes da utilização do mesmo modelo por outros autores, particularmente a José Ramón Montero e Mariano Torcal (1990, 1992, 1994, 1995), os quais foram particularmente observados no traçado do plano do trabalho empírico como se constatará adiante.

Os estudos realizados nas últimas décadas num conjunto de países, nomeadamente em Espanha, têm vindo a corroborar a tese de que são as gerações mais jovens as que mais expressivamente se apresentam como portadoras dos novos valores e motivações, designados por pós-materialistas (Almond & Verba, 1989; Graff & Geoffrey, 1996; Inglehart, 1977, 1990a, 1993, 1998; Montero e Torcal, 1992, 1994, 1995).

Legitimando a reflexão da *Revolução Silenciosa* de Inglehart (1977), diversos trabalhos de investigação nesta área atribuem à melhoria generalizada das condições sócio-económicas e à elevação das taxas de escolarização, que lhe estão directamente associadas, uma das razões das profundas alterações registadas na cultura política nas últimas décadas (Montero & Torcal, 1992, 1995; Scarbrough, 1995).

É assim de supor que, à semelhança de outros países industrializados, também em Portugal este fenómeno comece a manifestar-se², como o demonstram diversos estudos realizados sobre o fenómeno junto da população portuguesa (Heimer, Vala & Viegas, 1990b, Vala, 1994; Cruz, 1995b; ICS, 1998; Cabral & Pais, 1998) e que a população universitária em específico seja um espaço privilegiado desta transformação.

² Apesar de as pesquisas realizadas apontarem na direcção de um número cada vez mais expressivo de indivíduos adeptos dos valores pós-materialistas, estes constituem ainda um grupo significativamente inferior ao dos materialistas. Em virtude da delonga do processo alguns autores põem mesmo em causa a tese evolucionista de Inglehart, tal como Ralph Dahrendorf, que argumenta que “talvez o clima pós-materialista não seja tanto uma nova tendência, mas uma característica dos anos 70 (...) um sintoma da crise dessa década e não um sinal de novas direcções” (Dahrendorf, 1992: 147).

Na sequência do anteriormente exposto elaboraram-se os objectivos da pesquisa da presente dissertação de Mestrado, que em seguida se apresentam de forma detalhada.

Em traços gerais esta investigação propõem-se realizar uma recensão crítica da produção sobre a temática da mudança na cultura política e, partindo desta, avaliar em que medida se observa junto dos alunos da Universidade de Évora uma adesão aos valores pós-materialistas, assim como a respectiva capacidade de segmentação do comportamento político, e particularmente do comportamento eleitoral, comparativamente com um conjunto de variáveis tradicionais da cultura política. Mas antes de prosseguir com a apresentação dos objectivos da investigação, impõe-se uma justificação da opção pela delimitação do campo da análise empírica em relação à componente teórico-conceptual desta dissertação.

De facto, o desenvolvimento teórico do presente trabalho centra-se e aprofunda algumas teses e concepções recentes da cultura política, analisa as variáveis presentes nos estudos típicos sobre cultura política, tentando aprofundar o próprio conceito de cultura política. Esta abordagem faz-se, no entanto, num esforço permanente de articulação e integração das questões relacionadas com a mutação axiológica, os seus múltiplos elementos e perspectivas. Tratando-se de dois modelos de interpretação e avaliação da cultura política, de duas temáticas passíveis de perspectivar a realidade concreta, as variáveis socioeconómicas e ideológicas relativas à cultura política e os valores pós-materialistas que enformam o fenómeno emergente estão tão profundamente associados, que o aprofundamento da implantação do fenómeno a que nos propomos torna imprescindível uma análise articulada dos dois, por forma a alcançar resultados congruentes e integrados.

O fenómeno pós-materialista reporta-se à alteração gradual de um conjunto de variáveis da cultura política numa determinada direcção alternativa à do quadro de valores das sociedades industriais e, portanto, a sua abordagem carece de constante incorporação no contexto mais amplo da cultura política. É assim propósito deste trabalho, a explanação do pós-materialismo no necessário contexto da cultura política, numa primeira componente teórico-conceptual deste trabalho, reservando-se para a componente empírica a apreciação aprofundada do mesmo na amostra estudada.

A investigação não teve como objectivo a análise empírica global da cultura política dos estudantes da Universidade de Évora, uma vez que esta implicaria a abordagem de uma multiplicidade de variáveis que a compõem e caracterizam e, conseqüentemente, a realização de um trabalho particularmente extenso. Foram realizados recentemente trabalhos similares, designadamente um, sob a coordenação de Luís de França, denominado *Portugal – Valores Europeus, Identidade Cultural* (1993). Por outro lado, a pequena amplitude do universo para que remete a amostra parece coadunar-se mais com o aprofundamento de um assunto específico, como é o caso do pós-materialismo na perspectiva em que o pretendemos abordar, do que com um trabalho amplo de levantamento, como o seria o da caracterização da cultura política de todos os estudantes.

Sobre a abordagem da cultura política detivemo-nos, desta forma, na análise de um conjunto de modelos, teses e concepções teóricas significativas para a construção de uma componente teórica suficientemente lata e sólida, por forma a sustentar a elaboração e enquadrar a leitura de um inquérito por questionário específico da temática do fenómeno pós-materialista. Suportámo-nos, para tal, na pesquisa bibliográfica e na análise documental de material recolhido no âmbito de um conjunto de variáveis da cultura política.

Com o propósito de estudar empiricamente o fenómeno pós-materialista junto dos estudantes da Universidade de Évora, adoptou-se e adaptou-se a bateria de indicadores da dimensão materialista / pós-materialista de Inglehart (1977, 1998), associados à proposta de Ramón Montero & Mariano Torcal (1992, 1995). Inspirada na de Inglehart, esta tem, no entanto, alguns ajustamentos e a introdução de novos indicadores, que se afiguraram adequados ao contexto sócio-cultural do nosso país.

Com base nos pressupostos referidos anteriormente, que consistem em afectar à população mais jovem e instruída uma maior adesão aos valores pós-materialistas, bem como em defender que a mudança cultural se opera com maior expressão nas modernas sociedades industriais, espera-se que os resultados da pesquisa apontem para uma representação significativa dos valores pós-materialistas na população seleccionada, uma

vez que, apesar de Portugal não se poder considerar uma nação particularmente desenvolvida, a população universitária reúne, em simultâneo, dois requisitos fundamentais para a manifestação do fenómeno pós-materialista – a juventude e a escolaridade. É esta a hipótese de partida.

Como anteriormente se mencionou, a mudança da cultura política consiste na gradual substituição dos valores materialistas por valores pós-materialistas e, portanto, na prevalência dos valores da liberdade, do desenvolvimento pessoal, da participação, da qualidade de vida, da livre expressão, estruturantes de comportamentos e atitudes no campo sócio-político. Pretende-se, assim, determinar o posicionamento dos indivíduos relativamente a um conjunto de indicadores que permitam aferir esta alteração no sistema de valores, na convicção de que, a registar-se, não se ficará a dever apenas à convencional rebeldia e irreverência associadas à juventude, mas à evolução do contexto de socialização dos jovens de hoje, relativamente às gerações que os antecederam (Inglehart, 1977, 1998; Montero & Torcal, 1992, 1995). Estamos cientes de que “a juventude é um «sector» da população extremamente sensível às situações de crise e de conflito que se anunciam ou emergem na sociedade, nomeadamente a juventude escolar” (Teixeira Fernandes, 1998: 117).

Não é, porém, o propósito da presente pesquisa abordar a temática dos valores pós-materialistas em si, no sentido do aprofundamento do respectivo conteúdo semântico.

A abordagem do pós-materialismo na perspectiva axiológica pura, chamemos-lhe assim, implicaria, na verdade, a mensuração dos valores, enquanto concepções do desejável, enquanto construções hipotéticas empiricamente expressivas apenas ao nível do comportamento a que induzem. “There appears (...) to be a broad consensus that values are significant in their bearing on action” (Deth & Scarbrough, 1995a: 29). Todavia, o estudo do impacto dos valores nas atitudes ou no comportamento, dada a impossibilidade de observação directa e o seu cariz abstracto, pressuporia a análise de todo um leque de acções consistentes com cada um dos valores que caracterizam o fenómeno pós-materialista. “Not only are values not directly observable because they are manifest in

action but not constitutive of action, but they need to be tied in with a much larger array of ideas, beliefs, concepts, understandings before they can have effects for action (...) Values cannot be researched on their own because they do not stand on their own” (Deth & Scarbrough; 1995a: 31). As opiniões, condutas, juízos, decisões ou atitudes detêm e manifestam a carga axiológica que os orienta.

Assim, é neste mundo comportamental complexo e amplo que se deve procurar a relevância empírica dos valores ou, mais concretamente, nas predisposições comportamentais. “A admitir alguma sistematicidade e consistência nas preferências (...) haverá (...) tanto mais probabilidades de êxito na análise dos eixos básicos que estruturam o sistema de disposições, quanto mais extensivamente se percorrem pontos de aplicação de tais preferências e representações, quanto mais evidência empírica se recolher diversificando e complementando indicadores” (Almeida, 1990: 7). São assim os conjuntos de padrões de atitudes que permitem alcançar os valores, aliás, as orientações axiológicas.

Não é, desta forma, objecto a presente investigação revelar a carga axiológica subjacente à adesão ao pós-materialismo, mas apenas, em primeiro lugar, comprovar as prioridades que os indivíduos denotam relativamente a um conjunto de indicadores definidos como significativamente representativos da dimensão materialista / pós-materialista pelos estudos referidos e identificar, subsequentemente, a implantação do fenómeno pós-materialista junto da população estudada. Num segundo plano, tentar-se-à determinar a capacidade de segmentação dos valores, atitudes e opiniões por esta dimensão, comparativamente com o posicionamento ideológico na escala esquerda direita e a referência à adesão às ideologias.

O comportamento eleitoral foi a variável seleccionada para exemplificar e comprovar essa capacidade, à semelhança dos trabalhos realizados por Montero e Torcal (1992, 1994), procurando aferir-se a relação presumivelmente existente entre a suposta mudança cultural e a definição das áreas de conflito partidário.

As questões básicas subjacentes à realização da componente empírica desta investigação são, assim, as seguintes:

- 1 Verificar na amostra da população estudantil da Universidade de Évora a referência às características básicas da dimensão pós-materialista;
- 2 Avaliar se a mudança cultural produz alterações nas significações tradicionais da estrutura de tensões políticas esquerda / direita. Verificar a possibilidade de emergência de novos espaços de conflito político;
- 3 Avaliar e comparar o impacto da mudança cultural na segmentação da estrutura de apoios eleitorais.

Para confirmação ou infirmação destas questões recorreu-se à provocação da informação mediante a aplicação de um inquérito por questionário, cuja análise requereu a utilização do programa informático SPSS. As técnicas de análise estatística utilizadas foram: a análise de frequências absolutas e relativas, medidas de associação entre variáveis e análise de correlação.

B). Elementos metodológicos da aplicação do questionário

O tema teórico desta dissertação não detém uma característica de originalidade, na medida em que têm sido realizados nas últimas décadas uma multiplicidade de trabalhos sobre a problemática da transformação dos valores subjacentes às atitudes e aos comportamentos políticos. Esta é, na generalidade, a análise a que se procede na componente teórica do trabalho. Comporta, contudo, um carácter de originalidade que reside na respectiva componente empírica, já que se pretende avaliar, em específico, a referência aos valores pós-materialistas e, subsequentemente, a sua capacidade de segmentação das atitudes e comportamentos políticos comparativamente com a das

variáveis tradicionais da cultura política, junto de um segmento específico dos estudantes da Universidade de Évora.

Não se pretendeu, assim, elaborar um questionário para avaliar a pluralidade de variáveis que podem contribuir para caracterizar a cultura política, portanto circunscrito à temática clássica que se tem vindo a desenvolver nas abordagens efectuadas, ou seja, ao conjunto de orientações subjectivas de tipo cognitivo, afectivo e avaliativo, relativamente aos objectos políticos, recolhidas da “*Cultura Cívica*” de Almond e Verba (1989). Em consonância com o referido anteriormente, trata-se aqui, sobretudo, de uma investigação empírica orientada para a exploração dos indicadores do conflito materialismo / pós-materialismo.

A construção e aplicação do questionário realizaram-se de acordo com os seguintes procedimentos metodológicos:

1. UNIVERSO:

População estudantil da Universidade de Évora, matriculada no ano lectivo 1999/2000.

Esta opção ficou a dever-se ao facto de esta população constituir um caso potencialmente especial de análise do fenómeno pós-materialista uma vez que, como se referiu anteriormente, este é tendencialmente mais evidente junto dos grupos etários mais jovens e escolarizados, sendo assim de esperar que este fenómeno seja particularmente significativo junto desta população. A verificar-se uma mudança de valores, os estudantes universitários detêm uma posição privilegiada para de antemão o evidenciar, permitindo uma indicação inicial de eventuais mudanças geracionais de valores.

A estes factores acresce o facto de a proximidade física com a população estudada, ter implícitas inegáveis vantagens no quadro do desenvolvimento deste trabalho académico.

2. AMOSTRA:

2.a) Dimensão e distribuição da amostra

A amostra foi calculada tendo em conta os objectivos da investigação e uma margem de erro que garantisse um mínimo de significância dos resultados.

É constituída por 400 indivíduos, volume que permite estimar a margem de erro com uma probabilidade de 95,5% para populações finitas de $\pm 4,1\%$, para valores de $p=q=50$, conforme fórmula seguinte:

$$E = \sqrt{\frac{\hat{c}^2 pq}{n} * \frac{N-n}{N-1}}$$

$$E = \sqrt{\frac{2^2 0,5 * 0,5}{400} * \frac{1199-400}{1199-1}} = 0,041$$

O valor estimado significa que há uma probabilidade de 995 / 1000 indivíduos de que os resultados obtidos na amostra sejam válidos para a população de que foi extraída, correndo-se um risco de erro amostral na ordem dos $\pm 4,1\%$.

A representatividade é igualmente garantida pela distribuição dos inquiridos pelos diferentes cursos e anos, tendo em conta o número de alunos que os frequentam, conforme se descreve no processo de amostragem.

2.b) Processo de amostragem

Apesar de não se afigurar de importância fundamental a representatividade da informação recolhida, tendo em consideração os objectivos de pesquisa definidos e a dimensão relativamente pequena da população para que remete a amostra (Quivy,

1992), optou-se pela definição da amostra mediante o recurso a um método de amostragem estratificada³, de imputação proporcional⁴ e aleatória simples⁵ ao nível do estratos apurados, e com selecção polietápica⁶ de acordo com critérios pré-definidos. As variáveis de estratificação utilizadas foram: a) o curso universitário; b) o ano curricular.

2.c). Etapas de distribuição e selecção da amostra:

1ª Etapa: Selecção aleatória de 16 Licenciaturas da Universidade de Évora, de um conjunto total de 34 existentes no ano lectivo de 1999/2000, de acordo com uma prévia classificação em quatro grandes grupos temáticos de Licenciaturas, a saber:

- Ciências
- Humanidades
- Arte
- Tecnologia

Extraíram-se aleatoriamente de cada um destes grupos, quatro Licenciaturas⁷.

2ª Etapa: No que respeita a cada uma das Licenciaturas foram seleccionados apenas dois anos curriculares, o 1º e o 3º ano, ou o 2º e o 4º ano⁸, por forma a obter em

³ Na amostra estratificada divide-se a população em estratos correspondentes a categorias de um critério (Bryman & Cramer, 1993).

⁴ Nos diversos estratos definidos o número de casos seleccionados é sempre proporcional ao todo de onde foram extraídos.

⁵ Na amostra aleatória simples cada caso da população tem a mesma probabilidade de ser incluído na amostra (Bryman & Cramer, 1993). As sucessivas selecções aleatórias da amostra realizaram-se mediante a aplicação da função do programa informático Excel – ALEATÓRIO – que ordena aleatoriamente os dados, procedendo-se de seguida, e por ordem, à selecção do número de casos pretendidos.

⁶ A selecção da amostra processou-se em diversas etapas subsequentes, como se explicitará seguidamente.

⁷ Apenas no caso do grupo de Licenciaturas de Arte não foi possível proceder à selecção aleatória das mesmas, uma vez que a Universidade de Évora apenas dispõem de quatro Licenciaturas nesta área, tendo, portanto, sido todas seleccionadas.

cada curso, assim como no conjunto dos cursos, uma distribuição pelo maior número de segmentos possível. A atribuição dos anos a inquirir em cada Licenciatura foi aleatória, correspondendo a selecção aleatória dos cursos e anos a integrar na amostra conforme se indica no quadro seguinte:

Quadro nº1. Licenciaturas e anos seleccionados para a amostra:

ARTE		CIÊNCIAS		HUMANIDADES		TECNOLOGIA	
Licenciaturas	Anos	Licenciaturas	Anos	Licenciaturas	Anos	Licenciaturas	Anos
Artes Plásticas	1º e 3º	Biologia	1º e 3º	Economia	1º e 3º	Engenharia Biofísica	1º e 3º
Estudos Teatrais	2º e 4º	Ciências do Ambiente	2º e 4º	Sociologia	2º e 4º	Engenharia Informática	2º e 4º
Arquitectura Paisagista	1º e 3º	Física e Química (ensino)	1º e 3º	História	1º e 3º	Engenharia dos Recursos Hídricos	1º e 3º
Música	2º e 4º	Matemática (ensino)	2º e 4º	Filosofia	2º e 4º	Engenharia Agrícola	2º e 4º

3ª Etapa: De acordo com o quadro acima, foi solicitado aos Serviços de Computação da Universidade de Évora, uma listagem da totalidade dos alunos matriculados nas Licenciaturas e anos curriculares referidos. Face ao facto de alguns cursos funcionarem em regime de precedência e outros não, e à natural dificuldade de determinação do ano a que correspondem alguns alunos em virtude dispersão de disciplinas em que estão inscritos, optou-se por solicitar os dados de acordo com o ano que os alunos referem estar a frequentar no documento de inscrição preenchido no início do ano lectivo. De referir, desde já, alguma incoerência entre a listagem fornecida e o ano que os alunos afirmaram frequentar na resposta ao questionário.

4ª Etapa: Com base na listagem fornecida pelos Serviços de Computação, procedeu-se à selecção aleatória dos indivíduos a inquirir.

⁸ Optou-se por excluir o 5º ano pelo facto de muitas Licenciaturas terem uma duração total de 4 anos.

À semelhança dos processos de selecção aleatória anteriores, a escolha aleatória dos indivíduos a integrar na amostra realizou-se com base na função ALEATÓRIO do programa informático Excel. Esta função permitiu listar aleatoriamente o conjunto dos indivíduos por curso e por ano. Porém, como não se pretendiam inquirir todos os alunos de cada ano apurado, mas um número limitado, seleccionou-se proporcionalmente em cada ano o número total de indivíduos a inquirir considerando a totalidade dos indivíduos nos 16 cursos e o valor da amostra, e posteriormente o número de rapazes e de raparigas proporcionalmente à totalidade de rapazes e raparigas existentes em cada ano. A distribuição segundo o sexo visa aumentar a representatividade dos diferentes segmentos do universo e possibilitar análises comparativas suportadas nesta variável.

Na posse do número total de rapazes e raparigas a inquirir em cada ano, procedeu-se à distribuição proporcional dos indivíduos por curso, dentro de cada um dos anos, de acordo com o sexo.

Com base no número de rapazes e de raparigas calculado para cada curso / ano seleccionou-se, pela ordem aleatória estabelecida, um número de alunos correspondente.

Os valores correspondentes às diversas fases de selecção dos indivíduos estão indicados nos seguintes quadros:

i) Distribuição real dos indivíduos pelas 16 Licenciaturas seleccionadas e a distribuição proporcional dos indivíduos da amostra:

Quadro n.º2. Distribuição dos indivíduos pela população e pela amostra segundo o ano e o sexo:

Anos	Distribuição dos indivíduos da população das 16 Licenciaturas ⁹			Distribuição dos indivíduos pela amostra ¹⁰		
	Raparigas	Rapazes	Total	Raparigas	Rapazes	Total ¹¹
1º ano	187	120	307	51	51	102
2º ano	160	137	297	50	50	100
3º ano	146	88	234	39	39	78
4º ano	224	137	361	60	60	120
Total	717	482	1199	200	200	400

Fonte: Listagem dos alunos matriculados no ano lectivo 1999/2000 nas Licenciaturas e anos seleccionados, fornecida pelos Serviços de Computação.

ii) Com base nos valores calculados para o número de indivíduos a inquirir segundo o ano e o sexo, registados no quadro anterior, efectuou-se a distribuição da amostra por cursos e sexos, tendo-se obtido os seguintes resultados:

⁹ Valores correspondentes ao somatório dos indivíduos por sexo e por ano, nos cursos seleccionados.

¹⁰ O valor total da amostra correspondente a cada ano foi dividido equitativamente pelo sexo, por forma a manter igual representação de rapazes e raparigas.

¹¹ Valores calculados para cada ano a partir da seguinte fórmula: $(400 \times \Sigma \text{ dos alunos dos 16 cursos em cada ano}) / \Sigma \text{ dos alunos da população dos 16 cursos}$.

Quadro nº3. Distribuição dos indivíduos da amostra por Licenciatura, ano e sexo:

Licenciatura	Anos	Raparigas ¹²	Rapazes	Total
Artes Plásticas	1º ano	4	3	7
	3º ano	4	0	4
Teatro	2º ano	1	2	3
	4º ano	1	0	1
Arquitectura	1º ano	7	6	13
	3º ano	6	3	9
Música	2º ano	1	2	3
	4º ano	1	2	3
Biologia	1º ano	7	10	17
	3º ano	7	2	9
Ciências do Ambiente	2º ano	8	2	10
	4º ano	9	9	18
Física e Química (ensino)	1º ano	6	3	9
	3º ano	1	2	3
Matemática (ensino)	2º ano	13	7	20
	4º ano	17	9	26
Economia	1º ano	12	13	25
	3º ano	12	20	32
Sociologia	2º ano	11	3	14
	4º ano	13	7	20
História	1º ano	4	4	8
	3º ano	4	2	6
Filosofia	2º ano	4	2	6
	4º ano	4	1	5
Engenharia Biofísica	1º ano	5	5	10
	3º ano	3	5	8
Engenharia Informática	2º ano	2	21	23
	4º ano	1	9	10
Engenharia dos Recursos Hídricos	1º ano	6	7	13
	3º ano	2	5	7
Engenharia Agrícola	2º ano	10	11	21
	4º ano	14	23	37
Total	-	200	200	400

Fonte: Listagem dos alunos matriculados no ano lectivo 1999/2000 nas Licenciaturas e anos seleccionados, fornecida pelos Serviços de Computação.

¹² O número de indivíduos a inquirir por curso, ano e sexo corresponde ao resultado da aplicação da seguinte fórmula: (valor calculado da amostra por ano e sexo x Σ dos indivíduos por sexo, ano e curso) / Σ dos indivíduos por sexo e por ano, relativamente aos 16 cursos.

3. QUESTIONÁRIO

Utilizou-se o inquérito por questionário semi-estruturado (Anexo I), predominantemente com questões fechadas, o qual, apesar das reconhecidas limitações que comporta, se considerou adequado para responder aos objectivos traçados. Este questionário foi construído com base num conjunto de outros já utilizados em trabalhos similares (Inglehart 1977, 1998; Montero & Torcal, 1992, 1995).

Apresenta-se no ponto seguinte deste plano (C)) a definição detalhada dos objectivos da investigação empírica, a estruturação das variáveis de acordo com as temáticas de estudos, as questões que compõem o questionário, informação diversa sobre a precodificação das questões abertas, bem como a recategorização das questões fechadas.

3.a) Pré-teste

Foi realizado a 8 estudantes, tendo-se procurado reparti-los pelas quatro grandes áreas de Licenciaturas inicialmente definidas, assim como pelos quatro anos curriculares seleccionados. O resultado do pré-teste confirmou a formulação das questões, uma vez que apenas se verificou a necessidade de proceder a correcções pontuais em algumas delas.

3.b) Recolha de dados

O questionário foi distribuído através de representantes das turmas e auto-aplicado com o apoio do representante ou do autor, mas também por entrevista directa e pessoal. O auto-preenchimento do questionário foi utilizado em função de três factores: o tratar-se de um questionário relativamente fácil de responder; o ser dirigido a uma população alvo com um significativo grau de escolarização e, consequentemente, com menores dificuldades de leitura deste tipo de documentos, assim como o facto de ser difícil, em tempo útil, contactar pessoalmente todos os indivíduos da amostra (muitos alunos, e em particular os rapazes, apresentam uma

baixa assiduidade às aulas, verificando-se igualmente dificuldades no contacto com os trabalhadores estudantes). Os representantes de turma tiveram um esclarecimento prévio sobre a forma de aplicação e preenchimento do questionário.

Dos 400 questionários definidos para a amostra, foram aplicados e validados 335. Contribuíram para o número de não respostas ao questionário, por ordem decrescente de importância: a dificuldade de contactar os alunos; a inexistência de alunos inscritos nos anos e cursos definidos (contrariando a informação da listagem fornecida pelos Serviços de Computação, que serviu de base à selecção da amostra); a desistência de alunos (particularmente notória no curso de Engenharia Informática) e, ainda, alguns casos pontuais de indisponibilidade para responder.

3.c) Período de recolha de dados:

As respostas aos questionários foram recolhidas de 30 de Maio a 20 de Julho de 2000.

3.d) Revisão, transcrição e codificação das perguntas abertas

Procedeu-se, seguidamente, à revisão das respostas ao questionário para detectar incorrecções, recolheram-se as respostas às perguntas abertas e procedeu-se à codificação das respostas, quer às perguntas abertas, quer a outras variáveis, nomeadamente a zona de residência e a origem de classe (conforme se explicita seguidamente em C)).

3.e) Constituição da base de dados

As informações recolhidas nos questionários foram gravadas em suporte informático, de modo a constituir a base de dados com base na qual se desenvolveu a análise estatística.

As informações gravadas na base de dados foram validadas para detectar incorrecções na respectiva constituição.

C). Análise da informação empírica

“As atitudes políticas ou outras não se confundem com o comportamento exterior nem com a sua expressão verbal ou opiniões. Estão directamente relacionadas com os valores culturais partilhados pelas diferentes sociedades e grupos sociais. Neste sentido, as atitudes são diferentes do comportamento, o que significa ser possível que nem sempre exista uma correspondência entre eles e que são diferentes da opinião expressa verbalmente. Apesar da palavra ser o melhor meio de expressão, e portanto aquela que melhor nos aproxima da atitude, é necessário estar precavido não só contra os erros de formulação de perguntas e respostas como também em relação aos limites do significante em relação ao significado” (Bacalhau, s.d.: 17).

Face à necessária verbalização inerente à aplicação de um questionário, são frequentemente apontadas as contradições dos respondentes relativamente àquilo que pensam, o que dizem e o que fazem (Almeida, 1990; ICS, 1998), sendo que a realidade que reside no pensamento das pessoas não é absolutamente credível do ponto de vista das respostas alcançadas mediante a aplicação de um questionário. “O que os inquiridos por sondagem nos dão são atitudes, opiniões, normas subjectivamente interiorizadas – nalguns casos (mas nem sempre) traduzíveis em valores” (ICS, 1998: 24).



Tratando-se de questões que focam essencialmente a opinião das pessoas, muitas delas formuladas em torno de uma situação hipotética, há que considerar a subjectividade dos resultados alcançados. Neste mesmo sentido, um trabalho realizado em 1998 pelo ICS – Instituto de Ciências Sociais – sobre os valores na sociedade portuguesa afirma que, apesar de os dados recolhidos por inquérito para a análise de valores constituírem meras opiniões, na medida em que “os valores são traduções de representações sociais” (ICS, 1998: 20), podem assumir-se as opiniões partilhadas mais amplamente como passíveis de indicar alguns valores sociais básicos.

Assumindo o alcance da medição dos valores como algo particularmente complexo e incomensurável, a mais não nos propomos neste trabalho do que a analisar um conjunto de indicadores objectivos e mensuráveis, na pegada do conjunto de valores que definem o fenómeno pós-materialista.

Dado que é nosso objectivo avaliar em que medida se observa nos alunos da Universidade de Évora uma adesão aos valores post-materialistas e definir o grau de segmentação das atitudes e comportamentos políticos que estes valores comportam, comparativamente com os valores culturais tradicionais, importa agora apresentar a estrutura de análise dos dados, as variáveis seleccionadas e o tratamento a que foram sujeitas.

Com base na abordagem de Inglehart, assim como em outros estudos (Deth & Scarbrough; 1995a), é possível apontar três orientações axiológicas fundamentais para a mudança política:

- O nível de religiosidade / secularidade – incidindo no processo de secularização (analisa-se a crença e pertença religiosas);
- A identificação ideológica direita / esquerda – expressão de conflito de classes na sociedade industrial e de novos vectores de segmentação nas sociedades modernas (focaliza o auto-posicionamento ideológico);

- A preferência de valores pós-materialistas / materialistas – prioridade atribuída a valores ambientalistas e de qualidade de vida, em detrimento de valores economicistas.

Com base em conclusões de outros trabalhos realizados recentemente, pode presumir-se que, quer as orientações religiosas, com o processo de secularização, quer a clivagem política direita / esquerda, com o enfraquecimento das bases sociais de conflito, comportam um processo de mudança de valores suportado numa nova segmentação de valores com base na dimensão materialista / pós-materialista (Inglehart, 1990b, 1993, 1998; Montero & Torcal, 1992, 1994).

Considerando estas três orientações base, a que se associaram outras, que embora previsivelmente com menor poder de segmentação foram igualmente testadas, foi definido um plano de análise dos dados nos seguintes termos:

QUESTÕES DE PESQUISA:

1. Verificam-se na amostra da população estudantil da Universidade de Évora características básicas da dimensão pós-materialista?

1.1. Para determinar se está ou não em curso uma mudança cultural determinou-se primeiramente a existência ou não de uma segmentação de valores segundo a dimensão materialista / pós-materialista dos respondentes. Com este propósito procedeu-se às seguintes análises:

- a) Análise das percentagens das primeiras e segundas opções dos respondentes relativamente à questão nº10 do questionário, sobre a identificação dos objectivos prioritários para o país para os próximos 10 anos (*Anexo I*);
- b) Análise da associação dos indicadores da dimensão materialista / pós-materialista;

- c) Identificação da percentagem de respondentes materialistas, pós-materialistas e mistos.

1.2. Interessou em seguida saber até que ponto os valores pós-materialistas estão presentes na cultura política dos estudantes da Universidade de Évora contemplados na amostra e que características básicas manifestam os pós-materialistas. Para tal, procedeu-se da seguinte forma:

- a) Associação entre o Índice de Diferenças Proporcionais (materialistas – pós-materialistas) relativamente a um conjunto de variáveis (religiosidade, classe social de origem, localidade de residência, nível de interesse pela política e nível de informação política, curso e ano que frequenta, idade, sexo) por forma a identificar quais as que estão associadas a um maior número de indivíduos pós-materialistas;
- b) Caracterização dos materialistas e dos pós-materialistas com base num conjunto de variáveis da cultura política (participação política convencional e não convencional, atitude perante o voto, atitude face à democracia, simpatia com instituições, opinião sobre a evolução desejável da sociedade).

2. A mudança cultural produz alterações nas significações tradicionais da estrutura de tensões políticas esquerda / direita? Verifica-se a possibilidade de emergência de novos espaços de conflito político?

2.1. A resposta a esta questão requereu um teste inicial à capacidade de segmentação da dimensão materialista / pós-materialista relativamente ao auto-posicionamento ideológico:

- a) Associação entre materialistas e pós-materialistas relativamente às variáveis: autoposicionamento na escala esquerda / direita, intenção de voto e identificação com tendência política que melhor define os interesses pessoais.

2.2. Seguidamente procedeu-se à confirmação da associação do pós-materialismo à esquerda e do materialismo à direita:

- a) Análise da capacidade de segmentação de um conjunto de variáveis da cultura política (religiosidade, classe social de origem, atitude face à mudança, simpatia para com um conjunto de instituições, sexo, idade, curso, localidade de residência, interesse e informação política, e valores materialistas / pós-materialistas) relativamente ao autopoicionamento na escala esquerda / direita, intenção de voto e a identificação com tendência política (associação entre as variáveis, sendo as primeiras independentes e as segundas dependentes).

3. Qual o impacto da mudança cultural na segmentação da estrutura de apoios eleitorais? Que configurações espaciais estão adquirindo os conflitos eleitorais face à nova dimensão materialista / pós-materialista?

3.1. Há assim que identificar a representação da distribuição espacial dos partidos face à nova dimensão:

- a) Associação e correlação entre a opção de voto e a dimensão e indicadores da mudança cultural (análise com os cinco partidos que apresentam maior intenção de voto);
- b) Caracterização da opção de voto no partido mais pós-materialista relativamente a um conjunto de variáveis sócio-demográficas e da cultura política (classe social de origem, religiosidade, interesse e informação política, opinião sobre a evolução desejável da sociedade, participação política convencional e não convencional, atitude perante o voto, atitude face à democracia, valores materialistas / pós-materialistas, curso, sexo, idade, localidade de residência, simpatia para com um conjunto de instituições), sendo a opção de voto a variável dependente e as outras variáveis independentes.

As variáveis presentes no questionário aplicado (*Anexo I*) constam do quadro seguinte, à excepção das da dimensão materialista / pós-materialista, apresentadas mais adiante:

Quadro nº4. Variáveis da cultura política utilizadas no questionário:

VARIÁVEIS DE CULTURA POLÍTICA				
Área	Variáveis	Sub-variáveis	Questões	
Identificação sociográficas do respondente	Sexo		nº24	
	Idade		nº23	
	Local de residência		Localidade de residência habitual	nº27
			Concelho a que pertence a localidade	nº28
	Curso que frequenta		nº25	
	Ano de frequência do curso		nº26	
	Classe social de origem		Estudos do pai	nº18
			Estudos da mãe	
			Situação perante o trabalho do pai	nº19
			Situação perante o trabalho da mãe	
			Posição no emprego do pai	nº20
Posição no emprego da mãe				
Profissão específica do pai			nº21	
	Profissão específica da mãe	nº22		
Participação política	Nível de interesse político		nº1	
	Índice de informação política		Frequência com que vê programas de televisão sobre política	nº2
			Frequência com que ouve programas de rádio sobre questões políticas	nº3
			Frequência com que lê artigos ou notícias sobre questões políticas	nº4
			Frequência com que conversa com os seus amigos sobre questões políticas	nº5
			Frequência com que lhe pedem opinião sobre questões políticas	nº6
			Atitude face à intervenção política convencional (voto)	Opinião sobre o acto de votar
		Escolha do voto como forma de actuação preferencial	nº9	
	Atitude face à intervenção política não-convencional	Escolha de formas não convencionais de actuação como formas preferenciais	nº9	
	Prática religiosa	Religiosidade	Posição face à religião	nº13
Frequência com que pratica actos de culto			nº14	
Tolerância social	Grau de simpatia face as alguns grupos e organizações sociais		nº12	
	Atitude face à mudança social		nº11	
Posição político ideológica	Atitude face à democracia		nº8	
	Identificação com tendência ideológica		nº15	
	Auto-posicionamento na escala esquerda / direita		nº16	
	Intenção de voto		nº17	

Fonte: Inquérito em Anexo I.

As variáveis estão organizadas de acordo com a área a que se procurou que respondessem, referindo-se também as sub-variáveis que contribuem para a sua construção, assim como as questões para que remetem no questionário.

Sobre o tratamento prévio da informação e de acordo com o quadro nº4, refira-se o tratamento dados às seguintes variáveis:

Local de residência

No que respeita às duas variáveis de localização da residência do respondente (questões nº27 e 28), procedeu-se à sua transformação numa variável localização da residência na sede de Distrito *versus* localização fora da sede de Distrito¹³.

Classe social de origem:

“La profession de la personne interrogée est un assez bon indicateur du niveau économique actuel de l’individu. Mais c’est le degré d’instruction reçu qui détermine quel était le niveau d’aisance économique *des parents* d’un individu” (Inglehart; 1993: 205). Segundo Inglehart o nível de instrução e a categoria sócio-profissional são duas variáveis que, se combinadas, permitem determinar eficazmente o nível sócio-económico dos respondentes (1993).

Para a definição de uma classe de origem sócio-económica e sócio-cultural da amostra, adoptou-se a atribuição da *origem de classe* à respectiva família, dado que as conhecidas definições de *classe social* têm fraca capacidade de segmentação, para além daquela que lhe é atribuída pela variável nível de instrução que inclui. A variável de *origem de classe*

¹³ As respostas que identificam indivíduos oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa, pela sua fraca expressão (apenas 4 respostas), pela falta de clareza das respostas (apenas é indicado o país ou a região e não uma área mais estrita como era solicitado) e face à dificuldade daí derivada de se classificarem neste quadro bipartido, foram consideradas nesta variável como não respostas.

foi definida de acordo com os seguintes procedimentos (Ferrão, 1982; Almeida, Costa & Machado, 1988):

1º Com base das informações das questões nº18, 19, 20, 21 e 22, sobre o nível de instrução do pai e da mãe, a posição ou nível funcional na profissão, a dimensão da empresa e a profissão em detalhe, os indivíduos foram classificados de acordo com o nível da sua situação socioprofissional;

2º Do cruzamento entre os resultados do posicionamento sócio-profissional do pai e o da mãe constitui-se a classe social de origem do respondente;

3º Os indivíduos foram classificados de acordo com a seguinte tipologia, utilizada por J. Ferreira de Almeida em colaboração com outros autores (1988):

Quadro nº5. Tipologia dos lugares de classe

LUGAR DE CLASSE	
1.	Burguesia empresarial e proprietária
2.	Burguesia dirigente e profissional
3.	Pequena burguesia intelectual e científica
4.	Pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia
5.	Pequena burguesia de execução
6.	Pequena burguesia de independente e proprietária
7.	Pequena burguesia agrícola
8.	Pequena burguesia agrícola pluriactiva
9.	Pequena burguesia proprietária e assalariada
10.	Pequena burguesia de execução pluriactiva
11.	Operariado industrial
12.	Operariado agrícola
13.	Operariado pluriactivo
14.	Operariado industrial e agrícola
15.	Não classificáveis: estudantes, domésticas, desempregados à procura do primeiro emprego
16.	Outros

Fonte: Baseado em J. Ferreira de Almeida (1988).

Esta tipologia assenta em “três oposições fundamentais: existência / inexistência de propriedade económica e / ou posse; trabalho produtivo / improdutivo e trabalho intelectual / manual, sendo os dois primeiros de carácter económico e o terceiro de índole político-ideológica” (Ferrão: 1982: 3).

Suportando-nos no trabalho de João Ferrão (1982) a tipologia apresentada explica-se da seguinte forma, com base naquelas três oposições:

- De inspiração marxista, esta classificação permite a diferenciação social em função da apropriação da riqueza produzida (dirigentes ou formas de produção mercantil simples), ou da sua não apropriação (assalariados);
- O grupo que integra a situação de não apropriação da riqueza cinde-se em função de uma segunda oposição: trabalho produtivo / trabalho improdutivo; dando origem a dois sub-grupos: os assalariados não produtivos ou *pequena burguesia* (assalariados da administração, comércio e serviços) e os assalariados produtivos ou *proletariado* (assalariados agrícolas e industriais – 11., 12., 13. e 14. do quadro nº5). Uma terceira oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual permite ainda diferenciar no primeiro sub-grupo entre os indivíduos que desenvolvem relações de domínio sobre outros, quer do ponto de vista do controle do trabalho, quer de um certo domínio do saber (capatazes, contramestres, chefes de secção, professores, jornalistas – 3., 4. e 5. do quadro nº5) e os restantes grupos de assalariados não produtivos;
- A introdução de critérios de carácter político-ideológico permite diferenciar de entre o grupo que apropria a riqueza produzida dois outros sub-grupos. Por um lado, registam-se os que controlam os meios de produção, e por isso desenvolvem relações de poder face a classes subalternas assalariadas (dirigentes de empresas, patrões, pessoas a viver de rendimentos, quadros superiores – 1. e 2.), e os que são trabalhadores directos e não recorrem a trabalho assalariado (os *isolados* da indústria, do comércio dos serviços e da agricultura – 6., 7., 8., 9. e 10.).

Por último, os indivíduos foram recategorizados em função das baixas frequências das diversas categorias e atendendo à compatibilidade entre estas.

Índice de informação política

A constituição de um índice de informação com base em cinco variáveis ficou a dever-se à necessidade de, por um lado, compactar informação de natureza idêntica e, por outro, formar uma nova variável suficientemente forte para expressar o nível de informação dos indivíduos. A recategorização desta variável com três indicadores permite uma maior agregação da informação e a fuga ao posicionamento médio, cujo procedimento consta do quadro seguinte.

Quadro nº6. Construção do índice de informação política

Variáveis	ESCALA UTILIZADA NO QUESTIONÁRIO				
	5 a 7 dias por semana	4 a 5 dias por semana	2 a 3 dias por semana	1 dia por semana ou menor freq.	Raramente ou nunca
Frequência com que costuma ver programas na televisão sobre questões políticas (questão nº2)	1	2	3	4	5
Frequência com que costuma ouvir programas na rádio sobre questões políticas (questão nº3)	1	2	3	4	5
Frequência com que costuma ler artigos ou notícias sobre questões políticas (questão nº4)	1	2	3	4	5
Frequência com que costuma conversar sobre questões políticas (questão nº5)	1	2	3	4	5
Frequência com que lhe pedem opinião sobre questões políticas (questão nº6)	1	2	3	4	5
Intervalos	(5-10)		(11-15)		(16-25)
ESCALA CONSTRUÍDA PARA O ÍNDICE	Bem ou muito bem informado		Razoavelmente informado		Pouco ou nada informado

Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº2 a 6).

Atitude face à intervenção política convencional / não convencional

Por forma a simplificar e dar significância aos dados procedeu-se primeiramente à agregação dos indicadores da questão nº9 com menor expressão a outros compatíveis com estes por envolverem acções de natureza similar, assim como à agregação de indicadores que apenas envolvem acções similares. Com base na classificação da participação política apresentada em 4.2.2., nas actividades apontadas por Montero & Torcal como formas de participação não convencional (1992, 1994) e na definição de apatia política apresentada também no ponto 4.2.2. deste trabalho (Lazarsfeld et al., 1969; Cruz, 1995b), aqueles indicadores foram posteriormente categorizados da seguinte forma:

Quadro nº7. Modalidades de participação política

Formas de participação não convencionais
Participar numa greve
Assinar uma petição ou abaixo assinado
Organizar ou participar em manifestações ou marchas
Ocupar um edificio público ou instalações de uma empresa, cortar uma estrada ou linha de comboio, ou boicotar ou impedir a realização de eleições
Escrever um artigo ou carta para os meios de comunicação social
Formas de participação convencionais
Falar com os dirigentes ou responsáveis do seu partido ou falar com o Presidente da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal
Votar no partido que lhe parece ser melhor para resolver o problema
Apatia política
Não votar nas eleições ou não fazer nada

Fonte: Baseado em Lazarsfeld et al. (1969); Montero & Torcal (1992, 1994) e Manuel Braga da Cruz (1995b).

Identificação com tendências ideológicas

A agregação dos indicadores desta variável fez-se da seguinte forma, em função do baixo índice de respostas e da proximidade ideológica:

- a) Continuadores do regime de Salazar, Conservadores, Monárquicos, Liberais e Democratas-cristãos – considerados ideologicamente situados à direita da social-democracia;
- b) Sociais democratas
- c) Socialistas
- d) Ecologistas
- e) Verdes e Comunistas, ambos considerados enquanto comunistas pela proximidade política que apresentam no nosso país;
- f) Maoistas e Outros (Anarquistas, Trotsquistas, Neutros, etc.) – considerados como um todo residual face a um índice de respostas muito baixo.

Intenção de voto

O voto branco, nulo, o “nenhum” e os “não votava” foram agregados, por forma a constituir uma categoria com as pessoas que declararam não querer votar em nenhum partido, que designámos por *abstenção*. Agregaram-se, ainda, os seguintes indicadores: Verdes, PPM e MRPP/PCTP, pela baixa frequência que apresentam isoladamente, tendo sido no conjunto considerados como uma categoria residual.

Dimensão materialista / pós-materialista

O ponto de apoio e de partida para a análise empírica – a classificação do conjunto de indicadores da dimensão materialista / pós-materialista em materialista e pós-materialista – envolveu um conjunto de procedimentos por forma a afastar, tanto quanto possível, a subjectividade da classificação.

Num primeiro passo adoptou-se a bateria de indicadores de Ronald Inglehart, bem como um conjunto de outros indicadores sugeridos por trabalhos recentes realizados por dois autores espanhóis, Ramón Montero & Mariano Torcal (1994, 1999), tendo-lhes sido ainda acrescentados três indicadores que interessou testar à luz da nossa realidade (quadro nº8).

Não se dispondo de um suporte nacional comparativo para a classificação, e supondo que a realidade nacional não será substancialmente diferente da espanhola, as indicações contidas nos trabalhos realizados na vizinha Espanha, por Ramón Montero & Mariano Torcal (1992, 1994) quanto ao posicionamento dos diferentes indicadores na dimensão materialista / pós-materialista constituíram o quadro de referência desta análise, sendo confirmados em função da classificação de Inglehart num estudo realizado num conjunto de países europeus e da América Norte (1998). Os três indicadores não testados naqueles trabalhos foram classificados com base nos princípios que definem e opõem o materialismo ao pós-materialismo. O resultado foi o seguinte:

Quadro nº8. Bateria de indicadores utilizados no questionário para medir a dimensão materialista / pós-materialista

Variáveis da dimensão materialismo / pós-materialismo ¹⁴	Dimensão	Fonte bibliográfica
Manter um elevado nível de crescimento económico	Materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Garantir forças armadas fortes para a defesa do país	Materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias	Pós-materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Promover a participação das pessoas nas actividades culturais	Pós-materialista	-
Manter as cidades e os campos limpos	Materialista	Montero & Torcal (1992, 1994)
	Pós-materialista	Inglehart (1998)
Controlar a subida dos preços	Materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Defender a liberdade de expressão	Pós-materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Dar aos cidadãos maior capacidade de intervenção nas decisões importantes do governo	Pós-materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Evoluir para uma sociedade mais humana e menos impessoal	Pós-materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Evoluir para uma sociedade em que as ideias são mais importantes do que o dinheiro	Pós-materialista	Montero & Torcal (1992, 1994) Inglehart (1998)
Combater a delinquência	Materialista	Montero & Torcal (1994) Inglehart (1998)
Lutar contra o terrorismo	Materialista	Montero & Torcal (1992, 1994)
Diminuir as desigualdades sociais	Pós-materialista	Montero & Torcal (1992)
Lutar contra o desemprego	Materialista	Montero & Torcal (1992, 1994)
Lutar contra a corrupção	Pós-materialista	Montero & Torcal (1994)
Proteger o ambiente	Pós-materialista	Montero & Torcal (1994)
Diminuir a insegurança dos cidadãos	Materialista	Montero & Torcal (1992)
Melhorar a educação e a saúde pública	Materialista	Montero & Torcal (1992, 1994)
Lutar contra o tráfico de droga	Materialista	Montero & Torcal (1994)
Um governo com autoridade	Materialista	-
Aumentar os rendimentos das pessoas	Materialista	-

Fonte: Informação recolhida em Montero & Torcal (1992, 1994) e Ronald Inglehart (1998) para construção da questão nº10 do inquérito em *Anexo I.*

¹⁴ A não adopção dos 4 itens (*Manter a ordem na nação, Dar às pessoas maior capacidade às pessoas para participar nas decisões políticas importantes, Lutar contra a subida dos preços e Proteger a liberdade de expressão*) de Inglehart (1977) para identificar os indivíduos materialistas, pós-materialistas e mistos, visa adequar as preocupações dos cidadãos de um país em desenvolvimento como é Portugal e superar a limitação em termos de indicadores, alargando o leque de opções.

Quanto à definição dos indicadores, apenas “manter as cidades e os campos limpos” oferece dúvidas quanto ao seu posicionamento. Porém, e como se verá adiante (quadro nº11), este item surge na presente distribuição fortemente associado aos indicadores materialistas, tal como sucede no trabalho de Montero & Torcal, sendo por isso aqui classificado como materialista.

Com introdução do item “promover a participação das pessoas nas actividades culturais” pretendia-se explorar a importância atribuída pelos indivíduos a dois aspectos fundamentais na definição do pós-materialismo: a participação social e o interesse em questões culturais, demonstrando à luz da teoria maslowiana o superar das necessidades primárias e a aspiração à satisfação de necessidades menos imediatas de realização pessoal.

“Um governo com autoridade” e “aumentar o rendimento das pessoas” estão tendencialmente relacionados, respectivamente com questões de segurança e ordem, no caso do primeiro item, e de estabilidade económica, o segundo, questões estas que a teoria maslowiana situa ao nível da satisfação das necessidades mais básicas, e por isso associadas aos valores materialistas.

Procedeu-se depois à confirmação da classificação, primeiramente, mediante o cálculo da associação entre as duas variáveis que pretendem estudar a dimensão (quadros nº9 e 10), na sequência da confirmação da associação entre a escolha do primeiro objectivo e a escolha do segundo, procedeu-se então ao cruzamento das duas variáveis entre si (quadro nº11).

Com o teste de associação entre as variáveis pretende-se saber se, tendo conhecimento do comportamento de uma delas, se pode prever o comportamento da outra, ou seja, se

Uma das críticas apontadas a Inglehart é o facto de associar numa mesma dimensão objectivos políticos e objectivos de liberdade sócio-cultural (Viegas, 1993), problema que aqui não se põem desta forma, pois são múltiplos os objectivos que caracterizam uma e outra dimensão.

existe ou não uma relação de dependência entre a escolha do primeiro e do segundo lugar para os objectivos que o país deverá alcançar nos próximos 10 anos¹⁵.

Quadro n°9. Medidas de associação baseadas no teste do Qui-Quadrado

Medidas	Valor	Significância
Phi	1,505	0,000
Coefficiente de Contingência	0,833	0,000
V de Cramer	0,337	0,000
N° de casos válidos	316	

Fonte: Inquérito em *Anexo I*.

Considerando que a associação é perfeita se igual a um e relevante se próxima da unidade, deduz-se pelos valores do quadro anterior que existe uma associação significativa entre as variáveis (apenas o *V de Cramer* apresenta um valor fraco de associação).

Quadro n°10. Medidas de associação baseadas na redução proporcional do erro de previsão (PRE)

Medidas	Valor	Asymptotic Std. Error	Significância
Lambda	Simétrico	0,118	0,027
	Var. 1° objectivo para o país (dependente)	0,116	0,033
	Var. 2° objectivo para o país (dependente)	0,120	0,032
Goodman e Kruskal Tau	Var. 1° objectivo para o país (dependente)	0,089	0,010
	Var. 2° objectivo para o país (dependente)	0,091	0,008

Fonte: Inquérito em *Anexo I*.

¹⁵ A independência das variáveis significa que o comportamento de uma variável é aleatório em relação ao da outra, sendo a associação entre elas igual a zero. A dependência, por outro lado, significa que o conhecimento do comportamento de uma variável permite prever o comportamento da outra, sendo o valor da associação aproximado à unidade. No primeiro caso não há qualquer associação entre as variáveis, e no segundo, pelo contrário, existe associação, podendo ser perfeita se igual à unidade (Pestana & Gageiro, 1998).

O quadro nº10 identifica os valores de redução do erro de previsão do comportamento de uma variável que o conhecimento da outra variável permite. Assim, o *Lambda* permite afirmar que o conhecimento da informação sobre uma das variáveis reduz o erro de previsão sobre o comportamento da outra variável em 11,8% e o teste de *Goodman e Kruskal Tau* em cerca de 9%. O *Asymptotic Std Error* possibilita a construção de intervalos de confiança, pelo que, o intervalo a 95% para *Lambda* corresponde a:

$$0,118 \pm 2 (0,027)$$

Há assim 95% de confiança de que o verdadeiro *Lambda* se situe entre 0,172 e 0,064, sendo o desvio calculado para os outros testes e situações igualmente baixo, o que significa que os valores de associação dados pelas medidas estão próximos dos reais.

Dado que os níveis de significância dos testes são de 0,000 e num caso de 0,001, rejeita-se a hipótese de não haver associação entre as variáveis em análise, o que permite afirmar que as reduções do erro de previsão calculadas pelas medidas de cerca de 12% e de 9%, respectivamente para o *Lambda* e para o teste de *Goodman e Kruskal Tau*, são estatisticamente significativas.

Confirmada a existência de associação entre as variáveis, analisou-se de seguida o comportamento destas entre si. Partindo das definições indicadas no quadro 8 procedeu-se à avaliação da associação dos indicadores materialistas e pós-materialistas, da primeira e segunda opção, entre si (quadro nº11). Os resultados evidenciaram uma expressiva congruência com a classificação inicial de Montero & Torcal à excepção de “melhorar a educação e a saúde pública”, cujo comportamento parece traduzir uma dupla valência apresentando valores significativos de associação com indicadores pós-materialistas e em simultâneo com indicadores materialistas. Uma reflexão mais atenta sobre este indicador facilmente nos encaminha a formular uma explicação plausível para este duplo comportamento. Apesar de claramente considerado por Montero & Tocal como materialista, este indicador engloba duas componentes distintas: a educação e a saúde,

que, apesar de aparentemente similares pelo carácter de necessidade social básica, podem ser interpretadas de modo diverso por referência à dimensão materialista / pós-materialista. Enquanto a priorização da melhoria da saúde pública traduz inquestionavelmente uma necessidade de segurança física e por isso de carácter materialista, a priorização da educação afigura-se independente da satisfação de necessidades de segurança, quer físicas, quer económicas, associando-se antes à satisfação de necessidades de realização pessoal, e portanto, mais próxima do pós-materialismo. É assim natural que a junção das duas componentes num único indicador conduza a um comportamento indiferenciado relativamente à dimensão materialista / pós-materialista.

Dada a impossibilidade de proceder a qualquer rectificação deste indicador naquele sentido, optou-se por o considerar, tal como a associação relativamente aos restantes indicadores o sugere, com um carácter misto – pós-materialista quando associado a indicadores pós-materialistas, materialista quando associado a indicadores materialistas.

Os resultados da associação entre os indicadores constam do quadro seguinte:

	% no 1º objectivo	6,3%											6,3%			31,3%			18,8%	25,0%	12,5%			100,0%		
	% no 2º objectivo	6,3%											8,3%			11,6%			23,1%	6,9%	25,0%			5,1%		
Diminuir a insegurança	Valores absolutos							1					1							1				4	75	25
	% no 1º objectivo							25,0%					25,0%							25,0%				100,0%		
	% no 2º objectivo							25,0%					7,7%							4,5%				1,3%		
Melhorar a educ. e saúde pública	Valores absolutos	6		1	2		1	1	5	1	2		1	9	4			18	2		2		6	61	36	63,9
	% no 1º objectivo	9,8%		1,6%	3,3%		1,6%	1,6%	8,2%	1,6%	3,3%		1,6%	14,8%	6,6%			29,5%	3,3%		3,3%		9,8%	100,0%		
	% no 2º objectivo	37,5%		12,5%	40,0%		25,0%	16,7%	21,7%	7,7%	16,7%		100,0%	20,9%	18,2%			47,4%	15,4%		25,0%		22,2%	19,3%		
Lutar contra o tráfico de droga	Valores absolutos																							1	100	0
	% no 1º objectivo																							100,0%		
	% no 2º objectivo																							33,3%		
Um governo com autoridade	Valores absolutos																			1				1	0	100
	% no 1º objectivo																			100,0%				100,0%		
	% no 2º objectivo																			2,6%				3%		
Aumentar os rendimentos das pessoas	Valores absolutos													2	2									9	77,8	22,2
	% no 1º objectivo													22,2%	22,2%									55,6%	100,0%	
	% no 2º objectivo													4,7%	9,1%									8,6%	2,8%	
Total	Valores absolutos	16	2	8	5	5	4	6	23	13	12	3	1	43	22	6	38	13	58	8	3	27	316			
	% no 1º objectivo	5,1%	,6%	2,5%	1,6%	1,6%	1,3%	1,9%	7,3%	4,1%	3,8%	,9%	,3%	13,6%	7,0%	1,9%	12,0%	4,1%	18,4%	2,5%	,9%	8,5%	100,0%			
	% no 2º objectivo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% Materialistas	62,7	100	25	0	100	100	16,7	34,6	38,5	16,7	100	100	35	68,1	33,4	23,6	53,9	43,1	75	66,6	74				
	% Pós-materialistas	37,6	0	75	100	0	0	83,3	65,1	61,6	83,4	0	0	65,1	31,8	66,7	76,3	46,2	56,9	25	33,3	25,9				

Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº10).

Da leitura do quadro anterior é possível afirmar que, na generalidade, se observa uma significativa congruência dos resultados relativamente às conclusões do trabalho de Montero & Torcal (1992, 1944) e às explicações e opções enunciadas anteriormente.

Note-se, no entanto, que face ao fraco índice de respostas registado num conjunto de indicadores¹⁶ e dada a subsequente fraca significância da análise dos mesmo, estes devem ser interpretados com as devidas precauções.

Definida a classificação dos indicadores em materialistas e pós-materialistas, procedeu-se posteriormente à construção da variável que define os indivíduos em materialistas, pós-materialistas e mistos. São definidos como materialistas os indivíduos que escolhem como primeira e segunda opção para o país dois indicadores que representam valores materialistas; são pós-materialistas os indivíduos que optam por dois indicadores pós-materialistas, e mistos os que congregam a opção por um indicador materialista e um pós-materialista. Sempre que esteja em causa a opção por “melhorar a educação e a saúde pública”, e como referido anteriormente, o quadro de valores que este indicador assumirá será condicionado pelo outro indicador seleccionado pelo respondente.

Explicados os procedimentos metodológicos que norteiam a realização da presente dissertação entramos de seguida na exploração da componente teórica da mesma, procedendo-se de imediato, na *Parte I*, à enunciação e análise das principais características que presidem ao denominado paradigma da “pós-modernidade”, sua articulação com o fenómeno do pós-materialismo, e ainda algumas noções básicas relativas ao funcionamento dos sistemas democráticos.

¹⁶ O problema das baixas frequências verifica-se particularmente no seguinte conjunto de indicadores: *Garantir forças armadas fortes para a defesa do país manter; Procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias; Promover a participação das pessoas nas actividades culturais; Manter as cidades e os campos limpos; Controlar a subida dos preços; Defender a liberdade de expressão; Combater a delinquência; Lutar contra o terrorismo; Lutar contra a corrupção; Lutar contra o tráfico de droga, e Um governo com autoridade.*

PARTE I

O POLÍTICO E O PARADIGMA DA “PÓS-MODERNIDADE”

Robert Dahl define a política como um facto inevitável e persistente na existência humana (Dahl, 1963). De forma mais ou menos consciente, com maior ou menor intensidade, todos assumimos condutas políticas, temos atitudes e opiniões face a assuntos políticos. Também as consequências das decisões e acontecimentos políticos atingem indiscriminadamente a generalidade dos cidadãos, de forma mais ou menos directa e intensa. A esfera política abraça e funde-se no todo social. O político é o elemento estruturante e organizador da vida em sociedade e o indivíduo em sociedade nada mais é que o animal político aristotélico¹.

Do ponto de vista científico, a inevitabilidade e complexidade da política abre inúmeros campos de investigação, entre os quais um particularmente interessante, não só pela actualidade das transformações que protagoniza, assim como pelos escassos trabalhos com maior profundidade a que tem dado azo: a dimensão do espaço político no que respeita às percepções, valores, comportamentos e atitudes dos cidadãos face ao sistema político de que são uma parte integrante, aliás, o estudo da cultura política nas suas múltiplas facetas.

Nas últimas décadas, um conjunto de mudanças observadas nas modernas sociedades industriais denota importantes transformações culturais de âmbito socio-político. Este fenómeno é particularmente visível no âmbito do comportamento político individual: as modalidades convencionais de participação política parecem perder terreno, enquanto formas alternativas de participação política angariam progressivamente mais adeptos, os

¹ Sobre a concepção aristotélica do Homem enquanto animal político ver *ponto 2.1.2.*

tradicionais pólos ideológicos antagónicos dão lugar a uma aparente miscelânea de ideias sem conexão ideológica imediata, novas causas de carácter não económico são mobilizadas para o campo político, o suposto fim da ideologia é tema de debate político...

A verificação da mutação comportamental encontra enquadramento na explicação do denominado paradigma da “pós-modernidade”. A racionalidade e normatividade que até há algumas décadas atrás condicionavam e explicavam o comportamento dos indivíduos e a própria sociedade, parecem desde então ter vindo a dar lugar a um novo espaço individual e social, em que têm lugar preocupações do foro privado, de carácter estético, de participação social, de expressão ascética, senão mesmo de exploração da pluralidade cultural da realidade.

É, conseqüentemente, inserido numa conjuntura mundial em transformação que o presente estudo intenta analisar as questões relativas à mudança cultural política. Passamos nos pontos seguintes à explicitação mais pormenorizadamente esta articulação.

1.1. A Afirmção do “Pós-Moderno”

A passagem do industrialismo ao pós-industrialismo tem tido como reflexo na dimensão social, cultural e política, a passagem para um novo quadro axiológico, a emergência de um novo paradigma denominado *pós-materialista* que, numa dimensão mais ampla é também designado de “*pós-moderno*”.

Esta mutação encontra explicação contextualizada no actual momento histórico, relatado pela escola heterogénea, ou, talvez melhor, pelas escolas do chamado “pós-modernismo”. Porém, aqui, no conjunto de abordagens ao “pós-modernismo” interessam apenas as conceptualizações que estas partilham. Nas suas posições básicas comuns são portadoras de uma visão global da actualidade e é nesta que nos deteremos em seguida.

A “pós-modernidade” não constitui o início de uma nova era por oposição à anterior – a modernidade – mas antes o evoluir natural dos traços que definem esta última. Jean-François Lyotard esclarece mesmo que “a modernidade está grávida do seu pós-modernismo” (1990: 34), na medida em que o último está implícito, é gerado e se desenvolve a partir da primeira. “A pós-modernidade oferece-nos a possibilidade de uma visão crítica da modernidade. Não o fim da modernidade, mas a possibilidade de uma modernidade reconstruída” (Smart, 1993: 141).

É com a modernidade que se manifesta o progresso económico e a produtividade do trabalho, a formação de identidades nacionais, o ampliar da participação política, a expansão da educação formal e a secularização de valores e normas. Estes não constituem, de facto, fenómenos “pós-modernos” na sua essência, mas é no desenvolvimento respectivo que se centra este fruto da modernidade. No entanto, e com o propósito de estabelecer algumas referências cronológicas, pode aceitar-se a indicação de alguns autores de que a modernidade começou a perder vigor nos anos 50 com o advento tecnológico (Lyotard, 1989; Smart, 1993; Rodrigues da Silva, 1994), dando lugar à “pós-modernidade” nos anos 80, altura em que, de acordo com José Maria Rodrigues da Silva (1994) sucedeu o primeiro acontecimento “pós-moderno” – a queda do Muro de Berlim.

Desta forma, é essencialmente a partir de meados do século XX, que a célere evolução tecnológica e científica leva ao colapso das referências espaciais-temporais anteriores e à valorização das interações entre estas duas dimensões da realidade social – o espaço e o tempo (Silva, 1994; Charzat, 1999). A globalização da comunicação e a facilitação da mobilidade física alargou desmedidamente os espaços de experiência social – os factos locais repercutem-se globalmente e os factos globais são facilmente acedidos ao nível local. A difusão a larga escala da mensagem audio-visual concede uma nova dimensão ao espaço público, manipulando a visibilidade e o crédito da informação.

Esta corrente de pensamento “pós-moderno” declara o fim da separação moderna entre o público e o privado², apologizando e concentrando-se neste último. Os desejos, as escolhas e as decisões individuais são valorizadas e a responsabilidade social e política de cada um enaltecida, concedendo-se ao espaço micro-social uma representação impar na esfera política. As alterações que se têm vindo a fazer sentir têm mesmo originado a modificação na constituição tradicional do próprio espaço público. “O que na verdade está a entrar em crise é a noção de um espaço bem delimitado, um espaço entre outros, como seriam os do privado, os da governação (ou do Estado)” (Miranda; 1997: 156). Tal deriva da invasão deste espaço pela cultura mediática e tecnológica, causadora de um profundo alargamento do conceito, que, em suma, coincide com o processo de globalização e universalização “pós-modernos”.

O momento actual privilegia a heterogeneidade e a diferença enquanto forças de expressão cultural livre. O pluralismo, a fragmentação, a indeterminação, a contingência, a descontinuidade, enfim, a recusa do sujeito unitário e da cultura estandardizada, possibilita um tratamento novo e diferenciado de um conjunto de questões específicas tais como, as mulheres, os jovens, os idosos e reformados, as minorias étnicas e religiosas, entre outras. Reabilita-se assim o local, o regional, certas crenças e práticas tradicionais (Smart, 1993).

Esta atomização das preocupações sociais não parece, contudo, constituir-se como motor de uma maior consolidação das concepções democráticas, tais como a liberdade, a igualdade social ou a solidariedade, prevalecendo expressivas massas de excluídos (Teixeira Fernandes, 1998; Ramos & Cunha, 2000; Neto & Cunha, 2000). De facto, “este crescente inter-relacionamento económico internacional em que eventos, decisões e actividades desenvolvidas numa parte do mundo em tempo real ou a curto prazo têm

² De acordo com Hannah Arendt, para além da diferenciação entre espaço público e privado acresce um terceiro, o espaço social - “a distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas (...) mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenómeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional” (Arendt, 1991: 37). Interessa nesta abordagem focar a passagem “pós-moderna” da ênfase no espaço público para o espaço privado, entendidos, o primeiro, com compreendendo o funcionamento e organização do sistema político no seu todo, e o segundo, abrangente da globalidade da actividade individual.

consequências significativas numa outra parte do globo, não significa que o mundo esteja a tornar-se politicamente mais unido ou socialmente mais homogéneo” (Neto & Cunha, 2000: 31). Consequência da mundialização, as transformações globais que se têm vindo a processar têm-se revelado incapazes de atenuar as discrepâncias sócio-económicas, “o que pode reforçar a tese (...) de que só se tenderão a acentuar, por esta via, fenómenos como a exclusão social, através de sistemas de dominação possibilitados pelas novas tecnologias e da incorporação de novos mecanismos para o reforço do poder das elites que daí emergem” (Stock & Carlos, 1998: 119).

Assim, se por um lado se proclama o declínio do individualismo, por outro, afirma-se o regresso do individualismo, não se tratando no entanto de teses opostas. Se, por um lado, se verifica um alargamento do carácter colectivo aos campos económico e social, por outro, os valores da cultura “pós-moderna” estão centrados no individualismo no sentido do retorno ao tradicional, ao local, à vida comunitária, mas também na soberania do indivíduo, no interesse próprio, no direito à propriedade privada. O enfoque comunitário posiciona-se, assim, a par do privilégio dos valores hedonistas. No plano económico a globalização à escala mundial é inegável, porém a identificação é cada vez mais reduzida e localizada (Laidi, 1998). A singularização da realidade “pós-moderna” pode, assim, vir a constituir uma ameaça ao equilíbrio sócio-político, na medida em que tem subjacente a excrescência de movimentos sociais, nomeadamente de carácter nacionalista, ou, nas palavras de Giorgio Agamben “onde quer que estas singularidades manifestem pacificamente o seu ser comum, haverá um Tienanmen e, tarde ou cedo, surgirão tanques armados” (1993: 68).

Sintoma deste processo de individuação é a actual integração europeia. “A Nação tem vindo a dar o seu lugar ao cidadão como unidade base da construção política europeia, apontando desse modo para a constituição de um nova soberania europeia, pois efectivamente a noção de soberania moderna assenta na noção de cidadania. É a cidadania que confere soberania” (Cruz, 1995b: 475).

Em clara superação das modernas concepções racionalizadoras do poder, de diferenciação das estruturas políticas e de participação política, este novo paradigma recusa a interpretação totalizante do real, o mito iluminista da ética racional e universal. Pelo oposto, proclama a falência da razão como emancipadora e a sua opressão sobre o homem e a natureza, enaltecendo o reino do desejo e da sensibilidade. Denuncia o poder ilusório do Estado e da dominação de classe, em abono de uma realidade sócio-política tecida por micro-poderes disciplinadores da vida privada.

Este paradigma não reconhece ideologia porque não assume um centro ou classe dominante, nem uma verdade utópica. A democracia é vista a partir da pluralidade de acções e práticas sócio-políticas e não pelas instituições pelas quais se realiza. Sobre estas questões Barry Smart (1993) suporta que, apesar de a condição política “pós-moderna” assumir um desconforto natural para com qualquer tipo de utopia, o ultrapassar dos desígnios modernos exige a reconstrução das utopias. Da mesma forma, Jean-François Lyotard argumenta “a nostalgia da narrativa perdida perdeu-se também para a maioria das pessoas. Não se pode daí deduzir que estão votados à barbárie. O que os impede disso é que eles sabem que a legitimação só pode vir da sua prática da linguagem e da sua interacção comunicacional” (Lyotard, 1989: 86). Os princípios da solidariedade e comunidade em termos de programa político “pós-moderno” representam já, implicitamente, formas utópicas.

Concretizando formas mais explícitas de utopia, cabe referir a concepção democrática “pós-moderna” de Anthony Giddens (1994) – *dialogic democracy* – cujas principais dimensões se diferenciam da abordagem da democracia enquanto meio de representação de interesses, suportando-se no entendimento da democracia enquanto meio de criação de um espaço público de debate e resolução de assuntos públicos controversos através do diálogo, dando assim lugar à expressão da multiplicidade de percepções e opiniões, ao invés de recorrer a formas pré-estabelecidas e centralistas do poder. Esta interpretação do conceito de democracia, com o intuito de aprofundar o próprio conceito de

democraticidade, pode ainda, de acordo com Giddens, ser mobilizada mediante a actividade de movimentos e grupos sociais que abrem assim espaços de diálogo público para a abordagem de assuntos próprios e, portanto, da esfera privada.

A perspectiva de novos mecanismos de democraticidade e de aprofundamento da cidadania, assentes nas novas tecnologias da comunicação, parecem ter vindo, nos últimos anos, a ganhar consistência operacional, alertando para a possibilidade de novas e mais amplas formas de fazer política (Lyotard, 1989; Stock & Carlos, 1998). Cabe aqui a concepção democrática helénica³, apoiada numa democracia directa e participada, reassumida não apenas por Giddens, como veremos adiante, passível de ser promovida pelos novos meios electrónicos. Estes poderão possibilitar a constituição de canais de interacção bidireccional alargados e imediatos, no âmbito de discussões políticas locais, regionais, nacionais ou transnacionais, mobilizadores dos cidadãos para a participação directa na cena política.

Esta visão da democracia, cujo cerne é nada mais do que a procura da concretização, tão fidedigna quanto possível, do conteúdo mais puro da teoria democrática, está presente num conjunto de outros autores da actualidade (Held, 1994, Lijphart, 1997, Harnecker, 1999) e será abordada com mais detalhe no *ponto 4.6.1.*

A ideia moderna da cidadania universal assenta na concepção liberal de que todos os indivíduos nascem livres e iguais, sendo, naturalmente, livres e iguais entre si. De acordo com esta tese todos dispõem do direito à posição pública de cidadãos, suporte do respectivo estatuto de autonomia. Esta ideia de indiferenciação da natureza humana assente no conceito de direitos individuais é fortemente questionada pelo pensamento “pós-moderno”, que se apoia, não na uniformização dos indivíduos, mas na valorização da sua diferenciação. Paul Barry Clarke (1996) acusa mesmo a concepção liberal de cidadania de camuflar, com a concessão de direitos formais, um verdadeiro estado de sujeição dos

³ Sobre esta concepção ver *ponto 2.1.*

indivíduos, razão da imensa apatia política presente nas sociedades democráticas liberais. A concepção de cidadão “pós-moderna” rejeita o indivíduo enquanto apenas recipiente passivo de um conjunto de direitos legalmente protegidos, enfatizando a identificação política comum dos indivíduos os quais, no entanto prosseguem fins particulares. Acrescenta-se, assim, à cidadania liberal as noções de vida pública, actividade cívica e participação política, conciliando os direitos e liberdade liberais e a igualdade e participação democráticas, como preconizado por Maria José Stock (1998). “O universalismo não é rejeitado, mas particularizado; o que é necessário é um novo tipo de articulação entre o universal e o particular” (Mouffe, 1996: 27). O espaço privado assume efectivo carácter político, abrindo espaços para o desenvolvimento das virtudes cívicas clássicas.

A multiplicidade de espaços de identificação e pertença política gerados pela fragmentação da sociedade “pós-moderna” associados ao centramento no indivíduo, originam um novo mundo de oportunidades de participação política da cidadania “pós-moderna”, não apenas pontuais, mas contínuos, no espaço e no tempo. “O novo conceito de cidadania contém, de facto, os princípios originários de responsabilidade e participação cívico-política, mas incorpora, igualmente, direitos do campo económico e social – agora também de âmbito cultural – alargando a sua base de apoio social e política” (Viegas & Dias, 2000). Os espaços tradicionais de cidadania ampliam-se, retratando uma nova consciência social sobre um conjunto de problemas que, não sendo inteiramente novos, assumem agora verdadeira relevância social face ao seu agravamento nas sociedades actuais, tais como as questões ambientais, o acesso à informação e à cultura, ou o direito à diferença. Por outro lado, questões tradicionalmente do espaço privado extravasam este espaço transformando-se em questões de debate público, tais como a violência familiar ou a interrupção voluntária da gravidez.

No entanto, a par do alargamento do direitos de cidadania, a lógica da globalização mundial subtraiu capacidade de concretização no âmbito dos novos poderes democráticos, limitando a possibilidade de realização daquela amplificação de direitos (Viegas & Dias, 2000).

Perguntando-se sobre o significado do termo pós-modernidade, Anthony Giddens aponta simples e laconicamente as respostas alcançadas: “descobrimos que não se pode saber nada com qualquer certeza (...); que a «história» é destituída de teleologia e, conseqüentemente, nenhuma versão de «progresso» pode ser plausivelmente defendida; e que nasceu uma nova agenda social e política com a crescente importância das preocupações ecológicas e, talvez, dos novos movimentos sociais em geral” (Giddens, 2000:32).

A estreita afinidade entre as concepções do paradigma “pós-moderno” e do fenômeno pós-materialista podem identificar-se, basicamente, na medida em que ambas as teorias procuram explicar um novo quadro histórico em que se insere uma realidade sócio-económico-política com novos focos de vida e novos pontos de interesse, alertando as duas teorizações para a ocorrência de uma importância emergente atribuída a valores centrados no indivíduo, na liberdade, na estética e na qualidade (Gibbins & Reimer, 1995). Porém, não se trata de concepções equivalentes: enquanto o pós-materialismo identifica a mudança de valores de ordem sócio-política, o “pós-moderno” pretende explicar a mudança dos valores sociais, políticos, económicos, religiosos no seu todo. A mudança de valores materialistas para pós-materialistas não é mais do que um aspecto de uma mudança cultural mais ampla (Inglehart, 1998).

1.2. Do “pós-moderno” ao pós-materialismo

Pilares do materialismo, as sociedades industriais produtivistas e consumistas assumiram como preocupação central a preservação da ordem e da estabilidade políticas e o assegurar do bem-estar material do ponto de vista sócio-económico (Cruz, 1995b). Os

valores dominantes nestas sociedades eram, assim, valores fundamentalmente materialistas⁴. Ultrapassada a ansiedade material, as sociedades pós-industriais, já com elevados níveis de prosperidade, tendem a valorizar politicamente a liberdade, a participação e as novas perspectivas de exercício da cidadania, dando a *quantidade de vida* lugar à *qualidade de vida*. O pós-industrialismo surge com o declínio do trabalho manual e o crescimento dos serviços terciários, com a elevação dos níveis de educação, com o desenvolvimento científico-tecnológico (Inglehart, 1977; Bell, 1988).

Os teóricos do pós-materialismo (Inglehart, 1977; 1993; Almond & Verba, 1989; Montero & Torcal, 1992, 1994) atribuem ao crescimento económico registado nas modernas sociedades industriais, nas décadas de 60 e 70, a razão do suposto declínio da importância dos assuntos de carácter económico enquanto factores explicativos das clivagens políticas, e a sua substituição por factores essencialmente relacionados com novos estilos de vida. A importância da segurança económica encontra visibilidade no facto demonstrado de que, especialmente junto daqueles segmentos sociais cujo processo de socialização primária⁵ não foi marcado por privações económicas, as questões materiais assumem uma relevância diminuta e as preocupações são mais significativamente pós-materialistas, se comparadas com as dos que viveram períodos de escassez económica.

Assim, consequência da estabilidade económica, os propósitos das reivindicações políticas suplantam as questões meramente materialistas, tornando-se progressivamente mais pós-materialistas. “The resulting shift toward emphasis on new political goals might be called the Post-Materialist phenomenon” (Inglehart, 1977: 286). Este fenómeno emergente está relacionado com novas necessidades sociais e políticas, estéticas, intelectuais, de pertença e de estima, com a necessidade de uma sociedade mais pessoal, comunitária, cultural e

⁴ A dicotomização entre valores materialistas e valores pós-materialistas vai de encontro às duas dimensões da mudança social apontadas por Max Weber: a mudança racional instrumental e a mudança racional centrada no valor (Parsons, 1964; Mommsen, 1989; Max Weber, 1993). Em relação à primeira a mudança social processa-se com base nos interesses materiais, com vista à adaptação à ordem social estabelecida, enquanto no que respeita à segunda a mudança se centra em interesses não-materiais, pretendendo a mudança da ordem social e o alcance de objectivos ascéticos. Estas duas dimensões dos sistemas sociais podem coexistir durante longos períodos de tempo, mantendo um conflito imaneente entre ambas, sendo com base nesta relação antagónica que os sistemas se desenvolvem e evoluem.

⁵ A problemática específica do processo de socialização será abordado em detalhe no *ponto 4.1.*

livre (Inglehart, 1977; 1993). A esfera política privada passa do quase anonimato para a cena da política – é aberta a possibilidade de expressão e participação política individual mediante modalidades de participação não convencional; é atribuída relevância política a novas preocupações de carácter social, tais como a poluição, a protecção ambiental, o aborto ou as minorias étnicas; enfim, os valores da cidadania são reforçados e a esfera pública perde progressivamente a preponderância e a legitimidade de actuação de que gozava anteriormente.

A intervenção do cidadão na vida política tende a ser perspectivada não apenas como a mera intervenção na escolha dos governantes, alargando-se, enquanto processo contínuo, à iniciativa individual na participação no processo de tomada das decisões políticas. A participação institucional e hierarquizada da cultura política materialista assumida pelas elites com o propósito da sua auto-legitimação dará lugar a uma nova participação mais diversificada que tem como objectivos, entre outros, a orientação, o condicionamento e o controlo do desempenho dessas mesmas elites (Cruz, 1995b). A participação política deixou, assim, de ser cingir exclusivamente à participação eleitoral, passando a concretizar-se numa multiplicidade de formas de participação permanentes e diversificadas, designadamente sob modalidades de participação não convencional (Lijphart, 1997). Os próprios canais de participação extravasam os juridicamente consagrados, possibilitando o surgir de novas formas de representação política de interesses sociais organizados, em diversos moldes.

A crise de legitimidade das instituições, associada à quebra de confiança no desempenho das mesmas, está em grande parte na origem destas novas formas de participação (Montero & Torcal, 1992; 1994), inicialmente enquanto expressões de reivindicação e de revolta. A este facto não foi alheio o enfraquecimento das formas de participação tradicionais, abaladas pela crise da governação sem legitimidade, induzida pela abstenção crescente em actos eleitorais.

A procura do equilíbrio ecológico, que o industrialismo delapidou, substituiu e limita o consumismo desenfreado da sociedade industrial (Yearly, 1992). Após a

instrumentalização desenfreada da natureza em prol do consumismo materialista, está agora a assistir-se a uma reposição da necessidade de preservação desta mesma natureza. “O homem pós-moderno descobriu hoje, para além da abundância material, o seu despojamento da natureza, tendo iniciado a redescoberta do equilíbrio que a industrialização rompera. É nesta perspectiva de maiores exigências de qualidade de vida e de cultura que se fala de pós-materialismo” (Cruz, 1995b: 500).

O consumo destas *novas* sociedades torna-se então, não apenas um consumo material, mas manifesta e progressivamente cultural, decorrendo daqui alterações significativas ao nível da conduta pessoal e da interacção social.

Uma outra faceta particularmente expressiva do fenómeno pós-materialista consiste na transformação ocorrida no comportamento eleitoral. Nas décadas de 40 e 50, o comportamento eleitoral no mundo ocidental, quando relacionado com o estrato social, indicava que os grupos sociais de baixo rendimento votavam tendencialmente em partidos ideologicamente conotados com a esquerda, enquanto os grupos de rendimentos mais elevados votavam tendencialmente à direita. Este padrão de comportamento poderá, em parte, ser explicado pelo período de contenção económica e, conseqüentemente, pela situação de pobreza de uma larga faixa da população das sociedades ocidentais, o que conduziu ao reforço da esquerda tradicional (Inglehart, 1977, 1993, 1998). Os partidos traduziam desta forma as clivagens ideológicas e sociais das sociedades industriais, justificando uma compatibilização significativa entre a identificação social e a preferência partidária. Todavia, nessas mesmas sociedades, o período de abundância e segurança física do pós 2ª Guerra Mundial conduziu ao abandono das reivindicações anteriores e ao surgimento de um ideário alternativo de esquerda centrado nas questões ambientais, na defesa das minorias, da melhoria da cultura e da qualidade da educação, numa moralidade mais permissiva e numa maior democraticidade (Inglehart, 1977, 1993, 1998). Os movimentos que decorreram da introdução destas novas questões no espaço político, a espectacularização da política, a progressiva pragmatização da vida política, e a crescente

desideologização daqui decorrente, constituem factores que se repercutiram nos conteúdos e clivagens dos partidos políticos, tendo culminado no decréscimo da participação e lealdade dos eleitores (Cruz, 1995b). A anterior fonte de clivagem política da sociedade industrial dissipa-se, e com ela desaparece a anterior previsibilidade do comportamento eleitoral. A nova esquerda pós-materialista é apoiada pelos segmentos mais educados e abastados, ao inverso da esquerda tradicional materialista que recebe o apoio dos estratos mais desfavorecidos da sociedade, que começa também a apoiar os partidos mais à direita do espectro político (Inglehart, 1976, 1977, 1998; Lipset, 1992). Os partidos diferenciam-se cada vez menos pela respectiva base social de apoio, ou por divergências significativas em termos de conteúdos ideológicos.

Toda esta problemática da nova segmentação político-partidária emergente da mudança cultural será objecto de análise empírica na *Parte V* deste trabalho, subordinada à investigação do nível de implantação dos valores pós-materialistas junto de uma amostra de estudantes da Universidade de Évora, como enunciado anteriormente.

O ano de 1968 afigura-se, simbolicamente, como o ano de ruptura cultural e de prenúncio de uma viragem do panorama axiológico. Neste ano, nos Estados Unidos da América emergiu uma enorme vaga de protesto liderada por estudantes universitários contra a guerra e pelos direitos civis, contagiando grande parte da sociedade americana. Na Europa, o fenómeno pós-materialista foi particularmente forte em França, tendo-se manifestado igualmente em outros países europeus, como a Alemanha, e com menor intensidade a Itália, a Holanda e a Suécia. No continente asiático, o Japão viveu um processo semelhante.

Desprovido de um conteúdo ideológico bem definido, o movimento de Maio de 1968, em França, caracterizou-se por uma mobilização generalizada dos diversos quadrantes políticos e sociais. Tratou-se de um movimento que, na óptica de Michel Crozier, não foi revolucionário, nem nos seus objectivos políticos, nem nas suas intenções sociais e o que dele decorreu foi uma ruptura cultural, mas não política ou social. Apesar da associação a

que se assistiu entre estudantes universitários e operários, este movimento, assim como os que nele se inspiraram, não absorveu o conteúdo ideológico da revolução proletária marxista, ou outro qualquer cunho definitivamente ideológico, constituindo não mais que movimentos de revolta contra o *status quo* que, pela primeira vez nestas sociedades, evidenciaram dimensões e características nunca antes registadas. “Aucun analyste raisonnable ne peut découvrir dans la crise de 1968 l’un quelconque des éléments de la révolution prolétarienne à laquelle on se réfère” (Crozier, 1970: 168). Para Crozier, a crise de Maio expressou uma revolta que pôs em causa o modo de acção da sociedade francesa, contra o que designou uma *sociedade bloqueada*, na medida em que a considera uma sociedade impositiva e convencional.

Estes movimentos, ideologicamente associados à ideia de uma nova esquerda, centraram-se na reivindicação de uma maior participação popular, pelo esbatimento da hierarquia social, pela abolição da autoridade formal e impessoal, pela informalização e flexibilização das grandes organizações burocráticas, pela luta por uma cidadania mais actuante. G. Fernández de la Mora (1973) argumenta que estes movimentos se caracterizam pela anti-ideologia que é o niilismo, uma vez que se concentram na reivindicação avulsa, desprovida de programa, que o autor acusa de agentes de desideologização.

Também Theodore Roszak (1984) se mostra muito céptico quanto ao carácter ideológico da transformação social ocorrida na década de 60, que denomina mesmo de *contracultura*. Esta designação decorre precisamente do afastamento que as ideias e valores emergentes denotam quanto à cultura da sociedade ocidental deste período, o que leva o autor não só a afirmar que não se trata de uma transformação cultural, mas da desintegração da cultura vigente e da sua substituição por outra, improvisada e desordenada.

As profundas perturbações do clima social que marcaram na década de 60 as sociedades ocidentais, foram reflexo de uma pressão marcadamente juvenil, cujo cerne das reivindicações radicou, de forma singular, no apelo a uma sociedade nova e melhor - “in France, as in Germany and the United States, the politics of the late 1960’s reflected a

change in the social bases of protest (...) the crisis of 1968 gave rise to two contrasting reactions which, superimposed on previous party preferences, induced given individuals to shift their support to the Right or to the Left. On the one hand, there was widespread fear of violence (...) On the other, certain groups cherished hopes that a better society might emerge from the May Revolt” (Inglehart, 1977: 275/6). Ronald Inglehart explica este súbito e característico activismo destas décadas pelo alcance de níveis de capacidade de intervenção política relativamente elevados junto das gerações mais jovens, conferindo-lhe um potencial singular de participação, mesmo nas modalidades de actividade política mais exigentes.

Arrefecidos os temas de protesto dos anos quentes das décadas de 60 e 70 (com especial enfoque na guerra e nos direitos civis), a ênfase na temática da participação persiste nas décadas seguintes, apesar de incidir já sobre outros assuntos, tais como a cruzada contra a poluição, o problema do sobrepopulacionamento ou a destruição da natureza, assistindo-se ao alargamento e à consolidação das bases dos novos valores sócio-políticos.

“The newer mode of participation (...) is a more issue-oriented participation, based less on established bureaucratic organizations than on *ad hoc* groups; it aims at effecting specific policy changes rather than simply supporting “our” leaders. This mode of participation requires relatively high levels of skills” (Inglehart, 1977: 300). O aumento dos níveis educacionais e de informação nas sociedades ocidentais parece ter estado na origem de um eventual despertar de uma maior participação na política, na medida em que proporcionam aos cidadãos a informação e as competências necessárias para agir (Inglehart, 1977; Verba, Nie & Kim, 1978; Almond & Verba, 1989).

Estas questões que caracterizam a mudança cultural, tais como os novos espaços e modalidades de debate político, o processo de socialização política, a crise ideológica e o ecologismo, serão desenvolvidos na *Parte IV* deste trabalho.

1.3. O modelo sistémico e o funcionamento democrático

Com vista a um melhor entendimento dos textos que se seguem, afigura-se agora pertinente, à luz da explicação do funcionamento do sistema político fornecida pelo modelo sistémico, esclarecer os mecanismos subjacentes à actividade do sistema democrático.

A aplicação mais importante da teoria sistémica no domínio da Ciência Política foi conseguida por David Easton, concretizada num modelo operacional do sistema político. O autor concebe “a vida política como um conjunto complexo de processos graças aos quais certos *inputs* são transformados em *outputs* a que podemos chamar medidas autoritárias, decisões e acções executórias (...) como um sistema de comportamento incluído num determinado meio e exposto às suas influências, mas com a possibilidade de lhe responder” (Easton, 1975: 133/134).

Neste sentido, pode definir-se sistema político, genericamente, enquanto padrão persistente de relações humanas que envolve não só um governo formal, mas também um modelo de relacionamento entre indivíduos que afectam as decisões do primeiro. Este modelo de relacionamento pressupõe assim, nos sistemas democráticos, a actividade de organizações políticas, tais como os partidos políticos, os grupos de pressão e de interesse, assim como acções directas face às decisões governamentais: o voto, a discussão política, as manifestações sobre assuntos políticos, entre outros comportamentos, legitimados ou não.

“Um *sistema político* é um conjunto de *interacções políticas* dentro de uma sociedade global” (Moreira, 1989b: 102). Desta forma, a vida política pode ser interpretada como um conjunto complexo de processos, por via dos quais certos *inputs* são transformados em *outputs*, ou, por outras palavras, em que necessidades, reivindicações e pressões dão origem à necessidade de encontrar junto do poder político instituído uma resposta eficaz, concretizada em decisões, normativas ou acções.

Analizando brevemente o sistema político com o auxílio do modelo sistémico de Easton (Easton, 1975; Patterson, 1970), tendo especialmente em consideração a parte deste que respeita ao comportamento individual, concebido enquanto o comportamento que afecta ou procura afectar os *outputs* decisoriais, podemos concebê-lo da seguinte forma:

Esquema nº1.1. Funcionamento do sistema democrático à luz do modelo de sistémico



Fonte: Baseado em David Easton (1975) e Samuel Patterson (1970).

“Para que a Democracia funcione, é imprescindível que exista uma série de canais, através dos quais a grande massa da população possa intervir no processo de tomadas de decisão políticas e transmitir aos líderes as suas opiniões” (Stock, 1985a: 27).

Incluso num ambiente que o pressiona com questões às quais deve responder, o sistema político, de acordo com o funcionamento do modelo sistémico, assenta na contínua procura homeostática, pelo que o processo de retro-informação deve responder incessantemente e com eficácia aos apoios e exigências recebidas, promovendo, consequentemente, o permanente ajustamento do sistema político às sucessivas alterações da realidade envolvente. É assim vital para o sistema a resolução adequada dos problemas decorrentes da manifestação de apoios e exigências, reforçando assim a legitimidade do poder.

As orientações políticas subjectivas – crenças, símbolos e valores – estão subjacentes àqueles apoios e exigências e por isso, a resposta que lhes é atribuída deve tê-lo em consideração. Aliás, o conhecimento prévio da cultura política dominante – das orientações políticas cognitivas, afectivas e avaliativas dos indivíduos⁶ – viabiliza a adequação e informa sobre a prioridade da resposta.

Desta forma, as orientações políticas apontam para três níveis distintos, embora interligados, do sistema político: o governo, referindo-se àqueles que desempenham um cargo político oficial e que portanto tomam decisões que afectam toda a sociedade; o regime, que tem subjacente a ordem constitucional, as normas e princípios que dão forma ao sistema; e a comunidade política, que diz respeito aos grupos de pessoas que interagem de forma a resolver problemas comunitários.

As orientações de apoio face ao sistema político são particularmente importantes para a coesão, estabilidade e legitimidade do sistema político, realçando-se aqui o orgulho nacional, a lealdade política e a identificação com o sistema político, como *inputs* que reforçam o desempenho do sistema.

A manifestação de exigências face ao sistema político está particularmente associada aos níveis e às formas de participação política, sendo estes directamente regulados pela cultura política. Numa situação extremada, um sistema político em que a cultura política fomenta a participação, poderá levar a que a intensidade das exigências e pressões face ao sistema político tornem a continuidade e eficácia das respostas difícil. Em situações normais, a participação política incrementa o nível de democraticidade de uma sociedade; contudo, a desigualdade da participação conduz, conseqüentemente, à desigualdade de benefícios decorrentes do exercer de influência⁷ junto do sistema político.

⁶ As orientações cognitivas dizem respeito ao conhecimento do sistema político, dos seus papéis, *inputs* e *outputs*; as orientações afectivas referem-se aos sentimentos para com o sistema político, seus papéis, pessoas e desempenho; as orientações avaliativas dizem respeito a julgamentos e opiniões acerca de objectos políticos (Almond & Verba, 1989). A abordagem destas orientações é apresentada em detalhe aquando da apresentação do modelo de Almond e Verba, no *ponto 3.2.*

⁷ Influência deve aqui ser entendida, de acordo com a definição de Sidney Verba (1977), da seguinte forma – “when officials act because they fear the consequences of not so acting that a group may be considered to be influential and a participant in the decision” (Verba, 1977: 299).

A situação ideal seria que todos os cidadãos tivessem igual oportunidade de influenciar todas as decisões tomadas pelo poder instituído (Bobbio, 1997), não sendo assim este mais do que a agregação e consequência da participação dos primeiros. Tratar-se-ia da concretização da democracia no seu sentido mais puro, aliás, no seu sentido etimológico, como referimos anteriormente. Tal situação implicaria que à democracia representativa⁸ comum aos sistemas democráticos se substituísse uma democracia directa⁹, associada ao surgimento do cidadão tipo, plenamente participativo, como o definido utopicamente por Rousseau (vd. *ponto 2.1.5.*). Porém, para além de materialmente impossível e dificilmente eficaz, esta hipótese não conduziria obviamente a uma maior democraticidade. Norberto Bobbio propõe que o processo de aprofundamento da democratização dos sistemas políticos resulte de uma articulação com a sociedade civil na medida em que novos espaços sociais (em especial a escola e a empresa) ganhem relevo político e estimulem a capacidade de participação (1997)¹⁰.

É ao estudo da cultura política sob este ponto de vista micro-social que será dedicada a *Parte seguinte* desta Dissertação.

⁸ A democracia representativa pressupõe que as deliberações respeitantes à sociedade, são tomadas por representantes eleitos com o propósito de congregar a participação colectiva (Bobbio, 1997).

⁹ O referendo parece ser o único modo de democracia directa com condições de aplicabilidade e eficácia nos sistemas democráticos. Em situações de democracia directa a deliberação decorre da possibilidade de participação de todos os cidadãos (Bobbio, 1997).

¹⁰ A problemática da falta de democraticidade resultante de diferentes níveis de capacidade participativa dos indivíduos será abordada mais tarde, no *ponto 4.2.5.*

PARTE II

A CULTURA POLÍTICA – CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DO CONCEITO

2.1. Dos clássicos

Ao contrário do que se possa supor, a discussão quanto à mudança da cultura política não é um tema recente, tendo longínquas raízes na Antiguidade Grega. Este foi um dos temas mais poderosos da literatura clássica grega e muitos dos seus contributos permanecem ainda actuais e válidos, a eles se recorrendo de forma sistemática em trabalhos deste teor. Na Grécia Antiga vigorava uma teoria de mudança social cíclica, explicando-se o sucesso ou queda dos regimes políticos em termos de psicologia social. Mas não só os autores clássicos gregos apresentaram contribuições valiosas para o desenvolvimento da teoria da cultura política.

Reportamo-nos, assim, a prestações de alguns autores clássicos e contemporâneos que consideramos mais relevantes quanto ao tema em análise, antes de passarmos à análise circunstanciada de autores mais recentes e especializados nas questões da cultura política.

Para o ponto que a seguir se apresenta seleccionaram-se os seguintes autores: Platão, Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville, que de imediato se analisam.

2.1.1. Platão – A sociedade utópica

Construída em torno da problemática da concepção utópica da estrutura organizativa e funcional de uma comunidade enfatizando os seus princípios homeostáticos, *A República* de Platão é uma das mais fortes afirmações da importância da cultura política.

Na *cidade* utópica idealizada por Platão, verifica-se harmonia e boa organização sempre que “a maior parte dos habitantes estiver de acordo em aplicar expressões como (...) «meu» e «não meu» à mesma coisa” (Platão, 1993: 232), assentando assim o bom funcionamento desta sociedade na premissa da plena comunidade de interesses e de bens. Analogicamente ao funcionamento sistémico do organismo humano, o autor teoriza que “quando ferimos um dedo, toda a comunidade, do corpo à alma, disposta numa só organização (a do poder que a governa), sente o facto, e toda ao mesmo tempo sofre em conjunto com uma das suas partes (...) a cidade muito bem administrada está muito próxima de um homem nestas condições” (Platão, 1993: 232). O todo só funcionará proveitosamente se cada uma das suas componentes colaborar de acordo com as funções que lhe são acometidas; ou nas palavras de Jean Touchard a este propósito – “os cidadãos são justos na medida da sua justa participação numa cidade justa” (Touchard; 1970a: 56).

Nesta obra apologiza-se a dependência absoluta dos sistemas de governação relativamente aos homens que os constituem, pelo que haverão tantos mais diferentes sistemas governativos diferenciados quantas as disposições dos homens. Platão afirma que “toda a constituição muda por virtude daquele mesmo que detém o poder” (Platão, 1993: 367), acrescentando a esta afirmação a citação de outro excerto do diálogo de Platão, em que este ironiza em tom interrogativo - “é forçoso que haja tantas espécies de caracteres de homens como de formas de governo (...) ou julgas que elas nasceram do carvalho e da rocha, e não dos costumes civis, que arrastam tudo para o lado para que pendem?” (Platão, 1993: 365). O Estado é, assim, visto como a expressão da natureza humana e, desta forma, a aristocracia, a timocracia, a oligarquia e a democracia, mais não são, portanto, do que derivações dos valores, atitudes e socialização dos homens. Assim, construir a cidade ideal a mais não obrigaria do que conceber os cidadãos perfeitos a ela subjacentes.

Se as qualidades inerentes ao regime político aristocrático, oligárquico ou democrático, definidos por Platão, decorrem de perfis pessoais específicos, estes, por outro lado, podem ser explicados por um contexto familiar de socialização igualmente específico. No processo de socialização é atribuído à educação um carácter instrumental determinante na construção da *cidade* idealizada nesta obra. “A república, uma vez que esteja bem lançada, irá alargando como um círculo. Efectivamente, uma educação e instrução honestas que se conservam tornam a natureza boa, e, por sua vez, naturezas honestas que tenham recebido uma educação assim tornam-se ainda melhores que os seus antecessores, sob qualquer ponto de vista” (Platão, 1993: 168). O desempenho de cargos políticos deveria, conseqüentemente, ser atribuído aos cidadãos com preparação e competências específicas para tal, suportando-se estas na educação para uma cultura da razão.

2.1.2. Aristóteles – O animal político

Sucessor de Platão, Aristóteles apresenta uma obra política que aborda igualmente a temática da cultura política, embora o faça de modo diferenciado do primeiro. A sua afirmação de que o *Homem é um animal político* simboliza e sintetiza o pensamento do autor (1990). O que distingue o Homem dos outros animais é o facto de viver integrado numa *pólis* e na sua apologia da cidade, Aristóteles revela mesmo um favoritismo pela concepção de uma sociedade política que se impusesse como a melhor.

Inspirado nos seus antecessores distingue três tipos puros de regime político – monarquia, aristocracia e democracia – fazendo corresponder a cada uma delas a respectiva forma corrompida – tirania, oligarquia e timocracia – definindo as boas constituições como as que se exercem em proveito dos governados (1990). Defende como forma ideal de governação uma forma mista, organizada, simultaneamente, segundo princípios oligárquicos e democráticos, concedendo portanto alguma representação no governo tanto às classes superiores como às inferiores e alicerçada na classe média, intermediária das duas primeiras. A democracia é a forma pura do regime político que se suporta no governo de todos, enquanto a oligarquia, definida como o

poder dos melhores exercido em proveito próprio, é a representação social da degeneração da aristocracia (forma pura do regime político que assenta no governo de alguns (1990). A instabilidade governativa passa, pois, pelo apoio do grupo social mais forte à constituição, que deverá ser tão híbrida quanto possível e adaptada à realidade da cidade.

A optimização do funcionamento do governo misto pressupunha, assim, uma sociedade na qual predominasse a classe média e cuja riqueza estivesse harmoniosamente distribuída. Só em condições de relativa igualdade social é possível cultivar a solidariedade política, suporte cultural da forma mais eficiente e duradoura de governo¹ (1990). O *governo dos melhores*, expressão utilizada pelo autor para identificar a melhor forma de governo, decorreria da união de três elementos: a liberdade dos pobres, a riqueza dos ricos e a virtude. Deveria ainda adaptar-se a educação dos cidadãos ao espírito da constituição (1990).

A base e o fim último do estado democrático é a liberdade – liberdade de governar e de ser governado. Este princípio está, por sua vez, na razão do de igualdade.

Aristóteles, ao inverso de Platão, acredita no valor da maioria afirmando que embora nos homens, considerados individualmente, possa não se alcançar o bem, este é susceptível de ser alcançado na massa formada pelo conjunto dos indivíduos, possuidores no seu todo de uma superioridade colectiva. Afastando-se ainda mais de Platão considera essencial garantir à classe média, detentora da virtude², a proeminência política necessária para esta compelir as outras classes a aderirem à sua via moderada, tendo como propósito último a igualdade de todos. Porém, mais do que a cidade justa de Platão, Aristóteles ambiciona uma cidade feliz, sendo que a felicidade consiste no uso perfeito da virtude.

¹ Esta concepção de governo está particularmente relacionada com a “Cultura Cívica” preconizada por Almond & Verba (1989) pela importância dada ao pluralismo e à cidadania como veremos adiante.

² A virtude aristotélica consubstancia-se na ideia de bom cidadão, que deve, por sua vez, compreender dois tipos de virtude: o saber governar como um homem livre (saber ser legislador), e o saber obedecer como um homem livre (saber ser súbdito) (Aristóteles, 1990).

2.1.3. Maquiavel – A objectivação da política e o poder da moral

A obra de Maquiavel marca um ponto de viragem nas ideias políticas, com as suas obras de referência - *O Príncipe* e *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Nestas, figuram como contributo determinante para a fundação da Ciência Política a abordagem do fenómeno político como facto puramente humano e natural, liberto de restrições teológicas, o que muito contribuiu para o pensamento político moderno e esteve na origem da afirmação desta ciência. A política não só está absolutamente independente da moral, como ela própria compreende uma “moral” própria.

Apesar de também focar as questões da cultura e socialização políticas, Maquiavel fã-lo de um ponto de vista menos analítico que os autores anteriores, assumindo uma perspectiva mais ilustrativa. Particularmente atento à importância dos valores morais, dos sentimentos de identidade e compromisso político, do império e da sua queda, Maquiavel dedica-se particularmente à discussão técnica e militar da história romana, com o intuito de apreender e evidenciar os factores e mecanismos conducentes à obtenção e manutenção do poder. Seguindo esta linha de preocupações, o autor conclui que, inequivocamente, a condução dos negócios de Estado tem usos e meios que lhe são próprios e, inteiramente divergentes dos que se encontram na moral privada.

Encontra-se em Maquiavel uma concepção de liberdade, quer individual, quer política, essencial na definição da filosofia política “pós-moderna”. Esta concepção assenta no dever individual de exercício das virtudes cívicas de forma a servir o bem comum, garantindo em paralelo um certo grau de liberdade individual para a prossecução de fins pessoais (Mouffe, 1996).

Na obra *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* Maquiavel faz apologia das virtudes de um bom governo enfatizando a segurança, a paz, a justiça, a autoridade, a dignidade e a riqueza como os valores de suporte de tal governo, por oposição à guerra, ao ressentimento e à corrupção.

Retratando a história de Roma, que funciona como o quadro de referência para a análise do poder, analisa a razão mais determinante do sucesso e queda dos impérios e das

políticas dos príncipes, em suma do poder, perspectivando-a à luz da importância do fenómeno religioso. O autor encara “a religião como o agente mais poderoso da manutenção da sociedade” (Maquiavel, 1979: 57), como factor de obediência civil, de impedimento da corrupção e consequentemente de manutenção da paz. “Quando se examina o espírito da história romana, é forçoso reconhecer que a religião servia para comandar os exércitos, levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corrassem pelas suas infâmias” (Maquiavel, 1979: 58). Afirma-se mesmo, que entre os cidadãos romanos, o receio de não cumprir um juramento superava o de violar uma lei pela importância dada ao poder de Deus em detrimento dos homens. A manutenção das práticas e ritos religiosos são o sustentáculo da união do Estado e “se a observância do culto divino é a fonte da grandeza dos Estados, a sua negligência é causa da ruína dos povos” (Maquiavel, 1979: 59).

Enquanto a generalidade dos autores que aqui apresentamos concebem o governo e o regime político normativamente, isto é, como devem ou não devem ser, Maquiavel limita-se a analisar o poder tal como ele se lhe afigura, desconectado da ética, que afirma pertencer a outro domínio de observação.

2.1.4. Montesquieu – A virtude cívica

Tal como Maquiavel, Montesquieu analisa com particular acuidade a história de Roma, os factores do sucesso e decadência respectivos.

Particularmente atento à importância dos usos e costumes dos povos na evolução da política de um Estado, sintetiza o seu pensamento relativamente à história dos romanos quando refere que estes “venceram todos os povos por meio das suas máximas. Mas, uma vez chegados aí, a República não pôde subsistir; foi preciso mudar de governo. E máximas contrárias às primeiras, adoptadas por esse novo governo, fizeram-na decair apesar da sua grandeza” (Montesquieu, 1965: 218). A lição é, portanto, que não deve fazer-se por intermédio das leis o que só é alcançável através dos costumes. Para o autor

o verdadeiro potencial de evolução reside no intelecto e na moral dos homens e não na imposição normativa.

É desta forma que na abordagem do autor se atribui, essencialmente, a grandeza do império romano, à patriótica paixão dos romanos impulsionada pela religião, pela ânsia da conquista militar e pelo antagonismo entre a aristocracia e o povo. Por outro lado, a queda do império justifica-se pela abertura de Roma a estrangeiros, culturalmente heterogéneos, à subjugação da república, à conquista e consequentes contactos com outros territórios, com diferentes culturas e religiões (Montesquieu, 1965).

Uma das prestações fundamentais de Montesquieu para a Ciência Política foi a definição de uma tipologia dos sistemas políticos, passíveis de interpretação conceptual enquanto tipo ideal weberiano - o republicano (democracia ou aristocracia), o monárquico e o despótico, sendo que “quando numa república, o povo como um todo possui o poder soberano, trata-se de uma *Democracia*” (Montesquieu, 1982: 47). O princípio da república democrática é a virtude entendida em sentido cívico, ou seja, o amor à pátria, a atitude do cidadão que põe o interesse geral acima do interesse particular.

Fortemente influenciado pela análise da história de Roma, o autor identifica estar subjacente ao princípio de cada sistema político determinada orientação pedagógica com o mesmo princípio, protagonizada pela instituição familiar enquanto componente nuclear do sistema político. Nas repúblicas esta orientação pedagógica assume maior importância, comparativamente aos outros sistemas políticos designados pelo autor, em razão do seu objecto intrínseco - a *virtude* - que se rege pela obediência à lei, pelo patriotismo e salvaguarda do interesse público (Montesquieu, 1965).

Profundamente inspirada nas ideias de Montesquieu, também na filosofia política kantiana as acções políticas mais não seriam do que modos de acção moral. Os preceitos da condução moral da acção política impor-se-iam obrigatoriamente como um fim a alcançar. A *virtude* é, desta forma, o princípio supremo da democracia e factor da sua manutenção, pois “quem manda executar as leis sente que ele próprio a elas está submetido e que delas sofrerá o peso” (Montesquieu, 1982: 58). Todavia, a pureza de costumes que a virtude compreende enquanto sentimento, exige uma preparação e

absorção destes valores nos cidadãos pela via mais sólida - desde a infância e através da educação familiar (Montesquieu, 1965). Em resposta à inexistência nas repúblicas de uma vincada força repressora como nos outros governos, a autoridade familiar assume-se como a força com maior eficácia na manutenção dos costumes.

Neste sistema tendencialmente igualitário, o autor não prevê a participação activa de todos os cidadãos. À semelhança de muitos pensadores do séc. XVIII, Montesquieu considera que alguns estratos sociais, face à carência de independência económica e, por conseguinte, à falta de independência psicológica, não dispõem de suficiente capacidade política. “Corrompe-se o espírito da democracia não somente quando se perde o espírito de igualdade, mas ainda quando se quer levar o espírito de igualdade ao extremo, procurando cada um ser igual aquele que escolheu para comandá-lo. (...) Os costumes, o amor pela ordem desaparecerão. Enfim, não mais existirá a virtude.” (Montesquieu, 1982: 145).

2.1.5. Rousseau – A educação para a participação e o benefício colectivo

Pensador do Iluminismo, Rousseau identifica cultura política com moralidade, costume e opinião, atribuindo-lhe um carácter mais vinculativo do que a própria lei por ser algo que deve ser intrínseco aos próprios indivíduos. “É inútil distinguir os costumes de uma nação daquilo que merece a sua estima, porque tende para o mesmo princípio e necessariamente se confunde. Em todos os povos, não é a natureza, mas a opinião quem decide na escolha dos seus prazeres” (Rousseau; 1973: 149).

Para este proeminente pedagogo, na tríade, leis – opinião – moralidade, a educação desempenha um papel primordial no processo de socialização. Rousseau alerta no entanto para a necessidade de a educação não poder ser de antemão assumida como moralmente benigna. Concebe uma possibilidade de solução colectiva para os problemas de corrupção social mediante o gerar nos cidadãos de um sentimento de dependência social, de unidade grupal, por forma a que estes se encarem não como entidades singulares, mas enquanto parte de um todo que constitui a vida comunitária (1973).

Desta forma a vontade colectiva estaria sempre correcta e tenderia sempre para o beneficio público. É no entanto possível problematizar esta tese - “the general will must be shown both to make sense to philosophers as an idea, and to be capable of being incorporated in the moral psychology of people in such a way as to motivate them to pursue it. The problems are first to identify what the general will could be, and then to devise political institutions – and, it turns out, a political culture – capable of achieving it” (Hampsher-Monk; 1994: 181/2). Rousseau é ainda contestado relativamente à sua crença na realização da vontade colectiva através da democracia directa, nomeadamente por Barbara Goodwin que afirma mesmo que esta vontade geral não é na sua essência uma noção democrática uma vez que é passível de manipulação pelos grupos ou indivíduos detentores do poder (Goodwin, 1987). No entanto, Wright Mills (1981), apesar de sublinhar a possibilidade de alguns indivíduos ou grupos poderem exercer mais influência sobre a opinião geral do que outros, refere a autonomia da discussão pública associada à formação da opinião colectiva como um elemento fundamental da democracia do séc. XVIII idealizada por Rousseau.

Considerado por Carole Pateman como o teórico da participação por excelência (Pateman, 1972), o autor preconiza, para o alcance da virtude política, o acesso dos indivíduos a uma informação íntegra e integral, mas retrai-se quanto à comunicação entre indivíduos pelo receio da manipulação da opinião, referindo que pelo voto em público a vontade geral haverá sempre de emergir (Rousseau, 1973). “Esta voluntad común, la llamada voluntad general, es distinta de la voluntad de cada individuo en particular y distinta también de la simple suma de las voluntades de todos ellos. La voluntad general es una facultad propia del cuerpo colectivo. Consiste en el deseo colectivo, permanente y racional, de realizar todo lo que vaya en interés de la comunidad” (Prieto, 1990: 218). Ao integrar uma comunidade o indivíduo torna-se cidadão, na medida em que contribui através do voto para a formação da vontade geral, fonte de liberdade, de justiça e de moralidade. Esta forte relação entre o moral e o político esteve inicialmente presente em Platão, ao ponto de a razão de ser do político ser a realização da moral. Para Platão os princípios éticos derivam da comunidade, tal como para Rousseau.

É esta forma de manter os indivíduos subjugados pela força do hábito que constitui verdadeiramente o Estado.

Assim, apesar de compartilhar com Hobbes a teoria da necessidade de um contrato dos cidadãos com um poder socialmente aceite e desejado, Rousseau diverge deste na medida em que deposita no indivíduo um papel activo na angariação e manutenção desse viver social. “Hobbes’s idea is that the public persona of the citizen is concentrated in the sovereign so exhaustively and irrevocably that there is no political agency left for the individual to exercise” (Hampsher-Monk, 1994: 40). Também Jürgen Habermas sublinha a mesma ideia na tese hobbesiana - “because the subjects were excluded from the public sphere objectified in the state apparatus, the conflict between their convictions could not be settled politically and, indeed, was completely banned from the sphere of politics” (Habermas, 1996: 90). Pelo contrário, o contrato social rousseauiano é concretizado na união dos indivíduos em comunidade, que voluntariamente fundem os seus interesses particulares na vontade geral, libertando-se desta forma.

Similarmente aos autores focados nos pontos anteriores, Rousseau determina em *O Contrato Social* três espécies básicas de governo - a democracia, na qual o soberano confia o poder a todo o povo ou a grande parte dele; a aristocracia, caracterizada pela restrição do poder nas mãos de alguns magistrados, e a monarquia, que concentra o governo nas mãos de um único magistrado de quem os outros recebem o poder. Estas formas de governo são susceptíveis de gerar outras formas híbridas, na medida em que cada uma delas se pode aproximar e confundir com as outras (Rousseau, 1973).

Influenciado por Montesquieu, partilha a ideia de que os sistemas políticos e os sistemas legislativos variam com o local assim como com o temperamento dos seus habitantes. “Cada região tem condições naturais que determinam não só a forma de governo, como ainda a espécie de habitantes que deve ter” (Rousseau; 1973: 94) - a monarquia convém às regiões opulentas, a democracia aos Estados pobres e a aristocracia às regiões com recursos medianos.

É assim natural que, quando se questiona sobre as características de um bom governo o autor relativize a sua concepção, defendendo que a melhor forma de governo só pode ser

identificada em função de cada caso concreto. Suportando-se na relação entre o número de magistrados e o número de cidadãos e sublinhando o referido anteriormente, concebe que “o governo democrático é o mais conveniente para os Estados pequenos, a aristocracia para os medíocres e a monarquia para os grandes” (Rousseau, 1973: 79). Acaba por concluir linearmente que “o governo que, sem meios estranhos, sem neutralização, sem colónias, permite que os cidadãos povoem e se multipliquem, é o melhor. Aquele em que o povo diminui e definha é o pior” (Rousseau, 1973: 99).

Na abordagem que faz do sistema democrático, contesta a possibilidade de existir uma verdadeira democracia pela dificuldade que identifica no facto de a maioria dos cidadãos governar a minoria, assim como a improbabilidade que vê na ocupação constante do povo com os assuntos de natureza pública. Regista ainda uma série de condições difíceis de reunir para a existência de um governo democrático, em analogia ao princípio da *virtude* que Montesquieu preconizava para a república, tais como: um Estado pequeno; simplicidade de costumes de forma a evitar discussões complexas; equidade na distribuição da riqueza e subvalorização da ostentação para que se previna a corrupção. A este conjunto de requisitos acresce a grande fragilidade que este governo apresenta relativamente a conturbações internas e a dificuldade que existe para a sua manutenção. “Se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Um governo tão perfeito não convém aos homens” (Rousseau, 1973: 82). Ainda em clara analogia a Montesquieu, Rousseau reconhece a tendência dos governos para se degenerarem e se perverterem.

Para além de competir ao governo a realização da vontade geral, cabe-lhe ainda a educação do povo. Acreditando num poder quase ilimitado da educação, Rousseau apologiza conseguir-se através da educação política poder dotar o povo de virtude política, ou seja, fazer com que as vontades particulares concordem com a vontade geral, inculcar-lhe o espírito patriótico e estimulando a participação política (simultaneamente causa e efeito da virtude).

Posteriormente, Kant virá dar sequência à idealização da construção da sociedade racional rousseauniana, onde imperaria a bondade e a virtude, onde o comportamento se identificaria com o bem, onde o *dever* e o *ser* se confundiriam. A filosofia kantiana

atribui uma grande importância à moral, à conduta humana guiada pelo uso da razão, na qual assentariam os pilares daquela sociedade.

1.2.6. Tocqueville – A democracia americana

Uma boa discussão sobre a temática da cultura política está patente na obra de Alexis de Tocqueville, designadamente em *A Democracia na América*, cuja abordagem reflecte claramente a teoria do governo misto de Aristóteles.

Para o autor, a explicação de todo o sistema sócio-económico reside na apreciação da formação desse mesmo sistema, o mesmo será dizer que o carácter nacional se explica na fundação da própria nação (Tocqueville, 1972). No caso americano, os imigrantes que povoaram a jovem nação traziam consigo um conjunto de elementos - a condição social, a religião, os costumes - que em muito contribuiu, se não, determinou o espírito de igualdade e democracia americano. Alain Touraine sublinha a posição do autor sintetizando - “são os costumes e as ideias que determinam a igualdade, que, por sua vez, define a democracia” (Touraine, 1992: 92).

Tocqueville concebe o sistema político americano como um sistema em que “o amor pela pátria é uma espécie de culto que se desenvolve nos homens através da prática. Desta maneira a vida da comuna é sentida por cada um a todo o momento; está presente quotidianamente, quer pelo cumprimento de um dever, quer pelo exercício de um direito” (Tocqueville; 1972: 58). Subjacente a esta percepção do sistema e vontade de participação política dos cidadãos, Tocqueville identifica o factor educação política realçando neste o elevado nível de formação política que os imigrantes trouxeram consigo.

Ao questionar-se sobre a razão de ser do interesse dos cidadãos pela coisa pública, ou em particular, pelos assuntos da comuna, encontra como fundamento o facto de a generalidade dos indivíduos, cada um na sua esfera de acção, ter capacidade de desenvolver um papel activo no governo da sociedade. Esta participação decorre igualmente da consciencialização de que o bem estar individual depende da prosperidade

geral, para a qual cada cidadão pode contribuir. “A riqueza pública confunde-se com a sua própria fortuna, e contribui para o bem do Estado” (Tocqueville; 1972: 158).

O sistema democrático não é perspectivado idealisticamente, como factor de dinamismo social e bem-estar excepcionais, mas como uma forma de governo moderada nos seus objectivos, assente no pacifismo dos costumes, na racionalidade e prosperidade, cuja principal preocupação é a de proporcionar a todos os cidadãos as condições para que usufruam do melhor bem-estar possível, procurando preservá-los de situações de carência económica.

De notar ainda a importância que é atribuída ao papel político da religião quando o autor afirma que “não se pode dizer que, nos Estados-Unidos, a religião exerça influência nas leis, nem, em pormenor, na opinião pública, mas é ela quem orienta os costumes, e influiu na família contribui para estruturar o Estado” (Tocqueville; 1972: 192).

Assim, à semelhança de Montesquieu, o autor considera os costumes, a experiência, as opiniões e a instrução do povo americano, aliás a condição moral e intelectual deste povo³, uma das principais causas da manutenção da democracia americana em particular, e das repúblicas democráticas em geral. Contesta assim o relativo determinismo geográfico apontado por autores como Rousseau ou Montesquieu, apologizando que os costumes se sobrepõem às condições naturais, sendo este o factor mais determinante na continuidade das instituições democráticas.

Apesar de todo o enaltecimento com que trata o sistema democrático americano, Tocqueville alerta para a possibilidade do despotismo da maioria nestes sistemas. Esta perversão da democracia teria origem no domínio intelectual da maioria, gerado pelo ambiente de igualdade vivido pela primeira, cujas consequências seriam a imposição de uma opinião pública maioritária aos restantes indivíduos. Numa situação extrema, o domínio e a vontade da maioria poderiam estreitar o pensamento individual em limites inaceitáveis, tão pouco do ponto de vista da felicidade humana. Expressão desta

³ O autor atribui particularmente o sucesso da estabilidade democrática americana ao espírito associativo e cooperativo dos americanos que criam laços de dependência recíproca, reforçando o sentimento comunitário (Tocqueville, 1972).

consternação do autor é a seguinte afirmação - “quando a mão do poder pesa demasiado, pouco me importa saber quem me oprime, e não estou disposto a suportar o jugo, apenas por me ser imposto por um milhão de braços...” (Tocqueville; 1972: 262). A liberdade de imprensa é, nesta situação, encarada como o mecanismo regulador dos malefícios causados pela igualdade, na medida em que permite ao cidadão defender os seus direitos e a sua independência.

Uma outra dúvida relativamente à plena consecução da democracia, tal como Tocqueville retrata em *A Democracia na América*, diz respeito à participação dos cidadãos na vida política. O autor adverte para o facto de que dificilmente os cidadãos abandonarão a tendência natural de se ocuparem dos seus interesses particulares para se dedicarem aos interesses colectivos (responsabilidade que delegam ao Estado), particularmente se não houver intervenção no sentido de inverter esta tendência. Com a mesma preocupação, Burke, como apontado por Hampsher-Monk, afirma que o Homem está absolutamente subjugado aos seus sentimentos, paixões e interesses que o impedem de agir racional e conscientemente (1994). Qualquer organização do poder deverá assim assumir a complexidade da natureza humana procurando corrigi-la. Com o propósito de dominar a espontaneidade dos instintos Burke propõe igualmente o aperfeiçoamento moral dos indivíduos mediante um processo de educação e formação, cujo protagonismo pertence ao Estado, como referido por Hampsher-Monk sobre o pensamento daquele autor (1994). A relação suportada na obediência ao Estado que daqui deriva é uma clara aceitação do contrato social rousseauiano. A este propósito ainda, e também analisado por Hampsher-Monk, Jeremy Bentham refere a institucionalização do hábito das discussões políticas públicas enquanto factor de sedimentação do espírito geral e, conseqüentemente, de protecção dos benefícios comunitários (Hampsher-Monk, 1994).

Tocqueville presta um valioso contributo ao estudo da cultura política mediante a abordagem que faz da variável participação política. Parafraseando Gabriel Almond, “with Tocqueville we are already into the beginnings of modern political sociology” (Almond; 1989: 6).

2.2. Dos contemporâneos

As teorias liberais do desenvolvimento político dos séculos XVII, XVIII e XIX foram essencialmente teorias de socialização política e de cultura política. O conhecimento científico e secular era orientado no sentido de incrementar a riqueza e o bem-estar das nações, assim como com o propósito de racionalizar a organização do sistema político e legislativo e, subsequentemente, de democratização.

A conjuntura internacional da segunda metade do século XIX, económica, social e politicamente em prosperidade, foi favorável ao progresso científico, assistindo-se então ao reforço dos estudos comparados dos sistemas políticos e ao alargar das temáticas de estudo.

2.2.1. John Stuart Mill – A democracia representativa e a participação política

Aquando do processo de democratização britânico, em pleno século XIX, John Stuart Mill alerta para os reveses da democracia representativa, em particular para o perigo da tirania da maioria (preocupação partilhada como seu antecessor Tocqueville – ver em 2.1.6.) e da incompetência moral. Para este autor a competência e a responsabilidade constituem valores imprescindíveis à realização estável da democracia (Mill, 1983). Na análise realizada sobre a obra de Stuart Mill, Hampsher-Monk esclarece estes receios do autor - “the tyranny is to be expected not so much from the passing of laws disadvantageous to the minority, so much as the unwillingness of judges and juries to give minorities the protection to which they are by law entitled” (Hampsher-Monk; 1994: 352). Esta tirania decorre do facto de mesmo as instituições políticas democráticas tenderem a reflectir mais a opinião das classes mais educadas face à maior acessibilidade e capacidade de intervenção destas. O mesmo autor acrescenta ainda “a democratic political culture, wrote Mill, values equality so much that it refuses to elect those whose excellence would fit them best for office; instead it chooses mediocrities” (Hampsher-Monk; 1994: 352).

Ciente destes riscos da democracia representativa, John Stuart Mill recomenda que a liderança política seja assumida por aqueles com melhores qualificações para tal – indivíduos excepcionalmente racionais, educados e activos (Mill, 1983) – por forma a ultrapassar a possibilidade de usurpação do poder por parte da maioria.

Contrariamente à tese marxista, para John Stuart Mill não são os interesses materiais mas a transformação moral que conduz à progressão política; o tipo de governo existente e o seu desempenho estão dependentes do clima moral da cultura política, não podendo emergir um governo democrático no seio de um povo incompetente ou incapaz de o gerar (Mill, 1983).

Na mesma linha de Aristóteles e Tocqueville, John Stuart Mill preconiza um tipo de governo misto que contemple os princípios de competência e participação, articulados com as maiores instituições políticas. Apologiza a participação dos cidadãos na vida política, mesmo que a um nível baixo, na medida em que, tal participação permite superar a concentração exclusiva dos indivíduos nos seus interesses privados, promovendo e estimulando em paralelo a virtude e as capacidades políticas dos mesmos (1983). À semelhança de Rousseau, é nestes aspectos que reside o papel de educação moral da política: a actividade política estimula a necessária boa moral. A participação política, para ser válida e indicar de facto a opinião pública real, deve decorrer de cidadãos responsáveis, esclarecidos e informados, quer por via da educação formal, quer por outras vias informais tais como a discussão política. A participação política exige assim uma preparação prévia, que o autor acentua quando argumenta que para participar ao nível nacional o indivíduo deve desenvolver previamente as qualidades de participação mediante a participação ao nível local. É a este nível que reside a verdadeira educação para a participação: é ao nível local que decorrem os assuntos mais directamente relacionados com a vida individual e onde existem maiores possibilidades de intervenção na vida política. É na participação de âmbito local que o indivíduo se vê convocado “a ponderar interesses que não são os dele (...) a aplicar (...) princípios e máximas que têm por motivo de existência o bem público” (Mill, 1983: 48/9). Corroborando a tese de Mill, Carole Pateman sublinha “it is by participating at a local level that the individual *learns democracy*” (Pateman, 1972: 31).

É no entanto de salientar que, à semelhança de Tocqueville, o autor considera a participação e a opinião pública mais como uma compulsão para a conformidade do que como uma força crítica.

Este autor sugere que as formas de governo democráticas podem promover o tipo ideal de cidadão activo, porque, por um lado, a igualdade de condições estimula a competição, e, por outro, a participação política disciplina e revigora, elevando o sentimento de eficácia política individual e o nível de participação. A participação reforça-se a si própria, educando progressivamente os indivíduos.

A visão idealista de John Stuart Mill sobre a evolução humana, não muito divergente da concebida por Marx algumas décadas mais tarde, assenta na progressiva racionalização e responsabilização dos cidadãos mediante a intervenção crucial da educação. Em consequência desse progresso os cidadãos centrar-se-iam gradualmente no seu crescimento moral e cultural, visando o alcance do benefício colectivo e em detrimento do interesse privado.

2.2.2. Karl Marx – A dialéctica material da cultura política

Contrariamente às perspectivas anteriormente apresentadas, na óptica dialéctica marxista é o mundo material, e não o das ideias, que determina as formas de cultura política. Para Karl Marx existiam três subculturas políticas: a da classe burguesa, exploradora e capitalista, a da classe proletária, explorada e trabalhadora, e por último, o grupo dos revolucionários iluminados. À difusão ideológica é atribuída uma importância instrumental imprescindível. A evolução social processa-se mediante momentos revolucionários, cujo protagonismo é atribuído à classe proletária, uma vez que “só o proletariado é uma classe realmente revolucionária” (Marx & Engels, 1975: 71). É a consciencialização da sua condição servil que conduz à revolta.

Em Marx “political ideals and conflict are (...) the surface manifestation of the economic forces which give rise to them; they are not at any fundamental level, the consequence of men holding certain ideals and aims, except inasmuch as those very ideals will be

conditioned by material circumstances” (Hampsher-Monk; 1994: 515). Reformulador da teoria marxista, Mannheim vem posteriormente recusar este determinismo ideológico, apostando na sua substituição pela existência de uma correspondência entre a situação histórica e social e o pensamento vigente (1980).

As desigualdades sociais apontadas pela tese marxista estão na origem do protesto político, da participação moderada ou mesmo da apatia, dependendo da matriz cultural da sociedade e da relevância emocional individual. A tese da dialéctica marxista assenta no conceito de alienação, aliás, na reacção espontânea do proletariado face à sua posição estrutural, levando assim à queda do sistema explorador (Marx & Engels, 1975). “La désaliénation se gagne par la lutte consciente – de plus en plus consciente avec l’entrée en scène de la classe ouvrière – contre l’aliénation” (Lefebvre; 1974: 49). A solidariedade e cooperação do proletariado, enquanto factores de objectivação da situação e de desalienação, conduzem à incontornável revolução. “Com o desenvolvimento da grande indústria desaparece debaixo dos pés da burguesia a base em que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz antes de mais o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são tão inevitáveis um como a outra” (Marx & Engels, 1975 (1890): 74). É então possível construir uma sociedade de bem-estar generalizado e igualdade, uma verdadeira comunidade de racionalidade política.

À semelhança da posição da generalidade dos autores que abordam a problemática da cultura política, Marx estabelece uma distinção entre as ideias e as relações que constituem a estrutura social. Porém, ao inverso daqueles, na sua concepção as ideias são monopolizadas por um estrato social distinto que as manipula de forma a manter o domínio político e económico. Assim, para a generalidade dos autores, os comportamentos e atitudes políticas são em grande medida explicados pelas ideias vigentes na sociedade. Para Marx o comportamento da classe oprimida é explicado em virtude das ideias impostas pela classe dominante. A cultura política é assim, para os marxistas, um impedimento determinante das necessárias mudanças sociais – “it is *melange* of culture which prevents, by obfuscation, by inversion, the working class from perceiving its true condition and, therefore, uniting to change that condition” (Dowse & Hughes, 1986: 235). A cultura em geral, tal como a religião, a moral ou o direito são

entendidos como modos particulares de produção que contribuem para a hegemonia da classe burguesa.

O colapso das sociedades socialistas e a não constatação da anunciada extinção do modo de produção capitalista vieram pôr em causa o discurso marxista sobre o progresso social e político. Hampsher-Monk ressalva, no entanto, a possibilidade de a abordagem marxista ter alguma validade no contexto do capitalismo, na medida em que pode fornecer um olhar mais social e humano sobre problemas actuais para os quais o capitalismo não apresenta solução, tais como a poluição ambiental ou o subdesenvolvimento (1994). Numa perspectiva similar, Ralph Miliband conclui, na sua obra analítica do marxismo *Marxism and Politics* (1978), pela importância da constituição de um governo de inspiração marxista, cuja actuação seria complementada pela actividade de uma rede de órgãos de participação popular intervenientes em todas as áreas da vida cívica. Este governo seria assim suportado por uma plena mobilização da participação democrática, obrigando esta estratégia reformista a uma transformação social radical, embora mais atenuada que do que aquela a que levaria a revolução do proletariado⁴.

2.2.3. Max Weber – A subjectividade do social

Um importante contributo para o estudo da cultura política decorre da introdução de uma componente de subjectividade intrínseca aos processos políticos apresentada na obra de Max Weber. O autor distingue três formas de legitimação da autoridade política - racional-legal, tradicional e carismática - consoante esta se apoie na obediência às normas racionalmente definidas, aos costumes e às normas tradicionais, ou tenha por base as qualidades carismáticas do líder. Daqui decorre, uma tipologia dos sistemas políticos cuja diferenciação dos três tipos de sistemas deriva do tipo de legitimação

⁴ A necessidade de imprimir uma vertente mais esquerdizante, do ponto de vista da salvaguarda de um conjunto de direitos e garantias sociais, está presente em diversos autores actuais, sendo esta questão tratada posteriormente no ponto 4.4.2..

política que lhes está subjacente (Parsons, 1964; Max Weber, 1993; Lassman & Speirs, 1994).

Para o autor, o recrutamento partidário resulta da capacidade de apelo dos partidos políticos relativamente aos interesses próprios de cada classe social (1993). A segmentação político-ideológica decorre assim das características sócio-económicas do eleitorado, como aliás, até há algumas décadas atrás estava convencionado que sucedia. Alguns indicadores demonstram agora, que, nas modernas sociedades industriais, importantes alterações se estão processando ao nível das variáveis que apresentam capacidade de segmentação do comportamento político, como se procurará evidenciar ao longo deste trabalho.

Uma última tipologia de Weber reforça a tónica de subjectividade que imprime ao social em geral, e à dimensão política em particular – a classificação dos tipos de acção social: o racional, o instrumental, o afectivo e o tradicional (Mommsen, 1989; Weber, 1993). “Por «acción» debe entenderse una conducta humana (bien consista en un hacer externo o interno, ya en un omitir o permitir) siempre que el sujeto o los sujetos de la acción *enlacen* a ella un sentido subjetivo. La «acción social», por tanto, es una acción en donde el sentido mentado por su sujeto o sujetos está referido a la conducta de *otros*, orientándose por ésta en su desarrollo” (Weber, 1993: 5). De acordo com a tipologia construída pelo autor, a organização dos tipos de acção social diferiria em função do modo de orientação, respectivamente (Weber, 1993):

- Orientação racional, para um sistema de objectivos individuais distintos, definido pelas expectativas relativamente a situações externas e a outros indivíduos, na medida em que estas promovem as condições para o alcance bem sucedido dos objectivos racionais escolhidos. Os fins e os meios são devidamente considerados e a acção resulta da análise custos / benefícios de meios e fins alternativos;
- Orientação racional, para um valor absoluto, envolvendo a crença consciente no valor absoluto de um comportamento ético, religioso, ou outro, sem considerar quaisquer aspectos externos de sucesso. Trata-se de uma acção consistentemente planeada concentrada na própria acção e não num fim a atingir;

- Orientação afectiva, especialmente em termos emocionais, determinada pela afectividade individual e pelos estados emocionais. Pode consistir numa reacção descontrolada a um estímulo inesperado, na medida em que a acção expressa a libertação de uma tensão emocional;
- Orientação tradicional, decorrente de uma longa prática de habituação. Deste tipo de acção social aproximam-se os comportamentos quotidianos e rotineiros sedimentados pelo hábito.

As duas primeiras categorias são de importância fundamental para o autor, na medida em que implicam um pensamento e comportamento mais complexo e racional, por isso, menos instintivo ou subserviente. No entanto reconhece, como sublinhado por Talcott Parsons – “it would be very unusual to find concrete cases of action, especially of social action, which are oriented *only* in one or another of these ways” (Parsons; 1964: 117). Max Weber concebe a acção social motivada por uma pluralidade de propósitos relativamente independentes, sendo que, aqueles tipos de acção mais não são do que uma classificação dos modos de orientação da acção formulados enquanto conceitos puros em relação aos quais a acção se aproxima ou afasta, não esgotando todas as possibilidades de modos de acção.

Num claro aproveitamento e operacionalização das categorias weberianas, Talcott Parsons, no seu conceito de orientação para a acção social, refere formas de orientação cognitiva, afectiva e avaliativa (1964; 1978). A tipologia sistematizada por Parsons foi posteriormente retomada como modelo de análise e validada no trabalho de Almond & Verba (1989), que se apresentará na *Parte* seguinte. Nas palavras de Gabriel Almond – “these Parsonian categories played an important role in studies of political modernization and in the research design of the *Civic Culture* study” (Almond; 1989: 12).

2.2.4. Joseph Schumpeter – As razões do insucesso democrático

Em resposta à crise dos sistemas democráticos, a preocupação em apresentar explicações para o insucesso democrático está na origem de teorizações sobre as razões da instabilidade política e do colapso democrático.

É neste contexto que se situam as preocupações de Joseph Schumpeter com a estabilidade democrática. Na sequência da constatação de sucessivas crises dos regimes democráticos, defende que, fundamentalmente, estes se degradaram e arruinam na medida em que ao invés de a democracia constituir um fim em si mesma se transformou num meio para o alcance de benefícios materiais (Schumpeter, 1996), pervertendo-se, desta forma, o respectivo ideário.

Inspirado na filosofia democrática do século XVIII, Schumpeter concebe a participação eleitoral dos cidadãos enquanto factor de realização democrática, apologizando assim a representação da vontade popular mediante a participação eleitoral (Schumpeter, 1996). “Schumpeter mostrou que a democracia é fundamentalmente um método para seleccionar governantes pelo recurso à competição pelo voto popular” (Bessa, 1993: 591). Salvaguarda, no entanto, o facto de o *bem comum* ou *vontade geral*, tal como definido no quadro daquela filosofia e particularmente enfatizado por Rousseau (1973), constituir um propósito irrealizável pela desarmonia natural das ambições e anseios individuais.

Dada a instabilidade democrática, o autor define cinco condições para o sucesso democrático das sociedades modernas (Schumpeter, 1996):

- O domínio de políticos inteligentes, com bom carácter, e profissionalmente especializados, ou seja, com capacidade de realizar alianças, especialistas em fazer campanhas eleitorais, e com outras potencialidades neste âmbito;
- Evitar a sobrecarga do processo político com uma grande pluralidade de programas e projectos que comprimam a acção governamental;

- A existência de uma burocracia profissional, garante da continuidade e eficiência do processo administrativo e legislativo;
- O respeito de todos pela divisão política do trabalho entre os políticos, e entre os eleitores e os políticos, a que Schumpeter denominou de auto-controlo democrático. Esta ideia diz respeito a uma plena separação de desempenhos sem que hajam quaisquer intervenções que obstaculizem a acção governativa. Tal situação verifica-se por exemplo relativamente à oposição governamental – apesar de legalmente os cidadãos disporem do direito de oposição, devem resistir a utilizá-lo sem um forte propósito, e, por último,
- A capacidade de tolerar a diversidade de opiniões.

Sobre a manifestação dos cidadãos sobre assuntos políticos atribui a dificuldade de participação ao reduzido sentido de responsabilidade, assim como à ausência de aspirações efectivas, o que considera se regista mesmo nas camadas mais educadas da população. “Without the initiative that comes from immediate responsibility, ignorance will persist” (Schumpeter, 1996: 262). O processo de envolvimento político dos cidadãos é ainda mais difícil de alcançar, no entender do autor, na medida em que considera as exigências da esfera política especialmente complexas para o cidadão comum, face à sua falta de preparação específica para o entendimento e manuseamento destas matérias.

A essência do sucesso do processo democrático centra-se assim, genericamente, na escolha do governo. Influenciada pela filosofia democrática clássica, a análise de Schumpeter, à semelhança de outros autores como Stuart Mill ou Rousseau, como vimos anteriormente, acaba por enfatizar a ideia de uma vontade pública pré-concebida pelos líderes políticos que actuam como agentes de persuasão de uma população passiva e mal informada.

Tal como em Weber e Parsons, também o contributo de Schumpeter sobre as questões da estabilidade democrática foi significativo para a teoria da cultura política e, particularmente, para a explicação da mudança cultural, ou da “Cultura Cívica”, na designação adoptada por Almond & Verba (1989).

2.2.5. Robert Dahl e Maurice Rotstein – A poliarquia e o mito democrático

Dois últimos contributos dentro dos denominados teóricos contemporâneos merecem aqui relevância pela profundidade que manifestam, assim como pela pertinência dos mesmos face aos propósitos do presente trabalho.

Robert Dahl concebeu uma teoria democrática pluralista, denominada poliarquia, considerada, por este, explicativa da orientação segundo a qual estaria a evoluir a democracia americana dos anos 60. Esta consistiria no funcionamento de um governo descentralizado em que qualquer cidadão integrado num grupo de interesse teria possibilidade de fazer representar os respectivos interesses no processo político, perspectivando-se a poliarquia como uma realização plena dos princípios democráticos. “Polyarchy is ruled by a series of minorities, some self-interested, some public-spirited, all of whom accept the established form of politics; their policy proposals lie within boundaries prescribed by consensus” (Goodwin, 1987: 187).

Este regime político caracterizar-se-ia por baixos índices de coerção e elevados índices de persuasão, e por uma relativa autonomia de indivíduos e grupos no que respeita ao poder instituído – “what we mean by polyarchy is a system with a relatively higher tolerance for individual and organizational autonomy” (Dahl, 1963: 78). Tal autonomia teria como consequência a mobilização de indivíduos e grupos para a participação política. Desta forma, Dahl defende que, “in polyarchies, government policies are likely to be settled by negotiation and bargaining” (Dahl, 1963: 80). A concepção teórica deste regime político vai de encontro à preocupação de muitos teóricos e políticos actuais no sentido da concretização e aprofundamento dos princípios democráticos, problemática a que retornaremos no decurso deste trabalho.

No oposto do optimismo de Dahl, Maurice Rotstein atribui ao conceito de democracia uma natureza utópica e por isso irreal e inalcançável, mesmo nos sistemas políticos que se afirmam democráticos. “Democracy is a myth. It’s an invention of man, a by-product of his groping for perfect society” (Rotstein, 1983: 2). O autor considera que não se

pode falar em liberdade nas sociedades ditas democráticas se de facto ela existe em determinada área, mas não em outras. Não se pode falar em igualdade se, por exemplo, a discriminação étnica e racial persiste nestas sociedades (Rotstein, 1983). A aceção do conceito que defende faz coincidir democracia com o efectivo governo do povo, directamente ou através de representantes eleitos, com base no princípio da igualdade de direitos. Porém, o governar através dos governados de forma verdadeiramente democrática, para Rotstein, não passa de uma quimera dificilmente materializável, situando-se aqui a oposição relativamente a Dahl. “The world is essentially undemocratic” (Rotstein, 1983: 3), ou, como diria Anthony Giddens, “a democracia está em crise por não ser totalmente democrática” (Giddens, 1999: 69).

Sobre o porquê da dificuldade da concretização dos princípios democráticos, o autor argumenta que esta remete para as barreiras sociais e económicas, artificialmente criadas, fomentadoras da desigualdade de distribuição de benefícios e desvantagens e, por isso, da divergência entre classes sociais, processo este consolidado de geração em geração.

É nesta linha de preocupações que outros autores sugerem a “revisão do conceito de democracia” (Teixeira Fernandes, 1998: 240). Sem a defesa dos “direitos humanos (...) não existe espaço para a vivência da liberdade e para a implementação da verdadeira democracia nas sociedades humanas (...). Compreende-se, assim, a importância da realidade e da teoria dos direitos humanos – direitos civis e sociais, e liberdade política – na reformulação contínua da democracia. Nenhuma revolução (...) se afirma vitoriosa onde largas camadas da população se encontram avassaladas pela indigência” (Teixeira Fernandes, 1998: 240).

2.3. Dos teóricos da “Cultura Cívica”

A generalidade das pesquisas recentes sobre cultura política assentam em referências bibliográficas que remetem para os trabalhos de três autores: por um lado Gabriel Almond e Sidney Verba, e por outro, Ronald Inglehart. Pode considerar-se que estes se situam entre os teóricos actuais mais proeminentes dos estudos sobre a cultura política.

Considerando que o trabalho destes autores será objecto de aprofundamento nos pontos 3.2. e 3.3., pretende-se então aqui, tão somente, fazer uma breve apresentação dos respectivos contributos.

A definição da cultura política inerente ao modelo da “Cultura Cívica” proposto por Almond & Verba (1989) não se suporta na prescrição de padrões de conduta que visem a optimização da actividade dos cidadãos para a construção democrática. Apenas são apontadas algumas normas relativamente à participação dos cidadãos que vão no sentido da assunção de uma atitude activa e positiva de participação ao nível dos *inputs* do sistema político, aliás, são indicadas orientações individuais em direcção à construção de uma “Cultura Cívica”, assente na intervenção e na participação políticas.

Na óptica dos autores referidos, a democracia necessita de cidadãos envolvidos, bem informados e activos relativamente às questões políticas e que participem segundo processos racionais, que devem, no entanto, ser compensados com alguma passividade pontual, equilibrando assim o próprio funcionamento democrático. Pode então afirmar-se que a “Cultura Cívica” remete para uma cultura política mista – compreende e conjuga a existência simultânea de indivíduos activos na política e de indivíduos que optam por assumir um papel passivo de sujeição ou de alheamento ao sistema político.

Partindo da acepção de cultura política como o conjunto de padrões de orientação dos cidadãos face a objectos políticos (definidos pelos autores como sendo: o sistema político no seu todo, o cidadão enquanto actor político, e as diversas partes do sistema

político), os autores procederam à sua decomposição à dimensão individual, identificando os seguintes modos de orientação política, em explícita adopção das categorias de orientação para a acção social de Talcott Parsons (1978):

- A orientação cognitiva, que diz respeito ao conhecimento dos objectos políticos;
- A orientação afectiva, que se refere aos sentimentos de identificação, rejeição ou apatia face aos objectos políticos;
- A orientação avaliativa, que comporta julgamentos e opiniões acerca de objectos políticos, que resultam de um misto de informações e sentimentos.

Associada ao tipo de orientação predominante definem três tipos de cultura política: a paroquial (as orientações face ao sistema político são mais de ordem afectiva e normativa do que cognitiva), a de sujeição (relação passiva do indivíduo com o sistema político) e a de participação (papel activista do indivíduo na esfera política), que no entanto dificilmente se concretizam no seu estado puro, antes produzindo modelos de cultura mista.

Partindo da observação de uma mutação no padrão axiológico das sociedades ocidentais industrialmente desenvolvidas das décadas de 60/70, Ronald Inglehart (1977, 1993, 1998) procurou testar a hipótese de que estas sociedades estariam a sofrer um processo de evolução de padrões culturais materialistas (valorização da estabilidade político-económica, da segurança física e coesão social) para padrões não-materialistas, aliás, pós-materialistas (relacionados com preocupações de carácter estético, intelectual e de qualidade de vida).

Esta hipótese assenta na premissa de que as gerações cuja experiência de socialização durante a infância e adolescência se caracterizasse por condições de segurança física e de relativa prosperidade económica teriam tendência em fazer prevalecer a opção por valores pós-materialistas, enquanto as gerações que no processo de socialização tivessem

experimentado situações de conflito social e de dificuldades de ordem sócio-económica adeririam mais significativamente a valores materialistas.

O autor recorre à teoria maslowiana da hierarquia de necessidades⁵ para explicar o processo de mudança geracional na escala dos valores.

Com a substituição progressiva de gerações, Inglehart prevê uma maior representatividade, progressiva e gradual, dos valores pós-materialistas em detrimento dos materialistas, cuja prevalência tenderá a esbater-se. A este processo o autor designou *Revolução Silenciosa*.

Exposto este conjunto de contribuições consideradas pertinentes para a abordagem da temática em causa, estamos agora em condições de avançar para a análise da concepção de cultura política que aqui se adopta.

2.4. Operacionalização do conceito de cultura política

“Desde o nascimento até à morte, o homem está permanentemente enquadrado por sistemas de ideias, que incorporando valores e normas de comportamento, lhe disciplinam a vida de todos os dias e lhe decifram o mundo visível e invisível com simplicidade e eficácia” (Bessa, 1996: 49). Em Ciências Sociais o conceito de cultura tem sido classicamente definido enquanto conjunto complexo de manifestações da vida social, traduzidas em hábitos, costumes, atitudes, crenças, aliás, e de acordo com a

⁵ Esta teoria aborda a evolução das necessidades humanas, explicada mediante uma relação dinâmica entre necessidades / satisfação de necessidades / novas necessidades. A cada satisfação de necessidades o grau da necessidades seguinte é progressivamente menos materialista e mais não-materialista, menos dependente das necessidades básicas de sobrevivência e mais dependente das necessidades de auto-realização pessoal enquanto ser humano. Esta teoria será explicada com mais detalhe em 3.3..

definição de Durkheim, em formas de agir, pensar e de sentir, que consubstanciam a pertença a dada sociedade (Cruz, 1995a). Cultura é portanto, como escreve Linton, “la configuration des comportements appris et de leurs résultats, dont les éléments composants sont partagés et transmis par les membres d’une société donnée” (Linton, 1968: 33). É a acomodação e repetição dos padrões que lhe estão subjacentes que materializa a vida dos indivíduos em sociedade. “A cultura fornece a matéria-prima de que o indivíduo faz a sua vida” (Benedict; s.d.: 277).

Cultura política poderá ser entendida como parcela integrante dessa cultura global na medida em que constitui uma constelação de modelos de interacção formados no domínio político no seio de dada colectividade; ou, ao inverso e numa acepção mais generalista, pode entender-se que toda a cultura é política sendo a expressão *cultura política* não mais que uma redundância. Esta é a tese preconizada por diversos autores entre os quais Maurice Duverger (1983) e Boaventura de Sousa Santos (1997), sustentando estes que não existe propriamente uma *cultura política* mas *elementos políticos* de uma cultura.

Apesar da problemática terminológica, o conceito de *cultura política* que interessa aqui precisar é um conceito mais operacional e ajustado ao domínio político, e portanto, concebido em sentido mais estrito que o definido anteriormente, sem no entanto deixar de se considerar a sua natural inclusão num domínio cultural global. Nesta acepção *cultura política* designa em geral os aspectos políticos da cultura assumidos como um conjunto sistematizado, coordenado e coerente. Por outras palavras, Ruth Lane define cultura política enquanto “a complex structure of logically linked variables, shared by most of a group’s members, about what motivates people; how the group is organized; who should get what, when, and how; what roles each person is allowed or forced to assume; and how, overall, the group is to be organized” (Lane, 1992: 364/365). Esta interpretação do conceito inclui, portanto, uma vasta variedade de cognições, emoções e disposições comportamentais, subordinadas a valores⁶, focando a atenção nas respostas

⁶ Os valores sociais são entendidos enquanto “expressão de sistemas organizados, coesos e duráveis de preferências, colectivamente construídos e partilhados pelos membros de um dado contexto social, os valores funcionam como princípios referenciais de regulação e de estruturação das atitudes e condutas em sociedade” (ICS, 1998: 521). Desta forma, os valores não devem ser entendidos enquanto

cognitivas, simbólicas e avaliativas dos indivíduos relativamente ao sistema político, assim como a relação destas orientações face a outros aspectos da política.

A aceção do conceito de cultura política que interessa para o presente trabalho, à semelhança da preconizada por Samuel Patterson (1970) ou Gabriel Almond & Sidney Verba (1989), compreende as orientações políticas individuais face ao sistema político e às suas diversas partes, assim como as atitudes face ao papel do indivíduo em si próprio no sistema. Trata-se, assim, de um sistema de crenças empíricas (como os indivíduos percebem e interpretam a relação política), de símbolos representativos (o que os indivíduos sentem face às instituições e líderes políticos) e valores (padrões que definem os objectivos do sistema político, usados para avaliar a relação política), que definem a situação em que a acção política acontece e que são relativamente partilhados por determinada população. Estas crenças ou orientações estão dirigidas a um objecto político, que pode compreender o sistema político em todo o seu complexo, a estrutura política, os cargos institucionais, as políticas governativas em específico, ou os actores políticos.

Com base na proposta de Almond & Verba (1989), Franz Heimer, Jorge Vala & José Manuel Leite Viegas (1990a, 1990b) propõem três dimensões da cultura política:

- a cognitiva (semelhante à definida por Almond & Verba, diz respeito ao conhecimento e compreensão da realidade política, incluindo crenças e explicações);
- a avaliativa / afectiva (corresponde à junção de duas dimensões contempladas por Almond & Verba, e diz respeito a reacções avaliativas e / ou emocionais compreendendo as atitudes e valores);
- a conativa (esta nova dimensão refere-se a padrões de possível comportamento latentes nos indivíduos).

propriedade individual, mas como propriedade social de indivíduos na medida em que partilham um universo de significados comum (Deth & Scarbrough; 1995a).

Em termos mais sintéticos, cultura política deverá então designar o pensamento social (que diz respeito a crenças, atitudes e esquemas de acção) sobre a esfera do político estabelecendo assim o domínio subjectivo da política, a apreensão subjectiva dos agentes sociais da dimensão simbólico-ideológica da política (Heimer, Vala & Viegas, 1990a, 1990b; Heimer, 1991, 1993).

Em todos os sistemas políticos existe um domínio subjectivo ordenado de políticas que dão sentido à política, que disciplinam as instituições e atribuem relevância social aos actos individuais. O foco da cultura política não são tanto as estruturas formais da política, governos, partidos, grupos de pressão, ou padrões de comportamento numa sociedade, mas o que as pessoas acreditam, sabem e sentem sobre essas estruturas e comportamentos. É este acreditar que dá significância aos comportamentos, para si e para os outros. “Political culture is a product of the history of the political system and the individual members of the system, and, thus, is rooted in public events and private experience” (Dowse & Hughes, 1986: 226). Nesta óptica, a heterogeneidade da cultura política e a possibilidade da decomposição respectiva em subculturas afiguram-se realidades plausíveis. Estas subculturas podem mesmo ser bastante significantes e, no extremo, a cultura política dominante pode mesmo ser uma subcultura da minoria.

A cultura política abraça desta forma, por um lado, as interpretações psicológicas do comportamento político individual e, por outro, uma análise macro-sociológica. É sobretudo no nível da componente micro-política de carácter social ou sócio-psicológico que nos deteremos.

Embora por vezes se gere algum equívoco quanto à distinção dos conceitos de cultura e ideologia política, estes distinguem-se pela menor coerência e consistência interna da primeira face à segunda. A ideologia diz respeito a um conjunto de valores políticos que têm implícito a orientação para a prossecução e manutenção de um estado desejável. Estes valores, por seu turno, decorrem de asserções relativamente à natureza humana, aliás, da análise da faculdade de pensar do Homem, no entendimento Jean-Jacques Chevallier (1984), viabilizando desta forma a concepção de formas ideais de sociedade

relativamente aos perfis humanos definidos. Ao construir uma visão global da sociedade com uma profunda coerência interna, a ideologia política sobrepõem-se a quaisquer críticas, restringindo assim o comportamento político de forma muito mais determinante do que a cultura política. “The ideology is a matter of consensus, not opinion (...) the ideology is noncontroversial” (Lasswell & Kaplan, 1976: 123). Desta forma, cultura política e ideologia aproximam-se porque ambas são compostas de valores políticos, aliás, de crenças e objectivos que persistem no tempo e de ampla aplicação e reconhecimento sobre a política e a sociedade; em paralelo afastam-se na medida que a primeira remete para valores, que embora com uma forte carga subjectiva, têm um reflexo real, enquanto a segunda assenta em constructos axiológicos utópicos.

Tal como os demais aspectos culturais de uma sociedade, a cultura política não é estática, mas dinâmica, não é anacrónica, mas diacrónica. Apesar de corresponder a um processo moroso e subtil a cultura política permanece em permanente mutação, verificando-se que as transformações mais expressivas se encontram relacionadas com a substituição de gerações (Barner-Barry & Hody, 1995)⁷.

A crise das sociedades industriais deste século nas suas múltiplas manifestações provocaram um intenso debate ideológico que caracteriza profundamente a cultura política actual. Esta consubstancia-se, essencialmente, por uma nova vivência da cidadania, mais activa, pessoal e próxima do poder de decisão, e pelo alargamento dos espaços de participação a áreas antes não políticas, especialmente no que diz respeito às questões ambientalistas⁸. A abordagem de cultura política que aqui se privilegia insere-se, assim, num enquadramento democrático, no qual as decisões políticas deverão derivar da participação dos cidadãos, directamente ou através de representantes eleitos, correspondendo à vontade da maioria (Lijphart, 1989b).

⁷ Questão focada na introdução à *Parte IV*.

⁸ Desenvolvido ao longo da *Parte IV*.

Analizado o conceito de cultura política que aqui se privilegia, passemos então à análise detalhada de algumas das concepções teóricas mais marcantes do estudo da cultura política.

PARTE III

CONCEPÇÕES TEÓRICAS CONTEMPORÂNEAS DA MUDANÇA NA CULTURA POLÍTICA

Cientes da importância das transformações sócio-económico-políticas do pós-guerra e das consequências ao nível micro-político nas sociedades modernas industrializadas, designadamente em termos de atitudes e comportamentos políticos, alguns estudiosos da Sociologia Política abordaram este período de intensa perturbação social e política prognosticando a intensificação das mudanças iniciadas e, conseqüentemente, a concretização do potencial de transformação social pressentido.

Por outro lado, a partir dos anos 60, a pesquisa e conceptualização no domínio da cultura política registou um impulso significativo, em grande parte devido ao desenvolvimento e aplicação de novas estratégias metodológicas. O abandono das perspectivas anteriores e a descoberta de novas tecnologias de investigação, particularmente o desenvolvimento da análise estatística, estiveram na origem de um conjunto de novas oportunidades de trabalho, surgindo nesta década os primeiros trabalhos de investigação subordinados a questões como as da estruturação e processamento da cultura política.

A conjugação entre a percepção, por parte de alguns investigadores, de um mundo em mudança e a disponibilidade de meios mais eficientes para a investigação científica, possibilitaram, nas décadas de 60 e 70, a elaboração de trabalhos de investigação em Sociologia Política que perduram como marcos decisivos do desenvolvimento desta ciência. No âmbito da cultura política, cuja produção seria particularmente intensa, destacam-se, pelo contributo que ofereceram para a teoria da cultura política actual e pela pertinência relativamente ao presente trabalho, os contributos de Daniel Bell, de Gabriel Almond & Sidney Verba e de Ronald Inglehart, abordados, respectivamente nos pontos 3.1., 3.2. e 3.3. Todos estes trabalhos remetem para o momento de viragem das décadas de 50, 60 e 70 e estabelecem como ponto de partida das suas análises a conturbação política e social vivida nas sociedades modernas industrializadas.

Daniel Bell é, talvez, o autor que de forma mais fundamentada e completa perspectivou o colapso das ideologias. *O Fim das Ideologias* (Bell, 1988), publicado em 1960, é uma análise da situação política, negativista e inexata do ponto de vista da perspectiva da evolução ideológica. O seu contributo é, no entanto, inestimável quanto ao esclarecimento da confusão ideológica que emergiu naquelas décadas, assim como pela controvérsia que gerou em torno da posição radical que assumiu.

A Cultura Cívica de Almond & Verba (1989), assim como *A Revolução Silenciosa* de Inglehart (1977), constituem clássicos dos estudos sobre a cultura política. O primeiro, pelo pioneirismo que apresentou sob diversas perspectivas: a dimensão da investigação, o recurso a metodologias de política comparada e, ainda, o que constitui o aspecto mais importante, quanto às conclusões alcançadas e à produção teórico-conceitual que dele derivou, em termos de seguidores e de detractores. Publicado pela primeira vez no início da década de 60 e reflectindo também as preocupações da década anterior, este estudo forneceu instrumentos de trabalho para o estudo da cultura política ainda hoje indispensáveis para a realização de qualquer pesquisa neste campo.

Relativamente ao contributo de Inglehart, a *Revolução Silenciosa*, publicada em 1977, foi a primeira e a mais marcante obra do autor neste domínio. Um conjunto de outros trabalhos publicados por Inglehart vieram complementar, corrigir ou consolidar a sua tese inicial, proporcionando assim a disponibilidade de um modelo de análise da mudança da cultura política amplo e bem fundamentado.

Do conjunto destes autores, e mesmo de entre a generalidade dos estudiosos da cultura política, Inglehart posiciona-se na vanguarda da produção literária e científica nesta matéria, apresentando o modelo explicativo da mudança da cultura política mais completo, confirmado e operacional. É, assim, com base neste modelo e nas adaptações que lhe foram introduzidas por outros autores adeptos da tese de Inglehart, designadamente por José Ramón Montero & Mariano Torcal (1992, 1994), que foi estruturada a *Parte V* do presente trabalho.

3.1. O Fim da Ideologia – Daniel Bell

3.1.1. Contextualização e fundamentos

O contributo de Daniel Bell para a teoria da cultura política, presente em *O Fim da Ideologia*¹, decorreu da observação e análise da conjuntura sócio-económica da sociedade americana, e mesmo internacional, das décadas de 40 e 50. Este período foi marcado, designadamente, pela luta de classes associada ao processo de industrialização, pelo surgimento do fascismo e do imperialismo racial em países culturalmente desenvolvidos, pelo surgimento de uma geração revolucionária que proclamou ideais humanos novos e mais justos e, ainda, pelas calamidades decorrentes da 2ª Guerra Mundial. A esta experiência acresce a influência dos debates sobre o futuro da teoria marxista neste período.

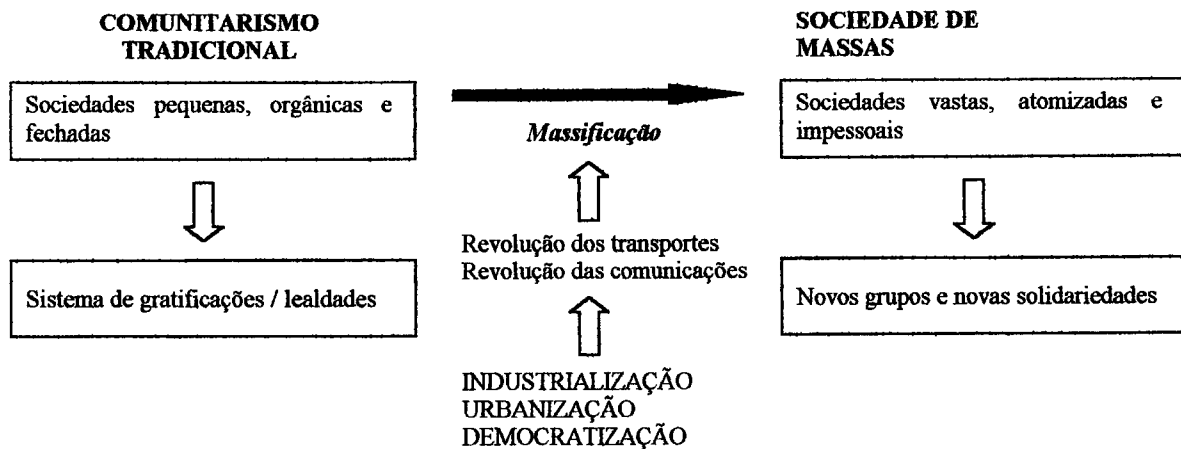
Estes factos surgem integrados num contexto de desumanização social, explicado pela Teoria da Sociedade de Massas². À luz desta teoria, a um aumento radical da acessibilidade física e social de uma larga proporção da população a bens e informações, decorrentes do processo de industrialização e da melhoria das condições de vida a este associadas, correspondeu uma maior proximidade entre as pessoas no sentido do estreitar das distâncias físicas. A intensificação dos contactos interpessoais, ocorre, em simultâneo, com uma quebra dos laços familiares e comunitários. A aproximação à escala global, e portanto macro-social, corresponde assim, em paralelo, a um afastamento à escala micro-social.

O esquema seguinte representa sinteticamente este processo. As pequenas comunidades tradicionais constituídas por intensas teias de contactos interpessoais, tendem a dar lugar a sociedades modernas, expostas à globalização, detentoras de uma maior amplitude e de um mais elevado grau de individualismo. Nestas últimas a intensidade dos contactos interpessoais dá lugar à impessoalidade e ao surgimento de outras formas de solidariedade.

¹ Esta obra teve a sua primeira edição em 1960.

² Sobre a Teoria da Sociedade de Massas ver Dwight Macdonald et al., 1971, Karl Mannheim, 1980 e Wright Mills, 1981.

Esquema nº3.1. Processo de *massificação social* segundo a Teoria da Sociedade de Massas



Fonte: Daniel Bell (1988: 21).

A tese da progressão social para a *sociedade de massas*, afirma a perda do comunitarismo e do quadro de valores respectivo, aumentando a vulnerabilidade dos indivíduos relativamente a novas crenças. Os líderes carismáticos constituem, desta forma, um substituto unificador relativamente às anteriores crenças destruídas pela massificação social.

Apesar de se suportar na Teoria da Sociedade de Massas para explicar a sociedade americana dos anos 50, Daniel Bell alerta para um conjunto de enviesamentos das leituras e conceptualizações desta teoria. Aponta, designadamente, para a interpretação apresentada relativamente às potencialidades humanas, referindo que “it is at heart a defence of an aristocratic cultural tradition (...) and a doubt that the large mass of mankind can ever become truly educated or acquire an appreciation of culture” (Bell, 1988: 28). De facto, não é razoável supor que nos países industrializados, cujo crescimento passou por uma radical intensificação das comunicações e de facto por uma aproximação dos indivíduos à escala planetária, *massivamente*, a população tenha assumido comportamentos limitados, amorfos e acrílicos tal como os preconizados para o *Homem-massa*, definido naquela teoria.

As características inerentes às novas sociedades modernas *massificadas* terão dado um importante contributo para a instabilidade social, criando condições para se evocar a falência do poder organizativo e explicativo das ideologias.

3.1.2. A crise das ideologias

A perturbação social, política e económica e a instabilidade generalizada estiveram na razão da afirmação de Bell - “ideology, which once was a road to action, has come to be dead end” (Bell, 1988: 393).

Tomando como referência a realidade político-económica do Leste Europeu e particularmente da União Soviética, o autor constata que as concepções político-económicas dominantes perdem progressivamente sentido, acabando por se desenquadrar completamente da realidade social.

“A social movement can rouse people when it can do three things: simplify ideas, establish a claim to truth, and, in the union of the two, demand a commitment to action” (Bell, 1988: 401). A solidez das ideologias do século XIX, para além de conceberem uma resposta particularmente satisfatória a estes requisitos, enfatizaram uma ideia de inevitabilidade e de progresso, inculcando uma paixão e envolvimento nos seus seguidores, cujo fervor é comparável ao da crença religiosa. Veiculadas por intelectuais, estas ideologias apresentam uma forte componente de persuasão e de fé, assente na difusão de crenças simplistas e racionais, à medida que proclamam a verdade dos factos e apresentam uma linha orientadora para o desenvolvimento da sociedade.

Face ao desencantamento ideológico verificado nos anos 50, o autor afirma - “in the last decade, we have witnessed an exhaustion of the nineteenth century ideologies, particularly Marxism, as intellectual systems that could claim truth for their views of the world. In reaction to these ideologies – and their compulsions to total commitment of intellect and felling – many intellectuals have begun to fear *the masses*, or any form of social action” (Bell, 1988:16).

A crise ideológica traduz-se no descrédito das ideologias, dos seus princípios, mas também na indefinição da clivagem tradicional entre valores e ideais de esquerda e de direita. Da mesma forma, a divergência entre o pensamento socialista e o pensamento liberal tornou-se, para Bell, algo ténue, na medida em que as tradicionais fronteiras entre os dois sistemas de ideias se esbatem, dando lugar a algum entrelaçamento de concepções e princípios (1988).



Todavia, Bell não foi o único autor a diagnosticar esta suposta indefinição entre ideário de esquerda e de direita, entre socialismo e marxismo, e a prognosticar o declínio das ideologias. Outros autores corroboraram igualmente esta perspectiva de evolução política anunciando a extinção das ideologias, designadamente Fernández de la Mora (1973), Francis Fukuyama (1992) e Raymond Aron (1997). Esta tese viria, no entanto, a ser fortemente contestada por diversos autores, tais como Ronald Inglehart (1977), Dowse & Hughes (1986), Paul Barry Clarke (1996), Habermas (1996), António Marques Bessa & Jaime Nogueira Pinto (1977), Adriano Moreira (1989a, 1989b), entre outros³.

Mas se nesta década no mundo ocidental se considera que as ideologias tradicionais perecem, nos novos Estados emergentes de África e Ásia florescem novas ideologias. “The ideologies of the nineteenth century were universalistic, humanistic, and fashioned by intellectuals. The mass ideologies of Asia and Africa are parochial, instrumental, and created by political leaders. The driving forces of the old ideologies were social equality and, in largest sense, freedom. The impulses of the new ideologies are economic development and national power” (Bell, 1988: 403).

O valor predominante nestas *novas ideologias* não é, assim, a ideia de uma sociedade justa e livre, como nas ideologias tradicionais, mas a de uma sociedade economicamente desenvolvida e poderosa. Por outro lado, a universalidade das ideologias tradicionais parece dar lugar ao surgimento de movimentos ideológicos delimitados no espaço e no ideário que preconizam. Os modelos destas novas ideologias são a Rússia e a China da década de 50/60 (Bell, 1988), constituindo desta forma uma reinterpretação da tese marxista.

A mobilização da população para estes movimentos envolve novos instrumentos utilizados em nome da ideologia, designadamente a coerção e a repressão social, justificados pela premência do crescimento económico (Bell, 1988). O desenvolvimento económico tornou-se assim a nova ideologia reparadora das anteriores desilusões.

³ Questão abordada em detalhe no ponto 4.6.1..

Para além dos continentes africano e asiático, também na Europa Ocidental e na América, nos anos 60/70, novos movimentos culturais de reacção à conjuntura nacional e internacional apelam a princípios ideológicos inovadores.

A intensidade e a retórica com que estes movimentos se fazem sentir parecem prenunciar o surgimento de uma nova fase da ideologia. Nas sociedades ocidentais, segundo Daniel Bell, “the radicalism of the sixties and seventies conjoined four diverse currents: the emergence of a youth culture flaunting a freer lifestyle, with sex and drugs; the dramatic rise of black-power movements (...); the spread of *liberation* movements and rhetorical manifesto of a Third World that declared itself, self-consciously, in opposition to the West; and the Vietnam War, which (...) radicalised a large portion of the student population” (Bell, 1988: 426). Estes movimentos radicais foram essencialmente conotados com a juventude estudantil e intelectual e as suas manifestações, efusivamente veiculadas pelos meios de comunicação, desfrutaram desta forma de uma intensa difusão dos ideais, conquistando aderentes massivamente.

A estes novos ideais faltou, porém, uma filosofia política de base, inviabilizando a possibilidade de uma reconstituição da ideologia. Para o autor “what one saw in the West was not a political but a cultural (and generational) phenomenon” (Bell, 1988: 432). A turbulência ocorrida neste período não prosseguiu ideais, nem ideologias, nem se orientou por programas; antes, consistiu numa reacção contra a autoridade, contra a racionalidade, em suma contra a organização social existente e mesmo contra a cultura.

Pode então deduzir-se que, para o autor, estes movimentos mais não foram do que reacções de uma geração ideologicamente indefinida à necessidade de construir o seu próprio quadro de referência ideológico. A citação - “it is not that Marxism creates radicals; each new generation of radicals creates its own Marx” (Bell, 1988: 435)- ilustra perfeitamente esta ideia.

3.1.3. A alienação política

O fim da ideologia comporta não só a crítica no plano do sistema de ideias que define essa ideologia, mas atinge igualmente a estruturação da realidade social na qual se representa. Sobre este aspecto, Bell salienta a importância positiva da alienação

individual. “Alienation is not nihilism but a positive role, a detachment, which guards one against being submerged in any cause, or accepting any particular embodiment of community as final. Nor is alienation deracination, a denial of one’s roots or country” (Bell, 1988: 16/17). Na mesma óptica da alienação marxista, o descrédito relativamente a um sistema de ideias anterior não revela regressão ou nulidade, mas um passo válido na medida em que recusa um sistema entendido como desvantajoso ou inoperável, e se predispõe para a aceitação de outro mais conveniente.

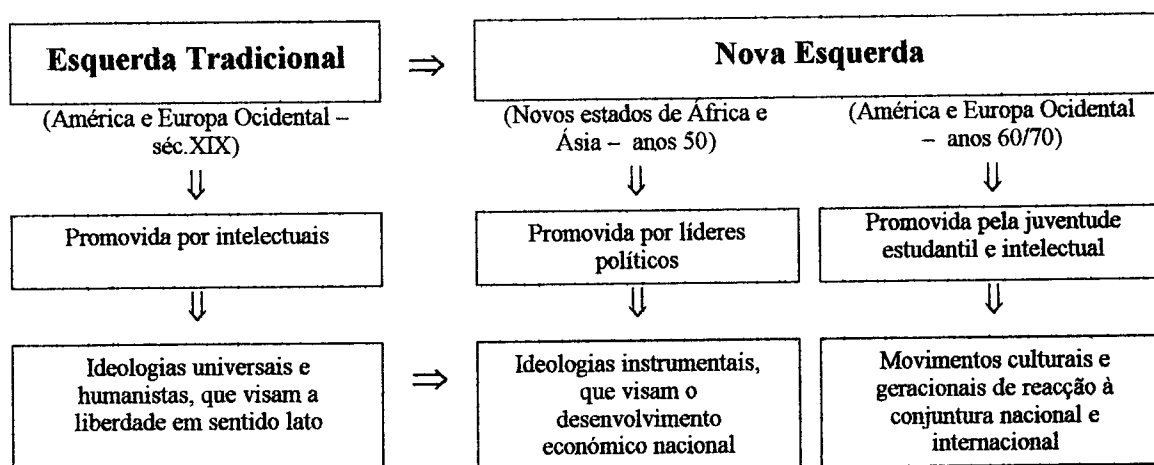
A exaustão e declínio do quadro de referências ideológico vigente gerou a necessidade e emergência de novas referências para os indivíduos. A nova geração americana do final dos anos 50, já sem referências das ideologias tradicionais e num contexto de estabilidade política e económica, procura, assim, novos propósitos na estrutura da sociedade política e novas linhas de orientação. Esta geração é, no entanto, marcada por uma profunda falta de interesse e motivação no domínio político, que são direccionados para a procura de outras áreas de expressão.

3.1.4. Ideologia, utopia e nova esquerda

“The end of ideology is not – should not be – the end of utopia as well (...) there is now, more than ever, some need for utopia, in the sense that men need – as they have always needed – some vision of their potential, some manner of fusing passion with intelligence” (Bell, 1988: 405). A assunção da conclusão das ideologias universais não implica, contudo, que o Homem ignore a sua natural necessidade de prosseguir ideais, metas, que mesmo inatingíveis orientam e organizam as suas ideias à cerca da evolução do mundo político.

Assim, a crise da esquerda tradicional não representou o desaparecimento de toda a esquerda e do conjunto de princípios a ela associados. Parece antes tratar-se da crise dos fundamentos e concretizações da esquerda tradicional e não tanto da crise do ideal de esquerda, que parece sobreviver e mesmo renascer com expressivo vigor junto de alguns segmentos sociais, embora com outros fundamentos e propósitos (Miliband, 1994; Bobbio, 1995). O esquema seguinte contempla esta dualidade da esquerda:

Esquema nº3.2. A ideologia radical de esquerda e a nova esquerda



Fonte: Baseado em Daniel Bell (1988), Ralph Miliband (1994) e Norberto Bobbio (1995).

Se o radicalismo de esquerda, enquanto linha orientadora de uma mudança social global, se encontra intelectualmente derrotado, uma *nova esquerda* emerge. Esta, apesar de promover um intenso envolvimento por parte de fracções da sociedade, padece de alguma incapacidade de resposta quanto às suas definições intelectuais: para *onde* quer ir e *como*, e mesmo *o que significa*. Muitos dos movimentos sociais emergentes, conotados com esta *nova esquerda*, ocorrem em nações com aspirações a adquirir o direito de controle dos seus próprios destinos político-económicos (Bell, 1988). O recurso a acções radicais de carácter revolucionário caracterizam a generalidade destes movimentos, em clara associação com as formações ideológicas tradicionais.

Como explicar então o fim da ideologia se os princípios retóricos e revolucionários persistem?

Bell, diferenciando ideologia de utopia, crê na possibilidade de esta última não ter que sofrer o mesmo destino da primeira. Este é, no entanto, um risco eminente face a estes movimentos que proclamam novas utopias com falsos propósitos, pondo em questão verdades incondicionais, tais como a liberdade de expressão ou de imprensa, ou o direito de oposição (1988). Para Bell a própria sobrevivência da utopia é questionada face a estes novos movimentos que, não dispendo dos requisitos de estruturação para se constituir de facto como ideologias, desenvolvem um trabalho falsificador da utopia.

Face à experiência fornecida pelos últimos 200 anos, é possível, para Bell, definir dois estilos ideológicos contrastantes na política. Um mobiliza a paixão e a crença, conduzindo o indivíduo para além do racional no intuito de satisfazer necessidades emocionais. Integra-se aqui a fé em utopias seculares que decorreram, entre outros factores, da quebra do poder da religião, do advento da modernidade e consequente desintegração das ideologias tradicionais, e que se consubstanciaram no regressar aos impulsos fundamentalistas que fundem paixão e ideologia. Insere-se neste tipo o regime Nacional Socialista Alemão, assim como os regimes fundamentalistas de alguns países árabes (Bell, 1988).

O outro tipo ideológico remete para regimes totalitários cuja manutenção de poder é assegurada por uma conformidade relativamente ao sistema alimentada por uma constante campanha propagandística que cultiva personalidades, ideais e a submissão ao sistema político. Neste caso a ideologia tem um carácter eminentemente simbólico e ritualizado com um evidente propósito manipulativo e de obscurecimento da realidade circundante. Os regimes socialistas dos países do Leste Europeu exemplificam bem este estilo ideológico (Bell, 1988).

3.1.5. Reconsiderações acerca da tese de Bell

O radicalismo com que Bell trata a crise ideológica vale-lhe severas críticas de outros estudiosos, nomeadamente de Ronald Inglehart (1977), Dowse & Hughes (1986), Paul Barry Clarke (1996) e Jürgen Habermas (1996).

A crítica mais significativa aponta para que o ressurgimento do anterior radicalismo ideológico nas sociedades ocidentais dos anos 60/70 e nos países do Terceiro Mundo, a persistência de um ideário de esquerda para além da crise ideológica e o surgimento de outros movimentos de carácter ideológico (ambientalista, nacionalista, ou outro) venham pôr em questão o anunciado fim da ideologia.

O argumento central do Bell de que o socialismo não era mais relevante para os problemas da sociedade industrial ocidental não foi contudo posto em questão pela crítica. De facto, a esquerda tradicional associada ao socialismo parece não ter conseguido dar resposta às necessidades concretas da sociedade. O autor sublinha

mesmo o reforço da sua tese constatando um segundo ciclo de desilusão relativamente às sociedades socialistas. Nos anos 50, a primeira desilusão das sociedades socialistas assumiu um carácter essencialmente moral, intelectual e político, e portanto de um domínio mais teórico. A desilusão dos anos 80 reporta-se ao plano económico, e desta forma à falência da concretização do modelo destas sociedades.

O modelo de desenvolvimento económico suportado no planeamento central da economia praticado nos países socialistas foi no entanto aceite como o único viável para países subdesenvolvidos cuja expansão económica estava a ser condicionada pela dependência face aos países capitalistas. A estagnação de algumas economias de planeamento central e o surgimento de um conjunto de economias de sucesso num menor período de tempo forneceram um diferente modelo económico misto para os países do Terceiro Mundo. O autor confirma, assim, que “Eastern Europe presents a mirthless paradox that completes the ideological reinversion of Marxism” (Bell, 1988: 439).

Todo este processo de mutação ideológica é encarado naturalmente pelo autor, não sendo perspectivado como algo catastrófico ou irreparável. Nas suas próprias palavras - “I think that all ideology is bound to self-destruct. Ideology is a reification, a frozen mimicry of reality, a hypostatisation of terms that gives false life to categories. And that is also its fatal flaw, its Achilles heel, which leaves it vulnerable in the end to other forms of cognition and faith” (Bell, 1988: 444).

A temática do fim da ideologia será retomada no ponto 4.6.1., onde se aprofundarão as posições teóricas dos autores que partilham a tese de Bell, assim como a dos que a contestam e reformulam.

3.2. A “Cultura Cívica” - Gabriel Almond & Sidney Verba

Tal como o trabalho de Daniel Bell, *The Civic Culture* (Almond & Verba, 1989), embora posterior, foi igualmente concebido no início da década de 60⁴, versando ambos os trabalhos sobre as questões da mudança da cultura política nas sociedades ocidentais.

Nos dois casos o impulso básico decorreu da percepção de perturbações de carácter sócio-económico e de instabilidade político-ideológica nesse momento, e da necessidade da sua explicação, assim como das consequências inerentes. A nítida consciência de as décadas de 50 e 60 constituírem um período de transição político-ideológico-cultural está bem presente em ambas as obras.

3.2.1. Contextualização e fundamentos

The Civic Culture representa um trabalho pioneiro na concretização de novas oportunidades científicas, designadamente pela abordagem estatística e pelo carácter transnacional e comparativo do estudo, o que resultou na construção do modelo que Almond e Verba designam por *Cultura Cívica*.

Concebido no período pós-2ª Guerra Mundial, e com a influência das preocupações sócio-políticas sentidas neste período, decorrentes, nomeadamente, do colapso das democracias alemã e italiana, o estudo da “Cultura Cívica” intenta esclarecer a complexa relação entre a cultura política e a estabilidade democrática, procurando na primeira encontrar fundamentos para a segunda⁵.

⁴ Este trabalho foi publicado pela primeira vez em 1963.

⁵ As teorizações sobre os requisitos da estabilidade democrática têm raízes na Antiguidade Grega, nomeadamente em Aristóteles (1990). Este autor preconizou um modelo de “governo misto” como forma de superar a instabilidade da democracia ateniense, com o qual o modelo da “Cultura Cívica” está estreitamente relacionado (ver ponto 2.1.2.).

Esta forma híbrida de governo concretizava-se numa mistura de oligarquia e democracia, numa sociedade em que era salvaguardada a existência de uma classe média maioritária, garante de uma distribuição equilibrada do poder. Na base desta ideia de política mista estavam, para Aristóteles, três atitudes fundamentais: a moderação, a confiança interpessoal e alguma difidência relativamente à participação política (1990).

A analogia desta teorização à da “Cultura Cívica” regista-se ao nível desta ideia de equilíbrio das disparidades no que respeita a uma participação política e envolvimento político moderados e a uma forma de militância política dinâmica, mas pressupondo princípios de unidade cívica comuns.

Almond e Verba procuram dar resposta às questões que se levantam quanto ao futuro de uma cultura mundial emergente nesse período face às significativas conturbações político-sócio-económicas. Uma indicação é *a priori* apontada pelos autores - “although the movement toward technology and rationality of organization appears with great uniformity throughout the world, the direction of political change is less clear. But one aspect of this new world political culture is discernible: it will be a political culture of participation” (Almond & Verba, 1989: 2).

Este novo modelo democrático de participação pressupõe não apenas a implementação de instituições democráticas formais, tais como o sufrágio universal ou os partidos políticos mas, também, uma cultura política consonante, nomeadamente ao nível das atitudes e comportamentos das elites políticas e dos cidadãos. Assim, a tese destes autores é a de que não são apenas as estruturas e instituições políticas de cariz democratizante os vectores determinantes da estabilidade democrática. Subjacente ao funcionamento do sistema político existe todo um quadro de valores que produz formas complexas e subtis indissociáveis do desempenho político, económico e social (Almond & Verba, 1989).

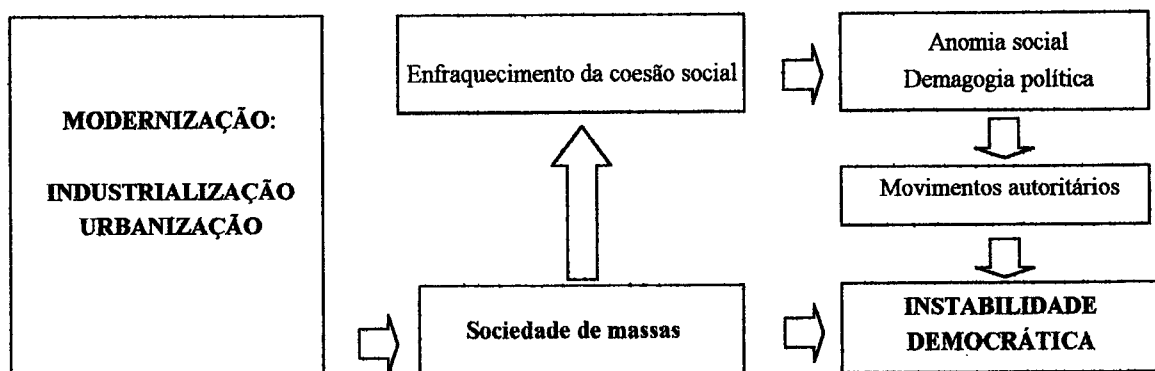
A necessidade deste modelo explicar teoricamente os indicadores da estabilidade / instabilidade democrática justifica-se face ao contexto de conturbação político-social em que emerge. Com o propósito de explanar as razões inerentes ao insucesso democrático, a visão teórica vigente no período posterior à 2ª Guerra Mundial, apontava, genericamente, para factores de ordem económica e social associados aos processos de industrialização e urbanização, em grande desenvolvimento⁶.

Também o modelo da “Cultura Cívica” parte da análise dos factores económicos e sociais que caracterizam as sociedades modernas, para a clarificação dos indicadores subjacentes à problemática da estabilidade democrática.

⁶ A explicação apresentada por Daniel Bell para a crise ideológica americana dos anos 50 tem, igualmente, como ponto de partida as mutações sociais decorrentes da massificação da sociedade (Bell, 1988), como se registou anteriormente.

O esquema seguinte explica de forma sucinta a articulação dos processos de industrialização e de urbanização das sociedades modernas relativamente à instabilidade democrática.

Esquema nº3.3. A modernização e a instabilidade democrática



Fonte: Baseado em Almond & Verba (1989).

Note-se, antes de mais, que o modelo elaborado por Almond e Verba não surge *ex nihilo*, apenas factor dos condicionalismos do momento. Apoiado num conjunto de autores clássicos e contemporâneos, este modelo evidencia dos seus contributos três aspectos determinantes da manutenção dos sistemas políticos democráticos, tomados como premissas deste estudo (1989):

- A observação de uma participação activa dos cidadãos nos assuntos cívicos;
- A existência de um alto nível de informação dos cidadãos acerca dos assuntos públicos;
- A difusão em larga escala de um sentido de responsabilidade cívica.

A proposta da “Cultura Cívica” ultrapassa a abordagem das características e pré-condições da cultura democrática. Mais do que inferir as propriedades da cultura democrática das instituições políticas ou das condições sociais, os autores procuraram especificar os conteúdos respectivos examinando as atitudes num conjunto de cinco sistemas democráticos - Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México.

A tónica subjacente a este estudo assenta, essencialmente, na seguinte ideia - “the development of a stable and effective democratic government depends upon more than the structures of government and politics: it depends upon the orientations that people have to the political process – upon the political culture. Unless the political culture is able to support a democratic system, the chances for the success of that system are slim” (Almond & Verba; 1989: 366), ou seja, estes autores atribuem ao plano cultural do sistema político, em detrimento do estrutural, um poder determinante na estabilidade e democraticidade deste.

3.2.2. O modelo misto *racional-activista* / “*subjectively competent*”

A definição da cultura política inerente a este modelo não reside na prescrição de padrões de conduta que visem a optimização da actividade dos cidadãos na construção democrática. Apenas são apontadas algumas normas relativamente à participação dos cidadãos, as quais vão no sentido da assunção de uma atitude activa e positiva de participação ao nível dos *inputs* do sistema político.

“The democratic citizen is expected to be active in politics and to be involved. Furthermore, he is supposed to be rational in his approach to politics, guided by reason, not by emotion. He is supposed to be well informed and to make decisions – for instance, his decision on how to vote – on the basis of careful calculation as to the interests and the principles he would like to see furthered. This culture, with its stress on rational participation within the input structures of politics, we can label the “rationality-activist” model of political culture” (Almond & Verba; 1989: 29).

Neste sentido, a democracia de sucesso necessita de cidadãos envolvidos, bem informados e moderadamente activos relativamente às questões políticas e que participem segundo processos racionais. Na sequência da expressão das suas atitudes e decisões é possível pensar diversas alternativas de governação. O cidadão apático, ao inverso, é associado a democracias fracas. É esta a tese do modelo da cultura política *racional-activista* absorvida pela “Cultura Cívica”. Porém, esta última não se restringe à questão da participação dos cidadãos, apesar do modelo de cidadão *racional-activista* constituir um dos seus aspectos fundamentais. “By itself this participant-rationalist model of citizenship could not logically sustain a *stable* democratic government. Only

when combined in some sense with its opposites of passivity, trust and deference to authority and competence was a viable, stable democracy possible” (Almond; 1989: 16).

Pode então afirmar-se que o conceito de “Cultura Cívica” remete para uma cultura política mista – compreende e conjuga a existência simultânea de indivíduos activos na política e de indivíduos que optam por assumir um papel passivo de sujeição ou de alheamento ao sistema político. A possibilidade de junção destas orientações “benéfica” a cultura política em termos de estabilidade do sistema político, na opinião de Almond & Verba (1989), na medida em que as orientações de sujeição e paroquiais suavizam e compensam a intensidade do envolvimento e actividade política individual, produzindo o que os autores denominam - *balanced disparities*.

Desta forma, a atitude de participação no processo político não invalida a coexistência de orientações políticas de carácter paroquial ou de sujeição, prévias à primeira.

Considerados próximos do paradigma da “Cultura Cívica”, os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha não constituem sistemas políticos intensamente participativos, nem, pelo contrário, paroquiais. Verificou-se, por um lado, que os grupos primários se apresentam aos indivíduos como um recurso de influência disponível em períodos de tensão política libertando-os da dependência das instituições políticas, e por outro lado, observou-se um conjunto de valores sociais básicos, difundidos e permeáveis ao sistema político, tais como a confiança social e a valorização da consideração relativamente aos outros cidadãos (Almond & Verba, 1989).

A moderação, a confiança interpessoal e a participação política subjacentes à política mista aristotélica⁷ (Aristóteles, 1990), encontram desta forma continuidade no modelo da “Cultura Cívica”. Acerca do ideal de governo misto oligárquico / democrático aristotélico, Gabriel Almond afirma – “this kind of mixed-government / middle-class-predominant policy is likely to be characterized by the *balanced disparities* of the civic culture – a kind of moderate political participation which accords discretion to political leaders and government officials; a kind of political involvement which is neither fully pragmatic nor simply passionate; and a form of partisanship which is dynamic yet contained within overarching norms of a common civic unity” (Almond; 1989: 17).

⁷ Abordado em 2.1.2..

No estudo de Tocqueville sobre a democracia na América⁸ é igualmente possível constatar a tese do governo misto presente na “Cultura Cívica”. Estes ideais de equilíbrio político de opostos estão ainda presentes em autores mais recentes, tais como em Stuart Mill⁹, que apologiza a realização plena da democracia com base em princípios mistos de governação.

É deste equilíbrio que vive, para os autores em questão, a estabilidade democrática. “This balance (...) is needed for a successful democracy: there must be involvement in politics if there is to be the sort of participation necessary for democratic decision making; yet the involvement must not be so intense as to endanger stability” (Almond & Verba; 1989: 240).

A reforçar a complementaridade das orientações contraditórias da “Cultura Cívica” regista-se a existência de uma categoria de cidadãos *subjectively competent* que, não assumindo uma postura activa na vida política, revelam consciência de competência política e predisposição para agir politicamente (Almond & Verba, 1989). Os cidadãos da “Cultura Cívica” não têm forçosamente que estar activamente envolvidos na política, mas têm que possuir uma predisposição para se exporem às mensagens políticas, para aderirem a organizações, ou para se envolverem em discussões políticas; actividades estas que, não revelando uma participação social activa e efectiva, criam as condições necessárias à existência de um potencial de influência disponível em caso de necessidade. “He is not the active citizen: he is the potentially active citizen” (Almond & Verba; 1989: 347)¹⁰.

Na análise das diversas componentes deste modelo, apesar de se valorizar particularmente esta componente da competência política de sujeição, não é todavia disponibilizada a graduação do peso que cada uma delas assume na definição do padrão da “Cultura Cívica”. Esta questão da ausência de quantificação do nível de democratização é apontada por Arend Lijphart como a grande fraqueza deste trabalho (1989a).

⁸ Abordado em 2.1.6..

⁹ Abordado em 2.2.1..

¹⁰ Aspecto tratado também por Sidney Verba (1977).

3.2.3. O balanço dos opostos da “Cultura Cívica”

Verifica-se, nas décadas de 50 e 60, que, comparada com outros temas da vida quotidiana, a política não desperta nos indivíduos um grande envolvimento e afectividade, impelindo-os tendencialmente para a passividade. Almond e Verba interpretam esta situação afirmando - “because politics has little importance for them, few citizens are motivated to think about their influence or their political activities” (Almond & Verba; 1989: 348).

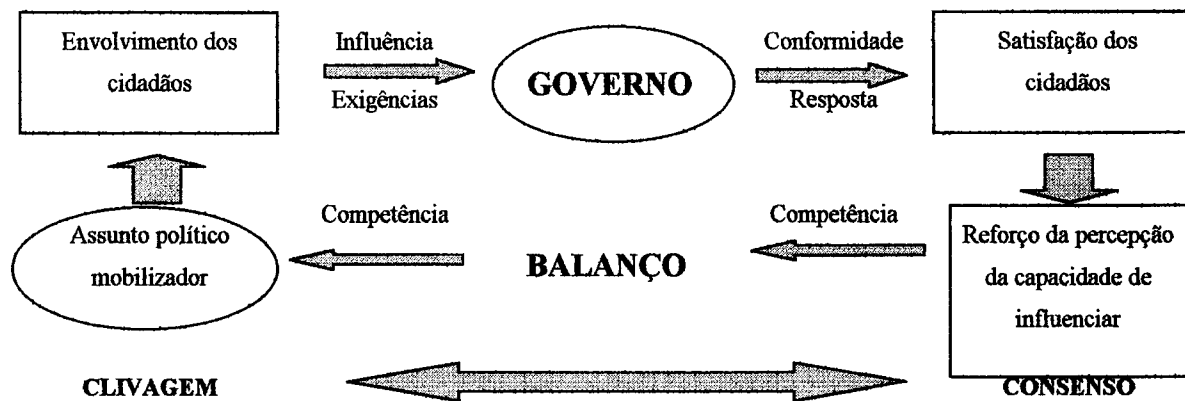
Centrado no pressuposto da participação dos cidadãos, o modelo da “Cultura Cívica” toma outras atitudes não políticas como suporte deste modelo, tais como a confiança nos outros cidadãos e a participação social em geral, num claro inter-relacionamento da cultura política e da cultura não-política. “The maintenance of these more traditional attitudes *and their fusion* with the participant orientations lead to a balanced political culture in which political activity, involvement, and rationality exist but are balanced by passivity, traditionality, and commitment values” (Almond & Verba; 1989: 30). É deste equilíbrio e complementaridade de componentes que é constituída a “Cultura Cívica”.

O reforço do balanço entre participação / passividade dos cidadãos e correspondente acção do governo, compreende um importante mecanismo para a manutenção e equilíbrio dos sistemas políticos democráticos que caracteriza este modelo.

Tendo por base o modelo sistémico de Easton¹¹ (1975), o esquema seguinte indica o funcionamento democrático realçando o equilíbrio estabelecido entre os cidadãos e o governo, entre o consenso e a clivagem:

¹¹ Modelo apresentado em 1.3..

Esquema nº3.4. O balanço dos opostos da “Cultura Cívica” à luz do modelo sistémico de Easton



Fonte: Baseado em Almond & Verba (1989) e David Easton (1975).

Para Almond e Verba, tal como para Easton, os cidadãos são, em princípio, mobilizados para a participação sempre que determinado assunto político os implique de forma a que sintam necessidade de apresentar exigências ao poder. Na medida em que as estruturas do poder respondem em conformidade com as exigências que lhe foram apresentadas, os cidadãos retornam à sua condição passiva restabelecendo um relativo desinteresse pelas decisões governamentais e, reforçando simultaneamente, a respectiva percepção de competência política para influenciar. Este reforço, por seu turno, é factor de satisfação afectiva e de avaliação positiva relativamente ao desempenho do sistema. Gera-se então uma situação de consenso. Os cidadãos dispõem, no entanto, de uma reserva de potencial participativo, a que pontualmente apelam, quanto a situação política os impele a fazê-lo, originando momentos de clivagem com o sistema político.

Para a homeostase¹² deste ciclo é necessário que os assuntos políticos em causa não sejam nem muito polémicos, nem completamente neutros. “The balance can be maintained over time only if the gap between activity and passivity is not too wide” (Almond & Verba; 1989: 350).

A tese de Almond e Verba é reforçada por Lijphart (1989a) quando este autor defende que estabilidade democrática e a “Cultura Cívica” são indissociáveis e se reforçam mutuamente. A estabilidade democrática gera e é reforçada por elevados níveis de competência política subjectiva; por outro lado, a instabilidade democrática estimula a

¹² Sobre o funcionamento do modelo sistémico de Easton (1975) e, em particular, sobre a procura homeostática do sistema, ver ponto 1.3..

necessidade de maior envolvimento e participação dos cidadãos, que vêem essa possibilidade limitada pelo autoritarismo das elites.

Nesta medida, o sucesso do funcionamento democrático está dependente da conformidade das decisões governamentais relativamente às reivindicações e necessidades dos cidadãos. “The decision maker must believe in the democratic myth – that the ordinary citizens ought to participate in politics and that they are in fact influential” (Almond & Verba, 1989: 352). O sistema político democrático só se torna instável no caso de surgir um assunto com intensa proeminência na actividade política e que, desta forma, mobilize e envolva uma significativa faixa dos cidadãos. Pode assim depreender-se que só nestas circunstâncias a participação pode ser tomada como disfuncional, na medida em que pode pôr em causa o *status quo*.

Carole Pateman apresenta uma perspectiva mais conformista sobre a ideia de mito democrático – “it is rational not to participate, and so save the costs of activity, because experts will look after political life for you, with the myth ensuring their responsiveness” (Pateman, 1989: 93). É, assim, reforçada a ideia de Almond e Verba sobre a falta de motivação que os cidadãos têm, à partida, para exercer influência política – o mito democrático mais não é do que uma potencialidade dificilmente concretizável (1989), tal como afirmado por Maurice Rotstein (1983), como vimos anteriormente.

Por outro lado, a estabilidade democrática depende, também, da manutenção do poder pela elite dominante. A confiança política e a aceitação da elite governante enquanto parte da comunidade política, são factores de reforço do poder governamental, promovendo a coesão desta mesma comunidade. A pressão política deve alternar com a concordância e reforço da actividade governativa.

3.2.4. Tipologia dos modos de orientação política e da cultura política

Para a análise comparativa da cultura política, Almond & Verba (1989) conceberam alguns conceitos e tipologias próprias que importa referir.

Partindo da aceção de cultura política como o conjunto de padrões de orientação dos cidadãos face a objectos políticos, os autores procederam à sua decomposição à

dimensão individual, identificando modos de orientação política e classes de objectos políticos. Segundo a tipologia que os autores adaptaram das categorias de orientação para a acção social parsonianas (Parsons, 1978), a interiorização de objectos políticos processa-se segundo três grandes tipos de orientação (1989):

- A orientação cognitiva, que diz respeito ao conhecimento e convicção do cidadão no sistema político, nos seus papéis, nos *inputs* e *outputs* (trata-se portanto do conhecimento do objecto político);
- A orientação afectiva, que se refere aos sentimentos do cidadão relativamente ao sistema político, respectivos papéis, pessoas e desempenhos (tem implícito os sentimentos de identificação, rejeição ou apatia face ao objecto político);
- A orientação avaliativa, que comporta julgamentos e opiniões acerca de objectos políticos, que resultam de um misto de informações e de sentimentos.

Relativamente à classificação dos objectos de orientação política, os autores apresentam três ordens de objectos de orientação (1989):

- O sistema político no seu conjunto (cognições, sentimentos e avaliações sobre a nação como um todo e sobre a política vigente);
- O cidadão enquanto actor político (cognições, sentimentos e avaliações sobre o conteúdo e qualidade das normas políticas ao nível individual e sobre o conteúdo e qualidade do sentido de competência pessoal face ao sistema político);
- As diversas componentes do sistema político – papéis e estruturas específicas, obrigações dos papéis e políticas públicas particulares, decisões ou coacção das decisões (cognições, sentimentos e avaliações relativamente aos *inputs* e *outputs* do processo político).

Esquemáticamente:

Esquema nº3.5. Tipologia dos modos de orientação política e da cultura política



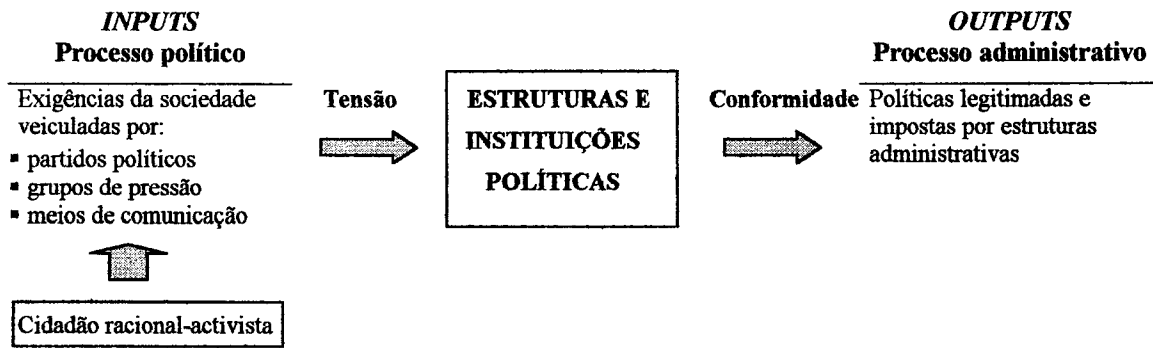
Fonte: Baseado em Almond & Verba (1989).

São as orientações subjacentes às atitudes e comportamentos dos indivíduos que determinam o cariz da cultura política. “The political culture becomes the frequency of different kinds of cognitive, affective and evaluative orientations toward the political system in general, its input and output aspects, and the self as political actor” (Almond & Verba; 1989: 16). Desta forma, a prevalência de um modo de orientação preponderantemente cognitivo face a objectos políticos originará uma cultura política de tipo participativa, enquanto orientações afectivas e avaliativas conduzem preferencialmente a culturas políticas de tipo paroquial ou de sujeição.

Assim, nas sociedades em que as orientações políticas dos cidadãos se dirigem para o sistema político como um todo, para os aspectos *input* e *output*, para um papel activo do cidadão na política, cujos sentimentos e avaliações podem variar da aceitação à rejeição, estamos na presença de uma cultura política de participação (Almond & Verba, 1989).

A relação entre a acção dos cidadãos e o desempenho das estruturas no processo político, num sistema participativo, no que diz respeito à relação entre *inputs* e *outputs*, pode representar-se esquematicamente da seguinte forma:

Esquema nº3.6. O modelo do sistema político participativo



Fonte: Baseado em Almond & Verba (1989).

É definida como cultura política paroquial aquela em que a orientação política individual para objectos especializados é nula. Os papéis políticos são difusos e intrincados com outros de carácter económico ou religioso, sendo a resposta do cidadão a estes papéis caracterizada por orientações político-económico-religiosas sem expectativas de mudança do sistema político. O paroquialismo nos sistemas políticos mais diferenciados reveste-se de um carácter mais afectivo e normativo, do que cognitivo. Pode deduzir-se que a cultura política de tipo paroquial corresponde à cultura política local que se encontra na aldeia, no clã ou na etnia, por oposição à cultura política cosmopolita (Almond & Verba, 1989).

Na cultura política de sujeição as orientações políticas estão dirigidas aos *outputs* do sistema, negligenciando-se as orientações face aos *inputs*, assim como face ao cidadão enquanto actor participante. A forma pura desta cultura política existe em sociedades sem uma estrutura de *inputs* diferenciada, estabelecendo-se uma relação passiva do cidadão relativamente ao poder. Nos sistemas políticos que desenvolveram instituições democráticas, as orientações de sujeição assumem um cariz afectivo e normativo, mais do que cognitivo (Almond & Verba, 1989).

Nesta classificação salvaguarda-se a possibilidade de entrelaçamento das orientações políticas das diversas culturas. “The citizen of a participant polity is not only oriented toward active participation in politics, but is also subject to law and authority and is a member of more diffuse primary groups” (Almond & Verba, 1989: 18). A ausência de homogeneidade e uniformidade das culturas políticas leva à aceitação da concepção dos cidadãos da “Cultura Cívica” enquanto combinações dos três tipos de orientações

políticas definidas. “The citizen is a particular mix of participant, subject and paroquial orientations, and the civic culture is a particular mix of citizens, subjects and paroquials” (Almond & Verba, 1989: 19).

Os autores sublinham, por outro lado, a possibilidade de incongruência entre a cultura política e o sistema político. Tendencialmente, a cultura paroquial é mais congruente com as estruturas políticas tradicionais, enquanto a de sujeição o é com estruturas centralizadas e autoritárias e a cultura participante com uma estrutura política democrática.

O princípio de que “the civic culture is a participant political culture in which the political culture and political structure are congruent” (Almond & Verba, 1989: 30) atraiu alguns pontos de vista críticos, associados à problemática da causalidade entre cultura e estrutura políticas. Destes realça-se o de Carole Pateman (1989), que atribui à relação entre estes dois elementos uma importância determinante na questão da estabilidade democrática. Esta autora é apologista da ideia de que cultura e estrutura se devem desenvolver em simultâneo e que no caso de tal não suceder, a instabilidade democrática é uma possibilidade eminente. Da mesma forma Jerzy Wiatr (1989) fala em interdependência entre estrutura e cultura política como um elemento fundamental da teoria política.

Tomando como referência o conceito de cultura política regista-se, à partida que, as orientações cognitivas, que dizem respeito ao conhecimento do sistema político, aos papéis e responsabilidades, *inputs* e *outputs* resultam, mesmo que parcialmente, da observação das realidades objectivas. Ainda, o processo de socialização adulta inerente à cultura política compreende e valoriza o contacto com a estrutura política (Almond & Verba, 1989). Dowse & Hughes põem em causa a ideia de que a estrutura condiciona o comportamento, na medida em que não consideram aceitável que as uniformidades comportamentais, aliás, a cultura política, possa ser perspectivada apenas enquanto reflexo dos traços estruturais da sociedade e do sistema político (1986). Da mesma forma, Arend Lijphart defende a interdependência entre estrutura e cultura. “The performance of political structure is (...) both a cause and an effect of the political culture” (Lijphart, 1989a: 49).

Segundo os autores da “Cultura Cívica”, sempre que numa cultura política, quer seja paroquial, de sujeição ou de participação, as orientações cognitivas, afectivas e avaliativas, face às quatro categorias de objectos políticos apontados, sejam positivas, pode afirmar-se pela existência de congruência entre cultura e estrutura política. Esta congruência enfraquece e dá lugar à incongruência quando, apesar da estrutura política ser conhecida, as orientações afectivas e avaliativas caminham da indiferença para a negação (Almond & Verba, 1989).

Considerando que, tal como é enfatizado neste trabalho, as culturas políticas são na generalidade mistas (o que é indicativo de que compreendem orientações diversas daquelas que estão na sua base), então, pode deduzir-se que a plena coadunação entre atitudes face ao sistema político e as estruturas e instituições deste mesmo sistema político será um objectivo difícil de alcançar.

A incompatibilidade entre cultura e estrutura política é particularmente identificada com culturas políticas denominadas pelos autores como “systematically mixed” (Almond & Verba; 1989: 21). Estes distinguem três tipos destas culturas mistas:

- A cultura paroquial de sujeição, observável na história de muitas nações aquando da passagem do estágio de paroquialismo local para o de autoridade centralizada. Neste tipo de cultura uma parte da população desenvolveu lealdades para com um sistema político estruturalmente diferenciado, rejeitando a autoridade difusa.
- A cultura de sujeição / participação caracteriza-se pela aquisição por uma significativa parte da população de orientações especializadas face aos *inputs* do sistema político, assim como pelo desenvolvimento de orientações activas individuais, enquanto a outra parte da população persiste na orientação passiva relativamente a uma estrutura governamental autoritária.
- A cultura paroquial participante traduz a existência de um problema cultural em muitas nações que decorre da integração em culturas predominantemente paroquiais de normas de carácter participante que pressionam no sentido da implementação de uma cultura de participação.

3.2.5. O processo de socialização política da “Cultura Cívica”

O modelo analisado focaliza a questão macro-política da estabilidade democrática mediante uma análise micro-política das atitudes e comportamentos individuais. “The implication is given that since political systems are made up of individuals, it may be taken for granted that particular psychological tendencies in individuals or among social groups are important for the functioning of political systems and their outputs” (Almond & Verba, 1989: 31). É partindo deste pressuposto que o trabalho de Almond & Verba procura, na análise realizada à cultura política das cinco nações estudadas (1989), abordar o fenómeno de orientação política individual relacionando-o com o fenómeno da estrutura política.

À semelhança de alguns autores clássicos, designadamente Platão, Aristóteles ou Rousseau¹³, o modelo da “Cultura Cívica” atribui à socialização política um papel determinante no desenvolvimento da cultura política. É na relação entre os diferentes tipos da cultura política decorrentes dos diferentes processos de socialização e os padrões da estrutura do sistema político que reside, em grande parte, a explicação da estabilidade ou mudança política (Almond & Verba, 1989).

Contestando a visão liberal de que as orientações políticas individuais decorrem fundamentalmente da transmissão de necessidades e atitudes aquando do processo de socialização durante a infância, os autores apontam como factores mais determinantes das orientações políticas (quer sejam de carácter cognitivo, afectivo ou avaliativo) a aprendizagem específica no âmbito da vida política e as experiências derivadas da sucessiva interacção com o sistema político (Almond & Verba, 1989).

Mais determinante do que a socialização infantil parece ser, assim, a relação individual com a envolvente social e respectivos padrões de interacção social, com memórias políticas específicas e com as experiências directas com o mundo da política. É na idade adulta que o cidadão tem contacto directo com o funcionamento do sistema político. Da mesma forma, na linha da corrente radical ou marxista, Carole Pateman considera de extrema relevância a experiência política na idade adulta nas definições políticas dos indivíduos. “Whatever the significance of the earliest years in the general formation of individual personality, later periods are of more importance for political life when, for

¹³ Autores abordados em 2.1..

example, the individual absorbs a multitude of informal exposures to politically relevant material” (Pateman, 1989: 72).

“The civic culture is transmitted by a complex process that includes training in many social institutions – family, peer group, school, work place, as well as in the political system itself” (Almond & Verba, 1989: 366/7). Se, por um lado, é afirmado que níveis mais elevados de educação e a exposição aos meios de comunicação social constituem dois vectores estreitamente relacionados com a competência cívica e a participação política, por outro, constata-se que por si só a educação não tem capacidade de transmitir a complexidade dos valores da “Cultura Cívica”, designadamente no que diz respeito às atitudes de confiança interpessoal e solidariedade social, que constituem uma importante componente deste modelo. Pode-se então assegurar que a educação se revela como factor mais significativa ao nível da componente cognitiva do modelo, e não tanto ao nível das componentes afectivas e avaliativas, mais associadas às outras vias de socialização referidas (Almond & Verba, 1989).

Esta posição foi sublinhada por outros autores, nomeadamente por Samuel Peterson, que realçou em especial a participação da criança no seio familiar e, quando adulto, a participação na tomada de decisões no local de trabalho (ou outras instituições cujo contacto fosse rotineiro) enquanto factores mais determinantes de intensificação da participação política. Sobre a participação no trabalho sublinha – “is presumed to give the individual the skills and confidence necessary to participate in other arenas of life – such as politics. This is called (...) the *spillover effect* created by worker participation” (Peterson, 1999: 47)¹⁴.

O modelo da “Cultura Cívica”, não sendo a única forma de cultura democrática, é para os autores a forma de cultura política mais congruente com um sistema democrático e estável (Almond & Verba, 1989). Afigurando-se assim como um modelo de cultura válido e até mesmo desejável, interessa indagar os respectivos meios de manutenção e de difusão.

De acordo com os autores que o conceberam (1989), o modelo da “Cultura Cívica” transmite-se pelo contacto entre gerações. Apesar de não ser apontada uma fórmula para o desenvolvimento da cultura política, os autores referem, no entanto, que a “Cultura

¹⁴ O contributo de Peterson sobre as questões da participação política será aprofundado no ponto 4.2..

Cívica” se formou mediante a fusão dos padrões de atitude anteriores com os novos padrões cívicos, o que todavia só foi possível em países com um desenvolvimento gradual e equilibrado. Uma vez que a educação enquanto processo socializador, tal como os outros canais de socialização política referidos pelos autores, não garante o desenvolvimento do compromisso dos cidadãos com o sistema político, nem o sentido de comunidade política, a solução preconizada por Almond & Verba para o despertar das orientações cívicas em novas nações consiste na mobilização de elementos simbólicos unificadores, associados, naturalmente, ao conjunto de meios de socialização referidos.

3.2.6. Notas críticas sobre a “Cultura Cívica”

Da análise deste modelo ressaltam os princípios da moderação, da heterogeneidade e do equilíbrio democráticos. Na “Cultura Cívica” coexistem as orientações paroquial, de sujeição e de participação – “there is political activity, but not so much as to destroy governmental authority; there is involvement and commitment, but they are moderated; there is political cleavage, but it is held in check” (Almond & Verba; 1989: 360).

Este modelo assume-se como um nível de desenvolvimento cultural óptimo para a estabilidade democrática, cujos elementos ilustrativos são os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha. O desenvolvimento da “Cultura Cívica” é apresentado segundo uma perspectiva ideológica liberal: o funcionamento do sistema político procura proteger e zelar pelo interesse de todos os cidadãos, equitativamente. É todavia evidente, na análise dos dados subjacentes a este trabalho, a existência de profundas clivagens, nomeadamente quando são introduzidas variáveis de carácter sócio-económico¹⁵, ou a variável sexo. “The most striking finding in *The Civic Culture* is that the civic culture is systematically divided along lines of class and sex. The relationship between such a culture and the formal equality institutionalised in the political structure is never confronted or seen as a problem” (Pateman; 1989: 60).

¹⁵ O trabalho realizado por Almond & Verba (1989) é duramente criticado pelo facto de não apresentar um estudo comparativo das categorias sociais face à cultura nacional. Maurice Duverger sublinha o facto de existirem subculturas subjacentes às diversas categorias sociais que não são aí esclarecidas (1983).

Se, deste trabalho, podemos inferir que os indivíduos com maior nível de educação e mais elevado nível sócio-económico apresentam um envolvimento e participação superiores na actividade política, e, pelo contrário, os de nível educacional e sócio-económico mais baixo tendem a constituir subculturas paroquiais e de sujeição, então, a suposta equidade de acesso à “Cultura Cívica” por todos os cidadãos pode ser seriamente questionada. Ao falar de “Cultura Cívica” não estamos desta forma a falar de uma cultura política uniformemente difundida por todos os cidadãos, mas de duas culturas políticas. Estas diferenciam-se entre si pelo facto de uma compreender cidadãos com claras orientações cívicas, que ocupam o lado activo do balanço cívico, enquanto a outra diz respeito a cidadãos com uma baixa intensidade de atitudes e comportamentos característicos da “Cultura Cívica”, ocupando o lado inactivo deste balanço. Esta situação produz inevitavelmente um reforço das desigualdades sociais decorrentes da participação política daqueles que têm à partida uma posição mais privilegiada e da não-participação dos que têm uma condição sócio-económica menos favorável.

Perspectivada nestes termos, a estabilidade democrática anunciada pelo modelo suporta-se num evidente desajustamento entre um equilíbrio ao nível da participação política, alimentado por um desequilíbrio social aceite e reforçado. Não é, assim, correcto atribuir à inactividade política individual uma atitude menos racional, se considerarmos a realidade sócio-económica dos indivíduos mais passivos. A apatia política pode ser também interpretada como uma avaliação crítica do funcionamento do sistema.

Neste mesmo sentido, Jerzy Wiatr sublinha – “the *Civic Culture* does not exhaust the possibilities for analysis of relationship among socio-economic structure, political culture, and political structure” (Wiatr; 1989: 115). Este autor corrobora a crítica anteriormente apresentada, quando refere que neste estudo prevalece uma perspectiva de classe com uma evidente orientação de classe média. “The authors seem to look at the system from the perspective of those whose interests are well protected within the system and who, therefore, can realistically expect participation within the system and acceptance of its norms to be their best strategy” (Wiatr; 1989: 115).

Aparentemente, a concepção de cultura política cívica, enquanto modelo, deriva de uma concepção específica de democracia, a qual não pressupõe a generalização dos padrões políticos democráticos a todos os cidadãos, sendo suficiente o atingir de uma maioria socialmente indiferenciada. Apesar destas evidentes limitações, não nos parecem

contudo existir razões para negar radicalmente o carácter democrático desta tese, como o faz Carole Pateman – “what is democratic about the civic culture? The answer can only be: very little at all” (Pateman; 1989: 79).

Sobre a possibilidade de formação de subculturas, Dowse & Hughes realçam uma possibilidade não contemplada neste trabalho que é a de existir uma minoria que não partilhe a suposta cultura política vigente, face a uma posição social de maior significância do que a maioria que assume um desempenho mais passivo (1986).

A teoria da “Cultura Cívica” partiu da assunção de que o desenvolvimento de um conjunto de atitudes, mediante a acção de forças democratizadoras específicas, suportaria um sistema político democrático. A demonstrar o carácter instável da teoria da “Cultura Cívica” refiram-se alguns contributos de um trabalho similar realizado duas décadas após *The Civic Culture - The Civic Culture Revisited* (Almond & Verba (ed.), 1989).

Verificou-se neste último trabalho, que comportou uma análise à sociedade americana e inglesa da década de 80, que, ao contrário do que o trabalho inicial de Almond & Verba fazia supor (1989), estas nações não só não se aproximaram mais dos padrões da “Cultura Cívica”, como se afastaram desta direcção, facto que Verba atribuiu a uma crescente falta de confiança dos cidadãos nos governos destas nações - na primeira, justificada, pelo autor, pelo conflito do *Vietnam*, pela tensão racial, e mais recentemente pelo caso *Watergate*; na segunda, pela incapacidade governativa demonstrada perante perturbações sentidas ao nível económico (Verba, 1989).

Relativamente à Grã-Bretanha, Dennis Kavanagh, no artigo *Political Culture in Great Britain: the decline on the civic culture* (1989) afirma a existência de uma mudança ao nível do balanço da cultura política e de um declínio nos elementos de suporte do sistema político, face à quebra de confiança popular nas instituições e autoridades políticas e à insatisfação generalizada relativamente ao desempenho governativo.

Relativamente aos Estados Unidos da América, Alan Abramowitz no artigo *The United States: political culture under stress* (1989), apresenta uma leitura similar no que respeita à realidade americana: os americanos tornaram-se mais críticos relativamente

aos políticos e menos confiantes nas instituições políticas do que o referido no modelo da “Cultura Cívica”.

Curiosamente, em duas das outras nações analisadas verificaram-se igualmente alterações nas orientações políticas definidas aquando do estudo de Almond & Verba (1989), mas no sentido inverso - a Alemanha desenvolveu atitudes de suporte e envolvimento relativamente ao sistema político, e em Itália as novas gerações apresentaram indícios de orientações no sentido da “Cultura Cívica”¹⁶.

Apesar de se observarem quebras evidentes na continuidade das orientações culturais definidas, um conjunto de estudos entretanto realizados dão sequência e reforçam as conclusões da “Cultura Cívica”, de entre os quais se salientam os trabalhos de Ronald Inglehart, (1977, 1998) e de Ramón Montero & Mariano Torcal (1990, 1994). É sobre o primeiro destes que nos deteremos em seguida.

3.3. A Revolução Silenciosa – Ronald Inglehart

Do conjunto das três teses sobre que versa esta *Parte* do trabalho, as quais se revelariam um importante contributo contemporâneo para a teoria da cultura política, a de Ronald Inglehart é, talvez, a que apresenta um esquema da mudança política mais operacionalizado, actualizado e validado. A explicação do processo de transformação das atitudes e comportamentos políticos nas modernas sociedades industriais, é justificado e integrado num processo global de mudança social, aliás, na afirmação da sociedade dita pós-moderna.

¹⁶ Uma das críticas que mais fortemente têm sido dirigidas ao trabalho de Almond & Verba diz respeito à indiferença relativamente às particularidades das diferentes estruturas políticas em análise, o que no entender de Maurice Duverger (1983) diminui a importância e validade das comparações entre nações.

3.3.1. Contextualização e fundamentos

Motivado pelas mudanças observadas no padrão axiológico das sociedades ocidentais industrialmente desenvolvidas das décadas de 60/70, Ronald Inglehart procurou inicialmente confirmar a hipótese de que estas sociedades estariam a sofrer um processo de evolução de padrões culturais materialistas para não-materialistas, abrangentes dos diversos âmbitos do social e com reflexos evidentes ao nível das atitudes e comportamentos políticos, que denominou *Revolução Silenciosa* (1977). Fruto de uma reflexão posterior, o autor acalenta a ideia de que aquela transição mais não seria do que um aspecto entre outros constituintes de um *síndrome de transformação cultural* mais alargado, implicando o declínio religioso e das normas sociais e sexuais convencionais e, a par da emergência de modelos específicos de comportamento social, económico e político (1993, 1998)¹⁷.

A tese da *Revolução Silenciosa* resultou da análise das atitudes e valores de um conjunto de países europeus, segundo o teste à hipótese de que os países cuja socialização se associasse a condições de paz e de relativa prosperidade teriam tendência a fazer prevalecer a opção por valores pós-materialistas (relacionados com preocupações de carácter estético, intelectual, de qualidade de vida), enquanto os países que no passado recente tivessem experimentado situações de conflito e dificuldades de ordem sócio-económica adeririam mais significativamente a valores materialistas (valorização da estabilidade político-económica, da segurança física e da coesão social)¹⁸.

Explicada à luz da teoria maslowiana da hierarquia de necessidades¹⁹, esta é, para o autor, uma mudança geracional na hierarquização dos valores (1977, 1998),

¹⁷ São elementos constituintes deste síndrome: as motivações do indivíduo perante o trabalho, o seu horizonte político, a sua atitude face ao ambiente e à energia nuclear, o papel da religião na sua vida, a probabilidade de se casar ou de vir a ter filhos, as suas atitudes no que respeita ao papel das mulheres, a homossexualidade, o divórcio, o aborto, etc.... Estes elementos estão estreitamente relacionados com a presença dos valores materialistas ou pós-materialistas, e, uma vez que estão também relacionados com o grupo etário, Inglehart sugere que se esteja a assistir a uma transição cultural intergeracional (1993, 1998).

¹⁸ De notar que, do conjunto de países estudados por Inglehart na sequência da tese sobre a *Revolução Silenciosa* (1993), a saber: países da Europa Este e Oeste, Estados-Unidos, Canadá, México, Argentina, Austrália, África do Sul e Japão, Portugal é o que apresenta valores que indiciam uma maior tendência para o materialismo, o que, em parte, confirma a tese maslowiana da hierarquia das necessidades.

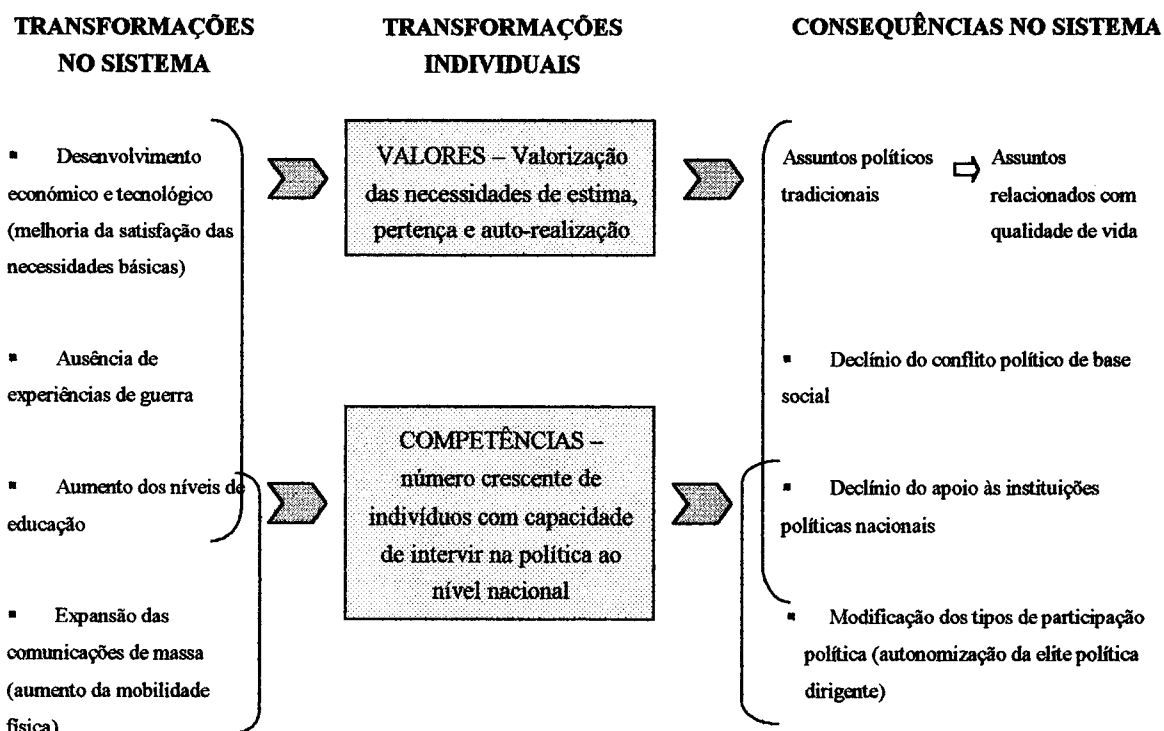
¹⁹ Esta teoria aborda a evolução das necessidades humanas, explicada mediante uma relação dinâmica entre necessidades / satisfação de necessidades / novas necessidades. É este movimento que conduz o Homem da satisfação das necessidades primárias ou biológicas (associadas à sobrevivência) progressivamente, à satisfação das necessidades de segurança, de afeição, de reconhecimento, até, por

estritamente relacionada com a melhoria generalizada das condições económicas e de segurança no mundo ocidental nas décadas após a 2ª Guerra Mundial. Com a substituição progressiva de gerações pode assim prever-se, progressiva e gradualmente, uma maior representatividade dos pós-materialistas em detrimento dos materialistas, cuja prevalência tenderá a esbater-se.

3.3.2. Variáveis indutoras e características da mudança cultural política

Num claro repúdio da tese de que a sociedade ocidental teria chegado a uma fase final da evolução²⁰, o autor refere as transformações deste período como complexas, algo confusas e muito disseminadas. O processo de transformação social, económica e política que sustenta a emergência de um novo sistema de valores do público do mundo ocidental sintetiza-se no seguinte esquema:

Esquema nº3.7. Processo de transformação do sistema sócio-económico-político nos anos 60/70



Fonte: Baseado em Ronald Inglehart (1977, 1993).

último, à prossecução da satisfação das necessidades de auto-estima e realização (Linton, 1968; Maria Weber, 1986).

²⁰ Sobre esta tese ver a abordagem de Daniel Bell (1988), apresentada em 3.1..

Como Almond & Verba (1989), Inglehart (1993) considera o nível de desenvolvimento económico e tecnológico uma das variáveis mais determinantes no emergir do conjunto de características denominadas de “*Cultura Cívica*”²¹ ou *Pós-materialismo*.

“The values of western publics have been shifting from an overwhelming emphasis on material well-being and physical security toward greater emphasis on the quality of life. The causes and implications of this shift are complex, but the basic principle might be stated very simply: people tend to be more concerned with immediate needs or threats than with things that seem remote or non-threatening” (Inglehart, 1977: 3). A transição da valorização do consumo material e segurança, para uma maior preocupação com a qualidade de vida, de acordo com a teoria maslowiana, está associada à superação dos primeiros enquanto valores prioritários na vida dos indivíduos. Abre-se assim lugar à valorização de outras necessidades não básicas, tais como a estima, a pertença ou a auto-realização pessoal. Correlacionado com estes valores secundários verifica-se o aumento do interesse por outras áreas não relacionadas com as condições de sobrevivência e de segurança física, e, portanto, de carácter não materialista. Em termos políticos, tal transformação veio potenciar as competências políticas das sociedades ocidentais, o que permitiu uma postura mais activa dos cidadãos relativamente aos processos de decisão política.

A educação é entendida por Inglehart como um vector fundamental neste processo – o aumento do nível de educação está na origem do desenvolvimento da consciência política e das capacidades cognitivas individuais (1977), à semelhança de um conjunto de autores clássicos e contemporâneos, como vimos (Aristóteles, 1990; Montesquieu, 1982; Rousseau, 1973; Tocqueville, 1972; John Stuart Mill, 1983)²². Os mais instruídos tendem a sentir-se com maior capacidade de participar activamente na mudança social, de persuadir os que os rodeiam a adoptar as suas convicções, sentindo-se mais aptos a ter um papel activo nas discussões e decisões políticas. O aumento generalizado dos níveis de educação formal permite assim supor que as gerações mais jovens tenderão a apresentar acréscimos significativos nos níveis de participação face a um maior potencial de participação viabilizado pelo aumento dos níveis de educação,

²¹ Abordado em 3.2..

²² Abordado em 2.1. e 2.2..

confirmando-se assim a hipótese de que se trata de uma transição cultural intergeracional.

Os meios de comunicação social, por seu turno, são designados como a maior fonte de mudança de comportamentos, na medida em que divulgam sentimentos de insatisfação e apresentam estilos de vida alternativos, apelando à mudança (Inglehart, 1977). Em simultâneo, podem considerar-se factor de disseminação de informação e de formação informal, contribuindo desta forma para o emergir de um novo quadro de valores.

Esta transformação cultural não se cinge aos valores estritamente da cultura política. Para o autor, uma transformação cultural mais ampla, correlacionada com o privilegiar dos valores pós-materialistas, está em curso na generalidade dos países industrializados. “Le déclin évident des normes religieuses et sociales traditionnelles semble aller de pair avec le glissement des valeurs matérialistes vers des valeurs postmatérialistes, et ces deux processus font apparemment partie d’un vaste changement culturel qui est caractéristique du passage de la société industrielle à la société postindustrielle” (Inglehart, 1993: 253). Esta mudança não se opera, todavia, de igual forma em todas as sociedades modernas, dependendo do respectivo nível de desenvolvimento sócio-económico – quanto maior o desenvolvimento, maior a tendência para que se observe uma forte adesão aos valores pós-materialistas (1993, 1998).

A mudança do quadro de referência axiológico é particularmente importante ao nível da realidade política. A adopção de valores materialistas ou pós-materialistas reflecte toda uma postura individual face à realidade social circundante e pressupõe, naturalmente, ramificações ao nível das atitudes políticas individuais. Estas duas categorias de valores podem assim ser considerados como um indicador sensível para identificação das atitudes políticas.

As divergências de comportamento político são factor das diferentes opções axiológicas – “Materialist values reflect a relatively strong attachment to maintaining order and preserving economic gains. Post-Materialist values emphasize individual self-expression and achieving a more participant, less hierarchical society” (Inglehart, 1977: 179).

A transformação dos valores individuais afecta a orientação pessoal face aos assuntos políticos. A desvalorização quotidiana e generalizada dos assuntos de carácter material tem subjacente o surgimento da preocupação, na dimensão política, com os seus aspectos ideológicos e culturais, em detrimento da preocupação classista dominante. Do ponto de vista individual, os valores culturais emergentes de participação política enfatizam a espontaneidade e o desenvolvimento da capacidade crítica individual, assim como a libertação da expressão pessoal.

“An increasingly large proportion of the public is coming to have sufficient interest and understanding of national and international politics to participate in decision-making at this level” (Inglehart, 1977: 3). As mudanças a este nível fazem-se especialmente sentir ao nível das manifestações de vontade de participar nas decisões que afectam particularmente a vida dos indivíduos – nas escolas, universidades, empresas, Igreja...

Associado a estas manifestações para participar assiste-se à ampliação dos assuntos políticos. Um conjunto de novas preocupações sociais, emergentes de uma nova visão da sociedade, centradas nas divergências de estilos de vida começam a ser debatidas no campo político, tais como: a protecção do ambiente e a conservação dos recursos naturais, o papel social da mulher, a redefinição da moralidade, a participação pública nos processos de decisão políticos e não-políticos, entre outros cujo interesse reside na preservação e melhoria da qualidade de vida. O crescimento económico é pouco valorizado e mesmo encarado como factor da deterioração da qualidade de vida (Inglehart, 1993, 1998).

Em reacção a estes novos apelos políticos emerge um conjunto de pequenos partidos e organizações políticas com ideários que comportam os novos valores, designadamente em respostas às preocupações ambientais com os partidos *Verdes*. Em simultâneo, os partidos políticos já existentes sofrem uma forte pressão dos novos grupos sociais que interiorizaram estes valores no sentido de dar resposta às exigências que se colocam (Inglehart, 1977).

Esta nova dimensão da participação política não se concentra somente nos indivíduos detentores de cargos ou com competência política para o efeito. Grupos sociais outrora periféricos apresentam agora condições para intervir, para o que desempenhou um papel decisivo a disseminação e o aumento dos níveis de educação.

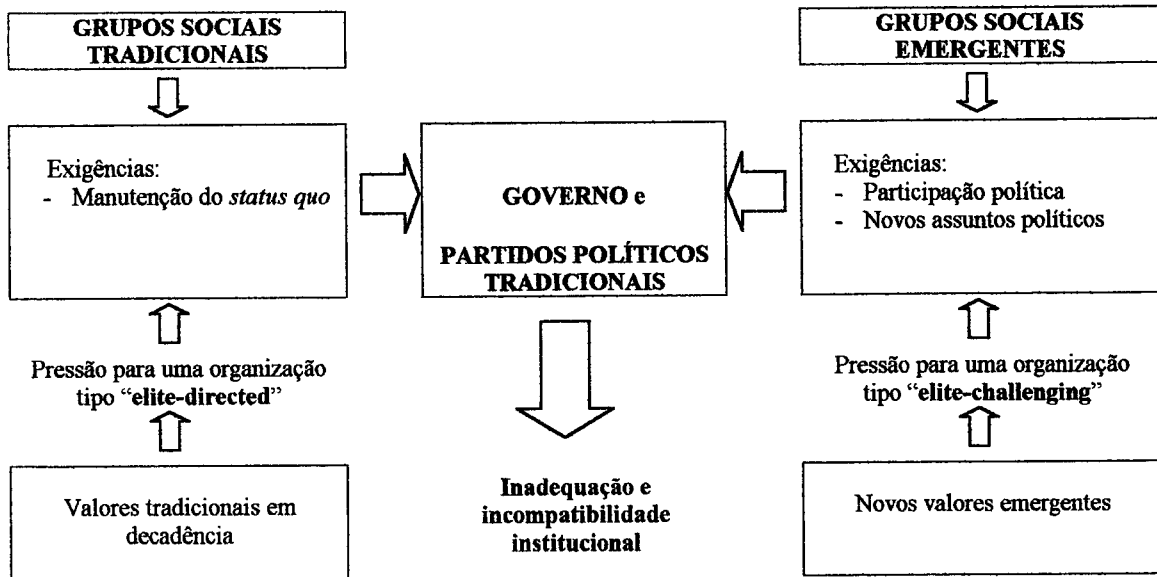
No que diz respeito à relação das elites com as massas, passou-se de uma situação de participação política liderada por elites políticas com base no apoio decorrente da mobilização das massas, que o autor denomina de *elite-directed*, para uma situação nova e oposta, na qual as massas não se limitam a definir os decisores políticos, assumindo elas próprias um papel dinâmico na tomada de decisões políticas, a que Inglehart denominou de *elite-challenging* (Inglehart, 1977). Esta nova modalidade de participação política permite a expressão mais precisa das preferências individuais, assim como está mais orientada para os assuntos, objectivos e mudanças políticas, em concreto.

Para o autor, a alteração na prioridade dos valores políticos é facilitada pelo surgimento deste novo equilíbrio entre elites e massas. A autoridade hierarquicamente estabelecida, os símbolos do nacionalismo e patriotismo ou a religião²³, implicam valores tradicionais nas sociedades ocidentais que perderam muito do seu significado e relevância, facto associado ao declínio da confiança nas instituições nacionais. O menosprezo da simbologia e dos sentimentos patrióticos ilustra o quebrar da legitimidade tradicional da acção governamental, acentuada pelo afastamento da legitimidade outrora concedida pelo nível do crescimento económico nacional. A adesão aos valores pós-materialistas terá implicado o enfraquecimento dos valores que suportam o “Estado-nação” (Inglehart, 1977, 1993, 1998).

Esquemáticamente:

²³ Para Inglehart (1993, 1998) o declínio das normas religiosas, sociais e sexuais tradicionais ficou a dever-se a três razões fundamentais: o crescente sentimento de segurança que conduziu ao decréscimo da importância das normas absolutas; por outro lado, a função integradora destas normas perdeu a sua razão de ser face à diminuição da função socializadora da família; por último, há uma certa incompatibilidade cognitiva entre o sistema normativo tradicional e as experiências da vida quotidiana da grande maioria dos indivíduos.

Esquema nº3.8. Conflito político-partidário decorrente do conflito de valores



Fonte: Baseado em Ronald Inglehart (1977).

Esta alteração na hierarquização dos valores fundamentais individuais é considerada como o factor mais directamente responsável pela insatisfação generalizada demonstrada relativamente à política governamental americana das décadas de 60 e de 70 (Inglehart, 1977). A consciencialização da emergência de novos valores desperta a ideia de inadequação das instituições políticas para responder a este novo contexto axiológico.

A incompatibilidade de exigências políticas apresentadas ao poder instituído, associadas à incapacidade dos poderes instituídos para lhe dar conjuntamente uma resposta adequada, em particular no que diz respeito às novas exigências pós-materialistas, poderia ser responsável por uma efectiva erosão generalizada da confiança neles depositada. Apresentam-se neste período novos desafios aos governos ocidentais – “if they do not solve current economic problems, they risk losing the support of the Materialist majority of their citizens. But renewed prosperity has its own dangers: it seems likely to evoke a new set of challenges and demands” (Inglehart, 1977: 71).

No início da década de 70, Samuel Huntington (1975) alerta para a possibilidade de o aumento de competências políticas, e consequentemente de participação, poder levar à ruptura do sistema político, na medida em que a capacidade de institucionalização da sociedade não consiga dar resposta a esse acréscimo.

A adopção ou não dos novos valores pelo sistema político está, no entanto, dependente por um lado, das competências políticas dos indivíduos e, por outro, da estrutura política nacional.

Para Inglehart (1988, 1993) o desenvolvimento económico deveria conduzir ao acréscimo dos níveis de participação política por três razões fundamentais:

1. O facto de os indivíduos das sociedades ocidentais terem desenvolvido capacidades acrescidas de participação, face à elevação dos níveis de instrução, assim como à disponibilização de informação política;
2. A circunstância específica de o público feminino ter sido englobado no campo político sendo-lhe atribuída igualdade na participação política;
3. A indicação de que os valores das sociedades ocidentais tendem a transitar de materialistas para pós-materialistas, o que tem associado o aumento da taxa de participação política.

Porém, os indicadores de participação revelam, pelo contrário, que a evolução se faz de forma oposta à prevista – a participação eleitoral tende a decrescer gradualmente de forma generalizada nas sociedades – enquanto, em paralelo, se verifica o aumento das formas não convencionais de participação política, em particular junto dos grupos etários mais jovens.

Da análise realizada o autor conclui pela verificação, neste período, do desenvolvimento de um potencial crescente para a participação política nas sociedades ocidentais. Este potencial não se cinge apenas a actividades de participação tradicionais, como o voto²⁴, mas compreende igualmente a intervenção no processo político ao nível da tomada de decisão. O desenvolvimento do potencial de participação surge associado ao crescente nível educacional das populações dos países ocidentais, neste período, reforçado pela difusão de informação em larga escala veiculada pelos meios de comunicação social.

²⁴ Note-se relativamente ao voto o facto de, contrariamente a evolução preconizada, o autor constatar que as camadas mais jovens da população denotam menor nível de participação, o que é explicado pela menor adesão e integração dos jovens num comportamento interiorizado por repetição e pré-estabelecido. Este facto é no entanto menos importante na medida em que o autor define o voto da seguinte forma - “voting is the easiest and least discriminating form of political activism” (Inglehart, 1977: 314).

A modificação das formas de participação implicou, ainda, a contemplação de formas não convencionais de acção política. Os pós-materialistas, na medida em que sentem asseguradas as condições materiais de vida, dedicam-se a outras preocupações, entre as quais a política, o que associado à tendência daqueles indivíduos se sentirem descontentes com a ordem social estabelecida e ao sentimento de que as acções políticas não-convencionais são mais apropriadas e positivas do que as convencionais, os induz a reforçar uma participação política suportada em actividades não convencionais (Inglehart; 1993).

Inerente à capacidade de participar na vida política parece estar o processo de *Mobilização Cognitiva*²⁵, definido como “the development of the skills needed to manipulate political abstractions and thereby to coordinate activities that are remote in space or time” (Inglehart, 1977: 295). O sentido de eficácia e o papel activo na interacção com os outros, na medida em que podem reflectir o nível de capacidade política e facilitar o activismo político, constituem bons indicadores de medição do grau de mobilização cognitiva. O autor define esta mobilização como “a dimension based on one’s ability to deal with politics at a distance” (Inglehart, 1977: 315). Torna-se, assim, premente a articulação desta dimensão com indicadores de competência política objectiva, definida com base na postura individual activa na interacção com os outros e no domínio individual das informações políticas, relacionadas por sua vez com um mais elevado nível educacional.

Este processo de mobilização social foi gerado pela evolução gradual das sociedades modernas, por alguns estádios, tais como a urbanização, a industrialização, a disseminação da alfabetização, o serviço militar em massa e o sufrágio universal. Apesar de associado ao processo de mudança de valores não se confunde com ele: precedeu-o, tendo-se centrado na afectação individual daqueles que demonstram elevados níveis de capacidade política.

²⁵ Inglehart (1977) criou um índice representativo da Mobilização Cognitiva com base em três variáveis: a capacidade individual de persuadir os outros a adoptar a respectiva opinião; a frequência com que o indivíduo discute política e a capacidade de nomear os membros do Mercado Comum. O autor considera a segunda variável indicada como o melhor indicador de participação activa política (1993).

Dado o carácter de abertura cognitiva que o processo de mobilização compreende, o autor antevê uma ampliação progressiva do campo de identificação, da orientação de tipo paroquial para a nacionalista, e a um nível mais vasto, para a orientação supranacionalista. Como se sabe, esta linha de evolução tem vindo a reafirmar-se na Europa actual, cujas fronteiras geopolíticas se esbatem progressivamente. “Cognitive Mobilization increases the individual’s capacity to receive and interpret messages relating to a remote political community” (Inglehart, 1977: 337). O sentido de identificação supranacional está associado aos grupos sociais com mais elevados níveis sócio-económicos e educacionais, assim como aos residentes nas grandes cidades e, em especial, a comunidades que já pertençam a uma comunidade supranacional.

Almond & Verba (1989) sugerem, com o conceito de *competência política subjectiva*, que, pelo facto de o cidadão se sentir com capacidade para influenciar a tomada de decisões ao nível do processo político, terá condições para desempenhar de facto um papel participante, contribuindo este potencial latente de forma decisiva para a estabilidade democrática. Também para estes autores, e tal como em outros estudos (Montero & Torcal, 1992, 1994), o nível educacional assume um papel decisivo na capacidade de o indivíduo ser politicamente participante. Mais do que as variáveis de *status* sócio-económico, a educação e a informação política configuram-se como os indicadores de participação política por excelência.

À semelhança deste conceito de *competência política subjectiva*, Inglehart concebe a noção de *sentido de eficácia política* como premissa para uma participação política mais dinâmica e exigente. O *sentido de eficácia política* é determinado pelos seguintes pressupostos:

- Percepção, relativamente aos representantes governamentais, de que as preferências e convicções pessoais são levadas em consideração;
- Consciência de que cada um tem uma opinião a transmitir sobre o trabalho do governo;
- O mundo da política é acessível à compreensão pelo cidadão comum;
- O voto não traduz a única forma de exercer influência sobre o poder.

Este conceito envolve assim dois factores determinantes: o sentido de competência pessoal e as percepções individuais sobre a actuação conforme às expectativas do sistema político, que interagem em articulação.

Por outro lado, o desenvolvimento do processo de *Mobilização Cognitiva* traz associado o relativo enfraquecimento de instituições como a Igreja (Inglehart, 1977), os sindicatos ou mesmo os partidos políticos, e isto porque se tornam preferenciais as organizações estruturalmente menos rígidas, focalizadas em assuntos quotidianos, nas quais os indivíduos tenham maior oportunidade de articular as suas preferências pessoais com a tomada de determinadas decisões. Quebra-se assim o elo de dependência tradicional do público relativamente às elites. Contudo, uma modalidade de participação política mais exigente, ampla e dinâmica não implica forçosamente o aumento das taxas de participação, o que de facto se verificou, em particular no que respeita à participação convencional.

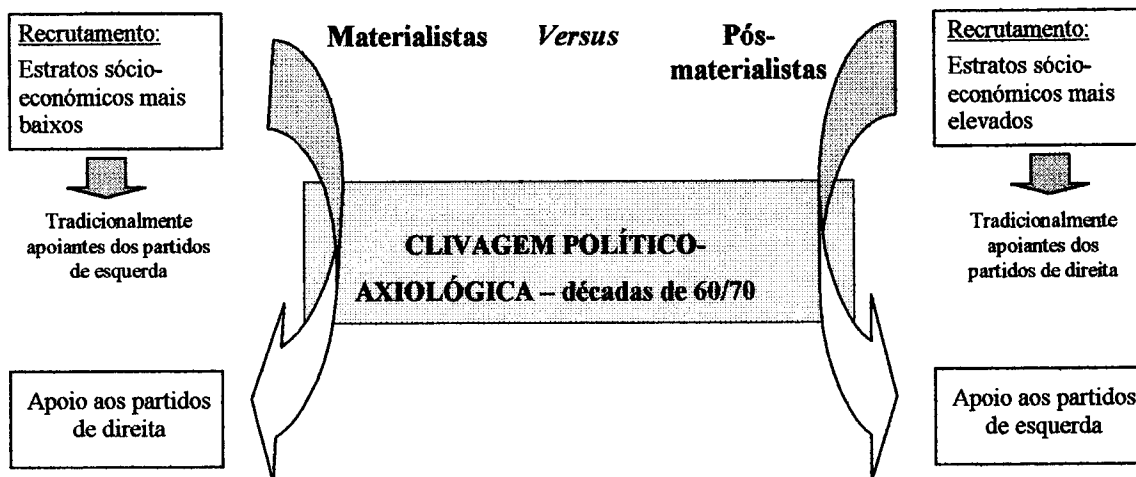
3.3.3. A nova esquerda

As transformações sócio-económicas derivadas da industrialização, e em geral da modernização, conduziram a profundas alterações na organização social com evidentes consequências políticas. É neste contexto que, relativamente ao recrutamento politico-partidário, Inglehart prevê – “in the future, new support for parties of the Left may be increasingly recruited from middle-class sources, while status quo parties may draw their support more and more from an embourgeoisified working class” (Inglehart, 1977: 14).

Tradicionalmente, o suporte dos partidos de esquerda era constituído por indivíduos provenientes dos estratos sociais mais baixos, enquanto o dos partidos de direita estava associado aos estratos sociais com maiores capacidades sócio-económicas. Assiste-se porém, neste período, a alterações radicais na segmentação social relativamente à identificação político-partidária. Os estratos sociais médios, cujos valores dominantes são tendencialmente pós-materialistas, começam a demonstrar uma identificação com a esquerda, e em paralelo, os materialistas de mais baixo nível sócio-económico posicionam-se preferencialmente à direita, contrariando a perspectiva até então em

vigor. Verifica-se, portanto, um enfraquecimento dos padrões tradicionais de voto / estrato social. No esquema seguinte pretende-se representar esta mudança:

Esquema nº3.9. A clivagem político-axiológica das décadas de 60/70



Fonte: Baseado em Ronald Inglehart (1977).

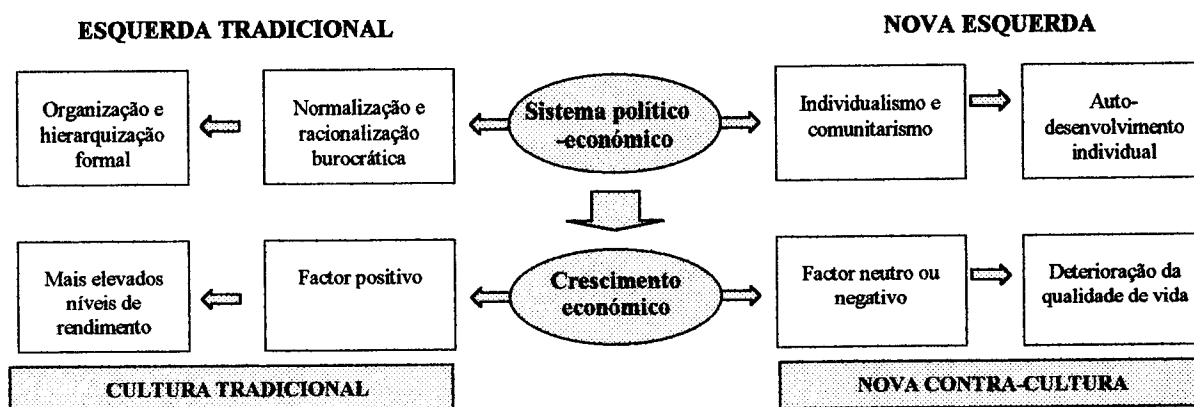
Verifica-se, porém, um grau significativo de ambiguidade na definição das divergências esquerda / direita, quer ao nível de opções políticas, quer da percepção e reacção dos eleitorados relativamente às diferenças políticas, em que Daniel Bell se suportou para conceber a tese do fim da ideologia (1988). Inglehart, em traços gerais diferencia as dois pólos referindo - “the term Left refers to change-oriented political forces, and Right to those which seek to preserve the existing socio-political pattern (...); the Left generally implies change in an egalitarian direction” (1977: 185). Persiste no entanto uma significativa divergência formal ao nível dos objectivos prosseguidos e prioridade de valores de cada um. “Radical political oppositions today are more likely to arise from differences along the Materialist / Post- Materialist dimension than from cleavages along the conventional Left – Right dimension” (Inglehart, 1977: 242). Desta forma, ao invés de corroborar a perspectiva de Bell, Inglehart propõe a sustentabilidade da oposição esquerda / direita suportada em novos princípios de segmentação – a dimensão materialista / pós-materialista.

Em particular, a identificação da própria esquerda sofreu uma alteração substancial de carácter político-ideológico que se consubstanciou numa notória mutação dos seus

princípios de base. A esquerda emergente do período industrial, face à mudança do contexto sócio-económico, foi progressivamente perdendo representatividade política no pós-industrialismo. Em paralelo, a movimentação social que eclodiu no período conturbado das décadas de 60/70, apesar de ideologicamente frágil e mesmo questionável, conotou-se ideologicamente com a esquerda, embora constitua a abertura para uma nova esquerda divergente dos princípios marxistas (Inglehart, 1977). A nova esquerda que desde então se foi formando e consolidando em diversos países ocidentais assume um ideário político construído das experiências e condicionantes de todo este período.

Vejamos, esquematicamente, as principais diferenças e similitudes:

Esquema nº3.10. Esquerda tradicional e nova esquerda



Fonte: Baseado em Ronald Inglehart (1977).

O protesto e o apelo à mudança, instrumentos sociais da esquerda tradicional materialista, com um claro propósito de reivindicação de melhores condições sociais para os grupos sócio-economicamente mais desfavorecidos, vêm-se substituídos por uma nova base de protesto que o alarga a outros assuntos de interesse social e político mobilizados por grupos sociais economicamente abastados. Esta nova vertente abandona as preocupações materiais e a mobilização política com base na classe social, declarando-se não-marxista e mesmo anti-marxista, preconizando um programa assente nos valores pós-materialistas (Inglehart, 1977).

Segundo Inglehart (1977, 1993), no final da década de 60, início da de 70, o número de pós-materialistas identificados com a esquerda marxista tradicional era bastante mais

significativo do que o dos materialistas. Essa disparidade foi progressivamente esbatida, sendo que actualmente a diferenciação da identificação entre uns e outros com a esquerda materialista é praticamente nula. Os pós-materialista reorientaram-se gradualmente para valores que, sendo de esquerda, traduzem mais concretamente as suas aspirações no sentido de uma sociedade mais humanizada, na qual a qualidade de vida se sobreponha ao crescimento económico. Esta constatação leva Inglehart a afirmar que é no movimento ecologista que reside o grande potencial da esquerda e não na ideologia comunista, o que tenderá a afirmar-se a médio e longo prazo (Inglehart; 1993).

Há, no entanto, um valor base que continua a unir estas duas esquerdas – a preocupação com a mudança social no sentido da equalitarização da sociedade, valor este que as torna perfeitamente distintas da direita política. O quadro de valores pós-materialistas é composto de valores de elevada sensibilidade moral, em que à liberdade de expressão é dedicado especial ênfase, enquanto a tecnologia e a mecanização da cultura são consideradas de somenos importância.

Os valores pós-materialistas apesar de mais identificados com esta nova esquerda não são, assim, completamente incompatíveis com os da esquerda tradicional, mantendo com estes um nível significativo de concordância. Inglehart associa mesmo a difusão da resposta pós-materialista ao renascimento do Marxismo (1977).

3.3.4. Nível de satisfação subjectiva

Afastada a tese de que a melhoria substancial das condições materiais de vida conduziriam progressivamente a níveis mais elevados de satisfação política pública, em virtude da observação de índices crescentes de insatisfação em sociedades com níveis de bem-estar material bastante elevados, Inglehart sublinha a necessidade de avançar com a análise complementar de uma nova variável – o nível de satisfação subjectiva, por forma a avaliar o que é designado pelo autor de *Overall Life Satisfaction* (1977).

Nesta perspectiva globalizante e maslowiana, o nível de *Overall Life Satisfaction* de cada indivíduo para com a sua própria vida apresenta variações pouco significativas no que diz respeito à análise por categorias sociais dentro de determinada nação – as

aspirações e expectativas de cada um decorrem da percepção individual da sua situação sócio-económica, mais do que da constatação de determinadas condições objectivas de vida – “one’s subjective satisfaction with any given aspect of life reflects the gap between one’s aspirational level and one’s perceived situation; but aspirational levels gradually adjust to changed life conditions” (Inglehart, 1977: 118). Por outro lado, “satisfaction of a given need can provide intense pleasure; but in days or months or years (...) one aspires to more or to different things” (Inglehart, 1977: 120)²⁶. O autor verificou contudo que, tendencialmente, as pessoas com níveis de instrução superiores se sentem mais satisfeitas e felizes com a sua vida²⁷ do que aquelas que detêm um nível de instrução inferior.

O autor alerta para a possibilidade de que esta alteração na prioridade atribuída aos valores, de que temos vindo a falar, possa acentuar as disparidades entre as variáveis objectivas de bem-estar observadas e o nível de satisfação subjectiva expresso²⁸. Tal alerta decorre da constatação de que os indivíduos cujos valores se orientam no sentido do pos-materialismo, tendem a demonstrar maior insatisfação em diversos âmbitos das suas vidas, apesar de se caracterizarem, na generalidade, por um rendimento, nível educacional e status ocupacional acima da média – objectivamente os indivíduos podem estar muito bem, mas subjectivamente insatisfeitos (Inglehart; 1977; 1993). Isto sucede porque estes indivíduos fazem derivar o aumento da satisfação subjectiva, não da verificação de condições materiais mais favoráveis e da satisfação de necessidades pessoais imediatas (como é o caso dos indivíduos que privilegiam os valores materialistas), mas do ênfase em valores não-materiais de carácter pessoal, comunitário e ambiental.

²⁶ O nível de satisfação subjectiva de um indivíduo perante a respectiva vida está directamente relacionado com duas variáveis que, tendencialmente, se ajustam mutuamente: o nível de aspirações do indivíduo por um lado, e a forma como a sua situação é percebida. A este processo o autor apelida de *modelo aspiração – ajustamento*. É assim compreensível que dentro do mesmo grupo social se verifiquem níveis de satisfação subjectiva bastante dispare, e entre grupos sociais opostos se observem níveis de satisfação similares. Existem ainda factores de ordem sócio-económica que podem influir no nível de satisfação, tais como: a modificação de circunstâncias objectivas a curto termo podem levar a sentimentos imediatos de satisfação ou insatisfação; a permanência de determinadas circunstâncias pode conduzir à diminuição das aspirações individuais ou, por outro lado, levar à alteração de valores, encaminhando o indivíduo para a valorização de outros domínios (Inglehart; 1993).

²⁷ Inglehart trata diferencialmente a satisfação e a felicidade individual com a vida, referindo que a primeira indica uma avaliação cognitiva perante a vida, enquanto a segunda expressa uma avaliação mais emocional e momentânea. As duas variáveis evidenciam o sentimento de bem-estar subjectivo (1993).

²⁸ Note-se que Inglehart considera que a satisfação subjectiva reflecte mais evidentemente as alterações recentes da vida – a satisfação imediata – do que níveis absolutos de necessidade sentidos – a satisfação face a expectativas de melhorias futuras (1977).

Relativamente ao sentimento de felicidade, os pós-materialistas mencionam o desempenho de actividades interessantes e socialmente úteis e o relacionamento harmonioso com os outros como os aspectos mais importantes, enquanto os materialistas focam geralmente a importância do casamento e da família, assim como a saúde e os recursos financeiros como os aspectos que mais contribuem para a sua felicidade (Inglehart, 1977). Para os materialistas a satisfação assenta em metas objectivas e passíveis de plena realização, enquanto as necessidades evidenciadas pelos pós-materialistas se caracterizam por uma maior subjectividade situado-se a um nível mais elevado da pirâmide maslowiana, sendo por isso mais difíceis de suprir.

É, assim, natural que o núcleo de insatisfação política cresça dos grupos sociais economicamente mais desfavorecidos e materialistas para os grupos relativamente mais prósperos e pós-materialistas. “Post-Materialist elements of the middle class may offer a base of new support for parties of the Left and a key potential source of political protest” (Inglehart, 1977: 148).

A satisfação com a vida, a satisfação política, a confiança mútua, o hábito de discutir frequentemente política, o suporte à ordem social existente, constituem um conjunto de elementos, tendencialmente associados, que permitem perceber uma predisposição positiva ou negativa face à sociedade e ao mundo, denominados por Inglehart como um síndrome de atitudes (1993). Este síndrome cultural, relacionado com factores de ordem económica (são os países mais desenvolvidos os que detêm níveis mais positivos daquelas variáveis), parece associado à viabilidade das instituições democráticas. O conceito de cultura cívica é, assim, apenas um aspecto do síndrome cultural, que parece anunciar um processo de mudança sócio-económica a longo prazo.

O síndrome de transição cultural que Inglehart preconiza abarca uma maior tolerância dos pós-materialistas relativamente aspectos do comportamento social e sexual, tais como, o aborto, o divórcio, as ligações extra-conjugais, a prostituição, a homossexualidade e a eutanásia, por comparação aos materialistas que estão tendencialmente mais associados às normas sociais de conduta tradicionais(1993).

Relativamente a esta abordagem de Inglehart dos graus de satisfação humana, Steven Peterson realçou e sublinhou a visibilidade alcançada pela teoria maslowiana da hierarquia das necessidades no estudo do comportamento político – “as individuals

satisfy more lower-level Maslowian needs their political orientations shift from materialist to postmaterialist” (Peterson; 1990: 26/27).

3.3.5. Hierarquização de valores materialistas *versus* pós-materialistas

Na análise da mudança dos valores industriais, Inglehart parte de uma premissa fundamental, a de que as pessoas tendem a reter um conjunto de valores prioritários para toda a idade adulta, sendo estes valores estabelecidos na idade formativa – infância e juventude (1977). Desta forma se explica que sejam os segmentos mais jovens da população, face às experiências vividas durante a idade formativa, aqueles que mais determinadamente adoptam os novos valores pós-materialistas, enquanto os segmentos mais velhos teriam tendência a valorizar os valores materialistas.

“The Post-Materialists have grown up during times of economic and physical security; consequently they tend to take material security for granted and place more emphasis on other goals. Their parents and grandparents, on the other hand, grew up during the Great Depression or during one of the world wars, when scarcity and physical danger was pervasive in many countries: their value priorities today still reflect these formative experiences” (Inglehart, 1977: 364). A socialização política é, assim, determinante no privilegiar de valores materialistas ou pós-materialistas.

Apesar do florescimento dos valores pós-materialistas, a sociedade ocidental dos anos 70 permanece predominantemente materialista. “The Materialists greatly outnumber the Post-Materialist type among the older age-cohorts, but the balance shifts in favour of the Post-Materialists as we move to the younger cohorts” (Inglehart, 1977: 33). Inglehart afirma tratar-se de uma mudança história que teve como base a alteração das condições genéricas de vida, determinantes de uma nova orientação no processo de socialização, com reflexos inter-geracionais significativos – a dinâmica deste processo de transformação axiológica assenta na substituição inter-geracional. “As younger and more educated groups replace older and less educated ones in the adult population, we may expect to find an increasing proportion of Post-Materialist types in these populations” (Inglehart, 1977: 87).

Contempla-se, todavia, a possibilidade de se registar uma mudança nos valores básicos do indivíduo durante a idade adulta. Porém, a probabilidade de mudança decresce substancialmente após o atingir da idade adulta. “Values tend to reflect the conditions prevailing within a society during a given cohort’s pre-adult years” (Inglehart, 1977: 23). Na análise dos resultados desta investigação registou-se uma relação directa e proporcional entre a alteração das condições políticas e económicas e a mudança dos valores, o que conduziu o autor a sugerir que “our value types must be highly resistant to modification during the life time of an individual” (Inglehart, 1977: 34).

O tipo de valores privilegiados reflecte, segundo Inglehart (1977), o padrão do grupo etário e a história do país. A relação necessidade / satisfação, à luz da pirâmide maslowiana, implicaria a distribuição da prioridade de valores de acordo com dois padrões base:

- As cohortes mais jovens são comparativamente mais pós-materialistas do que as mais velhas, mesmo considerando a intervenção de variáveis de carácter sócio-económico;
- A variação dentro dos grupos etários justifica-se em função das circunstâncias económicas vividas durante os anos formativos, variando a prosperidade numa relação directa relativamente à prioridade de valores pós-materialistas, e indirecta relativamente aos valores materialistas.

É, assim, natural que a distribuição da prioridade dos valores varie significativamente de nação para nação e entre grupos etários dentro de uma mesma nação, em virtude das diferentes condições específicas vividas.

Para além das divergências inter-geracionais decorrentes das experiências formativas, o nível educacional é entendido pelo autor como a razão da disparidade de prioridade de valores entre os indivíduos (mais do que o status sócio-económico ou a idade), na medida em que promove (1977, 1993):

- O desenvolvimento cognitivo, na medida em que os mais instruídos dispõem de capacidades que induzem a uma abertura de ideias que os não educados não têm;

- Padrões de comunicação informal específicos, estando os mais educados expostos a uma diversidade e especificidade de comunicações distinta dos menos educados;
- A difusão doutrinal deliberada dos valores pós-materialistas através da frequência dos níveis mais elevados de ensino.

“Materialists are less than half as numerous among the university-educated as among those with a primary school education; while Post-Materialists are about *five* times as numerous among the university-educated” (Inglehart, 1977: 75).

Há porém uma relação importante, apesar de não determinante, entre o nível educacional e o nível económico familiar. Este último indicador influi nos valores familiares dominantes na medida em que, geralmente, possibilita ou inviabiliza o acesso à educação, mas também porque tem associada a possibilidade, ou não, de aceder a uma rede de comunicação privilegiada, difusora dos valores pós-materialistas (Inglehart, 1977).

“The more educated should be more Post-Materialist than the less educated, at every age level: their *relative* economic position was better than that of others being raised at the same time” (Inglehart, 1977: 81). Apesar da constatação de que, na década de 60, “the Post-Materialist type is much more prevalent among the younger university-educated cohorts than elsewhere” (Inglehart, 1977: 82), o autor alerta, no entanto, para a invalidade da visão limitada que associa o fenómeno do pós-materialismo neste período a uma expressão particular da subcultura universitária. A predominância deste fenómeno neste meio é fruto da existência de factores circunstanciais e contextuais facilitadores do seu surgimento, assim como da prevalência de uma cultura distinta da existente na sociedade global.

Parece assim claro, na óptica deste autor que, tendencialmente, o nível educacional e informativo individual é a razão da prevalência e do reforço dos valores pós-materialistas e, em paralelo, que a vigência destes promove e acentua o nível formativo e informativo pessoal.

Inglehart estudou, ainda, o impacto de outras variáveis na definição do tipo de valor prioritário, concluindo pelo seguinte (1977):

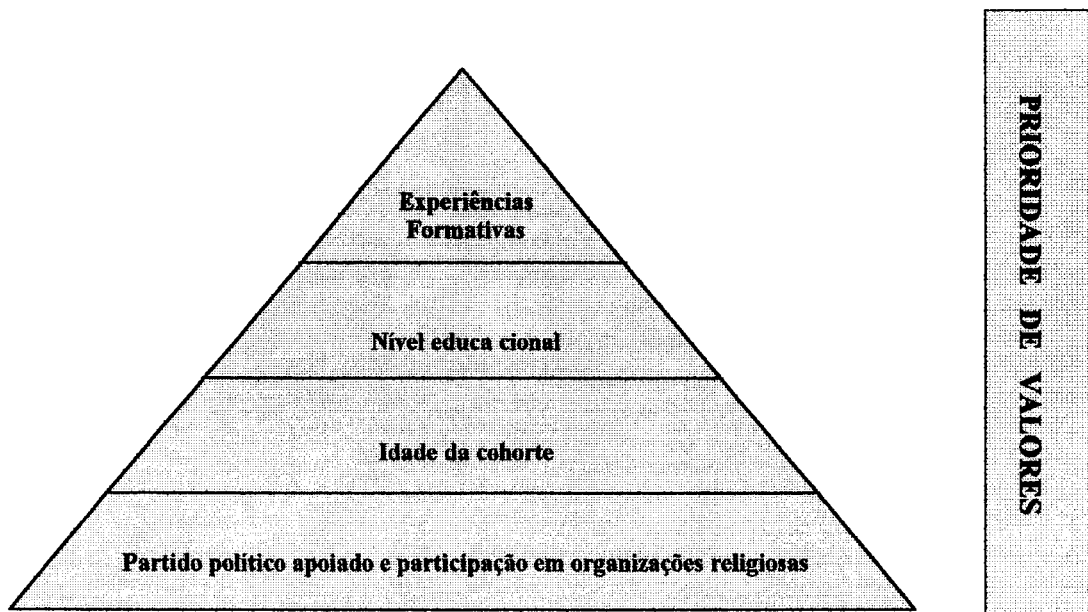
- Os que participam em organizações religiosas estão mais propensos a priorizar os valores materialistas do que os que não pertencem a qualquer organização religiosa²⁹;
- As mulheres são tendencialmente menos pós-materialistas do que os homens³⁰, apesar de se reconhecer uma significativa tendência para o desvanecimento desta diferença;
- Os associados sindicais estão mais predispostos aos valores pós-Materialistas do que os não-associados;
- Os apoiantes de partidos políticos mais conservadores são tendencialmente menos pós-Materialistas do que os apoiantes dos partidos de esquerda;

Representa-se no esquema seguinte a importância das variáveis analisadas neste trabalho segundo a capacidade explicativa na escolha do tipo de valores prioritários. Assumem primazia as variáveis que identificam as experiências socializadoras do período formativo de uma geração – as experiências formativas e o nível educacional – apoiando-se estas em elevados índices de estabilidade económica e de segurança física:

²⁹ Apesar de menos propensos a crer em Deus assim como a descreverem-se como crentes, os pós-materialistas são mais reflexivos quanto às questões sobre o significado e objectivos da vida do que os materialistas, o que leva Inglehart a afirmar que os pós-materialistas têm um interesse religioso potencial a que a religião tradicional não consegue dar resposta (Inglehart; 1993).

³⁰ Note-se que este estudo se reporta a um período em que o papel da mulher começa a apresentar indícios de mudança de profundamente tradicional para um desempenho mais liberal; o sexo é, assim, um indicador relativamente fraco do tipo de valor neste contexto.

Esquema nº3.11. Importância das variáveis na hierarquização de valores



Fonte: Baseado em Ronald Inglehart (1977, 1993).

“To halt the long-term process of value change, economic and educational stagnation would have to persist for a sufficiently long time that the cohorts entering political relevance would no longer be more Post-Materialist than those dying off” (Inglehart, 1977: 98).

À semelhança de Almond & Verba (1989), Inglehart atribui ao contexto envolvente um peso decisivo no comportamento eleitoral individual. O autor concebe na década de 70, relativamente aos Estados Unidos da América, mas de forma extensível às sociedades ocidentais deste período, a seguinte hierarquia de factores com influência na decisão do voto - “family inheritance is by far the strongest predictor of party identification, followed by religious denomination and race. Social class variables, region, and church attendency come next; value priorities rank far down the list” (Inglehart, 1977: 251). A prioridade de valores só explica circunscritamente o comportamento eleitoral, uma vez que o voto está dependente em particular de quatro factores (Inglehart, 1977):

- A intensidade da identificação com os partidos políticos existentes;

- A diferenciação das posições dos diversos líderes e partidos políticos sobre assuntos políticos;
- O elevado número de partidos políticos do sistema (oferece um maior leque de possibilidades de expressão de determinada ideologia);
- O nível de desenvolvimento económico e de mudança de valores na sociedade;

A tipologia de variáveis explicativas da decisão eleitoral proposta pelo autor é a seguinte (1977):

1. Variáveis pré-industriais, que englobam indicadores como a filiação religiosa, o grupo de linguagem ou o grupo étnico, cuja transmissão geracional pressupõe a sua inalteração;
2. Variáveis industriais, cujos indicadores são o rendimento, a educação ou a pertença a sindicatos laborais, registam alguma mudança inter-geracional;
3. Variáveis pós-industriais, que reflectem os valores de nível individual, particularmente os baseados em necessidades não materiais.

Com base no sentido evolutivo que esta tipologia comporta, o autor anuncia uma sociedade pós-materialista politicamente mais determinada pelas preferências de estilo de vida e valores individuais do que por clivagens de ordem sócio-económica.

Apesar de se continuar a verificar alguma associação entre preferência política e estrato sócio-económico nas décadas de 80 / 90, esta relação foi enfraquecida pela acentuada mobilidade social que caracterizou a década de 60 e seguintes, e que o aumento da escolarização consolidou e intensificou (Inglehart, 1993).

“Les systèmes politiques occidentaux se polarisaient de moins en moins sur la classe sociale et de plus en plus sur les valeurs” (Inglehart; 1993: 323). O desaparecimento do padrão industrial de clivagem política e o surgimento de um novo padrão de organização sócio-económico-política, na medida em que abafa o conflito ideológico e social, conduz à generalização da ideia do fim da ideologia entre os pensadores políticos

deste período. Inglehart opõe-se a esta visão, sublinhando que o conflito ideológico e social não cessou, as fontes e o carácter deste conflito é que estão em mutação³¹.

3.3.6. Notas críticas sobre a *Revolução Silenciosa*

No final da década de 70, o fenómeno pós-materialista, apesar de quantitativamente minoritário por comparação à representação materialista, assume uma posição estratégica determinante para o reconhecimento dos valores que envolve – concentra os mais educados, os politicamente mais activos e os mais jovens. Acrescendo a estes aspectos o facto de se tratar de um processo de mudança de valores inter-geracional. O potencial de mudança que o pós-materialismo encerra é tanto mais evidente se, tomando os dados do autor, considerarmos que a melhoria significativa dos indicadores de condições materiais de vida não invalida a coexistência de elevados níveis de insatisfação subjectiva. Simultaneamente, esta situação indicia uma nova orientação na base social dos partidos políticos de esquerda.

Do ponto de vista dos pós-materialistas a mudança social quer-se radical, exigindo-se o abandono dos padrões de vida tradicionais em colapso e a emergência de uma nova sociedade revitalizada, em que os indivíduos exerçam uma cidadania plena e revigorada, assente nos valores da liberdade de expressão e na participação social e política.

Inglehart, ao inverso do preconizado pelo movimento ideológico pós-materialista consubstanciado no ecologismo e no ambientalismo, não visiona para o futuro problemas irresolúveis relacionados o desenvolvimento tecnológico e o ambiente (à excepção do esgotamento dos recursos não renováveis), sublinhando que a resolução dos problemas mundiais passa em grande medida pelo controle da natalidade (1977). Por outro lado, entende que o processo de mudança de valores em curso implicará a quebra do ritmo de crescimento económico das sociedades ocidentais, compensado pelo vingar de posições de carácter pós-materialista (apesar de apoiadas no desenvolvimento científico), como é o caso do aproveitamento de energias renováveis (1977).

³¹ Este novo padrão organizativo considera a tradição religiosa e o grupo étnico como improváveis motivos de clivagem política (Inglehart, 1993).

Porém, o autor, na análise que faz ao fenómeno pós-materialista, limita-se a apresentar pontos de vista em que pretende equilibrar uma perspectiva pós-materialista, que considera demasiado radical, não apresentando uma solução global e plausível para a resolução dos desequilíbrios mundiais e das questões levantadas com este fenómeno. Assim, a postura que assume relativamente à evolução futura do processo de mudança de valores é particularmente moderada, não prevendo, ao inverso de alguns autores como Samuel Huntington (1975), o colapso do sistema sócio-político. Pelo contrário, Inglehart percepciona todo este processo como o reequilíbrio do balanço social – “the Industrial era was a time for the development of great means. Post-Industrial society may provide a time for the application of these means to great ends” (Inglehart, 1977: 392).

PARTE IV

ESPAÇOS DE MUDANÇA NA CULTURA POLÍTICA – A CONQUISTA DO PÓS-MATERIALISMO

Apesar de as décadas de 60/70 terem sido paradigmáticas no emergir de uma cultura política alternativa, assinalada por obras relevantes no domínio da Ciência Política, os anos que se lhe seguiram representam tempos mais tranquilos, nos quais a produção literária dedicada a esta temática, embora menos intensa, reafirmaria os princípios teórico-conceptuais preconizados e previstos anteriormente.

Pretende-se assim, nesta *Parte IV*, expor e analisar todo um conjunto de contributos, os quais, não apresentando um trabalho tão completo quanto o dos autores estudados na *Parte III*, aprofundam, complementam ou alteram os modelos teóricos vigentes, fornecendo elementos para a sua actualização e aperfeiçoamento. Intenta-se, em paralelo, construir um quadro de análise teórico-conceptual operacionalizado para o estudo dos dados empíricos, a que será dedicada a *Parte V*.

Procurando responder às principais componentes em que assenta a mudança cultural, esta parte do trabalho concentrar-se-à na abordagem de um conjunto de grandes áreas temáticas da mudança cultural e na explicação e operacionalização dos seus conceitos chave. São temáticas a abordar: a socialização política, a participação política e social, manifesta e potencial, o conflito ideológico e as novas dimensões políticas, as novas identificações geográficas e necessidades ascéticas.

Antes, porém, esclareçam-se e recordem-se alguns elementos e noções básicas do estudo do pós-materialismo.

O fenómeno do pós-materialismo das sociedades ditas “pós-modernas”, por oposição ao materialismo que vigorou com o industrialismo, pretende designar a opção prioritária por

um conjunto de valores sociais e políticos de ordem qualitativa – a liberdade de expressão, a participação política e social, o equilíbrio ambiental, entre outros. Esta evolução do quadro de valores processou-se, à luz da explicação da teoria maslowiana da hierarquia das necessidades, mediante a alteração das necessidades tidas como prioritárias. Steven Peterson define mesmo o fenómeno pós-materialista como - “the political face of Abraham Maslow’s notion of self-actualisation” (1990: 21). Este é um fenómeno essencialmente cultural com evidentes ramificações no todo social, e em particular no domínio político, sendo factor de significativas alterações nas atitudes e comportamentos individuais.

A teoria da mudança da cultura política, de acordo com a tese de Inglehart, assenta em duas hipóteses que contribuem para a definição dos valores individuais (1977; 1993, 1998):

- A hipótese da escassez – na medida em que as prioridades individuais reflectem o ambiente sócio-económico, valorizando-se tendencialmente os elementos que nesse contexto são mais raros;
- A hipótese da socialização – nesta relação entre o ambiente sócio-económico e a prioridade de valores interferem de forma expressiva a formação, formal e informal, assim como as experiências vividas nos anos anteriores à idade adulta.

Estas hipóteses foram posteriormente recolocadas e confirmadas por outros autores (Anderson, 1990; Graaf & Evans, 1996). De facto, os que experimentaram viver em períodos de escassez material parecem dar prioridade aos assuntos relativos à estabilidade económica e à segurança física, enquanto os que viveram os anos formativos sem esta dificuldade apresentam preocupações relacionadas com a liberdade de expressão e necessidades de carácter intelectual e ascético. De acordo com a teoria sobre o pós-materialismo proposta por Inglehart (1993), Elinor Scarbrough demonstra mesmo que os períodos de escassez constituem o factor responsável pela oscilação na progressão do número de pós-materialistas (Scarbrough, 1995).

Note-se que esta mudança nos valores não significa a substituição de uns valores por outros. Os valores pós-materialistas não foram criados a partir dos movimentos estudantis de 1968, pelo contrário, estes valores sempre existiram. Por outro lado, a

emergência destes valores não implica a rejeição dos valores materialistas. “Los posmaterialistas no son no-materialistas, y menos aún anti-materialistas. El término “*posmaterialista*” denota un conjunto de metas a las que la gente da importancia *después* de haber alcanzado una seguridad material, y *porque* han alcanzado esa seguridad material” (Inglehart, 1998: 45). A mudança cultural trata antes de uma alteração na priorização dos valores sociais e políticos tidos como fundamentais, prevendo-se estar em curso uma gradual mas progressiva inversão das prioridades axiológicas dos indivíduos. Este processo não está, no entanto, em curso de igual forma em todas as sociedades. A sua emergência tem como requisitos o alcançar de um determinado nível de desenvolvimento económico e social, sendo este o factor de diferenciação dos distintos níveis de representatividade dos valores pós-materialistas. A juventude e a escolarização são duas outras variáveis estreitamente relacionadas com este processo de mudança.

As orientações individuais em relação às questões políticas, analisadas do ponto de vista da personalidade e do comportamento individual, são explicadas por uma multiplicidade de factores. Adoptando o esquema traçado por Robert Dahl (1963), pode aceitar-se a indicação dos seguintes factores base:

- A personalidade ou carácter pessoal de cada indivíduo *per si*;
- As orientações políticas adquiridas na infância e adolescência, que corresponde à socialização política primária;
- O momento particular que se está a viver, ou se crê estar a viver em determinada conjuntura histórica;
- A envolvente cultural na qual está inserido ou, mais especificamente, a cultura política partilhada com os demais membros da comunidade;
- As experiências pessoais, as circunstâncias e as situações da vida.

Deste conjunto de factores, apenas o primeiro está completamente fora do âmbito deste trabalho, na medida em que o seu estudo exigiria uma análise não apenas sociológica,

mas fundamentalmente psicológica da personalidade e comportamento individuais. Não se pretende, aqui, abordar a mudança da cultura política enquanto resultado de estímulos ou de características da personalidade individual.

Da mesma forma, Peterson (1990) categoriza os factores explicativos do comportamento político mediante uma tipologia da abordagem científica:

- Sociológica, se assente em variáveis como a educação, o status sócio-económico e características demográficas, à semelhança da proposta dos trabalhos de Verba, Nie & Kim (1978) e de Lipset (1992);
- Psicológica, mas apenas assente na sua vertente social, em que a socialização e o processamento da informação são as variáveis de suporte, abordagem esta que teve como referência o trabalho de Ronald Inglehart (1977);
- Política, em que se estudam variáveis como as políticas governamentais, o comportamento político dos líderes, o desempenho político-partidário, vertente das teorias elitistas em que se enquadram os trabalhos de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca ou Roberto Michels¹.

Pretende-se, pois, na presente dissertação, aprofundar as abordagens sociológica e psicológica na óptica anteriormente definida. A abordagem política, pelo desfasamento que denota relativamente à definição de cultura política² aqui adoptada, não compreende a temática a tratar. Far-se-ão, naturalmente, referências a esta componente do sistema político sempre que tal seja pertinente, até porque é uma componente indissociável das restantes da cultura política.

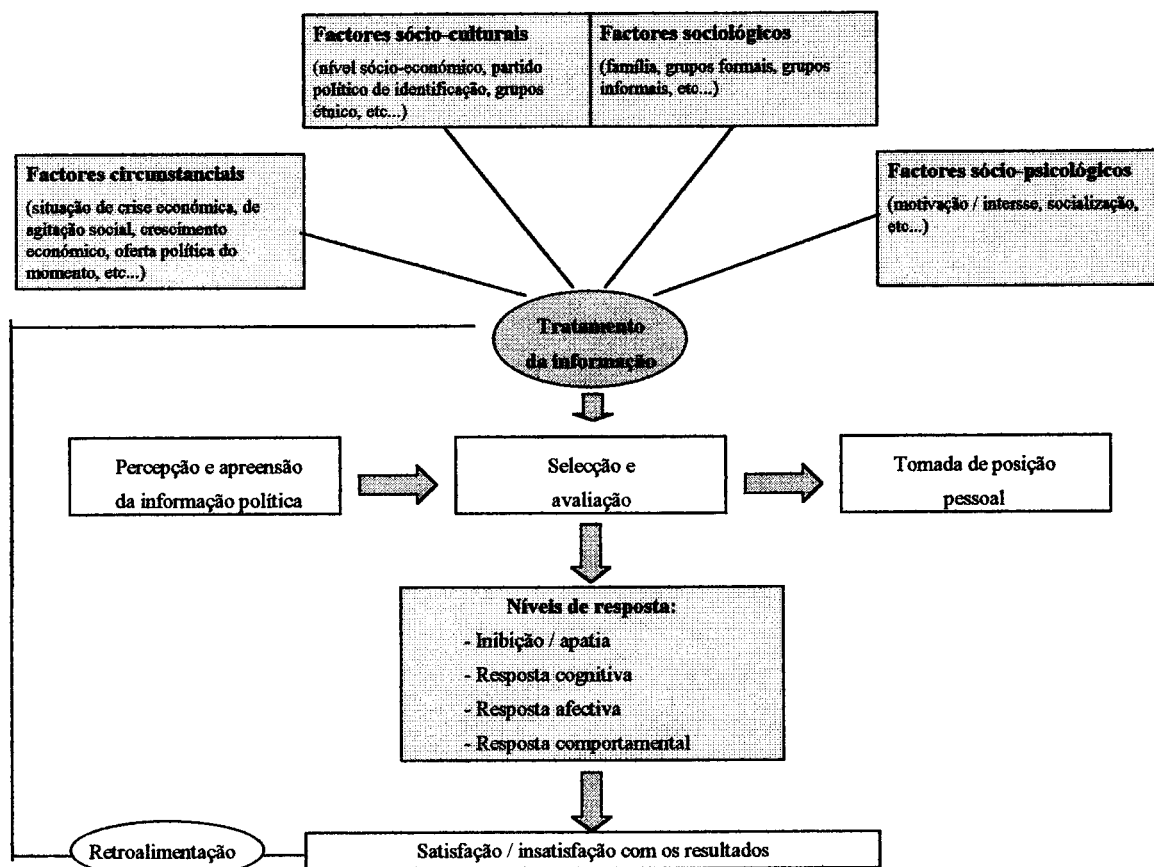
Com base nos contributos anteriores, o esquema seguinte representa o processo subjacente às atitudes e comportamentos individuais, tal como serão analisados. Sublinhe-se mais uma vez que este trabalho se focaliza na apreciação das variáveis sociais e culturais que afectam o comportamento político, não interessando as variáveis puramente psicológicas, como a relação com traços de personalidade, ou variáveis

¹ Veja-se, por todos, António Marques Bessa (1993).

² Apresentada em 2.4..

relativas ao funcionamento das instituições políticas, tal como a forma como as estruturas partidárias o podem afectar.

Esquema nº4.1. Factores intervenientes no processo de tomada de posição política



Fonte: Baseado em Robert Dahl (1963), Verba, Nie & Kim (1978), Ronald Inglehart (1997), Steven Peterson (1990) e Seymour Martin Lipset (1992).

Assente naqueles factores de ordem sócio-psicológico-cultural e face a uma maior expressão da mudança dos valores da cultura política nas gerações mais jovens, alguns autores (Montero, Gunther & Torcal, 1997; Inglehart, 1998; Latter, 1999) estudaram um conjunto de três hipóteses passíveis de estar na sua origem:

- O efeito de *cohort* ou geração – segundo o qual a mudança de atitudes é veiculada pelas diferenças geracionais e só tenuemente por acontecimentos políticos específicos;

- O efeito de período – que aponta para que a mudança de atitudes se produza em todas as gerações em consequência de um acontecimento que as afecta e influencia a todas;
- O efeito de ciclo de vida – segundo o qual as mudanças se geram por simples efeito do envelhecimento dos indivíduos.

De facto, parece ser o efeito de *cohort* ou geração³ o responsável pela transformação cultural em curso na maioria das sociedades industriais avançadas, na medida em que a substituição de gerações tem vindo a revelar uma gradual modificação do sistema de valores⁴, de materialistas para pós-materialistas. Este novo quadro prioriza valores não económicos, relacionados com a qualidade de vida, a protecção do ambiente e uma maior participação nas decisões políticas, em detrimento de valores relacionados com questões económicas (Montero & Torcal, 1992, 1995).

Na razão desta mutação cultural está o progresso económico, a segurança física e o incremento dos níveis de educação nestas sociedades (Inglehart, 1977, 1988, 1993). “La educación aparece como la principal fuerza impulsora de cambio cultural: sus mayores coeficientes indican bien a las claras su incidencia específica a través del reemplazo generacional” (Montero & Torcal, 1995). Nos pontos seguintes observar-se-á mais atentamente a influência destas variáveis.

³ Privilegia-se no presente trabalho o conceito de *geração* no sentido em que “pertencer a uma geração ou suceder-lhe não é ter a mesma idade ou ser mais ou menos jovem, mas possuir uma contemporaneidade de ideias, de influências, de saberes, de filiações identitárias, de valores” (ICS, 1998: 27). Portanto, geração política define-se fundamentalmente pela vivência de uma experiência histórica comum durante os anos formativos, manifestando-se num conjunto de modalidades de interpretação da realidade social, política e cultural, enquanto o termo *cohort* se associa mais especificamente à leitura demográfica do conjunto de indivíduos nascidos durante um período de tempo determinado (Lattes, 1999).

⁴ Também William G. Mayer, num trabalho realizado sobre a evolução da opinião pública da população americana da década de 60 ao final da de 80, defende que a mudança dos valores culturais se processa fundamentalmente através da substituição das gerações. “The entrance of new cohorts into the adult population and the gradual dying-off of older cohorts explains about a third to a half of the total change in attitudes about race, the role of women, sexual mores, and school prayer” (Mayer, 1992: 299). No entanto, e apesar de concordar que o envelhecimento biológico não conduz à uniformização de formas de agir e pensar, João Ferreira de Almeida alerta para o seguinte: “é inequívoco que nos valores específicos que as juventudes revelem haverá, quer elementos de mudanças geracionais duradouras, quer de oscilações transitórias induzidas pela fase do ciclo de vida, isto é, pelo facto de que ser jovem é sempre diferente de ser adulto ou idoso” (Almeida, 1990: 5).

4.1. A Socialização Política – determinantes do comportamento político

Como se expôs anteriormente, o comportamento político obedece a um conjunto de factores de carácter sociológico, psicológico e cultural e, frequentemente, a impulsos racionalmente imprevisíveis e inexplicáveis. Aqueles factores desdobram-se ainda em influências múltiplas de carácter diverso: ideológico, simbólico, motivacional, o que complexifica a interpretação do mesmo. Independentemente da natureza das influências, estas são incontornavelmente veiculadas pelas experiências, aprendizagens e contactos vividos durante a infância, adolescência e ao longo da vida, embora com preponderâncias e tónicas diferentes ao longo destas fases.

Do processo de socialização⁵ decorre, assim, a forma como os indivíduos estruturam e moldam o seu mundo político, cognitivamente e afectivamente, de acordo com os modos de orientação individual face aos objectos políticos⁶, sendo o tipo de influência diferenciado em função do agente socializador⁷ e da fase da vida a que se reporta.

O esquema nº4.2. indica um conjunto de agentes de socialização, dicotomizada em primária e secundária, respondendo esta diferenciação à assunção de que o processo socializador durante os primeiros anos de vida assenta em agentes, direcções e consequências diferenciadas, comparativamente ao processo que ocorre durante a idade adulta.

⁵ “Por socialização deve entender-se não apenas o processo de *interiorização* de normas, mas também o de *submissão às normas*, não só a sua dimensão *axiológica*, mas também a sua dimensão *comportamental* (...) não só a *orientação* para objectivos políticos, mas também a *participação* ou o *envolvimento político*” (Cruz, 1995b: 384).

⁶ Os modos de orientação face a objectos políticos foram definidos por Almond & Verba (1989), tendo sido abordados neste trabalho em 3.2.4.

⁷ Para Ralph Linton a cultura age sobre a personalidade individual sob dois prismas diferenciados: por um lado, acções que derivam de modelos de comportamento dirigidos directamente às crianças, conservando estas acções uma grande importância durante a infância; por outro lado, acções que resultam da forma como os indivíduos na idade adulta observam e aceitam os modelos de comportamento que caracterizam a sociedade. Estes últimos modelos não afectam directamente o indivíduo embora o acompanhem ao longo de toda a sua vida, fornecendo-lhe exemplos padronizados de conduta por forma a constituir a suas próprias respostas aquando da idade adulta (Linton, 1968).

Esquema nº4.2. Agentes de socialização política

Agentes de socialização		Socialização política
SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA	SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA	
Família		A aprendizagem não é directamente política mas pode ser transferida
	Escola	
	Emprego Meios de comunicação social Grupos de referência Grupos de amigos Experiências quotidianas	Induz a comportamentos politicamente relevantes

Fonte: Baseado em Lipset et al (1970) e Rose & Mcallister (1990).

Num estudo realizado sobre a temática da fidelidade partidária e do comportamento eleitoral junto da população americana nas décadas de 40 e 50, Lipset conclui que a formação da opinião e da decisão políticas decorre de um processo situado a um nível precoce da formação individual. O autor afirma a persistência e consolidação da influência familiar na idade adulta - “Il ne fait pratiquement aucun doute que l’influence des parents ou de relations modifie un bien plus grand nombre de décisions de vote que n’importe quelle autre forme de propagande” (Lipset et al; 1970: 191). Da mesma forma, e algumas décadas mais tarde, Richard Rose & Ian Mcallister afirmam - “identifying with a parent’s party can be sufficient to determine an individual’s vote on election day (...) what an individual learns is expected to be far more important than what parties try to teach the electorate” (Rose & Mcallister, 1990: 44). “Identification with a parent’s political party gives a criterion for evaluating political events long after leaving the parental home” (Rose & Mcallister, 1990: 46). Para estes autores, todavia, para que perdurem nos filhos as preferências político-partidárias dos pais há-que dar suficiente significância aos assuntos políticos no seio familiar e, conseqüentemente, dar lugar ao seu debate. Os padrões de voto inicialmente definidos aquando do período da infância e adolescência são subsequentemente conservados para a vida adulta (Rose & Mcallister, 1990). É desta forma previsível a observação de diferenças acentuadas no que respeita ao comportamento eleitoral entre gerações, uma vez que para estes autores, gerações

diferentes sofrem influências diferentes face a contextos e tendências políticas diferenciados.

A influência da família não está no entanto restringida apenas ao seu papel de agente de socialização directa do indivíduo. A importância da família estende-se às possibilidades concedidas ao indivíduo por seu intermédio, tanto em termos do acesso à educação, quanto ao nível do *status* social⁸ em que cresce. Max Weber (Parsons, 1964; Weber, 1993) atribui ao papel da família um determinismo classista que se fundamenta no nível sócio-económico que proporciona aos filhos e que tem sequência na transmissão de valores políticos. A família influi assim nas orientações políticas e comportamentais dos seus filhos mediante a transmissão das suas orientações cívicas e políticas, e em simultâneo, através do impacto do seu *status* sócio-económico ao nível educacional, de experiência de vida e de acesso a meios sociais.

Apesar da importância atribuída à socialização primária nas definições políticas futuras, diversos autores salvaguardam a importância da socialização secundária, sublinhando que estas primeiras experiências não vedam a possibilidade de influências de experiências e acontecimentos posteriores (Rose & Mcallister, 1990).

Reconhecendo igualmente na infância o período crucial para o desenrolar do processo de aprendizagem social, Dowse & Hughes sublinham também a continuidade deste processo durante toda a idade adulta. “All new experiences, and especially those undergone when adopting a highly structured role such as during induction into an established profession, involve additional socialization” (Dowse & Hughes, 1986: 190).

Steven Peterson (1990) chega mesmo a contestar a ideia que considera a aprendizagem política anterior à idade adulta na raiz das orientações e comportamento político adulto. Esta tese, desenvolvida por David Easton (1975) é, embora moderadamente, preconizada por Almond & Verba (1989), e Inglehart (1977, 1993), como vimos, respectivamente, nos pontos 3.2.5. e 3.3.5., na medida em que valorizam as experiências da idade formativa, reconhecendo também a importância das experiências adultas no processo de socialização política. Procurando alcançar consensos, Peterson sugere

⁸ *Status* social corresponde à estimativa de prestígio, positiva ou negativa, socialmente reconhecida, atribuída a indivíduos ou posições, permitindo a sua classificação na hierarquia social (Lipset, 1992).

(1990), numa reflexão muito semelhante à de Inglehart (1977)⁹, a consideração de dois princípios socializadores – *primacy principle* e *structuring principle* - assentes na amplificação do conceito de socialização política, entendido como um processo que perdura ao longo de toda a vida¹⁰.

O primeiro princípio – *primacy principle* - corresponde a um conjunto de três preposições correlacionadas:

1º As orientações políticas genéricas (a identificação partidária, o sentimento de eficácia política¹¹) são aprendidas durante a infância¹²;

2º Esta aprendizagem na infância define um quadro onde se inserem as modificações posteriores;

3º Por último, estes ajustamentos e reorientações posteriores têm um peso menor comparativamente à aprendizagem inicial.

Subsequentemente, sobre o *structuring principle* Peterson afirma - “basic orientations internalised early in an individual’s political development structure later learning of specific new issue beliefs” (Peterson; 1990: 29). Assim, as experiências na idade adulta

⁹ Abordada em 3.3.5..

¹⁰ Esta dicotomização do processo de socialização está estreitamente relacionada com os dois tipos de acção da cultura sobre a personalidade individual definidos por Ralph Linton (1968) e é adoptada por outros autores, tais como C. Barner-Barry & Cynthia Hody (1995).

¹¹ O sentido de eficácia política, associado ao sentido de competência política, diz respeito à percepção do indivíduo de que as suas acções políticas têm (ou podem ter, no segundo caso) impacto ao nível do processo político (Almond & Verba, 1989, Inglehart, 1977). Profundamente influenciado por Inglehart, Peterson ao abordar o conceito de eficácia política, definiu-o como – “the belief by a person that he or she is capable of affecting politics (internal efficacy) and that the political system is responsive to him or her (external efficacy)” (Peterson; 1990: 20). O sentido de eficácia política é medido por variáveis como: a importância que o indivíduo supõe que as suas opiniões têm junto dos órgãos decisores, a percepção de outras vias de intervenção junto do poder político para além do voto e a capacidade de entender a política e os assuntos políticos (quanto mais elevados os níveis destas variáveis, maior o sentido de eficácia política do indivíduo).

Primeiramente desenvolvido por Almond & Verba (1989) o sentido de competência política subjectiva não diverge significativamente do sentido de eficácia política apesar de distinto – enquanto o segundo se centra na receptividade das instituições políticas à pressão dos cidadãos, o primeiro valoriza o sentido do próprio indivíduo em deter a capacidade para exercer influência (Milbrath & Goel, 1982). As variáveis que são geralmente utilizadas para alcançar o nível de sentido de competência subjectiva são: sentido de capacidade de intervir nas decisões políticas e percepção de ser bem sucedido (quanto mais elevados, maior o sentido de competência subjectiva).

Ambos os sentidos de eficácia e competência políticas estão relacionados positivamente com o *status* sócio-económico (tal como concluído por Verba, Nie & Kim (1978)), com o nível de participação política, com o nível educativo, com o interesse, informação e experiência adquiridos no campo político.

¹² Aspecto focado também por M. Kent Jennings & Richard G. Niemi (1977).

podem reforçar, reorientar ou mesmo rejeitar a aprendizagem ocorrida durante a infância. Porém, na idade adulta, os princípios fundamentais da organização cognitiva são extremamente difíceis de alterar (Inglehart; 1993).

A esta argumentação associa-se a crescente limitação do papel desempenhado pela instituição familiar moderna. “The connection between family socialization and adult political behaviour in industrialized (...) society is indirect because the social coverage of the family is narrower (...) in the sense that many previous family functions have been hived off to specialized social agencies” (Dowse & Hughes, 1986: 190). Estes autores referem que a família na sociedade industrial transferiu para outras instituições o seu potencial de influência nas atitudes e comportamentos individuais. Este facto associado ao complexo e acelerado ritmo de mudança social, indutor da transformação dos valores transmitidos aquando das primeiras experiências socializadoras, leva ao afastamento da família enquanto agente de socialização política (1986).

Assim, a aprendizagem realizada aquando da socialização primária assume, para Dowse & Hughes (1986) e à semelhança de Peterson (1990), um carácter predominantemente afectivo e não cognitivo, designadamente na ligação à comunidade política, ou no início da identificação com um partido político ou símbolo político. Para estes autores a aprendizagem cognitiva inicia-se no final da infância, início da adolescência, ao inverso da tese que defende a prevalência da socialização infantil sobre a aprendizagem na idade adulta. Assim, pode afirmar-se que à socialização da criança se sucede uma permanente socialização do adulto, que possibilita que os comportamentos políticos adquiridos precocemente na vida possam vir a ser modificados e ajustados aos novos conhecimentos e vivências decorrentes da vida adulta.

Da mesma forma, diversos autores referem que a transmissão dos elementos culturais se faz essencialmente pela educação das crianças, registando-se na idade adulta, apenas a manutenção, complemento e rectificação da aprendizagem anterior (Duverger; 1983; Maria Weber, 1986; Dowse & Hughes, 1986, Cabral et. al., 1991).

A tónica da explicação das atitudes e comportamentos do indivíduo na esfera política situa-se, desta forma, nos fundamentos interiorizados aquando do processo de

socialização primária, tendo continuidade, embora com menor intensidade na vivência empírica do indivíduo adulto em sociedade.

Steven Peterson na sua obra *Political Behavior* (1990) analisa o comportamento político individual apontando a família, o local de trabalho, a religião e os meios de comunicação social, como agentes que veiculam informação política, cujo impacto na percepção dos assuntos políticos e na conduta dos indivíduos é determinante, sendo que a manutenção dos valores políticos individuais está tão somente dependente da compatibilidade do contexto circunstancial relativamente aos mesmos. A estabilidade do quadro axiológico definido aquando do processo de socialização primária é, assim, questionado em função de uma possível contínua transformação social que exija o sucessivo reajustamento e reorientação do quadro anteriormente concebido. “Individuals’ *life spaces* are powerful factors mediating their political spaces” (Peterson; 1990: 18). Como que camuflados de uma pretensa neutralidade social, aqueles agentes desenvolvem uma intensa actividade de mobilização política. Este facto é bastante menos subtil no que respeita aos meios de comunicação social em virtude da diversidade, quantidade e qualidade de informação que veiculam, e o propósito consumista da sua difusão.

Os valores políticos, as crenças, assim como os sentimentos face ao sistema político são assim aprendidos na sequência de experiências no processo político, ou no decurso de experiências não directamente políticas.

Recuperando a argumentação de John Stuart Mill (1983) a propósito da importância da participação junto das instituições políticas locais¹³, diversos autores sublinham a participação política a níveis locais como um treino das capacidades e competências para uma participação a nível nacional. De entre aqueles autores, Steven Peterson (1990) reafirma a tese de que a ocupação e o local de trabalho constituem importantes agentes de socialização entre os adultos, definindo a sua influência sob duas vertentes:

¹³ Abordado em 2.2.1..

- Por um lado, o trabalho, na medida em que determina o *status*, está proximamente relacionado com o poder político – “higher occupational status and prestige go with more participation and more acceptance of the existing system” (Peterson, 1990: 195);
- Por outro lado, a interação que se estabelece no local de trabalho pode ter consequências ao nível das orientações e comportamentos políticos, no sentido do aumento da politicização individual, como também referido por Robert Dahl (1963) e Carole Pateman (1972). Esta politicização é traduzida, segundo Peterson (1990), num aumento do interesse e atenção relativamente a assuntos políticos, no envolvimento em actividades de campanha e na participação na resolução de problemas comunitários. “Participation in one arena (the work place) allows the individual to gain certain skills and self-confidence necessary to participate in other arenas of social life (such as politics)” (Peterson, 1990: 129). A esta relação¹⁴ Peterson apelida de *spillover effect*, cujos reflexos no já definido sentimento de eficácia política podem ser positivos, se associados a uma participação significativa no local de trabalho, ou negativos se a participação for limitada.

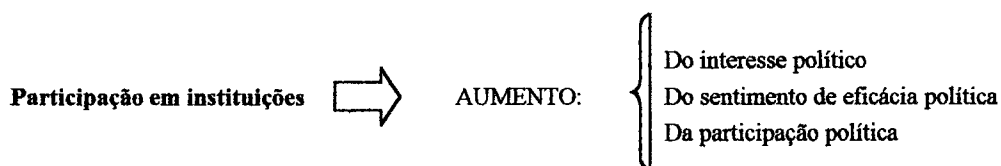
Peterson utiliza o conceito de *spillover effect* para expressar as capacidades para a participação decorrentes da rotina de participação no local de trabalho, mas também em outras instituições, sugerindo assim a existência de uma relação entre a vida quotidiana individual e as orientações políticas governamentais¹⁵.

Também no que respeita à actividade religiosa o autor reconhece a existência de significativas consequências ao nível das atitudes e comportamentos políticos. “Involvement in church decisions has spillover effects directly increasing civic orientations and indirectly elevating levels of political activity” (Peterson, 1990: 251).

¹⁴ Trata-se de uma relação já abordada no âmbito do contributo de Inglehart (3.3.2.) e partilhada por outros autores, tais como Stanley I Benn (1979) e Gabriel Almond & Sidney Verba (1989), entre outros.

¹⁵ Esta relação é também referida por Dowse & Hughes (1986).

Esquema nº4.3. Participação em instituições e participação política



Fonte: Baseado em Steven Peterson (1990).

Relativamente à exposição aos meios de comunicação social, estes são reconhecidamente agentes de socialização política, reforçando orientações e opiniões pessoais, envolvendo frequentemente uma intensa manipulação ideológica e partidária por seu intermédio. As análises sobre a importância desta variável não têm contudo sido unívocas. Steven Peterson (1990) relaciona a difusão em massa da televisão com o decréscimo do envolvimento político e das capacidades intelectuais para a participação política, opinião partilhada por outros autores, nomeadamente por Edwin Schlossberg (1998). Em oposição a estes últimos e à semelhança de Almond & Verba (1989) que afirmam que a exposição aos meios de comunicação social é um vector estreitamente relacionado com a competência cívica e a participação política, Paula do Espírito Santo (1997) refere que os meios de comunicação social exercem uma profunda influência no comportamento político individual na medida em que impelem à discussão e à participação política, pela forma como expõem os acontecimentos. Talvez ambas as posições estejam correctas em função de uma multiplicidade de circunstâncias que influem na decisão de participar ou de não participar. A difusão televisiva poderá afectar a mobilização para a participação política direccionando a atenção para outros assuntos, porém, os indivíduos com um prévio interesse político podem encarar a televisão como uma fonte primordial de informação política indispensável à formação de opiniões e tomadas de posição política¹⁶. “As teorias da comunicação, desenvolvidas nos últimos anos, mostram a importância dos receptores, a importância que têm os factores *resolução dos problemas* e *satisfação qualitativa das necessidades* e a multiplicidade dos grupos formais e informais de referência” (Bacalhau, 1994: 41).

¹⁶ Veja-se a importância que assumiram os meios de comunicação em geral na mobilização da população portuguesa no recente caso da independência de Timor Leste.

Apesar de alguma controvérsia pontual, o que parece mais consensual é a aceitação de que as percepções, cognições e comportamentos face à esfera política mais não são do que o resultado da articulação e inter-relação de um vasto e complexo conjunto de variáveis. Assim, e conforme o conceito de socialização contínua preconizado anteriormente, por exemplo a identificação político-partidária mais não será que o resultado de um conjunto de experiências da socialização primária, sendo reforçada posteriormente pela actividade social, ou por acontecimentos políticos relevantes (Peterson, 1990) e pelo próprio comportamento eleitoral, que reciprocamente é também reforçado (Schmitt, 1994).

4.2. A mobilização / desmobilização para a participação política

4.2.1.O conceito de participação política

Embora sujeito a alguma discussão académica, pode entender-se participação política como o conjunto de actividades voluntárias mediante as quais os membros de determinada comunidade contribuem para a tomada de decisões, e directa ou indirectamente, participam na formação da política pública, compreendendo desta forma desde as meras conversas políticas até à intensa actividade de militante num partido político (Cruz, 1995b). Trata-se assim de acções dos cidadãos com a pretensão de influenciar ou suportar o poder instituído, mas também de outras acções que não intervindo directamente na vida política constituem uma forma de manifestação política pessoal, podendo desta advir alguma influência política indirecta. Verba, Nie & Kim têm uma visão mais limitada reconhecendo apenas as primeiras actividades como actividades de participação política efectivas, contemplando assim a participação política – “legal activities by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection of governmental personal and / or the actions they take” (Verba, Nie & Kim; 1978: 46). Para estes autores estas actividades são determinadas pelos recursos e motivação individuais.

Interessa na presente pesquisa, essencialmente, o âmbito da participação que diz respeito ao desempenho activo dos cidadãos com vista a influenciar os *outputs* políticos, considerando-se no entanto relevante contemplar a discussão política como uma forma de expressão política e de eventual forma de influência política indirecta.

À semelhança do preconizado por alguns autores clássicos no domínio da política, tais como Aristóteles (1990), Rousseau (1973) ou Stuart Mill (1983)¹⁷, nas democracias ocidentais modernas, a participação política tem sido vista como dever cívico, sinal de saúde pública e como o melhor mecanismo de assegurar a salvaguarda dos interesses individuais. Genericamente, a participação na vida política pode ser considerada um bom indicador da democraticidade governativa, embora um excesso na intensidade dessa participação possa significar uma manifestação de crise política. Como preconizado por Almond e Verba (1989) no modelo da “Cultura Cívica”¹⁸, a homeostase do sistema democrático deve assentar num equilíbrio de opostos, no equilíbrio entre a participação dos activistas e a passividade dos não-activistas.

4.2.2. Tipologias da participação política

Sobre a problemática das variáveis que mais significativamente intervêm na oscilação dos níveis e tipos de participação, Braga da Cruz argumenta que “a participação é função não só da *integração* e da *mobilização política*, como também da *informação* e do *interesse político*” (1995b: 340). Este autor aponta uma classificação dos comportamentos participativos em função das variáveis que lhe estão subjacentes de que resultam as seguintes categorias (1995b):

- Participação alienada – resulta da conjugação da efectiva integração do individuo no sistema político com a ausência de informação, sendo denominada de *alienada* porque é em simultâneo eficaz e inconsciente;
- Apatia – reporta-se à ausência de integração associada à informação política, conduzindo a uma abstenção consciente e voluntária;

¹⁷ O contributo deste autores foi abordado, respectivamente em 2.1.2., 2.1.5. e 2.2.1..

¹⁸ Abordado em 3.2.3..

- A participação legítima – deverá decorrer da constatação simultânea de informação e de integração;
- A marginalização – situa-se no oposto desta última, representa a ausência conjunta de integração e de informação.

Esta classificação categoriza os tipos de participação em função de duas variáveis: a integração no sistema político e o domínio da informação política, possibilitando assim definir níveis de envolvimento e eficácia política.

A tipologia de participação política sugerida inicialmente por Milbrath & Goel (1982), e que Dowse & Hughes (1986) adoptam, é uma tipologia que hierarquiza os níveis de participação de acordo com o grau de envolvimento. A participação em níveis superiores pressupõe a capacidade para participar nos níveis inferiores, de acordo com uma lógica de progresso do envolvimento na actividade política intrínseca a esta tipologia. De acordo com o tipo de actividade desenvolvida, a tipologia é constituída pelas seguintes categorias, definidas de acordo com um crescente envolvimento político:

- Apáticos – não têm qualquer intervenção política;
- *Spectator activities* – desenvolvem actividades que não exigem muito envolvimento, tais como usar símbolos de identificação política, tentar persuadir os outros para votar, votar, expor-se aos estímulos políticos ou iniciar uma discussão política;
- *Transitional activities* – compreendem actividades como o frequentar reuniões políticas, contribuir monetariamente para questões de ordem política, ou contactar um líder político ou representante do governo;
- *Gladiatorial activities* – engloba o desempenhar ou ser candidato a um cargo político, angariar fundos para um partido político, contribuir com tempo para a campanha eleitoral, ou participar em reuniões políticas estratégicas.

Esta tipologia diverge da preconizada por Verba, Nie & Kim (1978), na medida em que estes autores defendiam a existência de tipos diferentes de especialização independentes em actividades políticas: os passivos, os só que votam, os que tratam apenas de assuntos

locais, os que tratam apenas de assuntos pessoais, os que fazem apenas campanha eleitoral e os activistas que trabalham em todo o campo da política. É precisamente esta especialização e independência entre categorias que Dowse & Hughes (1986) criticam. Estes últimos autores divergem ainda dos primeiros relativamente a duas actividades em particular: a discussão de assuntos políticos e a persuasão de outros no sentido de os convencer a agir ou pensar de determinado modo quanto a questões políticas. Estas acções constituem para Dowse & Hughes (1986) formas de participação política na medida em que visam influenciar a política mesmo que indirectamente, em concordância com a definição do conceito apontada inicialmente, e em oposição ao preconizado por Verba, Nie & Kim (1978).

Maurice Duverger (1983), à semelhança destes últimos autores, propõe uma tipologia composta de quatro grupos: o estrato apolítico, o estrato político, os *power-seekers* e os poderosos.

Com base nos contributos destes autores, apresenta-se no esquema nº4.4. uma tipologia de participação política organizada em quatro grandes patamares.

Os membros do estrato político constituem um todo heterogéneo, não só em termos de intensidade de participação, como também na modalidade em que incide a respectiva participação.

Tal como referido anteriormente, tendencialmente, os indivíduos que mostram muito interesse nos assuntos políticos, que se preocupam e informam acerca da política e participam nos assuntos públicos, aliás, os que se classificam numa das duas últimas categorias de actividade do esquema anterior, constituem actualmente apenas uma escassa minoria na generalidade dos sistemas políticos.

Esquema nº4.4. Estratos da actividade política

Níveis de actividade		Acções que implica
ESTRATO APOLÍTICO	Os apáticos	Indiferença face às questões políticas
ESTRATO POLÍTICO	Os espectadores (trocar ideias e votar)	Usar símbolos de identificação política Tentar persuadir os outros a votar ou a aceitar as suas opiniões políticas Votar Discutir assuntos políticos Expor-se aos estímulos políticos
	Os participantes (pertença a associações organizadas)	Frequentar reuniões políticas Contribuir monetariamente para questões de ordem política Contactar um líder político ou representante do governo Fazer campanha eleitoral Tratar de assuntos locais
	Os activistas (trabalho e intervenção em associações organizadas)	Desempenhar ou ser candidato a um cargo político Angariar fundos para um partido político Contribuir com tempo para campanhas eleitorais Participar em reuniões políticas estratégicas

Fonte: Baseado em Verba, Nie & Kim (1978), Milbrath & Goel (1982), Maurice Duverger (1983), Dowse & Hughes (1986) e Manuel Braga da Cruz (1995a).

Nas modernas sociedades industrializadas e desde a década de 60, se por um lado se assiste a um decréscimo contínuo, gradual e generalizado, das formas de participação convencional e em especial do voto, por outro lado e em simultâneo, presencia-se a emergência de novas e mais intensas formas de participação política não convencional (Inglehart, 1988; Montero & Torcal, 1992, 1994; Lijphart, 1997).

Integrada na participação efectiva impõe-se uma outra classificação – a do tipo de participação em função do socialmente instituído, de que resulta a dicotomia: participação convencional e participação não convencional. Com base em contributos de diversos autores (Peterson, 1990; Montero & Torcal, 1992, 1994, Brady, 1999) construiu-se a seguinte tipologia bidimensional:

Esquema nº4.5. Modalidades de participação política convencional e não convencional¹⁹

PARTICIPAÇÃO CONVENCIONAL	PARTICIPAÇÃO NÃO CONVENCIONAL
Acções:	Acções:
Voto	Petições
Contactar funcionários públicos	Participar numa manifestação ou demonstração de protesto
Pertença a organizações / partidos políticos	Boicotes
Frequentar reuniões políticas	Recusar pagamentos de impostos
Contribuir com tempo ou dinheiro numa campanha	Ocupar edifícios
Trabalhar com outros no âmbito de um interesse comum	Bloquear o tráfego
	Destruir a propriedade de alguém
	Acções de violência física e terrorismo

Fonte: Baseado em Steven Peterson (1990), Montero & Torcal (1992, 1994) e Henry Brady (1999).

Elevados níveis de educação, de rendimento, de *status* social, assim como de sentimento de pertença comunitário estão na razão de maiores índices de participação política, convencional ou não convencional.

As actividades que a participação não convencional envolve, para além de informarem sobre a actividade de participação política em geral, indicam a predisposição de o indivíduo romper com os padrões de participação institucionalizados e a capacidade de se envolver em actividades que pressupõem uma atitude de protesto, compreendendo alguma violência psicológica e mesmo, eventualmente, física. São os indivíduos que adoptam mais significativamente valores pós-materialistas aqueles que apresentam abertura para a prática destas actividades de participação (Montero & Torcal, 1992, 1994). Peterson (1990) indica igualmente que as modalidades de participação política não convencional estão associadas a algumas variáveis específicas, tais como a níveis de envolvimento político mais elevados, de sentimento de eficácia política, e a uma expressiva tendência para a prossecução de valores pós-materialistas.

¹⁹ Note-se que esta classificação se refere às sociedades modernas ocidentais, apesar de estarmos cientes de que o posicionamento dos tipos de participação poderá mudar de dimensão numa outra sociedade e cultura.

4.2.3. Indutores da mobilização / desmobilização para a participação

Actualmente é difícil observarem-se elevados níveis de participação política e interesse, à excepção dos momentos eleitorais. “The following generalization is probably very near a universal law in politics: in all democratic countries voter turn-out is usually above 70 per cent in general elections, while more strenuous forms of participation fall below 1-2 per cent” (Dowse & Hughes, 1986: 284/5). Porém, e apesar de os actos eleitorais mobilizarem uma grande percentagem da população, tendem a perder gradualmente importância junto do eleitorado, à medida que a abstenção tem cada vez uma relevância maior.

Pesquisas realizadas nas últimas décadas sobre o comportamento político (Rokkan, 1970; Milbrath & Goel, 1982; Brady, 1999) concluíram que o cidadão comum não investe nem muito tempo, nem esforço, nem reflexão no que respeita à participação política, quer seja em termos convencionais, como é o caso do voto, quer seja em outros menos convencionais. E como poderia ser de outra forma se o cidadão comum se deixa envolver por tantos outros assuntos que considera prioritários, quer no trabalho, quer em casa? De facto, as preocupações primárias dos indivíduos envolvem as relações familiares, de amizade e laborais, não reconhecendo a generalidade dos indivíduos a possibilidade de melhoria das condições de vida decorrente de uma intervenção junto dos poderes políticos.

Sobre o problema da participação Michel Crozier afirma – “la participation est une affaire trop sérieuse pour être laissée aux idéologues et aux politiques” (Crozier, 1970: 78). Este autor preconiza para a França da década de 70 a modificação das instituições e dos modos de acção para uma consciencialização e responsabilização dos cidadãos dos seus próprios interesses e problemas, de forma a estimular a participação política generalizada.

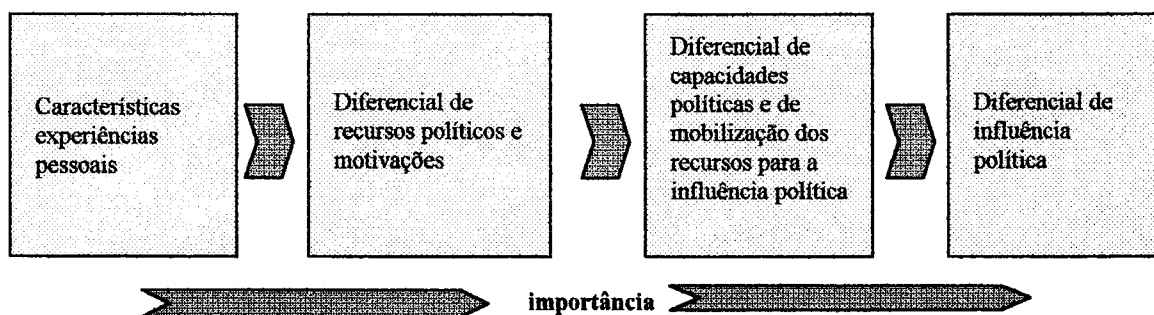
A mobilização para a participação concretiza-se atingindo a afectividade individual, conquistando-a para as causas políticas, porém torna-se indesejável quando aliena e aprisiona o indivíduo. “Il n’y a pas, dans le monde moderne, de participation acceptable qui ne repose sur un modèle conscient et rationnel. Conscient, car c’est seulement dans la mesure où nous sommes conscients que la participation peut avoir un sens vraiment

humain; rationnel, car c'est seulement dans le monde du rationnel que nous pouvons échapper à la manipulation" (Crozier; 1970: 81). Para além da exigência da transformação das instituições políticas, esta participação racional e consciente requer especialmente o autodesenvolvimento individual. A participação na perspectiva defendida por Crozier só se torna possível se o cidadão se tornar progressivamente mais exigente, mais livre e com maior responsabilidade colectiva. "L'homme moderne devient plus libre, plus capable d'engagement conscient. Certes il s'agit d'une liberté qui cesse d'être sauvegarde contre autrui pour devenir capacité de changer, de jouer, au sein d'une structure sociale de plus en plus complexe. (...) Nous sommes de moins en moins limités par notre condition sociale, et les plus humbles d'entre nous jouissent de possibilités de choix qui ne s'offraient pas à eux autrefois" (Crozier; 1970: 88). Também Philip Cerny preconiza esta nova vivência da cidadania, sublinhando que os cidadãos têm vindo a subestimar o seu poder potencial, os seus recursos e a sua posição estratégica para intervir na sociedade e na vida política. "Their bounded rationality, when combined with their pre-existing understandings of the structured nature of power (...) channels their interpretation of particular situations and conjunctures, even sometimes paralysing them through a dread of defeat and the worsening of an already bad situation" (Cerny, 1990: 183).

Os processos através dos quais os indivíduos ou os grupos são mobilizados para a actividade política estão dependentes dos recursos e motivações desses indivíduos ou grupos (Dahl, 1963; Verba, Nie & Kim, 1978).

No que respeita aos recursos e tomando como exemplo o conhecimento enquanto recurso político, este decorre em grande medida do acesso ao ensino e à formação individual, cuja distribuição não está uniformizada na generalidade das sociedades. Os factores responsáveis pela mobilização política estão profundamente inter-relacionados, como se pode verificar no esquema seguinte:

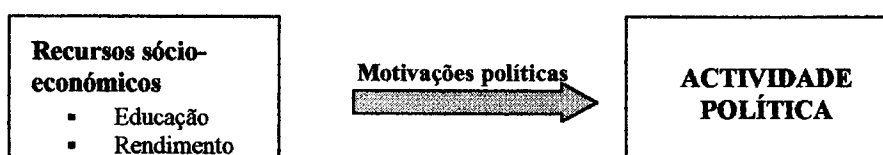
Esquema nº4.6. Importância mobilizadora / desmobilizadora dos factores na participação política



Fonte: Robert Dahl (1963:32).

Relativamente às motivações individuais, estas centram-se num conjunto de atitudes cívicas estimulantes da actividade política, tais como: crença na sua própria eficácia política, interesse ou envolvimento generalizado pelos assuntos políticos, informação sobre política e sentido de obrigação em ser politicamente activo. A pertença a um estrato sócio-económico mais elevado implica uma maior motivação individual, face a uma maior disponibilidade de recursos materiais, prestígio ou capacidade política para dar sequência às reivindicações. “Education, wealth, and high-status occupation – the usual components of upper status – provide the resources that individuals can convert into political activity” (Verba, Nie & Kim; 1978: 11)

Esquema nº4.7. Processo de mobilização para a actividade política



Fonte: Baseado em Verba, Nie & Kim (1978).

Desta forma os recursos sócio-económicos viabilizam a concretização da actividade política, face a uma predisposição pessoal pré-existente. Para Verba, Nie & Kim (1978), a motivação associada à mobilização do indivíduo ou grupo tem como móbil a preferência por políticas relevantes para a categoria social de que é membro. A participação política envolve assim a consciência de pertença a determinada categoria social, assim como a percepção da forma como o governo pode prejudicar ou beneficiar

o indivíduo ou grupo. O recurso relevante neste caso é a organização da categoria social, quer seja em associação, quer seja em partido político. É com base nesta ideia que Jürgen Habermas (1996) defende que a garantia de liberdade de associação é factor de suporte à participação dos cidadãos na esfera política pública, assegurando-se assim que determinadas reivindicações ganhem uma expressão junto do poder central que de outra forma não conseguiriam.

A consciencialização dos interesses em comum e a subsequente organização do grupo anula o efeito das variáveis sócio-económicas ao nível individual, afectando o nível da actividade política individual. Daqui decorre geralmente um acréscimo do nível de participação do grupo por comparação à participação esperada com base nas características individuais dos seus membros.

Este processo de mobilização através do grupo favorece particularmente os estratos inferiores da sociedade, porque (Verba, Nie & Kim, 1978):

- Por um lado, os indivíduos dos estratos mais elevados dispõem à partida dos recursos e motivação, não tendo necessidade de pertencer a um grupo para registarem uma participação desproporcionada, e
- Por outro lado, os indivíduos dos estratos mais baixos necessitam de um processo de mobilização política baseado no grupo de forma a desenvolver uma consciência ideológica que os motive, e a dispor de uma organização como recurso.

A pertença a um grupo é, assim, mais determinante da actividade política do que a disponibilidade de motivações e recursos individuais.

Tal como apresentado no ponto 3.3.2., Ronald Inglehart (1977; 1993), com base na observação de um conjunto de aspectos determinantes dos níveis de participação política durante a década de 80, considera estarem reunidas as condições para a ocorrência de um acréscimo acentuado dos mesmos. A ideia do surgimento de uma nova e mais expressiva participação na sociedade pós-industrial suporta-se em três motivos principais que derivam do desenvolvimento económico:

- Melhoria da capacidade de participação dos cidadãos em virtude de mais elevados níveis de educação, facilitadores da acessibilidade à formação política;
- Alargamento da participação política à população feminina;
- Alteração gradual da prioridade de valores – de materialistas a pós-materialistas, face ao assegurar da segurança económica e física.

Contudo, na generalidade das sociedades pós-industriais a participação política tem vindo continuamente a descer. Tal sucede, de acordo com o autor, porque os efeitos dos motivos apontados não são imediatos mas prolongados no tempo; o que está de facto crescendo nestas sociedades é o potencial de acção política. Em particular, a significância que o nível educativo tem no reforço da capacidade individual para sustentar discussões políticas leva a supor que à medida que se verifique a substituição das gerações menos instruídas pelas mais instruídas, o nível de politicização tenderá a elevar-se expressivamente (Inglehart, 1993).

A visão, algo idealizada, de Inglehart confronta-se com outras que se lhe opõem, na medida em que afirmam a existência de mecanismos subjacentes ao envolvimento e predisposição para participar nos assuntos políticos estreitamente relacionados com factores de outra ordem diversa da apontada por aquele autor. Aqueles factores assentam na asserção de que a actividade política, no seu imediato, é directa e racionalmente mobilizada pela avaliação dos custos relativamente aos benefícios que o indivíduo espera retirar, directa ou indirectamente, da mesma (Benn, 1979; Duverger, 1983). Maurice Duverger classifica os benefícios em gratificações directas, se advêm da actividade em si (pex. a consciência de realização da sua obrigação enquanto cidadão, o reforço da auto-estima pelo contacto com pessoas relevantes ou o acesso a informação junto da fonte, a excitação causada pelo jogo político, entre outros), e em gratificações instrumentais, se ocorrem enquanto consequência da actividade (pex. benefícios que favorecem um indivíduo em particular tais como a oferta de um emprego, o pagamento por serviços prestados; ou benefícios que advenham de decisões governamentais favoráveis)²⁰.

²⁰ Esta justificativa do comportamento individual situa-se na posição diametralmente oposta à da “Cultura Cívica” (Almond & Verba, 1989) apologizada na tese de Montesquieu (1965) sobre o cidadão

Robert Dahl (1963) acresce a estes factores explicativos da participação política o facto de o envolvimento nas actividades políticas estar ainda relacionado com outros factores dependentes da percepção individual relativamente ao funcionamento do sistema político:

- A percepção de falta de alternativas políticas e o conseqüente desinteresse que decorre desta limitação;
- A percepção de que a participação é dispensável na medida em que o *output* do sistema é potencialmente satisfatório;
- A percepção de limitação pessoal no que respeita ao domínio de informação e conhecimentos para agir eficazmente.

Verificou-se ainda que o sexo está relacionado com a mobilização política, verificando-se que os homens são mais activos do que as mulheres, disparidade que é tanto mais notória quanto maior a complexidade da actividade política (Verba, Nie & Kim, 1978). Procura-se explicar este aspecto através da constatação de uma maior participação dos homens em outras organizações com algum cariz político (pex. os sindicatos), o que poderá ser impulsor de uma maior participação política. “Men outparticipate women, even at similar levels of institutional affiliation” (Verba, Nie & Kim; 1978: 250), assim como, perante o mesmo nível de recursos sócio-económicos, as mulheres não dispõem da mesma capacidade que os homens para os converter em actividade política, sendo esta situação explicada por quatro factores:

- Menor grau de instrução e filiação institucional das mulheres;
- A filiação institucional e os recursos individuais beneficiam menos as mulheres;
- As mulheres têm maior dificuldade em converter os recursos em actividade;
- Nos actos mais simples, como o voto, as mulheres aproximam-se dos homens.

Porém, e tal como veremos seguidamente no caso do comportamento eleitoral, as mulheres, à medida que conquistam posições na educação e no trabalho antes exclusivas

democrático ou na do alcance da vontade geral de Rousseau (1973), que, por oposição, perseguem fins absolutamente não hedonistas (respectivamente em 3.2., 2.1.4. e 2.1.5.).

dos homens, tendem a equiparar-se-lhe no que respeita ao envolvimento em actividades políticas. “Women, as is the case with men, are likely to be more active as they gain education, join organization, and enter the labour force” (Verba, Nie & Kim; 1978: 267).

Outras variáveis intervêm ainda de forma significativa na determinação do comportamento político, como a raça, a religião, o grupo étnico e a região em que se está integrado (Verba, Nie & Kim, 1978). Estas podem mesmo ser mais determinantes do que o nível de recursos sócio-económicos no caso de comportarem uma significativa clivagem social.

A mobilização / desmobilização para o envolvimento político parece assim decorrer de factores relacionados com a disponibilidade pessoal, com o nível sócio-económico e educacional e a vivência social que proporcionam, assim como com a racionalização do acto de participar e com a percepção face ao funcionamento do sistema político, podendo ainda interferir outras variáveis de natureza diversa, cuja importância se centra na capacidade de segmentação política de que são capazes.

4.2.4. O Envolvimento na vida política

O interesse e a informação sobre assuntos políticos constituem uma outra orientação política, genericamente designada por envolvimento político. “With greater involvement goes increased likelihood of a person participating in politics” (Peterson; 1990: 21). Trata-se de um pressuposto fundamental da participação na vida política, fazendo variar directamente a intensidade e a frequência com que são exigidas informações e respostas ao governo e líderes políticos.

Os indicadores habitualmente usados para medir o envolvimento político e com capacidade de identificar sentimentos positivos e de proximidade, ou negativos e de rejeição, relativamente à política são (Montero, Gunther & Torcal, 1997):

- O interesse político subjectivo, definido pelo grau de curiosidade do cidadão sobre a política;

- A frequência de discussão política, corresponde a um comportamento revelador de interesse sendo uma forma de participação política informal.

A propensão para o envolvimento na política está fortemente condicionada pela retribuição esperada desse envolvimento, comparativamente com o que sucede com o envolvimento em outras actividades. Alguns autores partilham a ideia de que a tendência para o bloqueio da participação reside numa inegável preferência de muitos indivíduos pela tradição da fidelidade passiva e pela segurança ao invés da actividade. Jürgen Habermas (1990) concretizou esta ideia no conceito *civic privatism* que designa um mecanismo que, suportando-se na abstinência política, a combina com uma orientação individual para objectivos privados, tais como a carreira profissional, o lazer ou o consumo, legitimando passivamente o sistema político. Numa perspectiva similar, Peterson (1990) apologiza que é a tensão causada por problemas pessoais que tem efeitos despoliticizantes, na medida em que os indivíduos são forçados a concentrar esforços no solucionamento destas questões privadas, tendendo a afastar-se assim dos assuntos políticos.

Reafirmando as teses de Almond & Verba (1989) e de Inglehart (1977) sobre a clivagem política entre gerações que viveram períodos de privações e outras que só experimentaram tempos de abundância, Jean Chesneaux, num estudo realizado sobre jovens franceses no início da década de 80, concluiu pelo maior envolvimento dos jovens em questões relativas à família, ao trabalho ou ao amor, e no pólo oposto, surgem os temas em que estes apresentam menor envolvimento: a política, a pátria, o sindicalismo, o exército e a revolução. Este autor atribui ainda ao desenvolvimento tecnológico pluridireccional, e mais em concreto à difusão dos *mass media*, um peso preponderante no gerar da passividade política dos jovens, o que, associado a uma vivência pacífica e economicamente abastada, leva o autor a afirmar - “plutôt que «dépolitisés», les jeunes sont non politisés” (Chesneaux, 1983: 147).

Dowse & Hughes (1986) consideram que, para uma ampla maioria dos indivíduos, as atitudes ou opiniões que têm sobre política têm apenas um escasso conteúdo cognitivo e a política assume apenas uma relevância limitada para os mesmos, o que significa que mesmo quando há lugar ao debate de ideias e à participação, muitas das vezes tal sucede de forma desprovida de conteúdo cognitivo à cerca da realidade política.

A prioridade dada aos assuntos pessoais, associada à ausência de uma consciência de responsabilidade cívica suficientemente desenvolvida estão na razão dos baixos índices de envolvimento político das sociedades modernas. Tal sucede em virtude de os meios de satisfação imediata e concreta das necessidades pessoais dos indivíduos assentarem em âmbitos exteriores ao político, ou apenas indirectamente dependentes deste, não requerendo portanto qualquer envolvimento a este nível.

Em suma, os mais envolvidos politicamente são os homens, os mais idosos, os mais educados e os de nível sócio-económico mais elevado, os que têm maior participação no local de trabalho, os provenientes do meio urbano, correspondendo também a este perfil os que mais se expõem aos meios de comunicação social (Lazarsfeld et al., 1969; Verba, Nie & Kim, 1978).

Sobre o menor interesse e envolvimento político das mulheres, Peterson (1990), Dowse & Hughes (1986) justificam-o em virtude de uma socialização mais a-política do que os homens, que as levam a desempenhar uma série de papéis extra-políticos afastando-as da esfera política.

De acordo com Paul Lazarsfeld e outros autores (1969), a baixa condição sócio-económica corresponde à existência de um escasso leque de interesses face aos assuntos políticos, cuja tendência é desaparecerem em resultado de repetidos fracassos na prossecução de tais interesses. Por outro lado, a educação formal é considerada por muitos autores como o principal factor estimulante do interesse político (Campbell, 1977), estreitamente correlacionado com a condição sócio-económica. Assim, é de esperar que indivíduos com um elevado nível sócio-económico e educativo demonstrem um mais expressivo interesse pelas eleições e outros assuntos de carácter político do que aqueles que detêm níveis inferiores relativamente às duas variáveis (Lazarsfeld et al., 1969).

Relativamente à vivência em meio urbano refiram-se as conclusões alcançados por Angus Campbell (1977): as populações urbanas têm um envolvimento político mais elevado, o que está relacionado com o número de grupos e organizações a que pertencem, ao inverso do que sucede em áreas não-urbanas em que a possibilidade de

pertencer a um elevado número de associações ou organizações é bastante mais limitado. A intensa rede de contactos que se estabelece com maior facilidade no meio urbano está na origem de um maior envolvimento político: vizinhos, grupos de trabalho, sindicato, organização política local, entre outros. Acresce ainda o facto de alguns destes grupos possuírem, necessariamente, alguma relevância política e poderem actuar como agentes estimuladores da participação. Há assim uma significativa tendência para encontrar pessoas mais interessadas nas áreas urbanas do que nas não urbanas (Lazarsfeld et al., 1969).

Nas sociedades modernas industrializadas o nível de informação é veiculado, em grande medida, pelos meios de comunicação social. “What happens in media campaigns is that the general level of awareness and of information about the subject increases, but that deeply held political or social attitudes either do not change or change only very slightly” (Dowse & Hughes, 1986: 255). De facto, Lazarsfeld e outros autores referem que os indivíduos mais interessados na política são também aqueles que detêm opiniões formadas sobre os assuntos. Os indivíduos que estão decididos em que candidato vão votar são aqueles que seguem mais atentamente a informação veiculada a propósito da campanha eleitoral. Os indivíduos que a campanha eleitoral realmente pretende atingir – os indecisos – são os que menor atenção dispensam à propaganda eleitoral, precisamente porque têm menor interesse no assunto (Lazarsfeld et al., 1969).

Apesar da grande influência na formação da opinião pública introduzida pela difusão dos meios de comunicação social a larga escala, de acordo com análises realizadas por Gabriel Almond (1989) em finais dos anos 50, a informação e discussão com outras pessoas detém um maior poder de influência do que a exposição aos meios de comunicação.

Os pós-materialistas estão genericamente mais interessados nos assuntos públicos na sua globalidade do que os materialistas, compreendendo assim não apenas a vida política em específico, mas também problemas sociais, a protecção ambiental, o desenvolvimento científico, por exemplo. Os materialistas concentram-se mais em torno da vida privada e familiar, negligenciado a esfera política (Gabriel & Deth, 1995).

Dentro das orientações políticas negativas José Ramón Montero em conjunto com outros autores (Montero, Gunther & Torcal, 1997) referem um fenómeno particularmente importante na análise da cultura política – o de desafecção. Este conceito traduz o afastamento e o desinteresse dos indivíduos face aos sistemas políticos, incluindo sentimentos de ineficácia, desconfiança, distância, separação, impotência, frustração, rejeição, hostilidade, alienação. Esta variável é mensurável mediante a análise de indicadores como: o nível de interesse por assuntos políticos, a dificuldade de compreender os assuntos políticos, a crença de que os políticos não se interessam sobre as opiniões e preferências dos cidadãos, satisfação com o sistema político, com os partidos políticos e com o governo, ou o sentimento de incapacidade de influir junto do governo. Este fenómeno é distinto do de insatisfação política na medida em que é definido pelos autores da seguinte forma - “political dissatisfaction may be considered to be the result of the divergence between generally positive values towards the political system, and the negative perceptions of the way it actually functions; in contrast, political disaffection would reflect the content of a distrust and suspicious vision of all human relations acquired at an early stage of the socialization process, with mixed perceptions of the political realm” (Montero, Gunther & Torcal, 1997: 137). Assim, apesar de alguma proximidade, os conceitos afastam-se na medida em que a insatisfação pode ser entendida como um fenómeno temporário resultante de determinada conjuntura política, sendo a desafecção de carácter cultural e portanto, bastante mais difícil de se inverter.

A desafecção e a insatisfação estão também intimamente relacionadas com o sentimento de eficácia política (Montero, Gunther & Torcal, 1997), conceito proposto por Almond & Verba (1989) e Inglehart (1977), no que respeita à sua dimensão interna (crença na própria competência política do cidadão para compreender e participar nas decisões políticas), e à sua dimensão externa (crença na resposta das autoridades governamentais e instituições relativamente às exigências dos cidadãos). Aqueles indicadores estão ainda, tendencialmente, relacionados com a incompetência política subjectiva, a passividade, o desinteresse e a desinformação políticos, e por conseguinte, com a apatia e baixa participação política. A este conjunto de indicadores de desafecção política Montero (1992: 25) designa *síndrome de alienação política*.

Considerando que são os pós-materialistas os politicamente mais insatisfeitos e atendendo à previsão de acréscimo contínuo e acentuado do seu número (Inglehart,

1977, 1993, 1998) este estado de desinteresse, pessimismo e insatisfação relativamente ao sistema político poderá afectar o suporte de legitimidade desse mesmo sistema (Gabriel, 1995). Apesar de os pós-materialistas serem os mais interessados, politicamente mais competentes, contestatários e simultaneamente descrentes no sistema político, a sua influência é diminuída face a uma representação numérica significativamente inferior à dos materialistas.

Um trabalho realizado no início da década de 90 sobre valores e identidade cultural em Portugal, sob a coordenação de Luís de França (1993), revelou que Portugal apresenta valores bastantes inferiores à média europeia no que diz respeito à discussão de assuntos políticos e à tentativa de convencer outras pessoas dos pontos de vista pessoais²¹ (Santos & Dias; 1993). Sobre os que desenvolvem estas actividades, o mesmo trabalho aponta para que “o perfil dos que afirmam discutir frequentemente política com os amigos, parentes ou colegas seria o de um homem, empregado, de *status*, rendimento, classe sócio-profissional e nível de instrução elevados, habitando num meio urbano (...) solteiro, não religioso e situando-se mais à esquerda no espectro político” (Santos & Dias; 1993: 58).

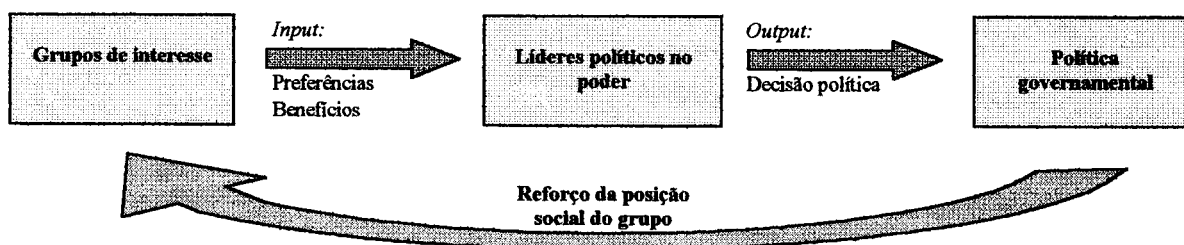
4.2.5. Sobre a natureza do diferencial de participação

A premissa de base de Verba, Nie & Kim (1978) sobre o diferencial de índices de participação entre os indivíduos é a de que, mesmo em sistemas políticos democráticos apologistas da igualdade de participação de todos os cidadãos mediante o sufrágio universal, se regista uma notória desigualdade de influência exercida pelos cidadãos. Os autores intentam explicar esta desigualdade relacionando-a com outra de nível sócio-económico. A variável constituída pelos recursos sócio-económicos à disposição dos cidadãos, concebida pelos autores a partir de dois indicadores - o rendimento familiar e o nível educacional - explica a capacidade para o desempenho de actividade e influência política. “As citizens convert such resources into political influence, political inequality

²¹ Inglehart (1993) indica Portugal como um dos países europeus que apresenta valores mais baixos relativamente à frequência de discussão política entre os indivíduos, juntamente com Espanha e Itália.

appears” (Verba, Nie & Kim; 1978: 1). Ou seja, o sistema de estratificação sócio-económica repercute-se no de estratificação política, e este, por sua vez, reforça o primeiro num processo repetido e segregador. É a natureza dos partidos políticos e o tipo de partido político no poder, e não a natureza do sistema político em si, que influem e determinam a existência de uma política redistributiva, promotora da igualdade social (Verba, Nie & Kim; 1978). Esquemáticamente:

Esquema nº4.8. Processo de participação / reforço social



Fonte: Baseado em Verba, Nie & Kim (1978) e Peterson (1990).

Daqui decorre que os grupos de interesse oriundos dos estratos mais elevados da sociedade são os que mais intervêm e beneficiam das tomadas de decisão governamentais, reforçando desta forma a sua posição privilegiada relativamente aos outros grupos de estratos sócio-económicos inferiores.

Esta posição é sublinhada por Peterson que afirma - “those who participate most affect the agenda of decision makers (...) and can even have an impact on government decisions” (Peterson, 1990: 50). Relativamente a esta perspectiva Peterson alerta para a possibilidade de um enviesamento perverso da participação, considerando que a manifestação da vontade dos que participam não corresponde à vontade da maioria e que os primeiros são aqueles que menos motivos aparentam ter para reivindicar. “If leaders pay attention to those who participate, they would underplay the intensity of the issue, since they would hear from those with fewer such problems” (Peterson, 1990: 34). Este autor acentua, assim, a mais valia em o poder instituído considerar a opinião pública ao

invés de dar resposta apenas aos que participam, contornando a possibilidade de desrespeitar gravemente a vontade geral.

Peterson (1990) acrescenta outra variável explicativa da participação política – a definição e compreensão das instituições quotidianas enquanto políticas. A capacidade de observar manifestações de política decorrendo em contextos exteriores ao sistema político, relacionada com maiores níveis de educação e rendimento, poderá assim significar uma maior politicização destes indivíduos.

Milbrath & Goel (1982) avançam com a explicação do diferencial de participação política com base na dimensão centro-periferia no que respeita às condições sócio-económicas, argumentação esta complementar à de Verba, Nie & Kim.

Os indivíduos próximos do centro ocupam um espaço que os relaciona com a rede de comunicações inerentes às decisões políticas de uma sociedade: a intensidade comunicativa é superior comparativamente à periferia, os níveis de interacção social e a pertença e actividade em diversas organizações é também superior. Neste ambiente há mais estímulos à participação política e as oportunidades e facilidades para que ocorra são igualmente maiores. “Persons near the centre of society are more likely to participate in politics than persons near the periphery” (Milbrath & Goel, 1982: 89) e são os indivíduos de nível sócio-económico mais baixo os que se situam normalmente na periferia, conquanto os de mais elevado nível sócio-económico se encontram próximo do centro. “Their situation and personal backgrounds are at the political centre, whilst those not so well equipped are nearer the periphery where political communications are sparser among people less disposed to receive political communication” (Dowse & Hughes, 1986: 270). São assim as pessoas com um contexto sócio-económico mais favorável aquelas que dispõem de uma conjuntura que oferece maiores possibilidades de participação, uma vez que interagem mais frequentemente com os activistas, recebem mais estímulos políticos, e dispõem de maiores recursos: informação, capacidade e competência. Os índices mais elevados de participação que tendencialmente estas pessoas apresentam é mais evidente nas actividades de participação que envolvem maiores esforços e capacidades.

É pois inegável que os recursos e as oportunidades de participação não estão equitativamente distribuídos, sobretudo se tivermos em consideração as variáveis sócio-económicas. De facto, e tal definido por Verba, Nie & Kim (1978), a variável mais determinante das diferenças de participação parece ser o nível sócio-económico²².

Como se tem vindo a observar, o nível de educação actua como importante factor de variância da participação, em particular nos níveis mais exigentes. Tal sucede devido a um conjunto de requisitos passíveis de ser reunidos pelos indivíduos com mais elevados níveis de educação (Milbrath & Goel, 1982; Almond & Verba, 1989). Estes indivíduos:

- Usufuem geralmente de rendimentos mais elevados,
- Estão mais predispostos a exporem-se à informação veiculada pelos meios de comunicação social e a dedicar atenção a seguir os assuntos políticos, possuindo mais informação sobre o governo e a política em geral,
- Consequentemente, têm opiniões sobre um espectro mais largo de assuntos políticos;
- Estão mais predispostos a ser um membro (activo ou não) de uma organização;
- Tendem a sentir-se mais eficazes politicamente (capaz de influenciar o governo), a participar em discussões políticas, e a revelar confiança no seu ambiente social

²² De forma a solucionar a desigualdade de oportunidades de participação, estes autores (1978) avançam com a sugestão de uma intervenção governamental no sentido de impor tectos para a quantidade da actividade política individual. Alertam no entanto para o facto de estas medidas não invalidarem uma utilização diferencial destas oportunidades em função do estrato sócio-económico de pertença e, portanto, para o facto de ser complementarmente necessário um segundo tecto impondo limites mínimos de participação – “the floor under political activity would raise the activity level of those low on the resource and motivation scale to a level above that which they would ordinarily attain, and the ceiling on political activity would lower the activity rate of those high in motivation and resources” (Verba, Nie & Kim; 1978: 1). Porém, os próprios autores desacreditam parcialmente esta perspectiva na medida em que fazem depender a significância da participação política da voluntariedade do acto – a noção de participação democrática é incompatível com a participação compulsiva dos cidadãos. Assim, há-que aceitar que a participação política, mesmo em sistemas políticos democráticos, tende a ser naturalmente desigual.

À semelhança de alguns clássicos (Aristóteles, 1990; Montesquieu, 1965; Rousseau, 1973)²³, nas décadas de 30 e 40, Karl Mannheim (s.d., 1980, 1982.) profetizou a importância determinante da educação na vida política e social. Este autor explora o conceito de educação social enquanto gerador de personalidades equilibradas de espírito verdadeiramente democrático, como resposta à imperatividade do nascimento de um homem novo. Apostando na juventude para esta transformação humana, o autor considera que a própria estratégia educativa terá de ser reajustada por forma a estabelecer a base do funcionamento de uma sociedade democrática. Aliás, a educação deverá fornecer os elementos necessários ao desenvolvimento individual de uma capacidade de apreciação crítica dos valores sociais. A educação é, assim, concebida como uma necessidade que se estende da infância à idade adulta, com o propósito da formação da personalidade democrática e da preparação das virtudes cívicas, procurando-se assim formar cidadãos preocupados com os assuntos públicos e bem equipados para julgar os problemas da democracia. Porém, a importância da educação tem um não menor desempenho indirecto, na medida em que quanto maior o nível de instrução, maior a capacidade de influenciar politicamente, uma vez que dispõem de melhores contactos sociais e de melhor condição económica.

A importância da educação na formação de um cidadão mais consciente da sua cidadania tem vindo a ser sublinhada em trabalhos mais recentes. “If knowledge becomes the primary resource in the emerging information societies, levels of education, knowledge, and specialized expertise may develop as a principal dimension of social stratification and cleavage” (Flanagan & Dalton, 1990: 239).

Como afirmado anteriormente, o âmbito deste trabalho está delimitado à análise das variáveis sociais e culturais que afectam a participação política, não sendo pertinente o estudo de variáveis de carácter mais político, tal como a forma como as estruturas partidárias a podem afectar. Há no entanto que ter em consideração que o papel do Estado é determinante no que respeita à participação pública, tal como evidenciado por diversos autores, entre outros Philip Cerny (1989), Dowse & Hughes (1986). Do voto ao protesto, a actividade política é baseada na noção de liberdade individual, pelo que os

²³ Abordado em 2.1.2., 2.1.4. e 2.1.5., respectivamente.

processos estruturados pelo ou em relação ao Estado a podem contemplar e mesmo estimular (em regimes democráticos), ou limitar e aniquilar (em regimes totalitários). A este respeito Cerny lança um alerta sobre os Estados contemporâneos - “the paradox of the development of the modern state (...) is that the most salient and striking focus of political culture, the primary source of legitimacy, loyalty, and identity in modern society (...) is situated within the particular arena of state structuration which is often the most limited and constraint in its practical impact on the way that the state really works – on the *withinputs*, the structural biases, and clusters of games which determine policy outputs and political outcomes” (Cerny, 1990: 107).

Apoiando-se num conjunto de variáveis de carácter pessoal, tais como a saúde, o abuso sexual ou problemas de ansiedade, Peterson (1990) traça dois cenários sobre a evolução social, que revelam extrema simplicidade e linearidade. Um, mais optimista, perspectiva o caminhar para uma sociedade progressivamente mais saudável e economicamente próspera e que conduziria a uma maior participação política como consequência do bem-estar social dos seus cidadãos. Outro cenário supõe uma sociedade em decadência, cuja cadeia de consequências sociais culminaria no decréscimo da participação política. Recuperando a analogia à teoria maslowiana de Inglehart (1977), afirma que ao superarem as necessidades materiais e de segurança, os indivíduos ficam mais predispostos para a satisfação das necessidades pós-materialistas e consequentemente para o envolvimento político. O autor ressalva, no entanto, a possibilidade de, ao se alcançar condições sociais óptimas, o nível de satisfação gerado nos indivíduos conduza à anomia e à alienação políticas, ao invés de uma maior participação.

O desenvolvimento económico e social vivido pelas sociedades modernas, relativizando o espaço e o tempo, intensificou as relações sociais, facilitou o acesso à informação, promoveu a cultura e a informação políticas. Estes factores ao invés de estimularem a participação política, estão associados a uma crescente apatia política, que se observa a diversos níveis: o abstencionismo nas eleições, a diminuição da adesão aos partidos políticos enquanto outras associações crescem, o decréscimo do entusiasmo político mesmo ao nível dos líderes políticos, enfim, instala-se uma generalizada e crescente indiferença pelos assuntos políticos e, consequentemente o encaminhamento do interesse

dos indivíduos para outros domínios, em termos políticos manifestado pelo crescimento da participação não convencional (Gabriel, 1995).

Trata-se, no ponto seguinte, da apreciação da modalidade de participação política que aparenta mais evidentes indicadores de crise nas actuais sociedades ocidentais, apesar de, no contexto das formas de participação convencionais e não convencionais, indicar maior capacidade de mobilização dos cidadãos – o voto.

4.3. Tendências do comportamento eleitoral

No quadro da evolução das tendências recentes da participação política merece-nos destaque a evolução do comportamento eleitoral. Como enunciado no ponto anterior, a participação política nas sociedades ocidentais sofre actualmente pressões opostas: se por um lado, associadas à implantação dos valores pós-materialistas, surgem e ganham relevância formas de participação não convencionais, por outro, as modalidades de participação convencional têm vindo a perder gradualmente importância, designadamente a eleitoral. A abstenção é cada vez mais a principal e mais temível rival na concorrência partidária.

O direito de voto universal, elemento central na concepção da democracia representativa, possibilita mediante um acto simples, o voto, que todos os cidadãos tenham o direito e a oportunidade de registar a sua opinião e vontade sobre questões de natureza política local, nacional ou comunitária. Nos sistemas democráticos representativos, o voto é a via mais acessível e directa de influir no poder instituído. Enquanto as outras modalidades de participação política mobilizam apenas uma escassa minoria dos cidadãos, o que sucede indiferenciadamente tanto nas convencionais (como trabalhar com outros no âmbito de um interesse comum, ou contactar funcionários públicos) como nas não convencionais (como organizar ou participar em boicotes, manifestações ou petições), o voto é talvez a

via de participação mais democrática no sentido de constituir um meio mais aberto e mobilizador da generalidade da população.

A leitura do comportamento eleitoral não é, no entanto, apenas limitada ao jogo de vencedores e vencidos do teatro político. O voto é também perspectivado, como indicado por Milbrath & Goel, como um acto pelo qual os cidadãos afirmam a sua lealdade ao sistema, no sentido em que se sentem a cumprir um dever cívico enquanto membros da comunidade (Milbrath & Goel, 1982).

A par da simplicidade que envolve a sua manifestação, o voto é também a modalidade de participação política menos rica em termos de informação, como aliás ficou sublinhado na classificação dos tipos de participação política, comportando menor capacidade informativa, como Verba, Nie & Kim (1978) e Inglehart (1977) o reconhecem. “Voters are not asked to write on the ballot the concerns that bother them the most or the policy preferences they would like to see implemented. In fact, except with referenda and initiatives, people cannot express their concerns and issues preferences directly at all by means of the ballot” (Hershey, 1984: 261). Trata-se assim de uma actividade de participação política, cuja simplicidade e acessibilidade a torna relativamente menos interessante aos olhos do investigador. “If one expands one’s view of participation beyond the electoral process, one finds a richer and more variegated pattern of participation” (Verba, Nie & Kim; 1978: 61).

Sobre as actuais tendências verificadas no que diz respeito à expressão do comportamento eleitoral, nas sociedades avançadas, do conjunto de estudos analisados (entre os quais: Lazarsfeld, Berelson & Gaudet, 1969; Maria Weber, 1986; Rose, 1989; Rose & Mcallister, 1990), é possível apontarem-se as seguintes:

- Os homens votam mais frequentemente que as mulheres²⁴;

²⁴ Lazarsfeld, Berelson & Gaudet (1969) referem que o sexo é a única característica pessoal que afecta o voto. Para as mulheres, o não ter interesse nas eleições significa a inexistência de qualquer razão para votar. Relativamente aos homens, mesmo quando demonstram não ter interesse nas eleições, sentem-se compelidos a votar face a uma maior pressão social. Trata-se de uma justificação que cada vez menos se poderá aplicar à actual sociedade ocidental, em virtude da radical transformação dos papéis sociais, em especial da mulher. Maria Weber (1986) explica, ainda, o que considera ser a *apatia política feminina*

- Os casados mais do que os solteiros;
- Os indivíduos que pertencem a um estrato social mais elevado (maior rendimento e nível de educação) votam mais do que os que pertencem aos estratos sociais mais baixos;
- A participação no voto é mais expressiva nos grupos de idade mais elevados (entre os 35 e os 55 anos);
- Os membros de associações fazem maior uso do seu direito de voto do que os cidadãos não integrados em qualquer organização, nomeadamente no que se refere à filiação religiosa.

Pesquisas realizadas sobre o comportamento eleitoral permitem extrapolar a classificação da população eleitoral em cinco grandes categorias (Rose, 1989): os totalmente inactivos (nem tão pouco votam), os que apenas votam, os activistas comunitários (votam e tomam parte nas actividades comunitárias), os activistas de campanha (votam e tomam parte na actividade de campanha), e os totalmente activistas (votam, tomam parte nas campanhas eleitorais e nas actividades comunitárias).

Ainda a respeito do comportamento eleitoral será de esperar que quanto maior for o sentimento de pertença do eleitor relativamente a determinado partido político, maior a propensão para este votar nesse mesmo partido. Porém, é referido por José Maria Rodrigues da Silva (1994) que o enfraquecimento do poder de atracção ideológico se revela incapacitado para o gerar de consensos necessários à coesão social – apesar de se continuar a votar, o comportamento que lhe está implícito não espelha já pertença política, sendo agora formulado com base em experiências pessoais e na prossecução de objectivos específicos. De igual forma, na perspectiva de Inglehart (1977, 1988, 1993), a longo prazo as sociedades industriais mais avançadas deverão assistir a um declínio gradual nos níveis de lealdade e de identificação político-partidária.

pela diferenciação sexual dos papéis sociais, o baixo nível de instrução das gerações anteriores à massificação da escolarização e pela segregação ocupacional feminina na medida em que são atribuídos às mulheres os trabalhos menos qualificados.

A indiferença e a apatia políticas podem, no entanto, ser objecto de uma leitura positiva, se entendidas não como recusa do sistema, mas como impassibilidade satisfeita – “a apatia política não é de forma alguma um sintoma de crise de um sistema democrático mas, (...) um sinal da sua perfeita saúde” (Bobbio, 1997: 70). Porém, João Ferreira de Almeida contesta tal posição argumentando que as elevadas percentagens indicadoras do desinteresse pela política na Europa (cerca de um terço dos inquiridos) invalidam aquela hipótese dada a sua associação aos sectores sócio-económicos mais desfavorecidos (Almeida, 1990).

Angus Campbell (1977) analisa em pormenor a abstinência enquanto factor de desmotivação política, tendo definido três dimensões que estão na origem da apatia: os traços de personalidade, as atitudes de curto-prazo e as predisposições básicas. Deste conjunto interessa-nos particularmente a última dimensão, uma vez que o presente estudo não pretende contemplar os factores psicológicos associados ao comportamento político. As predisposições básicas remetem, assim, para o interesse e envolvimento nas eleições, que variam directamente com os níveis de adesão ao voto, que por sua vez está estreitamente relacionado com um conjunto de circunstâncias que definem a situação do ponto de vista individual:

- A importância que as eleições assumem no contexto político – quanto maior a importância, maior a adesão;
- A percepção de haver ou não resposta da parte das instituições políticas, na sequência da influência exercida através do voto – quanto maior a possibilidade de resposta maior a motivação para o voto;
- A percepção da existência ou não de reais alternativas entre os candidatos – a diferenciação entre as alternativas conduz tendencialmente a uma mais expressiva participação eleitoral;
- Quando há um equilíbrio político entre os candidatos e o vencedor não é descortinável à partida – o voto de cada indivíduo ganha significância podendo fazer diferença votar ou não votar;

- Ainda, a dimensão do eleitorado – quanto maior a amplitude do eleitorado menor a percepção da importância do voto individual.

Para além da explicação que até aqui avançámos sobre o comportamento eleitoral e a abstinência, interessa também analisar as razões inerentes às preferências político-partidárias. Podemos então pôr-nos responder à questão: que factores estão subjacentes à opção político-partidária dos eleitores?

Resultado da análise de algumas pesquisas (Rose & McAllister, 1990; Schmitt, 1990), podem apontar-se cinco tipos de explicação diferentes para o comportamento eleitoral:

- O processo de socialização (na perspectiva sob a qual foi anteriormente abordado);
- O nível sócio-económico (a posição sócio-económica de um indivíduo reflecte-se nos seus esforços e escolhas, bem como nas preferências políticas, como já foi apontado anteriormente);
- O desempenho político-partidário (na medida em que a própria realidade eleitoral influi nas escolhas de voto, especialmente no curto prazo);
- A identificação partidária²⁵.

São as predisposições mais enraizadas e, portanto, mais duradouras as que definem a identificação partidária, enquanto as influências causadas por situações temporárias afectam apenas a avaliação dos candidatos (Schmitt, 1990).

Sobre a tendência do voto, refira-se a perda do tradicional poder predictivo da identificação política atribuído ao nível sócio-económico. Em oposição à visão de Lazarsfeld e outros autores, no final da década de 60, de que - “a person thinks, politically, as he is, socially; social characteristics determine political preference”

²⁵ A identificação partidária é apontada por Peterson (1990) como a orientação política central, em virtude de assumir uma expressão concreta no voto. Esta é uma variável que tem uma relação directa com a participação política – quanto maior a identificação partidária, maior a participação, associado-se esta identificação, predominantemente, aos adultos de mais idade. Bingham Powell, Jr (1980) sublinha o diferencial de participação eleitoral entre aqueles indivíduos que encontram nos partidos políticos existentes uma representação significativa dos seus interesses, e aqueles que não a encontram.

(Lazarsfeld et al., 1969), a hipótese mais recentemente aceite é a de que há uma significativa independência da preferência político-partidária relativamente a factores sócio-económicos, em prol da dependência relativamente a outras variáveis.

Arend Lijphart (1980) defende, no que diz respeito à escolha partidária, a existência de duas determinantes particularmente importantes: a classe social e a religião. A tendência verificada é no entanto no sentido de ambas perderem progressivamente influência nas sociedades modernas, enquanto se vão formando e sobrepondo outras identificações subculturais em torno da região, do grupo étnico ou da linguagem. Esta opinião é partilhada e actualizada por outros autores, entre os quais Ronald Inglehart (1993, 1998), José Ramón Montero & Mariano Torcal (1992, 1994) apontando estes para a introdução no espectro político de uma nova variável de segmentação dos comportamentos políticos e escolhas eleitorais assente na dimensão materialismo / pós-materialismo.

É, no entanto, de salientar o estudo da religiosidade enquanto variável de identificação política. Os indivíduos religiosos praticantes situam-se tendencialmente à direita dos não praticantes e, mais expressivamente, dos não religiosos – “differentiation along the left-right dimension is not linked to particular religious denominations but to religiosity versus secularism” (Inglehart & Klingemann, 1976: 268). Esta relevância da frequência da Igreja é apenas notória em países com partidos democrata-cristãos. Sobre a influência na escolha eleitoral há ainda que referir o peso do grupo familiar (Lipset et al; 1970; Rose & Mcallister, 1990) e do casamento (Kenny, 1993).

De facto, estudos desenvolvidos em sociedades ocidentais (Inglehart, 1977; Verba, Nie & Kim, 1978; Almond & Verba, 1989) sobre as questões da participação têm vindo a apontar para uma crise nas formas tradicionais de participação política, à medida que um número crescente de cidadãos adere a modalidades alternativas de participação, o que parece ter sido estimulado pela melhoria significativa e generalizada das condições económicas e pelo aumento das taxas de escolaridade. O surgimento de novos movimentos e de novas formas de iniciativa cívica vem dar forma a esta tendência.

Procuramos, no próximo ponto, aprofundar a emergência de novos espaços políticos, tanto no que respeita à esfera partidária, com o surgimento de novos movimentos e partidos políticos que procuram recuperar a indiferença sentida relativamente aos partidos tradicionais oferecendo uma resposta a questões não respondidas por estes, como quanto à esfera ideológica, com o atenuar do radicalismo do conflito político e a reorganização do campo ideológico.

4.4. Os novos espaços políticos

4.4.1. O nascimento de pequenos partidos e grupos políticos

Os anos 60 marcam um período de activismo político revigorado decorrente da movimentação social. Os movimentos sociais, promovidos essencialmente enquanto esforço de um colectivo para promoção ou resistência à mudança em dada sociedade, passam a objecto de estudo sociológico, sendo encarados como factor de desenvolvimento de actividades políticas mais complexas e organizadas. Foi durante esta década que os pós-materialistas ganharam visibilidade pela primeira vez, através do protesto estudantil, lançando para o espaço do debate político um conjunto de novas questões.

A partir dos anos 60 os grandes partidos políticos²⁶, e à semelhança do que sucede com a generalidade das instituições políticas, têm vindo a perder progressivamente credibilidade e protagonismo: a participação eleitoral decresceu significativamente e os sentimentos anti-partidários começaram a manifestar-se. Inseridos na instabilidade político-partidária proliferaram em paralelo os pequenos partidos e movimentos de

²⁶ Entende-se aqui por partido político a organização formal cujo principal propósito é a aquisição e/ou manutenção do controlo do poder político por via da competição eleitoral, individualmente ou em coligação, sobre o pessoal ou política do governo de um estado soberano (Dowse & Hughes, 1986). Enquadrado na concepção sistémica da política proposta por David Easton (como vimos em 1.3.), os partidos políticos podem ser perspectivados, processualmente, em termos dos *inputs* – *outputs*, dos ingressos (reivindicações e apoios) e produtos (tomada de decisões político-partidárias), numa contínua prossecução da homeostase (Cruz, 1995b).

natureza diversa como resposta ao vazio partidário sentido pelos eleitores. “Durante los años en los que la confianza en la autoridad política se desvanecía surgieron de la oscuridad los movimientos de protección del medio ambiente y llegaron a alcanzar niveles de confianza pública bastante altos” (Inglehart, 1998: 390). Movidos essencialmente pelo ideal da democracia pluralista, participada, libertária e mesmo anti-capitalista (Kitschelt & Hellemans, 1990) constituíram uma reacção ao desmoronar dos anteriores conflitos ideológico-partidários. “These parties reject a strong state and advocate a participatory transformation of modern economic and political life that provides autonomy for small, decentralized solidarity networks” (Kitschelt & Hellemans, 1990: 210).

Os assuntos que tradicionalmente dividiam os partidos e as posições políticas têm vindo a esbater-se, enquanto um conjunto de assuntos novos, tradicionalmente considerados como não sendo essencialmente políticos (a poluição, as questões das minorias, o aborto, a protecção ambiental, etc...) segmentam posições políticas (Flanagan & Dalton, 1990). Os pequenos grupos, ideológicos e não-ideológicos, gerados em torno destes novos objectivos sociais específicos começam a conquistar terreno político nas últimas décadas, respondendo a novas preocupações tendencialmente de carácter pós-materialista, relativamente às quais os partidos tradicionais têm dificuldade de reacção (Wolinetz, 1990). Estas organizações preocupam-se com temáticas específicas, tais como o armamento nuclear, a mortalidade infantil, a preservação da natureza, o aborto, as liberdades civis, entre outras.

Tendo vindo a conquistar um número crescente de adeptos essencialmente entre os jovens e os que têm maior nível de escolarização (Kitschelt & Hellemans, 1990), estes novos movimentos são predominantemente urbanos e tendencialmente de esquerda ou centro (Betz, 1990). Verifica-se, em simultâneo, o decréscimo da adesão à militância e mesmo a identificação para com os partidos políticos tradicionais (Flanagan & Dalton, 1990).

No entanto, a proliferação destes partidos de cariz pós-materialista tem sido mais visível nos países mais desenvolvidos, conseguindo mesmo alcançar representação eleitoral significativa²⁷ (Kitschelt & Hellemans, 1990).

Considerando que a esquerda e a direita constituem representações simbólicas suficientemente expressivas e aceites, para que mesmo os menos informados consigam situar as suas preferências políticas no espectro esquerda – direita, podemos colocar em questão a eventual forma como se situam os aderentes a estes novos partidos. Superando o conflito entre o Estado e o mercado, entre socialismo e capitalismo, estes partidos parecem avançar para uma nova segmentação política. “New politics supporters are concerned with postmaterialist issues such as political participation and the quality of life in contemporary industrial society” (Kitschelt & Hellemans, 1990: 211). O facto de os princípios políticos da *nova esquerda*²⁸ responderem a estas preocupações pós-materialistas - a autonomia individual e a participação política – têm tendência a conduzir à aproximação destes pequenos partidos e movimentos ao pólo da esquerda. “Postmaterialists represent the *new left* and vote for new politics parties” (Kitschelt & Hellemans, 1990: 213). Os aderentes aos partidos ecologistas, a movimentos feministas, assim como a outros partidos e movimentos de índole pós-materialista, tendem a situar-se à esquerda. De facto, tem-se vindo a verificar gradualmente um maior apoio da direita por parte dos materialistas e da nova esquerda pelos pós-materialistas (Inglehart, 1990b).

De acordo com a tese de Dowse & Hughes, a *lógica de acção colectiva* (1986: 319) define o comportamento associativo individual, assentando no pressuposto de que o indivíduo é racional e calculista e se integra e actua nos grupos em proporção e na expectativa de alcançar proveitos próprios, à semelhança da participação racional apresentada anteriormente²⁹ (Duverger, 1983). A obtenção por aqueles partidos e

²⁷ Esta nova esquerda, por oposição à esquerda marxista tradicional, tem como principal componente de sucesso os partidos ecologistas os quais têm vindo em caminhada ascendente desde os anos 70 na generalidade dos países ocidentais. Trata-se não de uma esquerda materialista, tal como o era tradicionalmente, mas de uma esquerda renovada e profundamente marcada pelos valores pós-materialistas. Hans-Georg Betz refere que *Os Verdes* da Alemanha Ocidental constituíram o primeiro partido predominantemente pós-materialista, com relevo eleitoral, no início da década de 80 (Betz, 1990).

²⁸ As questões relativas à *nova esquerda* serão abordadas em 4.4.2..

²⁹ Em 4.2.3..

movimentos de uma significativa representação eleitoral indicia assim uma viragem nas preocupações e necessidades dos indivíduos.

Pode então afirmar-se que as questões económicas perderam, em parte, o poder segmentador de outrora, em consequência do esbatimento das divergências tradicionais entre esquerda e direita. A dimensão construída com base na priorização de valores pós-materialistas, por oposição aos materialistas (Inglehart, 1977), parece evidenciar um novo, significativo e crescente poder discriminante do posicionamento político-partidário nas modernas sociedades industrializadas (Inglehart, 1990a, 1990b, 1993, 1998).

Paralelamente ao surgimento de pequenos partidos políticos de expressão pós-materialista, também a partir da década de 60 se fez sentir a influência política de pequenos grupos de pressão e interesse³⁰ formados em torno destas novas questões sociais (Kitschelt & Hellemans, 1990).

Os partidos políticos constituem formas de representação e de agregação de opiniões e de interesses, de organização do eleitorado, formando e difundindo opiniões, entre outras funções igualmente valiosas para o funcionamento democrático. A democracia e a participação política não devem, no entanto, cingir-se à representação política, os cidadãos devem fazer-se representar e participar mediante a integração em outros

³⁰ “Interest groups, lobbies and pressure groups, do not attempt to govern, or even compete for office, but seek to influence or persuade governors” (Dowse & Hughes, 1986: 341).

Os grupos de interesse são, assim, associações de indivíduos, não muito amplas, que visam influenciar o governo de forma favorável aos interesses do grupo, quer estes sejam de carácter social, económico ou político. Sendo mais limitados do que os partidos políticos em termos de objectivos, os grupos de interesse nascem muitas das vezes de movimentos sociais podendo degenerar na constituição de partidos políticos. Estes grupos surgem espontaneamente perante uma ameaça ou um sentimento de privação, tal como a perda de *status* ou a negligência de direitos. A função mediatizadora que desempenham pode derivar na obstaculização do funcionamento democrático do sistema político.

Os grupos de pressão são uma expressão específica dos grupos de interesse manifestada de forma mais dinâmica, uma vez que se centram na acção reivindicativa e de pressão do poder instituído. A importância e a força de um grupo de pressão pode ser mensurável mediante a análise de alguns indicadores: o nível de informação de que dispõe, o poder de negociação e intensidade, definição dos interesses e coesão por estes gerada.

“The political culture refers to that aspect of social life which to an extent structure’s behaviour by setting goals for legitimate activity, by making available a cognitive picture of the political world, and by defining appropriate ways and means of attaining political goals” (Dowse & Hughes, 1986: 351). O padrão de actividade do grupo de interesse é, desta forma, em parte, estruturado pela cultura política, surgindo enquanto resposta à distância criada entre os centros de tomada de decisão societal e o indivíduo e constituindo-se como elo entre os interesses individuais e o governo.

agrupamentos sociais, e é da complementaridade entre o desempenho dos partidos e o dos movimentos que se concretiza a democracia pluralista e a realização pela da cidadania política e social (Cruz, 1995b). O surgimento destes movimentos alternativos de minorias vem, assim, dar resposta a esta necessidade “pós-moderna” de vivência de uma nova e mais plena cidadania.

4.4.2. Direita e Esquerda – o fim da dicotomia ou uma visão “pós-moderna” sobre o ideário político – ideológico?

O liberalismo atribuiu ao Estado o monopólio do poder e da segurança sobre a comunidade por forma a estimular a actividade comercial e a prosperidade das famílias, negligenciando a liberdade política e social dos cidadãos. O marxismo, em oposição, preocupou-se com a centralização da economia e relações de produção, tanto ao nível público quanto privado, excluindo da dimensão política os assuntos não redutíveis ao conflito de classes. Liberdade e igualdade, embora constituam dois valores democráticos e não necessariamente opostos, dão lugar a concepções e práticas políticas diferenciadas consoante se privilegie um ou o outro. A esquerda valoriza, sobretudo, a igualdade económica e de oportunidades, valorizando igualmente a liberdade cultural, de expressão e política. A direita, por sua vez, tende a dar preferência a liberdade no âmbito económico e a igualdade no plano cultural, no respeito às normas vigentes³¹.

A dicotomização das ideias políticas dos séculos XIX e XX que opunha liberalismo a marxismo, capitalismo a socialismo, democracia a autoritarismo, esquerda a direita, tende a encontrar dificuldades de expressão neste final de século. O debate sobre a crise ideológica assenta mais directamente na supressão da distinção entre direita e esquerda, em vigor desde a Revolução Francesa – a planificação e controlo económicos centralizados estavam associados à esquerda, por oposição à direita. A direita enfatizava tradicionalmente o nacionalismo, enquanto a esquerda o fazia relativamente ao internacionalismo. Estas oposições perderam toda a rigidez de outrora.

³¹ A dimensão esquerda / direita enquanto conceito político é uma abstracção, utilizada para resumir a posição de um indivíduo por referência a questões políticas relevantes. Trata-se da simplificação de uma realidade política complexa.

Por outro lado, com a queda do Muro de Berlim, o colapso dos sistemas de Leste e a subsequente transformação das referências ideológicas anteriores, a esquerda embrenhou-se numa crise profunda. O surgimento de problemas nas sociedades contemporâneas que a esquerda tradicional nunca tinha considerado, associado ao desaparecimento de alguns pressupostos base dessa mesma esquerda, esteve na origem da sua actual crise e subsequente mutação inevitável. Entre outros aspectos, esta crise caracteriza-se hoje pela observação de um interesse significativo do socialismo em manter e explorar as estruturas do Estado, tradicionalmente associadas ao desenvolvimento capitalista, por forma a alcançar os objectivos socialistas. “Left materialism points to the failure of market mechanisms, which create social and economic inequalities, economic crises, and severe social conflicts” (Knutsen, 1995: 161). “Para Marx, o socialismo manter-se-ia de pé ou seria derrubado de acordo com a capacidade que demonstrasse para gerar mais riqueza do que o capitalismo e para dividir a riqueza gerada de forma mais equitativa. A morte do socialismo deve-se precisamente à derrocada destas premissas” (Giddens, 1999: 15).

“For the European Left, the ends can no longer justify the means: the means – that is, democratic procedures – have become an essential part of the political message” (Escudero, 1994: 241). Apesar de se ter verificado que, de facto, os meios preconizados pela esquerda padeciam de incompatibilidade com o pleno desenvolvimento e bem-estar social, tal não invalida que alguns dos seus princípios não sejam socialmente desejáveis (e talvez cada vez mais). A igualdade e a justiça social constituem valores tradicionalmente associados à esquerda, que assumem hoje uma posição preponderante na generalidade dos programas políticos. A reforma da esquerda tradicional terá forçosamente que passar pela alteração dos seus valores tradicionais, de forma a que se torne compatível com as sociedades actuais. Esta transformação pressupõe uma maior participação e controlo dos partidos de esquerda pelos cidadãos e eleitores, devendo os primeiros tornar-se menos hierárquicos, rígidos e fechados e a respectiva política assentar, assumir e desenvolver o carácter da cultura política democrática, com base no conceito de democracia

representativa (Escudero, 1994)³². Esta nova esquerda pós-materialista ou apenas *nova esquerda* parece vir dar resposta a esta necessidade de mudança.

Para além da crise ideológica da esquerda, também a direita evidencia necessidades de mudança. A problemática da dimensão esquerda / direita envolve a verificação de que assuntos tradicionalmente associados à esquerda, estão a tornar-se transversais à escala direita / esquerda, tais como as questões ambientais, os ideais de justiça social, ou as relacionadas com o papel social da mulher³³ (Knutsen, 1995). Philip Cerny aponta como explicação deste facto a tomada de consciência pela direita de que estas são questões importantes no que respeita à competição nacional e, conseqüentemente ao crescimento económico, que por sua vez estão no cerne da acção da direita. “Por isso se esbatem as antigas pré-determinações, os antigos afunilamentos que tornavam uniformes e previsíveis os caminhos que iam das opções ideológicas globalizantes até aos comportamentos” (Almeida, 1990: 131). De facto, nas últimas décadas uma mudança radical nestas definições parece estar a operar-se. José Ramón Montero (1992) alerta para a possibilidade de, em Espanha, a clivagem esquerda / direita não radicar mais na clássica antinomia liberdade / igualdade, mas na nova clivagem materialista / pós-materialista.

Para muitos autores, direita e esquerda são agora conceitos sem significado, numa sociedade cada vez mais complexa onde as inúmeras razões de oposição política já não são passíveis de colocação à direita ou à esquerda. Surgiram novos problemas que estão na origem de movimentos cuja inserção no esquema tradicional da oposição entre

³² Com uma preocupação semelhante de renovação democrática em geral e de renovação da própria esquerda em particular foi realizada uma experiência pioneira, na cidade de Porto Alegre, no Brasil, relatada por Marta Harnecker (1999). *El presupuesto participativo* foi uma experiência que teve lugar durante a década de 90, propositadamente, numa cidade com graves carências económicas – Porto Alegre - e teve como objectivo a participação organizada de toda a população na tomada de decisões políticas do governo local. Mais do que a instituição da democracia representativa de que fala Escudero (1994), tratou-se aqui da instituição de uma fórmula de permanente *democracia quase directa* (a pesar de toda a população poder participar tanto na apresentação de problemas quanto na tomada de decisões, em reuniões que se realizam com esse fim, existiram indivíduos eleitos como representantes de toda a população que analisaram e discutiram os problemas e respectivas soluções). Outras experiências têm sido realizadas em países como os Estados Unidos da América, a Holanda e a Dinamarca, possibilitadas pelas novas tecnologias da comunicação.

³³ Um conjunto de questões de natureza moral e jurídica impõem a tomada de novas decisões políticas, de que é exemplo paradigmático as posições relativamente à legalização do aborto. Face à falta de referências no passado e à própria natureza moral dos assuntos, a sua inserção nas categorias direita ou esquerda apresenta grandes dificuldades, levantando a suspeita de que a bipolarização política existente não é suficiente para categorizar estes problemas emergentes.

esquerda e direita se torna difícil, como é o caso dos movimentos ecologistas, podendo assim ser considerados como transversais, uma vez que atravessam e são simultaneamente indiferentes aos dois pólos.

“Categories like Right, Left, and Centre will be more difficult to define, representing more a vague sort of sympathy for particular groups or classes, and a perception of *popular* versus *elite* style, rather than a clear doctrine or program” (Cerny, 1990: 242).

Cerny, apesar de defensor de que direita e esquerda são conceitos hoje sem significado, sugere uma estratégia de salvaguarda do espaço ideológico da esquerda, com base, não na insistência nos projectos socialistas tradicionais, mas na adopção de domínios políticos-chave que, apesar de abrangidos em grande medida pela direita, são susceptíveis de lhes ser imprimida uma faceta mais humana que os diferencie da abordagem preconizada pela direita.

Apesar do reconhecimento da conturbação político-ideológica, muitos autores defendem, por oposição, que a díade sobrevive. De facto, direita e esquerda continuam a ser usadas no debate político, nos programas políticos, pelos partidos, movimentos e meios de comunicação social, o que demonstra que continuam a ter validade conotativa. Norberto Bobbio é defensor de que as ideologias tradicionais não desapareceram, apenas foram substituídas por novas ideologias – “não existe nada mais ideológico do que a afirmação da crise das ideologias” (Bobbio; 1995: 28/9). Outros autores, como Ronald Inglehart & Hans Klingemann (1976), Lipset (1992) ou Anthony Giddens (1999), suportam igualmente que a dimensão esquerda / direita persiste, consistindo a esquerda na apologia da mudança social em direcção à igualdade política, económica e social, enquanto a direita se suporta numa sociedade tradicional de natureza hierárquica, oposta à mudança para a igualdade. Inglehart (1993) refere mesmo que a esquerda tem um potencial eleitoral ainda não despoletado no campo ecológico, que poderá vir a assumir uma expressão importante. No que respeita à esquerda materialista tradicional este autor argumenta que, apesar do declínio evidente das últimas décadas, os partidos comunistas dificilmente desaparecerão porque, por um lado são suportados por um núcleo duro de apoiantes que asseguram a sua permanência e, por outro, o papel que desempenharam na reivindicação de uma maior igualdade material e a consequente integração das políticas

sociais na generalidade dos partidos da sociedade ocidental dão-lhe relativa visibilidade e reconhecimento.

De facto, direita e esquerda misturam-se nos programas partidários, fazendo com que partidos de direita defendam posições tradicionalmente associadas à esquerda e vice-versa. Porém, só se pode afirmar pelo entrelaçamento de posições de esquerda e de direita se, por si só, estes conceitos continuarem a designar um conteúdo ideológico preciso, mesmo que apenas utilizado como ponto de referência. Dever-se-à considerar que estes não são conceitos absolutos e imutáveis, mas temporalmente relativos. Sobre ambos, Bobbio preconiza - “Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas do universo político. São locais do *espaço político*, representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política” (Bobbio, 1995: 73). Como referido anteriormente, também Bobbio propõe como critério de distinção de direita e esquerda, neste novo contexto ideológico e de forma a superar o descrédito da permanência da diáde em causa, a diferença de atitude relativamente ao ideal de igualdade, sendo que é historicamente reconhecida a associação entre a esquerda e o igualitarismo concebido como uma tendência. Esta posição é reiterada por Anthony Giddens, que acrescenta no entanto que, “mais do que falar de justiça social pura e simples, é mais acertado dizer que as pessoas de esquerda acreditam numa política de emancipação” (Giddens, 1999: 44).

Assente neste entrelaçar de posições políticas, e numa clara apologia à reconstrução da esquerda, o projecto político do *New Labour*, também designado *Terceira Via*, cujo principal mentor foi Tony Blair enquanto Primeiro Ministro do Reino Unido, centra-se em torno de um valor fundamental – a comunidade (Goes, 1998a). A comunidade é, assim, encarada como factor de desenvolvimento pessoal, de promoção de uma melhor cidadania e da ética cívica (aspecto também observado por Ralph Miliband - 1994). A descentralização constitui um factor determinante da democratização da democracia, na medida em que introduz a possibilidade de formas alternativas de participação para além do convencional processo eleitoral (Giddens, 1999). A mobilização da participação da comunidade é, assim, parte fundamental da política da Terceira Via.

Mais do que uma posição intermédia entre esquerda e direita, entre socialismo e neoliberalismo, entre o Estado e o mercado, a Terceira Via apresenta-se como uma proposta de programa político, que, embora muito recente e por isso ainda algo indefinida, procura responder aos problemas e exigências do processo de globalização, liberto dos tradicionais constrangimentos ideológicos. Procura-se assim compatibilizar a liberdade, a igualdade e a solidariedade com o crescimento económico e a protecção do meio ambiente. “Uma política de terceira via deve manter a justiça social como preocupação nuclear, embora levando em linha de conta que o leque de questões que não cabem na velha dicotomia esquerda / direita é mais amplo do que nunca” (Giddens, 1999: 63).

Trata-se, portanto, de uma solução política “pós-moderna” que contempla a necessidade de resposta do ponto de vista da individualidade associada a um profundo sentimento comunitário, valores em que assentam uma melhor cidadania e as bases para o desenvolvimento de uma cultura cívica. “O novo individualismo não corrói inevitavelmente a autoridade, mas exige que ela seja repensada numa base de participação activa” (Giddens, 1999: 64).

Como vimos anteriormente a propósito da ideologia da “pós-modernidade”, a concepção democrática de Anthony Giddens (1994) – *dialogic democracy* – assenta na reformulação da interpretação dos princípios democráticos, apelando à abordagem da democracia enquanto meio aberto de representação de interesses da comunidade, criando assim um espaço público de debate e resolução de assuntos públicos apoiado na participação, dando assim lugar à expressão da multiplicidade de percepções e opiniões, ao invés de recorrer a formas pré-estabelecidas e centralistas do poder. Encontramos uma concepção similar na teoria democrática pluralista de Robert Dahl (1963), como vimos em 2.2.5..

As concepções sobre os programas políticos e formas de governação ideais parecem tender a orientar-se para a contemplação de princípios assentes nos valores da comunidade e da cidadania, da liberdade e da igualdade, assim como da participação, negligenciando o anterior radicalismo que os atraía para os pólos do espectro político.

Os novos conflitos políticos decorrentes do processo de transformação da cultura política nas sociedades modernas, parecem estar segmentando transversalmente os conflitos tradicionais e alterando parte do significado das posições da escala ideológica, o que tenderá a evidenciar-se gradualmente com a substituição das gerações (Montero & Torcal, 1992, 1994). A polarização tradicional esquerda / direita suportada em questões económicas, em que a classe trabalhadora apoiava a esquerda e a classe média a direita, parece deixar-se substituir por um novo vector de segmentação política – a dimensão materialista / pós-materialista. Este novo vector assume uma influência cada vez maior na eleição dos partidos em muitas sociedades e constitui a variável mais importante na configuração das divisões políticas em muitos países ocidentais (Inglehart, 1998). A dicotomização político-partidária industrial, face a um novo contexto cultural “pós-moderno”, parece estar gradualmente a dar lugar a um novo espaço político, menos polarizado e menos rígido, no qual outros grupos e organizações, mesmo que não especificamente políticos, desempenham um papel activo na esfera política, debruçando-se em questões como a energia nuclear, os direitos das mulheres ou a protecção ambiental.

Associada à problemática da indistinção dos campos políticos da esquerda e da direita, surgem novas identidades de natureza não política, mas religiosa, étnica ou nacionalista. A dificuldade de se formarem identidades políticas distintas com base na dualidade tradicional e capazes de enquadrar a multiplicidade de interesses evitando assim a proliferação de outras identidades, leva Chantal Mouffe a rezear pela estabilidade da política democrática face à possibilidade de surgimento de novos focos de tensão exteriores ao sistema democrático (1996). “A ausência de uma fronteira política (...) é sintoma de um vazio que pode pôr em perigo a democracia, porque esse vazio proporciona um terreno que pode ser ocupado pela extrema-direita para articular novas identidades políticas anti-democráticas. Quando faltam as lutas políticas democráticas com as quais se identificar, o seu lugar é tomado por outras formas de identificação, de natureza étnica, nacionalista ou religiosa. (...) É exactamente isto que uma democracia pluralista tem de evitar; no entanto, só poderá proteger-se contra uma tal situação reconhecendo a natureza do político, em vez de negar a sua existência” (Mouffe, 1996:16/17).

Como se viu, as abordagens a esta problemática não são unívocas; umas rejeitam a possibilidade da bipolarização direita / esquerda, outras consideram-a ainda válida. Porém, e como de resto sobressai das posições teóricas anteriores, a postura mais recentemente aceite e validada é a de que aquela bipolarização persiste - “left – right materialist value orientations are central features of political beliefs in Western European societies” (Knutsen, 1995). A esquerda e a direita tradicionais, e portanto, materialistas, continuam associadas às questões de natureza económica, tendo-se observado que a adesão à esquerda materialista é bastante mais expressiva nos países menos desenvolvidos (Knutsen, 1995) o que vem corroborar a tese de Inglehart (1997, 1998) de que é em situações de bem-estar económico que o fenómeno pós-materialista tem tendência para emergir³⁴.

Porém, para além da esquerda e da direita materialistas, novos esquemas ideológicos se estão a formatar com base nestas dimensões e no necessário reajustamento a que a evolução recente da realidade social compele. Trata-se de um atenuar de clivagens, de gestão de consensos e de racionalização de programas que pressiona o aceitar de directrizes antes inaceitáveis. Em particular a esquerda pós-materialista representa o concretizar mais expressivo dos valores emergentes nas sociedades “pós-modernas” da participação, do ambientalismo, da defesa das minorias, do localismo etc...

Não é, no entanto, apenas no domínio dos valores e comportamentos políticos que o paradigma da “pós-modernidade” se denuncia. Surgem também, o que optámos por designar, *novas perspectivas de identificação social*, pretendendo com a expressão apontar para o novo olhar do cidadão sobre a religião e sobre a dimensão do espaço físico, decorrente dos recentes processos de secularização e globalização, de que nos ocuparemos no ponto seguinte.

³⁴ Abordado em 3.3..

4.5. Novas perspectivas de identificação social

4.5.1. A globalização do espaço de identificação geográfica

Estreitamente relacionada com a identificação política, a identificação espacial diz respeito ao sentimento de pertença a espaços geográficos delimitados, quer dentro do próprio país, quer relativamente ao espaço comunitário mais amplo.

A emergência dos valores pós-materialistas traz associada a valorização de um novo localismo e regionalismo não atávico e geograficamente sem fronteiras, promovido pelo processo de globalização. “Post-materialists have a broader sense of belonging than that of the Materialists” (Inglehart, 1977: 334). Em paralelo e compatível ao centramento no cidadão, apela-se à passagem progressiva do paroquialismo ao cosmopolitismo (Cruz, 1995b). A identificação cívica é, assim, simultaneamente local e transnacional. “O regionalismo e o cosmopolitismo, entendidos como pertenças cívicas, andam (...) cada vez mais associados” (Cruz, 1995b: 499). Desta forma, a sociedade “pós-moderna” caracteriza-se por sentimentos fortes de comunitarismo, mas de um comunitarismo não tradicional, aberto ao exterior, atento à comunidade global. É pois possível conceber o evoluir da sociedade assente na definição “pós-moderna” de espaço privado, perspectivando duas vertentes complementares: por um lado a concentração do indivíduo, no lugar em que vive, no seu espaço quotidiano e, por outro e em simultâneo, o englobar respectivo num espaço de identificação que já não é comportável pela pequena comunidade local extravasando para uma comunidade transnacional.

É este o quadro promovido pela União Europeia: promove os regionalismos mas num processo de integração europeia (Stock & Magone, 1995), que se concretiza institucionalmente no Comité das Regiões. Parece preocupação crescente da União Europeia “a mudança da geografia política e o aumento do número de actores envolvidos no projecto de integração europeia” (Stock & Magone, 1995: 7), processo em que a dimensão regional e local desempenham um papel fundamental. “A Europa permanece plural mesmo quando está a construir em comum e este é um referencial que não se pode desprezar (...), a Europa procura a sua união sem marginalizar as especificidades regionais” (Stock & Magone, 1985: 9).

O orgulho nacional e, em geral, os símbolos nacionais, estreitamente associados ao sentimento de pertença à comunidade e, conseqüentemente, factor de coesão social, têm vindo a perder importância no quadro dos valores das sociedades modernas ocidentais. A quebra do sentimento de orgulho nacional e o descrédito relativamente aos elementos que integram a simbologia nacional em geral (o hino nacional, a bandeira...) estão associados a níveis de educação superiores e a indivíduos pertencentes a estratos etários mais jovens (Rose, 1989).

A emergência destes novos espaços de identificação tem-se vindo a fazer sentir nas últimas décadas nas sociedades modernas industrializadas e está tendencialmente associada à prevalência dos valores pós-materialistas, e portanto, dos valores de participação, liberdade, igualdade, etc... (Inglehart, 1993).

Em conformidade com o referido anteriormente, de acordo com uma pesquisa realizada por Luísa Reis & Margarida Dias (1993), os portugueses revelam uma maior identificação com a cidade ou povoação em que vivem e uma fraca identificação com o espaço da Comunidade Europeia. As autoras verificaram, ainda, que são os indivíduos posicionados à esquerda e de elevada participação política potencial os que mais se sentem identificados com a Europa e o Mundo, enquanto os posicionados à direita e com menor participação política potencial se identificam mais com a região e o país. Relativamente ao sentimento de orgulho nacional, os que se assumem muito orgulhosos de ser portugueses são os que mais se identificam com o país e os menos orgulhosos os mais identificados com a comunidade europeia e o Mundo. Estes resultados confirmam a tendência associativa entre uma identificação mais localizada e a manutenção dos valores tradicionalistas, e entre uma identificação transnacional e a prevalência de valores cosmopolitas e não materialistas.

4.5.2. A Religiosidade tradicional e o advento do secularismo

É inequívoca a importância de que a religião se pode revestir “quer como poderoso elemento de regulação social, quer como produtora de conjuntos de recursos simbólicos

utilizáveis para optar e para agir na vida quotidiana” (Almeida, 1990: 61), sendo no entanto difícil o destrinçamento dos valores associados à religiosidade relativamente às práticas sociais que directa ou indirectamente destes poderão advir.

A transformação cultural inter-geracional de que se tem vindo a falar está também relacionada com o processo de secularização das sociedades modernas (Inglehart, 1977, 1993; Montero, 1997). Uma série de indicadores de religiosidade permitem verificar este fenómeno: o decréscimo da importância da religião na vida quotidiana dos indivíduos, da taxa de frequência dos cultos religiosos, do determinismo da religião no comportamento eleitoral e em geral da percepção da moralidade social. Em suma, observa-se uma tendência para o gradual decréscimo da consciência religiosa individual. É previsível o reforço do processo de secularização à medida que as gerações mais idosas sejam substituídas pelas mais jovens tendencialmente mais seculares face a experiências de socialização mais seculares.

“Aunque la interpretación clásica de la secularización lo atribuye a la difusión cognitiva de una visión científica del mundo, hemos afirmado que el surgimiento de un sentimiento de *seguridad* entre los públicos de masas de los estados de bienestar avanzados es un factor igualmente importante en el declive de las orientaciones religiosas tradicionales” (Inglehart, 1998: 327). Porém, nas sociedades menos desenvolvidas e mesmo em sociedades mais avançadas, tendem a surgir movimentos religiosos fundamentalistas, explicados por Inglehart com base na associação a um nível sócio-económico baixo ou a períodos de depressão, quer seja social, quer seja pessoal. Tal como sucede com os demais valores associados ao fenómeno pós-materialista, o secularismo suporta-se no alcance de condições sócio-económicas de vida bastante satisfatórias, prevendo-se o retorno aos valores materialistas sempre que se verifique um retrocesso nestas condições (1998).

No que respeita à política, a religião, sendo ainda um factor importante na decisão de voto, perdeu nas últimas décadas, na generalidade das sociedades industriais avançadas, o poder polarizador do eleitorado, deixando de ser uma variável determinante do comportamento político. Para tal contribuiu o crescente pluralismo e relativismo da

identificação ideológica e das preferências partidárias relativamente à religiosidade: os espaços de esquerda tornaram-se menos seculares e os de direita menos religiosos. Superou-se assim a anterior incompatibilidade registada entre o ser ideologicamente de esquerda e em simultâneo católico (Montero, 1997).

Embora a associação entre religiosidade e ideologia subsista com forte notoriedade, tradicionalmente a relação entre taxas de religiosidade mais elevadas e a colocação à direita no espectro ideológico e vice-versa era particularmente visível e determinante. De facto, alguns autores apontam ainda a capacidade discriminativa desta variável - “people of religious orientation tend to vote for parties of the right” (Deth & Scarbrough, 1995b: 533). Porém, com a progressiva substituição geracional será natural o enfraquecer da diferenciação política com base na religião (Inglehart, 1993; Montero, 1997).

Ronald Inglehart (1993) explica o declínio da religiosidade na sociedade, em virtude da alteração do sistema de valores dos indivíduos no sentido da priorização dos valores pós-materialistas e o desajustamento deste novo quadro axiológico relativamente aos princípios que constituem a religião tradicional.

A posição dos pós-materialistas face à religião tradicional é, assim, de rejeição. Estes indivíduos não aceitam a instituição religiosa tradicional na medida em que as prioridades de ambos divergem significativamente. Porém, os pós-materialistas não são alheios ao pensamento metafísico, pelo contrário, estes indivíduos parecem particularmente sensíveis e dedicados a reflexões teleológicas e de carácter ascético, tal como as que consubstanciam a religião tradicional. “Aunque el posmodernismo se da junto a un continuo declive de las creencias religiosas tradicionales, está vinculado a una preocupación creciente por el significado y propósito de la vida” (Inglehart, 1998: 106). O que sucede de facto, como referiu Inglehart (1993), é que a religião tradicional não oferece respostas compatíveis com as aspirações e os princípios pós-materialistas, que, desta forma, as procuram em outros espaços, abandonando a prática religiosa tradicional.

No ponto seguinte aborda-se a questão da mudança na cultura política sob uma última perspectiva, que, de certa forma, tem estado presente, mais ou menos manifestamente,

no decurso do nosso discurso— a aparente oposição entre o anunciado fim da ideologia e a emergência de novas configurações ideológicas.

4.6. A emergência de uma nova definição ideológica

4.6.1. O crepúsculo da ideologia ou o alvorecer de novas ideologias?

David Apter atribui à ideologia duas importantes funções sociais: uma directamente social, a de mobilizar a coesão da comunidade; outra, de carácter individual, de organização do papel político individual (Apter, 1964). É a estes dois níveis que o debate sobre a suposta decadência ideológica se coloca.

Precise-se, primeiramente, o conceito de *ideologia*. Este tem sido objecto de diversas acepções, tais como: ciência das ideias (estudo dos fenómenos psíquicos superiores), preconceito (crenças, tradições e opiniões), epifenómeno (acepção mais negativa do termo relacionada com a tese marxista que fazia depender as ideologias das relações sócio-económicas, decorrendo daqui um carácter falseador da ideologia) e filosofia política simplificada e vulgarizada (versão popular e pragmática de um sistema de valores). De acordo com esta última acepção, e como anteriormente enunciado no *ponto 2.4.*, as ideologias são sistemas de ideias pragmáticas, políticas, simples, dogmáticas e utópicas, que oferecem objectivos de orientação da acção humana em direcção a determinados fins superiores e, é neste sentido que se encara o termo nesta abordagem. A capacidade explicativa das ideologias despoleta ao nível da consciência individual, sentimentos de oposição e de identificação, de rejeição e de aderência à filosofia de desenvolvimento social proposta.

Sobre o conceito de *ideologia* Daniel Bell (1988), quando analisa as concepções ideológicas do século XIX, apresenta-as como a *conversão de ideias políticas em alavancas sociais*, baseando-se na capacidade que observou nestas para a mobilização social dos indivíduos. Efectivamente, verifica-se uma ligação estreita entre as

manifestações sociais e as crenças e valores fundamentais de uma sociedade. “*Ideology* is a generic term applied to general ideas potent in specific situations of conduct: for example, not *any* ideals, only political ones; not *any* values, only those specifying a given set of preferences; not *any* beliefs, only those governing particular modes of thought” (Apter, 1964: 17).

Na década de 60, a movimentação sócio-política relatada por Raymond Aron (1997), trouxe associada o descrédito e a confusão ideológica. “The end of ideologists believed that western industrial society had solved all its major problems and, therefore, ideology was dead” (Dowse & Hughes, 1986: 245). Posteriormente, com a queda do muro de Berlim, a tecnocracia³⁵ da otimização dos recursos, da eficiência e da rendibilidade apresenta-se, assim, para alguns autores, como substituta da própria ideologia, como é o caso de Boaventura de Sousa Santos (1997).

Com uma leitura limitada da realidade, as teses do *fim das ideologias* (também designadas por *crepúsculo das ideologias* ou *apaziguamento ideológico*) foram anunciadas por diversos autores, dos quais se destacam as teses de Daniel Bell (1988), Raymond Aron (1997), Fernández de la Mora (1973) e de Francis Fukuyama (1992).

A ideologia enquanto quadro filosófico especulativo, enquanto meta última proposta ao evoluir da sociedade, tenderia, para estes autores, a desaparecer progressivamente, justificando-se as teses por eles defendidas com base na observação de um conjunto de fenómenos à escala internacional, de que se destaca, como temos vindo a falar ao longo desta *Parte IV* do trabalho:

- Um desinteresse expressivo face aos assuntos políticos, verificado ao nível dos seguintes fenómenos: crescente tendência para o abstencionismo eleitoral; diminuição da participação e da militância em partidos políticos; decréscimo da mobilização em

³⁵ A tecnocracia diz respeito a uma forma social centrada na hegemonia da aplicação da técnica sobre a investigação, da prática sobre a teoria, em detrimento das Ciências Sociais e Humanas (Santos, 1997). Para Theodore Roszak (1984) a ideologia não está ausente na tecnocracia, como para os apologistas do fim da ideologia, mas apenas oculta sob uma suposta visão científica do mundo. Os conceitos tecnocráticos de racionalidade, eficiência e progresso, pretensamente neutros, são contudo ideológicos. Em Jürgen Habermas *Técnica e Ciência como Ideologia* (1987) é preconizada e aprofundada esta concepção.

torno da retórica política; despolarização dos tempos livres; atrofia da imprensa exclusivamente política; extinção dos clubes e tertúlias políticos; tecnicização e burocratização da sociedade e conseqüentemente afastamento afectivo do cidadão e crescimento da apatia política;

- O surgimento de uma postura contracultural ao nível social e político, iniciada com o movimento de Maio de 1968, cujo teor assenta, não numa nova ideologia, mas na crítica da ideologia vigente (conforme proposto por Theodore Roszak – 1984);
- A verificação de alguma convergência ideológica: os ideais socialistas importam soluções do capitalismo e do liberalismo, como a concorrência comercial, renunciando a algumas das suas ideias pilares, como é o caso da luta de classes e a nacionalização global dos meios de produção; o capitalismo socializa-se, adoptando, designadamente, os ideais de justiça social;
- O fenómeno da racionalização política decorrente do desenvolvimento científico e tecnológico, por oposição às utopias; a ciência e a técnica conquistaram a utopia na medida em que a concretizaram³⁶;
- A actual existência de um relativo consenso internacional atenuador do radicalismo ideológico;
- O enfraquecimento político da esquerda, repositório de aspiração a uma transformação económica e social, e a conseqüente despolarização ideológica face ao efectivo colapso dos sistemas socialistas do Leste Europeu.

Estas teses seriam amenizadas e rectificadas por inúmeros autores tais como Ronald Inglehart (1977), Dowse & Hughes (1986), Paul Barry Clarke (1996) e Habermas (1996), entre outros. No nosso país diversos autores manifestaram igualmente a sua crítica relativamente àquelas teses como é o caso de António Marques Bessa & Jaime Nogueira Pinto (1977), Adriano Moreira (1989a, 1989b), José Maria Rodrigues da Silva (1994), Sousa Lara (1995), J. Bragança de Miranda (1997) e Maria José Stock (2000).

³⁶ A concepção da tecnocracia assenta na ideia de evolução social analógica à Lei dos Três Estádios de Augusto Comte (Cruz; 1995b: 140/141) no que respeita à conquista científica, pode classificar-se a evolução ideológica em três estádios: o pré-ideológico (sociedade primitiva - estádio fetichista), o ideológico (sociedade em desenvolvimento – estádio metafísico) e o pós-ideológico (sociedade tecnológica – estádio científico).

Parece pouco rigoroso defender o esgotamento ideológico no debate político nas democracias ocidentais como um dado consumado. “The end of ideology school mistook what may be a trend towards ideological homogeneity in advanced industrial societies for the *absence* of ideology (...) it can be argued that what emerged in such systems was an official ideology of pragmatism which celebrated the status quo, ruled out political violence, defended pluralism, and in which politics was understood as mutual adjustment rather than as a challenge to the structure of the society. All of these (...) does not provide an end to ideology but simply an ideology which was widely accepted and widely disseminated” (Dowse & Hughes, 1986: 246).

De facto, os conflitos tradicionais gerados pela desigualdade sócio-económica têm vindo a esbater-se. No entanto, nem aqueles são a razão exclusiva da existência dos conflitos ideológicos, nem estes deixaram de se manifestar, conquanto de formas distintas. Persistem, no mundo ocidental, fortes conflitos político-ideológicos com outro tipo de fundamentos, baseando-se em clivagens de natureza nacionalista, cultural, religiosa, étnica, ecológica e em torno de questões identitárias, como o feminismo ou a homossexualidade. Se se antevia, com o colapso do comunismo, uma nova era de pacifismo e a amenização dos antagonismos, aquilo a que de facto parece assistir-se é a um ressurgimento do nacionalismo e à emergência de novos focos de conflitualidade. A crescente multiplicação de particularismos e fragmentações parece alimentar esta instabilidade, desafiando o universalismo “pós-moderno” do mundo ocidental.

Por oposição aos prognósticos do fim da ideologia, Habermas (1996) defende que às ideologias tradicionais se substituiu uma *cultura de consumo prevalecente*. Contudo, a função desta já não reside em exercer pressão no sentido da conformidade com as condições existentes mediante um complexo coerente de ideias, como o foram as ideologias políticas do século XIX, mas de pressionar no sentido da homogeneização de um conjunto coerente de modos de comportamento. De facto, as ideologias não parecem estar a sucumbir, mas antes a padecer de desactualização face às novas realidades, ao novo panorama dos conflitos, como aponta Adriano Moreira (1989a; 1989b), visto que, quer a nova conjuntura internacional, quer as situações específicas intra-nacionais, exigem agora a resposta a novos desafios. Então, tudo não passará de consequência das contingências históricas, como argumenta Raymond Aron (1983).

Assentando numa tónica diferente e em tom explicitamente filosófico-dedutivo, J. Bragança de Miranda (1997) preconiza que, na realidade, a ideia de política tal como as sociedades ocidentais a adoptaram da Antiguidade Grega está aparentemente esgotada. Todavia, “é justamente por a política ser uma ideia que nenhuma representação a consegue esgotar, que nenhum acto a realiza inteiramente, que nenhuma ordem política a garante de uma vez por todas (...). As teses sobre o fim da política mais não fazem do que reconhecer este facto” (Miranda, 1997: 42). Desta forma, os programas, definições ou teorias políticas mais não são do que um conteúdo atribuído a uma realidade puramente virtual e toda a crise ideológica protagonizada pela actualidade mais não exige do que um convite ao repensar das ideias políticas (Miranda, 1997; Charzat, 1999).

Ainda sobre o esgotamento ideológico, José Maria Rodrigues da Silva evidencia o poder dos *mass media* na origem da *mediacracia*, enquanto protagonistas da formação de um renovado quadro axiológico político. “A dimensão ideológica / racional da política revela-se menos capaz de gerar, e de manter, os consensos de que depende a coesão social mas a sensologia veio dar à política / sentimento o “charme” e o poder de atracção, e de sedução, que a político / ideologia vai perdendo” (Rodrigues da Silva, 1994: 122), acrescentando ainda “as ideologias correm o risco de se converterem (...) em conjuntos ideológico-sensológicos formados por fragmentos de ideologias, colados uns aos outros e unificados pelo sentimento, que se articulam em mini-ideologias” (Rodrigues da Silva, 1994: 123). No entanto, este autor encara esta decadência ideológica como um momento da evolução e renovação desta mesma ideologia. No mesmo sentido Paul Barry Clarke (1996) argumenta que o momento histórico que agora se vive não corresponde a um verdadeiro fim da história, mas apenas ao fim de uma história e ao início de uma multiplicidade de histórias de natureza local e particular, decorrentes do fragmentar social “pós-moderno”.

De facto, parece unânime, entre a produção literária mais recente, o ultrapassar da crise atribuída à ideologia, reconhecendo-se contudo que, quer os modelos políticos tradicionais, em especial o marxismo-leninismo, quer as formas de conflito social tradicionais, perderam capacidade e validade para orientar a actividade político-social. Lipset (1992) escreve, sobre as análises do *fim da ideologia* e, apesar de anteriormente ter integrado o grupo de autores que redigiram aquelas análises, que os ideais de organização sócio-política da sociedade, o complexo de orientações que enformam as

perspectivas de evolução social, são intrínsecas à natureza humana, pelo que o seu fim é inconcebível, tal como preconizado anteriormente por Karl Mannheim (1980).

A estes factores acresce a dificuldade de os sistemas democráticos se afirmarem satisfatórios do ponto de vista das necessidades imediatas dos cidadãos. Esta insatisfação decorre de problemas sociais de largo espectro e forte impacto, tais como o desemprego, a poluição ou a marginalidade. O colapso dos sistemas fascistas e comunistas transferiu para os sistemas democráticos todas as esperanças de institucionalização de um sistema governativo equitativo. Contudo, nestes sistemas colocam-se problemas sociais que se afiguram de difícil superação e que vêm pôr em causa os seus princípios políticos. É considerando esta possibilidade de não superação das fraquezas das democracias e o seu provável colapso, assim como a falta de outras alternativas viáveis que Fukuyama prognostica como o inevitável fim da história (1992). Este é, no entanto, como referido anteriormente, um dos autores que anunciam o *terminus* ideológico, tese que, apesar de corroborada por outros autores, se afigura nos termos em que é exposta, criticável e despropositadamente apocalíptica.

“A democracia não goza no mundo de óptima saúde, como de resto jamais gozou no passado, mas não está à beira do túmulo” (Bobbio, 1997: 9). Em reacção ao testemunho de Fukuyama, Ralph Miliband sugere uma alternativa política para as sociedades democráticas que denomina de *democracia socialista*, por oposição à *democracia capitalista* que é analisada por Fukuyama (Miliband, 1992). Ao invés desta última que não consegue preservar os princípios democráticos da igualdade de oportunidades e justiça social, a proposta de Miliband salvaguarda estes princípios com base num papel não planificador, mas mais interventivo do Estado, propondo assim o alargamento da cidadania aberta ao pluralismo e às liberdades civis (1992). Trata-se de uma proposta de reorientação política assente nos fundamentos da sociedade “pós-moderna” e que, como apresentado anteriormente, tem muito em comum com a concepção da Terceira Via³⁷.

Acresce ainda o facto de as teses sobre a desideologização se terem fundamentado em dados relativos às democracias estabilizadas do mundo ocidental, pelo que são, à partida,

³⁷ Abordado em 4.4.2..

não só redutoras do ponto de vista das variáveis envolvidas, como limitadas espacialmente.

As ideologias consubstanciam, desta forma, a resposta a uma necessidade intransponível de fundamentar e justificar as motivações da acção política a qual, enquanto perdurar, sustentará associada a ideologia enquanto fenómeno político. “Em suma: o primado da técnica, da eficiência, do bem-estar, do consumo, do ter, da imagem, do sucesso, do pragmatismo não quer ser ideologia. Mas é.” (Lara; 1995: 344).

Especificamente no que respeita à crise da esquerda tradicional alguns autores (Miliband: 1994; Bobbio: 1995) evidenciam a necessidade da prevalência de uma representação ideológica que traduza as reivindicações de esquerda por forma a colmatar as lacunas deixadas em aberto pelo capitalismo, especificamente no que diz respeito aos problemas da desigualdade de rendimento, de oportunidades e de poder, e a promover desta forma o equilíbrio social. Também Jean-François Lyotard (1983) preconiza a sobrevivência do marxismo em função da persistência do sentimento de conflitualidade social que constitui o seu cerne. Em *Reinventing the Left*, David Miliband propõe a reforma da esquerda tradicional sublinhando que esta mantém um lugar distinto na política actual, não pela sua visão utópica do mundo, mas pela virtude da sua crítica do presente no sentido da concretização de uma mudança da sociedade – “reinventing the Left is to give its practice a cutting edge that the old formulas no longer possess, and to make possible radical changes that are badly needed” (Miliband, 1994: 15\16).

Sobre a necessidade da reformulação ideológica Michel Charzat (1999) preconiza a promoção de novas práticas democráticas assentes numa democracia participativa, e portanto na acentuação da democraticidade dos sistemas políticos. A concretização deste modelo exige o estabelecimento de uma nova relação entre eleitos e cidadãos: por um lado a aproximação dos eleitos da condição de meros cidadãos por forma a captar opiniões, problemas e necessidades no terreno, por outro lado, os cidadãos devem prescindir da assistência passiva à vida política procurando espaço de intervenção

efectivo³⁸. De entre a possibilidade de concretização de novas práticas democráticas no sentido do aprofundamento dos valores que lhe estão subjacentes, são de considerar as novas vias proporcionadas pelo desenvolvimento da electrónica (Stock, 1996, 1998; Stock & Carlos, 1998). A consideração e promoção no âmbito das relações políticas das potencialidades da informática no domínio da comunicação, poderá vir a alterar significativamente as formas de concretização democrática e, conseqüentemente, o quadro de relações políticas entre poder instituído e cidadãos. “A Democracia directa deixará de ser uma utopia ou um ideal a longo prazo” (Stock, 1996: 20).

Também no caso dos processos de regionalização “surge como elemento legitimatório a necessidade de descentralização político administrativa e o aprofundamento dos mecanismos de democratização progressiva da sociedade, visando-se uma maior e mais efectiva participação dos cidadãos nos processos decisórios” (Stock, 1996: 17). Estes têm subjacente a preocupação de aproximar os cidadãos da esfera política e administrativa, impelindo assim à constituição de novas formas de concretização da democracia.

Atribuindo à modernidade a falta de fundamentação dos valores em geral, J. Bragança de Miranda (1997) apela, em convergência com as posições anteriores, à neutralização dos valores e à abertura da política como forma de superar as ideias políticas rígidas e eternas que conduzem à percepção do fim da história.

Corroborando as perspectivas anteriores, Inglehart reforça as tendências democratizantes do novo quadro de valores. “El surgimiento de valores posmodernos está produciendo una disminución considerable del respecto a la autoridad y un aumento de la importancia concedida a la participación y la autoexpresión. Estas dos tendencias conducen a la democratización y a una democracia más participativa y orientada a cuestiones específicas” (Inglehart, 1998: 56).

³⁸ Esta proposta vai de encontro à experiência relatada por Marta Harnecker (1999) na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Como referido anteriormente esta experiência explorou a possibilidade de participação directa da população com o propósito de solucionar os graves problemas sócio-económicos vividos por esta cidade, mantendo em simultâneo elevados níveis de satisfação dos eleitores face ao seu envolvimento político.

As teorias do fim das ideologias parece assim não mais do que anunciar o emergir de novas e mais complexas antíteses, como o anuncia Lijphart ao referir-se ao “ecologismo” e à democracia participativa entendidos como o evoluir das tradicionais formas de democracia (Lijphart, 1990). A dimensão materialista / pós-materialista poderá assim vir a constituir-se como factor de segmentação ideológica, ao invés do nível sócio-económico ou da religião. “The rise of Post-Materialist issues (...) tends to neutralize political polarization based on social class” (Inglehart, 1990b: 274). A clássica associação dos economicamente mais desfavorecidos à esquerda, e dos mais favorecidos à direita, dá lugar a uma novo suporte de clivagem partidária e política baseado na definição de valores sócio-culturais. “Western politics are coming to polarize according to social class less and less, and according to values more and more” (Inglehart, 1990b: 276).

4.6.2. Ecologismo, Ambientalismo ou *Green Politics*?

A dimensão e intensidade da destruição ambiental à escala planetária, mais marcante desde os anos 60 (Christoff, 1996), fez extravasar do âmbito localizado as questões ambientais, conduzindo à tomada de consciência dos diversos quadrantes da sociedade do carácter social dos problemas ambientais, atribuindo-lhe, concomitantemente uma crescente importância no debate político.

Considerado por David Miliband (1994) o desafio central das ideologias dominantes deste século, a ecologia tem exigido ao nível partidário a reorientação de prioridades e políticas. Parece consensual o facto de que uma nova ideologia, ou no mínimo, um novo movimento ideológico fundamentado em princípios ecológicos, está a emergir, cujas linhas de orientação começam a delinear-se (Sargent, 1996; Freenden, 1996). O que parece menos determinado é a sua denominação: ecologismo, ambientalismo, *green politics*, *green movement*, ou *green political thought*?

À parte da crise da bipolarização esquerda / direita, tem vindo a conquistar terreno um terceiro elemento na cena política: as questões ecológicas. A nova problemática levantada a nível político pelo movimento pós-materialista estimulou o nascimento de novos movimentos e partidos políticos associados à defesa daquelas questões, e a

incorporação destas nos programas da generalidade dos partidos políticos. “Ser reconhecido como razoavelmente «verde» é cada vez mais uma estratégia política destinada ao sucesso” (Yearley, 1992: 2).

Apesar de não se posicionar claramente no espectro ideológico, *os verdes* e demais partidos ecologistas denotam uma identificação preponderantemente esquerdista (Teixeira Fernandes, 1998), em particular no que respeita à sua posição anti-industrial sistemática, procurando, no entanto, autonomizar-se e constituir uma nova família ideológica.

Considerando que a existência da utopia, e por conseguinte a concepção ideológica, são indissociáveis da natureza humana, Boaventura de Sousa Santos (1997) salienta que a transformação social que se avizinha neste final de século aponta em direcção à prossecução de uma utopia ecológica e democrática. Esta previsão compreende uma nova relação do Homem com a natureza, assim como “pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e colectiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza” (Santos; 42: 1997). Concordante com esta postura, Miguel Serras Pereira (1999) alerta e apela para a necessidade de uma sistematização da intervenção ecológica reforçando neste plano a realização da cidadania, como formas não só de protecção ambiental, mas também de protecção da própria democracia. A previsão da democratização implicada nesta mudança, pressupõe a redefinição do campo político de forma a incentivar o espaço de participação política dos cidadãos. “A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania” (Santos; 233: 1997).

Pode chamar-se a esta nova³⁹ corrente de pensamento *Ecologismo*, para designar uma *ideologia* em que a realidade material concreta determina a acção política. Distinto da ciência que é a Ecologia, embora se apoie nela para a actuação política, o *Ecologismo* “é

³⁹ O surgimento dos primeiros movimentos ecológicos data da década de 60, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos da América, tendo surgido, genericamente, como reacção à guerra, ao armamento nuclear, à poluição e a outros problemas ambientais (Sargent, 1996).

uma ideologia que visa intervir ao nível económico, social e político com base nas análises e nas conclusões conseguidas por tal ciência” (Lara, 1995: 337). Perspectiva uma intervenção crítica junto da sociedade consumista, do crescimento industrial e progresso tecnológico desenfreado, assentando em princípios de preservação da qualidade da relação ecológica humana⁴⁰.

Esta *ideologia* emergente tem subjacentes um conjunto de princípios mais ou menos unanimemente aceites que esclarecem a sua natureza pós-industrial e não-material, a saber (Christoff, 1996; Freedon, 1996; Sargent, 1996):

- Visão ascética e valorização da natureza, de todas as formas de vida e dos seus recursos - “nature becomes an overriding factor in guiding human conduct” (Freedon, 1996);
- Espírito de tolerância (em detrimento da violência) para com outras pessoas, outras gerações, outras opiniões;
- Preocupação com a qualidade de vida, não só a curto, mas a longo prazo (preocupação com a incompatibilidade entre os recursos limitados e o crescimento e consumo desenfreados);
- Visão tendencialmente menos antropocêntrica e mais ecocêntrica da realidade – “to become ecological rather than narrowly anthropocentric citizens, existing humans must assume responsibility for future humans and other species, and «represent» their rights and potential choices according to the duties of environmental stewardship” (Christoff, 1996);
- Apreciação de valores não-materiais: de um modo de vida simples, da cooperação, da auto-estima e do mérito social;
- Preferência por processos políticos apoiados na democraticidade e na participação dos cidadãos.

⁴⁰ Alguns autores apontam algumas reservas quanto ao facto de se considerar este fortalecer do movimento político em torno de questões ambientais uma verdadeira ideologia política, argumentando que este movimento não dispõe de um sistema de crenças coerente, uma visão sistemática da nova sociedade, subjacente à definição de qualquer ideologia (Sargent, 1996).

O ideário *ecologista* não está, desta forma, circunscrito aos domínios da Ecologia e, portanto, à defesa do meio ambiente. Pelo contrário, o *Ecologismo* assume, para além destas, preocupações de carácter claramente democrático (Goodin, 1995; Christoff, 1996), como o apelo à tolerância, a defesa da qualidade de vida e do bem-estar social, a apologia da autonomia e auto-realização pessoal e, factor de legitimação do próprio sistema democrático, da participação dos cidadãos. Pela natureza reivindicativa que caracteriza os movimentos e organizações de carácter ecologista, é coerente a associação destes às questões da democracia participativa. “Issues of political and representation are especially challenging when one considers environmental concerns” (Christoff, 1996: 151).

Desde 1973, ano em que surgiram os primeiros partidos *verdes*, o “esverdeamento” político-partidário não tem cessado de se expandir e reforçar. Neste final de século, o apoio conquistado pelos partidos e movimentos ecologistas garantem-lhe uma das mais consistentes expressões ideológicas a nível internacional. Apesar de presentemente a política ecologista não assumir uma posição expressiva tanto em termos político-partidários como em termos eleitorais, alguns autores prevêem o seu fortalecimento a médio e longo prazo (Inglehart, 1993, 1998; Latour, 1998).

Precedida da tese que anuncia a mudança da cultura política das sociedades avançadas em direcção ao pós-materialismo, a movimentação ecologista encaixa plenamente no quadro de valores por ela propostos. Todavia, apesar de as questões relativas à protecção ambiental estarem inequivocamente associadas ao pós-materialismo, não é esta a única posição que procura fundamentar o aumento e consolidação da importância destas nas sociedades actuais. “Mais do que impulsionada pela mudança de valores e pelas ideologias pós-materialistas, a preocupação geral sobre as questões do ambiente está antes relacionada com acontecimentos externos e, frequentemente, com a reacção dos grupos de pressão e dos meios de comunicação social a esses acontecimentos” (Yearley, 1992: 83). Desta forma, Steven Yearley preconiza que “o «enverdecimento» político da opinião pública não terá sido uma simples consequência de uma mudança

mais geral ao nível dos valores” (1992: 87), mas antes a reacção de grupos organizados a determinados problemas sociais. Este argumento não invalida, no entanto, a tese da mudança cultural, uma vez que esta se centra na ideia de que o privilegiar de valores pós-materialistas se processa em virtude de uma satisfação prévia ao nível dos valores materialistas e, portanto, não obstante o agravamento crescente dos problemas ambientais, estes só assumem uma dimensão significativa no leque de preocupações dos cidadãos em virtude do espaço que aí está disponível, em sequência da satisfação de outras necessidades mais prementes de carácter material, tal como aquela tese preconiza.

Como diria Robert E. Goodin, “logically, living comes before living well. It makes little sense to worry about the quality of life before we are reasonably certain of life itself” (1995: 56). A crescente implantação dos movimentos e organizações ecológicas, por preconizarem um ideário exclusivamente centrado em preocupações pós-materialistas (“it reflects worries about the value and meaning of life rather than the material prerequisites of life itself” (Goodin, 1995: 56)), afiguram-se, a Goodin, portadoras de valores verdadeiramente pós-materialistas. A extremização desta posição leva o autor a argumentar - “being green explains, sociologically, why people are – and, ethically, why they should be – postmaterialists” (Goodin, 1995: 56/57), encarando assim, paradoxalmente, o pós-materialismo como o corolário da *teoria política verde*, face ao absoluto descomprometimento desta relativamente às questões de natureza material.

PARTE V

A IMPLANTAÇÃO DOS VALORES PÓS-MATERIALISTAS JUNTO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Teoricamente traçado o espaço de acção do fenómeno pós-materialista e das variáveis da cultura política que lhe estão subjacentes, impõe-se agora a verificação no plano empírico de algumas das linhas que caracterizam este fenómeno numa população específica. Com este propósito, optou-se por direccionar a pesquisa para o estudo de parte da população estudantil da Universidade de Évora, ciente de que este seria um território privilegiado do pós-materialismo no contexto da sociedade portuguesa, face ao congregar de duas das variáveis mais determinantes da sua emergência – a juventude e um grau elevado de escolaridade. Pretendeu-se, desta forma, aferir em que medida se observa, junto destes estudantes, uma adesão aos valores pós-materialistas e, na sequência da observação, avaliar a respectiva capacidade de segmentar algumas atitudes e comportamentos políticos e, particularmente, do comportamento eleitoral, comparativamente com um conjunto de variáveis tradicionais da cultura política¹.

Tal como se depreende das páginas anteriores, no que concerne à estruturação da dissertação, se até ao momento nos detivemos na exploração e na análise teórico-conceptual dos modelos, conceitos e variáveis da cultura política e, em específico, das alterações mais visíveis produzidas pelo fenómeno pós-materialista, reservamos esta última parte para o teste empírico de um conjunto de concepções-chave que lhe estão inerentes. De facto, o desenvolvimento teórico do presente trabalho centra-se e aprofunda alguns modelos recentes da cultura política, analisa as variáveis presentes nos estudos típicos sobre cultura política, estudando mesmo o próprio conceito de cultura política. Nesta componente empírica pretende-se explorar a implantação do fenómeno pós-materialista e a respectiva força segmentadora do comportamento político por comparação a um conjunto de variáveis da cultura política. Fecha-se, assim, o ciclo que respeita ao propósito deste trabalho: após a exploração teórica do fenómeno pós-

¹ O desenho dos objectivos de pesquisa encontram-se descrito com maior pormenor no *Plano Metodológico da Investigação*.

materialista no necessário contexto da cultura política, a apreciação aprofundada do mesmo junto de uma população determinada, na componente empírica.

A investigação não teve como objectivo a análise empírica global da cultura política dos estudantes da Universidade de Évora, uma vez que esta implicaria a abordagem de uma multiplicidade de variáveis que a compõem e caracterizam e, conseqüentemente, a realização de um trabalho particularmente extenso, de difícil tratamento e implicando uma dispersão excessiva. Concomitantemente, a pequena amplitude do universo para que remete a amostra parece coadunar-se mais com o aprofundamento de uma temática específica, como é o caso do pós-materialismo, na perspectiva em que se pretende abordar, do que com um trabalho amplo de levantamento, como o seria o da caracterização da cultura política dos estudantes. Crê-se, ainda, que o modelo de análise empírica que se prossegue proporciona uma leitura crítica, apesar de anacrónica, da implantação do fenómeno, desbravando um pouco mais sobre o mesmo do que a mera verificação de atitudes e de comportamentos que anunciam uma eventual *pós-materialização* dos valores dos inquiridos.

Assim, com o intuito de estudar a implantação dos valores pós-materialistas junto dos estudantes da Universidade de Évora, e de acordo com um procedimento metodológico definido inicialmente, aplicou-se um inquérito por questionário a 335 estudantes matriculados nos 1º, 2º, 3º e 4º anos num conjunto de 32 Licenciaturas seleccionadas de entre as Licenciaturas desta Universidade no ano lectivo de 1999 / 2000, organizadas em 4 grandes áreas académicas: artes, ciências, humanidades e tecnologia.

Por forma a dotar a leitura da informação empírica de um enquadramento prévio que caracterize genericamente a evolução da cultura política dos portugueses e, em especial, dos jovens portugueses desde 1974, apresenta-se em seguida uma breve nota referente à análise efectuada sobre trabalhos realizados nesse âmbito.

5.1. Notas retrospectivas sobre a cultura política em Portugal – do pós 25 de Abril aos nossos dias

A produção sobre estudos de cultura política em Portugal afigura-se escassa, suportando-se estas notas retrospectivas no registo de observações pontuais em estudos políticos comparados que integram o nosso país e, essencialmente, num conjunto de trabalhos de compilação da informação sobre algumas variáveis da cultura política que viabilizam o esboço de uma breve, mas ampla, panorâmica sobre as questões fundamentais da cultura política do pós-1974.

A queda do anterior regime autoritário e a consolidação do novo regime democrático “em que os direitos individuais, nomeadamente a liberdade, foram reconhecidos, são a característica mais importante e que mais impacto teve sobre a cultura política” (Bacalhau, 1994: 95). O 25 de Abril de 1974 representou, assim, para Portugal um momento de ruptura nas atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos, marcado particularmente pelo eclodir da participação, embora não se tenha verificado, posteriormente, uma consolidação destas transformações na cultura política nacional².

Terão as reconversões estruturais pós-1974 propiciado o contexto de segurança formativa necessária ao implantar dos valores “pós-modernos” que Inglehart preconiza? Terão as preocupações pós-materialistas uma posição destacada na escala de valores dos jovens, e em particular dos estudantes universitários, na medida em que estes constituem uma geração nascida no período pós-revolucionário e, por isso, supostamente atribuindo menor prioridade às questões de carácter económico e de segurança física? Independentemente de qual sejam as respostas, é inegável que o ano de 1974 representa uma profunda viragem da sociedade portuguesa.

“Os reflexos na ordem cultural pós-25 de Abril sofreram uma mutação radical. A ordem cultural, perdeu a sua função simbólica de espaço de conflito e confronto de ideologias de perfil mais ou menos bem definido em luta, para se transformar numa espécie de transcendência. Em todas as ordens desde a económica, à social, à política, à religiosa, já não tem importância que o Messias tenha vindo ou não” (Lourenço, 1989: 77).

² Sobre a temática da revolução do 25 de Abril ver Manuel Braga da Cruz (1995b) ou Mário Bacalhau (1978, 1994).

Segundo alguns autores, apesar de revolucionar a ordem tradicional do país, a transformação cultural decorrente da Revolução de 1974 não parece ter vindo despertar uma maior mobilização política, não acarretou uma nova forma de viver a sociedade, apenas parece ter sanado velhos conflitos e atenuado o anterior atrito ideológico. Defendem os mesmos que, a despolitização e a desideologização têm vindo progressivamente a reinstalar-se, deixando Portugal igual a si mesmo, na sua impassibilidade (Lourenço, 1989; Cruz, 1995b). A explosão de participação que se observou no pós-25 de Abril não parece, assim, ter implicado uma mudança de atitudes e comportamentos expressiva e consistente, mas antes ter consubstanciado uma reacção à opressão anterior face à oportunidade de livre participação social e política.

Um processo semelhante parece ter tido lugar em Espanha no pós-franquismo: a experiência democrática não conduziu, para Ramón Montero e Mariano Torcal, à aprendizagem de atitudes participativas, mas ao reforço da apatia política. Justificativo desta situação seria, para os autores, “simultáneamente la manifestación actual de una densa tradición histórica y uno de los efectos secundarios de la transición” (Montero & Torcal, 1990: 63).

Da mesma forma, Carolina Hernández argumenta, no que respeita a Portugal, “la consolidación de la democracia (...) viene a significar una disminución en los niveles de participación política, que partiendo de muy bajos puntos consolida su tendencia y diversifica en otras esferas de participación el asociacionismo creciente” (Hernández, 1996: 117), apesar de ter significado, em paralelo, o aumento dos níveis de competência política, em particular decorrente do incremento dos níveis de educação, e difusão massiva da informação.

No ponto de vista eleitoral, a participação caracteriza-se em Portugal pela tendência para o abstencionismo (Cruz, 1995; Stock, 2000), assim como pela a volatilidade do eleitorado (Cruz, 1995). A desmobilização política em geral é explicada por Manuel Braga da Cruz por factores de ordem política, em especial o que designa de *partidocracia* e que corresponde à monopolização partidária dos processos e mecanismos de participação dos cidadãos. “O crescente assenhoriamento da vida política pelos partidos, com a inércia que lhe está associada, terá porventura enfraquecido o sentimento de influência dos cidadãos e aumentado a consciência da sua impotência” (Cruz, 1995: 310/311). Ainda, a “diluição das subculturas políticas” (Cruz,

1995: 314) associada à desarticulação entre clivagens sociais e políticas, parece estar na razão da volatilidade eleitoral (Cruz, 1995). Também no nosso país a tradicional clivagem política de carácter sócio-económico parece estar a ceder lugar a novas formas de segmentação do comportamento político.

“La modificación de las pautas de la cultura política de españoles y portugueses se encuentra estrechamente ligada con el desarrollo de los procesos de transición y consolidación hacia la democracia. En ambos casos, la apertura democrática, que en Portugal adquiere tintes revolucionarios, significa la introducción inicial y activa de las masas en la esfera público-política” (Hernández, 1996: 124). Esta autora atesta que a evolução da cultura política portuguesa desde o 25 de Abril e até à actualidade não aponta para o desenvolvimento de valores verdadeiramente pós-materialistas: a desconfiança relativamente à política e aos seus actores (Ferreira, 1998) não tem vindo a ser acompanhada de modalidades alternativas de participação política. “En algunos índices que pretenden medir el desarrollo de los valores posmaterialistas en Portugal se ha señalado la debilidad de su difusión” (Hernández, 1996: 129). Este facto está em perfeita consonância com o modelo definido por Ronald Inglehart (1977), uma vez que Portugal detém, ainda, níveis de desenvolvimento sócio-económico não muito elevados, não permitindo aos seus cidadãos ascender aos estratos do topo da pirâmide de Maslow.

No que respeita ao comportamento de um conjunto de variáveis que caracterizam a mudança cultural, Portugal apresenta, na generalidade, valores pouco indicativos de uma mudança visível e efectiva.

Sobre o nível de envolvimento político, Franz-Wilhelm Heimer (1986), referindo-se à população portuguesa de meados da década de 70 e a título de sinopse de um conjunto de trabalhos realizados sobre o tema, aponta algumas conclusões:

- “O conhecimento dos processos políticos é globalmente baixo, mas acusa grandes variações, aumentando com as habilitações escolares e a camada sócio-económica, diminuindo com a idade (...);
- A comunicação oral sobre os assuntos políticos é escassa (...);

- A maioria dos inquiridos é a favor de um sistema político que garanta uma maior participação dos cidadãos” (Heimer, 1986: 10).

Sobre a relação do público com o sistema político-partidário, afirma:

- “Numa escala direita / esquerda (...) os inquiridos se autolocalizam preponderantemente ao centro da escala;
- Só metade dos inquiridos tem uma opinião positiva dos partidos políticos (...);
- (...) A incidência das variáveis sociográficas mantém-se nos moldes «clássicos»
- correlação positiva entre escolarização e informação política, entre camada sócio-económica e autoposicionamento ideológico, etc.” (Heimer, 1986: 13).

Ainda com base no trabalho de Heimer, que remete para a cultura política da população portuguesa da década de 80 (1986):

- “Numa escala de quatro valores – direita, centro-direita, centro-esquerda, esquerda - os jovens distribuem-se por forma bastante igual pelos quatro valores. Os homens e os mais velhos tendem ligeiramente mais para a esquerda. Mais significativas são as diferenças segundo a origem social: 30% dos jovens das camadas mais baixas consideram-se como sendo de esquerda, mas apenas 12% dos das camadas alta e média afirmam a mesma consideração. Diferenças semelhantes existem entre jovens com baixa e alta escolarização e entre não católicos e católicos praticantes (...);
- A importância dos partidos políticos é avaliada de forma moderadamente positiva (...);
- Em contrapartida, o modo de funcionamento dos partidos políticos é considerado como claramente negativo (...);
- O nível de informação política é aceitável. Os acontecimentos políticos são mais bem conhecidos do que o sistema constitucional, e este, mais do que as personalidades políticas (...). O interesse pela política acusa geralmente valores médios” (Heimer, 1986: 16/17).

Um estudo levado a efeito em 1985 sobre a imagem dos partidos em Portugal concluiu igualmente pela imagem não muito positiva dos mesmos. Os dados indicaram um baixo grau de identificação e afectação partidária do eleitorado, assim como a atribuição de um poder fraco aos partidos políticos (Stock, 1988).

Considerando trabalhos realizados sobre a juventude em particular, em meados da década de 80, Franz-Wilhelm Heimer aponta resultados que corroboram e dão continuidade aos anteriores - “o interesse político e a participação política dos jovens são globalmente baixos, aumentando significativamente, mas não drasticamente, com a camada social e a idade e acusando valores mais altos entre os homens do que entre as mulheres” (Heimer, 1986: 17). Os níveis de interesse por assuntos políticos em Portugal apresentam os valores mais baixos da Comunidade Europeia, no final da década de 80 (Montero & Torcal, 1990). Mário Bacalhau aponta resultados mais optimistas referindo que “o contacto habitual com os meios de comunicação social, em especial com noticiários e programas de informação aumentou, significativamente, nos últimos anos, incluindo nas regiões rurais” (Bacalhau, 1994: 39), sendo o índice de exposição aos meios de comunicação social dos universitários no nosso país em 1993 incomparavelmente superior ao dos indivíduos com menor escolaridade, situando-se 90,5% destes indivíduos nos escalões mais elevados de exposição aos meios de comunicação social (Bacalhau, 1994).

“A participação social, (...) convencional (...) ou não convencional, não tem em Portugal os mesmos níveis que nas demais sociedades europeias. A tradição latina e conservadora bloqueou, mais do que nas sociedades anglo-saxónicas, o surto de participação social organizada a que a emergência do civismo liberal deu lugar na maioria das sociedades europeias” (Cruz, 1995b).

Um trabalho realizado no início da década de 90 sobre valores e identidade cultural em Portugal, sob a coordenação de Luís de França (1993), revelou que Portugal apresenta valores bastantes inferiores à média europeia no que diz respeito à discussão de assuntos políticos e à tentativa de convencer outras pessoas dos pontos de vista pessoais (Santos & Dias, 1993), tese consolidada noutros estudos (Inglehart, 1993; Comissão Europeia, 1999). Sobre os que desenvolvem estas actividades, o mesmo trabalho aponta para que

“o perfil dos que afirmam discutir frequentemente política com os amigos, parentes ou colegas seria o de um homem, empregado, de *status*, rendimento, classe sócio-profissional e nível de instrução elevados, habitando num meio urbano (...) solteiro, não religioso e situando-se mais à esquerda no espectro político” (Santos & Dias; 1993: 58). Neste conjunto de variáveis o nível de instrução é o factor que mais influencia o empenhamento político. “Quanto mais elevado o «capital escolar», mais forte é o empenhamento político (...) para o conjunto da população portuguesa” (Cabral, 2000: 376).

Um estudo realizado por Luísa Braula Reis & Margarida Dias (1993), aponta para que, em Portugal, são os indivíduos com menor instrução e menor potencial de participação política os que se auto-posicionam mais à direita, enquanto os que têm um mais elevado nível de instrução e maior potencial de participação potencial se situam mais à esquerda. Estas conclusões vão de encontro às de Franz-Wilhelm Heimer (1986) quanto ao poder de segmentação do nível de instrução relativamente ao posicionamento na escala esquerda / direita. Note-se, no entanto, relativamente ao sistema partidário português, a “redução da distância ideológica entre os programas dos partidos” (Bacalhau, 1994: 286), à semelhança do observado em outras sociedades ocidentais, como já se referiu³.

Sobre as atitudes face aos partidos políticos, Richard Gunther, José Ramón Montero & Mariano Torcal (1994), numa análise que incluía os países do sul da Europa – Espanha, Itália, Portugal e Grécia – e se reportava a meados da década de 80, verificaram que foram os inquiridos portugueses aqueles que apresentaram uma maior tendência a sentimentos anti-partidários. É, desta forma, natural a tendência para a mudança de relação entre os cidadãos e o poder político apontada por Mário Bacalhau, “no sentido de aumentar as suas formas de intervenção e de relação com o poder político, através de outros procedimentos ou organizações de natureza cultural, associativa, de defesa de interesses locais, regionais, profissionais e outros” (Bacalhau, 1994: 286), retirando a exclusividade da intermediação dos partidos políticos àquela relação, tão característica na democracia portuguesa (Cruz, 1995).

Relativamente às exigências democráticas face ao sistema político, Franz-Wilhelm Heimer (1986), com base na informação recolhida sobre a população portuguesa de

³ Não está contemplado nos objectivos deste trabalho a análise detalhada do funcionamento do sistema político-partidário português. Para o aprofundamento da temática ver Maria José Stock (1984, 1985a, 1985b, 1985c, 1988).

meados da década de 70, atesta: que “a população exige do governo, em primeiro lugar, honestidade, firmeza e competência, atribuindo uma importância bastante mais reduzida à sua atitude democrática e à sua disposição para pôr-se ao serviço da sociedade” (Heimer, 1986: 11/12).

Sobre a opinião dos portugueses acerca do regime democrático, João Ferreira de Almeida (1990) aponta, sobre a sociedade portuguesa da década de 80:

- cerca de 90% dos portugueses têm uma atitude favorável em relação à democracia. “Mas esse apoio só é activo por parte de menos de 40% do total, enquanto os outros 50% que também aceitam a democracia fazem-no passivamente, ou seja, não se dispõem, verosimilmente, a contribuir para a sua defesa” (Almeida, 1990: 58). Heimer, Vala & Viegas alcançam igualmente os 90% de apoiantes do regime democrático entre os portugueses (1990b).
- Nos 10% que rejeitam a democracia, só um número inferior a 2% afirmar fazer-lhe oposição activa;
- 61% dos inquiridos são favoráveis à democracia e rejeitam um regime autoritário sob qualquer hipótese, enquanto os restantes 29% dizem aceitar em determinadas condições um regime ditatorial;

De acordo com Mário Bacalhau (1994) persistem em Portugal diversos grupos e níveis de cultura política cujas principais variáveis discriminantes são a localização geográfica, a dimensão do habitat e o nível educacional e económico, em consonância com os dados compilados.

Acrescem a esta síntese dados de outros trabalhos realizados durante a década de 80, que, não debruçados exclusivamente sobre as questões políticas, oferecem uma imagem axiológica complementar dos valores dos jovens portugueses.

A maior preocupação dos jovens parece centrar-se em aspectos relacionados com a segurança material e o emprego (Instituto de Ciências Sociais, 1989; 1998). “A principal evolução que parece verificar-se é no sentido duma ainda maior predominância, em 1983, das orientações pessoais sobre as sociais e a emergência de

uma mais vincada preferência para o bem-estar pessoal e para o hedonismo. A predominância sistemática do valor felicidade em todas as categorias sócio-demográficas examinadas, e a distância relativa que o separa dos restantes valores, parece constituir uma indicação segura de ser o valor actualmente privilegiado pela juventude quaisquer que sejam as habilitações, o habitat ou mesmo as opções políticas e religiosas” (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1983: 135).

São as associações e organizações relacionadas com actividades de recreio, desportivas e culturais que vêm progressivamente ganhando peso na sociedade portuguesa nas duas últimas décadas, enquanto a aderência a organizações com fins políticos o vem perdendo (Hernández, 1996). Ana Alexandre Fernandes alcança uma conclusão similar: o associativismo cívico (reproduz preocupações cívicas, tais como grupos ecologistas, de acção social ou cívica e os partidos políticos) apenas mobiliza uma estreitíssima faixa de cidadãos, sendo que “os jovens aderem preferencialmente aos grupos musicais e teatrais e aos clubes desportivos” (Fernandes, 1998: 318).

“Os sentimentos de natureza patriótica existem para a maioria dos jovens, embora sendo do tipo momentâneo, constituindo motivo de exaltação nacional questões essencialmente relacionadas com o desporto, a ciência e a arte. Os jovens encontram-se bastante distanciados da simbologia patriótica, designadamente, o ouvir o hino nacional, assistir a um desfile militar ou ao hastear da bandeira portuguesa não induz a qualquer sentimento patriótico. (...) As realizações (feitos históricos) que, na opinião dos inquiridos, constituem motivos de orgulho para Portugal situam-se, em três quartos dos casos, em épocas mais ou menos recuadas. Entre as referidas à época contemporânea avulta a ruptura política alcançada em 1974” (Heimer, 1986: 11/12). “Para os jovens inquiridos, Portugal é um País onde se vive, porque é o nosso País, e não um País onde dá gosto viver; dois em cada dez jovens desejariam deixar Portugal na primeira oportunidade” (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1983: 112)

“A atitude face ao 25 de Abril parece-nos constituir um aspecto importante da representação da sociedade portuguesa, com peso na dinâmica cognitiva dessa representação, mas talvez sobretudo na sua dinâmica emocional” (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1983: 157). “Se para 70% dos jovens não é possível pensar a sociedade sem uma referência ao 25 de Abril, só para cerca de 40% essa referência é importante na análise que fazem da sua vida” (Instituto de Estudos para o

Desenvolvimento, 1983: 159). A posição ideológica encontra-se significativamente relacionada com a posição face ao 25 de Abril – os jovens de esquerda apresentam tendencialmente uma posição mais favorável relativamente a este acontecimento, enquanto os jovens de direita, denotam uma posição mais negativa.

Manuel Villaverde Cabral e outros autores (1991), denotam no início dos anos 90 um pendor materialista ou, quando muito, misto, na perspectiva dos portugueses face à actividade profissional, à noção de progresso, à acção sócio-económica do Estado e à ideia de felicidade. No mesmo sentido, estudos realizados sobre a realidade portuguesa apontam o facto de os valores dominantes na sociedade serem tendencialmente menos pós-materialistas do que o verificado da generalidade dos países europeus (Cruz, 1995b; Instituto de Ciências Sociais, 1998). Em compatibilidade com o actual nível de desenvolvimento económico do país e de acordo com a tese da *Revolução Silenciosa*, estas conclusões são fundamentadas por outros autores (Inglehart, 1977, 1993; Scarbrough, 1995).

No que respeita a Portugal, e em consonância com os resultados alcançados por Ronald Inglehart (1993), Jorge Vala (1993) verifica que “os valores materialistas, associados às necessidades económicas e ao bem-estar, são bastante mais salientes do que os valores pós-materialistas, associados à participação social e política e à expressão e desenvolvimento pessoal” (Vala; 1993: 257). Partindo do comportamento esperado do conjunto de variáveis que caracterizam a cultura política pós-materialista, verifica-se em Portugal um ambiente social e cultural desfavorável ao surgimento dos valores que caracterizam este fenómeno, constatando-se no conjunto de trabalhos realizados neste âmbito, um significativo alheamento ao mesmo. É, no entanto, de supor que junto dos jovens, e em particular junto dos estudantes universitários, a realidade seja consideravelmente diversa, uma vez que se trata de um grupo com um posicionamento social privilegiado.

De facto, entre os jovens portugueses, e em especial entre os mais instruídos, as tendências materialistas cedem lugar a outras mais associadas ao pós-materialismo, tal como a valorização da liberdade de expressão, da auto-realização, da igualdade, da ecologia e dos valores hedonistas. Em paralelo, assiste-se a uma desafecção dos

jovens relativamente aos valores tradicionais conservadores, quer de ordem política, quer moral (Instituto de Ciências Sociais, 1998).

“A sociedade portuguesa, embora não atravessando um período de *orogenia* intensa (com transformações *metamórficas* – crise de valores, conflitos intergeracionais, etc.) está a orientar-se por novas correntes sócio-culturais (...) são os jovens – mas sobretudo os mais instruídos – que, de facto, estão na vanguarda destas novas correntes sócio-culturais, de orientação mais «pós-materialista»” (Instituto de Ciências Sociais, 1998: 52). São desta forma os indivíduos de melhor condição sócio-económica e com mais elevados índices de escolarização os que começam a denotar indícios de maior abertura aos valores de natureza pós-materialista, em particular à apologia da humanização da sociedade, combinando todavia este objectivo com um elevado nível de crescimento económico (Ferreira, 1998). Embora se verifiquem alguns sintomas de propensão para a adesão a valores pós-materialistas em Portugal, em particular junto dos jovens mais instruídos, estes não surgem numa forma pura, misturando-se com outros de cariz claramente materialista, face a necessidades sentidas a este nível ainda não satisfeitas. Parece assim que o aumento das taxas de escolarização também em Portugal está a frutificar, mas que, associado a um ambiente económico com dificuldades de desenvolvimento, faz evidenciar um cunho materialista muito forte na hierarquização axiológica.

5.2. A mudança cultural e as novas clivagens político-partidárias

Como já vimos, uma componente importante dos debates sobre o fenómeno pós-materialista centra-se na possível modificação da estrutura de clivagens políticas existentes nos sistemas democráticos. Análises realizadas sobre as clivagens político-partidárias desde os anos 20 e até aos anos 70, indiciavam que a maioria dos sistemas partidários apareciam estruturados em torno de tensões emergentes das relações sociais produzidas pela industrialização (Inglehart, 1977, 1993; Montero & Torcal, 1992).

De facto, de acordo com vários autores, o comportamento político, nomeadamente o eleitoral e principalmente na Europa Ocidental, tem vindo a registar alterações significativas nesta segunda metade do século (Crewe, 1976; Inglehart, 1990b; Montero & Torcal, 1994, 1995). Entre as hipóteses explicativas das alterações verificadas encontra-se o declínio nos níveis de lealdade e identificação político-partidária (Inglehart 1977, 1988, 1993), o enfraquecimento do poder de atracção ideológico (Rodrigues da Silva, 1994), a perda da tradicional capacidade de segmentação da categoria sócio-económica e da religião (Lijphart, 1980; Inglehart, 1993, 1998; Montero & Mariano, 1992, 1994; Giddens, 1999) - a tese da mudança cultural adquire valor acrescido quanto à sua capacidade explicativa (Inglehart, 1977, 1993; Montero & Torcal, 1992, 1994).

Esta tese fundamenta-se, como vimos anteriormente, no facto de, durante as últimas décadas, se ter verificado um amenizar das tensões políticas de carácter sócio-económico devido às novas gerações, cujas experiências de socialização decorreram sem problemas de carácter económico, mudarem substancialmente o respectivo sistema de valores incorporando um conjunto de valores não económicos. Estudos realizados nas últimas décadas sobre um conjunto de países, nomeadamente sobre Espanha, têm vindo a corroborar a teoria de que são as gerações mais jovens as que mais expressivamente se apresentam como portadoras dos novos valores e motivações, designados por pós-materialistas (Almond & Verba, 1989; Graff & Geoffrey, 1996; Inglehart, 1977, 1990a, 1993, 1998; Montero & Torcal, 1992, 1994, 1995). Legitimando a reflexão da *Revolução Silenciosa* de Inglehart (1977), diversos trabalhos de investigação nesta área atribuem à melhoria generalizada das condições sócio-económicas e à elevação das taxas de escolarização, que lhe estão directamente associadas, uma das razões das profundas alterações registadas na cultura política nas últimas décadas (Montero & Torcal, 1992, 1995; Scarbrough, 1995).

O conflito político parece, assim, começar a estruturar-se em torno dos novos valores pós-materialistas, relacionados com a qualidade de vida, com a liberdade individual, a igualdade social e a procura de realização pessoal, apesar de, em paralelo, prevalecerem os conflitos tradicionais de carácter sócio-económico não resolvidos. A *velha política* centrada nos valores do crescimento, da ordem pública, da segurança nacional e do modo de vida tradicional, parece estar a originar um novo contexto político caracterizado por valores orientados para os problemas ambientais, das minorias étnicas,

da auto-realização, da qualidade de vida. Os partidos tradicionais (religiosos, políticos, regionais, sociais...) parecem perder importância como factor de identificação e de segmentação das atitudes e dos comportamentos políticos. Concomitantemente surgiram novos grupos e movimentos que adoptaram como causa os novos valores que adquirem cada vez mais importância nas sociedades modernas: a ecologia, o ambiente, as minorias, etc... Os factores ideológicos e culturais tradicionais deixaram, pelo menos aparentemente, de ser o principal factor de diferenciação das propostas dos programas partidários. Cada vez mais, as propostas político-partidárias se dirigem indiferenciadamente ao eleitorado, sem entrar em consideração com clivagens sócio-económicas, procurando alcançar uma adesão generalizada.

Para além da convencional proposição de assegurar as condições de bem estar e de satisfação das necessidades económicas e sociais, evidenciam-se cada vez mais expressivamente os valores da solidariedade, da liberdade, da participação, em suma, da qualidade de vida. Estes valores apresentam-se naturalmente articulados, porque decorrentes das mesmas necessidades e raízes, contudo, face aos parâmetros tradicionais, ideologicamente descomprometidos, em detrimento da supremacia dos objectivos economicistas e dos projectos ideologicamente justificados.

É assim de supor que, à semelhança de outros países industrializados, também em Portugal este fenómeno comece a manifestar-se, mesmo que timidamente e particularmente em determinados sectores da sociedade, como o demonstram diversos estudos realizados sobre o fenómeno junto da população portuguesa (Heimer, Vala & Viegas, 1990b, Vala, 1994; Cruz, 1995b; ICS, 1998; Cabral & Pais, 1998). É, assim, de supor que a população universitária em especial seja um espaço privilegiado desta transformação. Foi atendendo a esta hipótese que se optou por estudar empiricamente uma população universitária, ou mais especificamente, uma amostra da população estudantil da Universidade de Évora.

Nos pontos que se seguem, com o propósito de aferir a segmentação político-partidária que imprime a emergência da dimensão materialista / pós-materialista, analisa-se inicialmente a existência ou não desta dimensão e, no caso afirmativo, as suas características básicas. Procurando explorar algumas das dimensões da mudança

cultural junto de uma amostra dos estudantes da Universidade de Évora, estamos desde já conscientes da possibilidade de existência de variáveis exógenas ao âmbito da análise, contidas nas inter-relações complexas do fenómeno analisado, que no entanto não podemos controlar. Examinar-se-à posteriormente a incidência da mudança cultural na estrutura de clivagens políticas e, por último, o impacto da mudança cultural na segmentação da estrutura de apoios eleitorais.

Não sendo propósito da presente pesquisa analisar a mudança cultural na sua perspectiva evolutiva (com base em gerações, ou anos), mas apenas testar a implantação do fenómeno pós-materialista junto dos estudantes da Universidade de Évora, parte-se do pressuposto, com base em trabalhos já realizados como apresentado anteriormente, que a evolução da sociedade portuguesa se processa de forma similar às demais sociedades ocidentais (mesmo que mais lentamente), isto é, movendo-se em direcção aos valores “pós-modernos”. É neste sentido que se fala de mudança cultural.

5.3. A dimensão materialista / pós-materialista junto dos estudantes da Universidade de Évora

O primeiro passo no estudo das questões relativas à mudança na cultura política é determinar a existência ou não de uma nova dimensão de valores junto da população em estudo⁴. Assim, neste ponto, após a verificação da existência de uma dicotomia na prioridade concedida aos valores em materialistas e pós-materialistas, estudar-se-à um conjunto de características básicas inerentes ao fenómeno pós-materialista junto da amostra constituída pelos estudantes universitários referida.

⁴ Referimo-nos aos indicadores de mudança cultural utilizados para medir esta nova dimensão (Inglehart, 1977, 1993) e não ao quadro de valores que definem e caracterizam a mesma, o que requereria um estudo aprofundado dos valores, o que não está no âmbito do presente trabalho, como se explicou no *Plano Metodológico da Investigação*.

5.3.1. A representação da dimensão materialista / pós-materialista

Com base na bateria de indicadores de Ronald Inglehart (1977, 1998), e num conjunto de outros indicadores que lhe foram acrescentados em trabalhos recentes realizados por dois autores espanhóis, Ramón Montero & Mariano Torcal (1992, 1994, 1999), tendo-lhes sido ainda acrescentados três indicadores que interessou testar à luz da nossa realidade⁵, a bateria de indicadores da mudança cultural aqui utilizada comporta o conjunto de indicadores referidos no quadro nº5.1..

Para alcançar a comprovação da existência de uma dimensão materialista / pós-materialista nesta bateria, procedeu-se ao teste de associação entre o conjunto de indicadores constituintes da primeira e segunda opção, quanto aos objectivos prioritários para o país nos próximos 10 anos⁶. De facto, a análise da associação entre estes indicadores revelou-se significativa, possibilitando confirmar a existência de dois grupos de indicadores que demonstram a existência de uma dimensão com duas direcções opostas: a materialista por oposição à pós-materialista⁷, em concordância com as classificações de que inicialmente se partiu. Só o indicador “melhorar a educação e a saúde pública” apresenta um comportamento excepcional face às classificações anteriores.

Considerado por Montero & Torcal (1992, 1994) como materialista, junto da amostra em análise “melhorar a educação e saúde pública” assume um comportamento indiferenciado tendo por referência a dimensão materialista / pós-materialista, apresentando valores igualmente significativos quando associado a um ou outro pólo desta dimensão⁸. Face a esta dupla valência optou-se pela respectiva classificação como misto.

⁵ Ver quadro nº8. do Plano Metodológico da Investigação.

⁶ Ver Plano Metodológico da Investigação, C).

⁷ Ver quadro nº9., 10. e 11 do Plano Metodológico da Investigação.

⁸ Este indicador engloba duas componentes distintas: a educação e a saúde; apesar de aparentemente similares pelo carácter de necessidade social básica, podem ser interpretadas de modo diverso por referência à dimensão materialista / pós-materialista. Enquanto a priorização da melhoria da saúde pública traduz inquestionavelmente uma necessidade de segurança física e por isso de carácter materialista, a priorização da educação afigura-se independente da satisfação de necessidades de segurança, quer físicas, quer económicas, associando-se antes à satisfação de necessidades de realização pessoal, e portanto, mais próxima do pós-materialismo. É, assim, natural que a junção das duas componentes num único indicador conduza a um comportamento indiferenciado relativamente à dimensão materialista / pós-materialista.

Quadro nº5.1. Distribuição dos indicadores materialistas e pós-materialistas pela 1ª a 2ª opção quanto aos objectivos prioritários para o país nos próximos 10 anos

Indicadores materialistas	1ª opção	2ª opção	TOTAL
Manter um elevado nível de crescimento económico	19.7	4.8	24.5
Lutar contra o desemprego	8.4	6.6	15
Aumentar os rendimentos das pessoas	3.3	8.1	11.4
Diminuir a insegurança dos cidadãos	1.2	3.9	5.1
Controlar a subida dos preços	1.8	1.2	3.0
Lutar contra o tráfico de droga	0.3	2.4	2.7
Manter as cidades e os campos limpos	0.3	1.5	1.8
Combater a delinquência	0.6	0.9	1.5
Um governo com autoridade	0.3	0.9	1.2
Garantir forças armadas fortes para a defesa do país	0.3	0.6	0.9
Lutar contra o terrorismo	0.6	0.3	0.9
Indicadores pós-materialistas	1ª opção	2ª opção	-
Diminuir as desigualdades sociais	12.5	12.8	25.3
Proteger o ambiente	4.8	11.3	16.1
Dar aos cidadãos maior capacidade de intervenção nas decisões importantes do governo	7.2	6.9	14.1
Evoluir para uma sociedade mais humana e menos impessoal	8.1	3.9	12
Evoluir para uma sociedade em que as ideias são mais importantes do que o dinheiro	3.0	3.6	6.6
Defender a liberdade de expressão	1.8	1.8	6.3
Procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias	0.9	2.4	3.3
Promover a participação das pessoas nas actividades culturais	1.5	1.5	3.0
Lutar contra a corrupção	0.9	1.8	2.4
Indicador misto	1ª opção	2ª opção	-
Melhorar a educação e a saúde pública	18.2	17.3	35.5
(não respostas)	4.3	5.5	10.2
TOTAL	100	100	-

Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº10).

O traçado desta bateria procura reflectir as preocupações não imediatas, mas de longo prazo dos cidadãos, tendo como propósito, nas palavras de Ronald Inglehart “registrar cosas que casi todo el mundo considera deseables, como debe ser en cualquier batería diseñada para medir el cambio de prioridades entre los valores básicos” (Inglehart, 1998: 158).

O quadro nº5.1. indica a percentagem de respostas alcançadas em cada um dos indicadores da bateria em função da sua selecção enquanto primeira ou segunda opção. Os resultados obtidos quanto às preocupações dos inquiridos merecem-nos os seguintes comentários:

- O indicador mais escolhido enquanto primeira opção para o país “manter um elevado nível de crescimento económico” (com 19,7% das respostas totais para a primeira opção) vem de encontro a um conjunto de conclusões de trabalhos prévios que atribuem a Portugal ainda um forte pendor materialista (Cabral, 1991; Inglehart, 1993; Vala, 1993; Cruz, 1995b; Scarbrough, 1995), apesar de este resultado remeter para uma população com uma posição previsivelmente privilegiada na sociedade portuguesa quanto à adopção de valores pós-materialistas;
- “Lutar contra o desemprego” e “aumentar o rendimento das pessoas” são ainda dois outros indicadores de carácter materialista que apresentam percentagens significativas e que parecem reflectir necessidades materiais ainda prementes de entre o grupo analisado. Estes resultados vão de encontro aos decorrentes de estudos realizados pelo Instituto de Ciências Sociais (1989; 1998) que afirmam que a maior preocupação dos jovens portugueses se centra em aspectos relacionados com a segurança material e o emprego;
- “Diminuir as desigualdades sociais”, “proteger o ambiente” e “dar aos cidadãos maior capacidade de intervenção nas decisões importantes do governo” constituem os indicadores pós-materialistas mais cotados, afirmando-se assim de modo igualmente significativo a importância das questões relacionadas com a qualidade de vida: a igualdade social, a protecção ambiental e a participação política. A igualdade social deve aqui ser entendida, tal como preconizado por Montero & Torcal (1992), em sentido *sociotrópico*,⁹ uma vez que não remete para questões relativas à segurança económica pessoal, mas para uma nova perspectiva valorativa dos pós-materialistas que visa o bem estar comunitário. Não deixa, no entanto, de comportar uma preocupação de carácter económico.

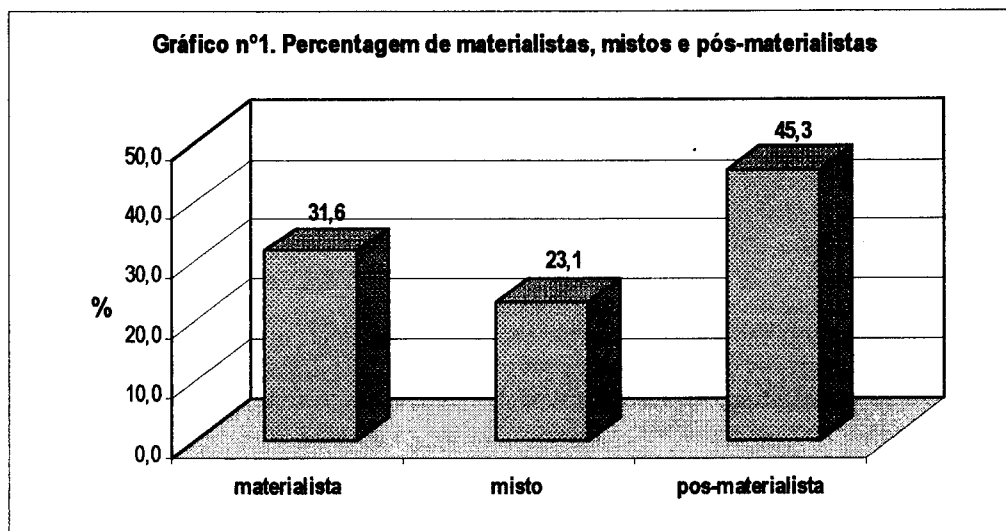
⁹ O *sociotropismo* diz respeito a interesses que, apesar de pessoais, remetem para problemas da colectividade no seu conjunto, como é o caso da igualdade social para os pós-materialistas. Os indivíduos podem ter interesse numa maior igualdade social apesar de possuírem uma posição favorável, visando apenas indirectamente o seu bem estar pessoal (Montero & Torcal, 1992).

Verifica-se um certo equilíbrio nas opções materialistas e pós-materialistas, realçando-se contudo uma relativa primazia da escolha de indicadores conotados com os valores materialistas, ou mais concretamente com valores de carácter económico, como primeira opção. Resultados similares foram alcançados por um estudo levado a cabo pelo Instituto de Ciências Sociais (1998), revelando igualmente “manter um alto nível de crescimento económico” como o indicador com maior percentagem de opção como primeira prioridade. “Os jovens portugueses mostram-se efectivamente bastante relutantes em pôr de parte algumas preocupações de natureza materialista, não sentido totalmente superadas necessidades de bem-estar material e segurança física” (Ferreira, 1998: 186). De facto, na sociedade portuguesa as necessidades de natureza económica parecem ainda não plenamente satisfeitas concorrendo para que, mesmo junto de uma população previsivelmente mais pós-materialista, os valores materialistas detenham uma forte implantação. Todavia, a hipótese de que junto dos estudantes seria de esperar uma aspiração à satisfação de necessidades de topo da hierarquia de Maslow, e desta forma uma expressiva prevalência da opção por indicadores de cariz pós-materialista, verifica-se na amostra em análise, como os dados indicam, sendo de supor que numa amostra representativa da população portuguesa o peso dos valores materialistas seja consideravelmente superior e, portanto, concordante com os resultados de um conjunto de estudos realizados (Cabral, 1991; Inglehart, 1993; Vala, 1993; Cruz, 1995b).

“Melhorar a saúde e a educação pública” detém a mais significativa percentagem de respostas no conjunto da primeira e segunda opção, facto perfeitamente compreensível face ao congregar neste indicador de duas necessidades básicas – a saúde e a educação – passível de ser privilegiado tanto por aqueles que apologizam valores de carácter materialista, como os que se orientam para valores pós-materialistas.

De facto, e como verificado entre os jovens portugueses, na amostra estudada existe como que uma articulação ou harmonização entre valores materialistas e pós-materialistas “indicadora de uma ética perante a vida e a sociedade que podemos designar de *pós-materialismo defensivo*, e que se traduz na assunção de alguns valores tipicamente pós-materialistas sem que tal implique, necessariamente, o abandono de atitudes tradicionalmente conotadas com o materialismo, com a preocupação com o (des)emprego e com o crescimento económico” (Ferreira, 1998: 241).

Com base nas definições metodológicas enunciadas no *Plano Metodológico da Investigação*, calculou-se o número de indivíduos materialistas, pós-materialistas e mistos¹⁰, cujos resultados constam no gráfico nº1.



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão nº10).

Conforme a suposição inicial, o número de indivíduos pós-materialistas junto dos universitários é bastante significativo atingindo quase metade da população estudada (45,3% dos inquiridos). Apesar de não dispormos de dados comparativos¹¹, supondo que, à semelhança de outros países ocidentais, também em Portugal se processa uma mudança cultural suportada na substituição inter-geracional (Inglehart, 1977, 1988, 1993, Montero & Torcal, 1992, 1995), estes resultados associados ao facto de se ter verificado um crescimento da população universitária nas últimas décadas, poderão contribuir para explicar a ocorrência de uma mudança cultural assente na substituição de gerações, consistindo no afirmar dos valores pós-materialistas.

¹⁰ Recorde-se: são definidos como materialistas os indivíduos que escolhem como primeira e segunda opção para o país dois indicadores que representam valores materialistas conforme o definidos no quadro nº5.1.; são pós-materialistas os indivíduos que optam por dois indicadores pós-materialistas, e mistos os que congregam a opção por um indicador materialista e um pós-materialista. Sempre que esteja em causa a opção por “melhorar a educação e a saúde pública”, e como referido anteriormente, o quadro de valores que este indicador assumirá será condicionado pelo outro indicador seleccionado pelo respondente.

¹¹ Eurico Figueiredo (1988) aponta, como resultado de uma investigação realizada sobre os jovens portugueses, para a existência de 25,4% de materialistas, 21,6% de pós-materialistas e 50,6% mistos. Trata-se de uma amostra representativa e por isso com resultados bastantes menos expressivos dos valores pós-materialistas, comparativamente àquela que agora se analisa.

Os estudantes universitários constituem um grupo privilegiado da sociedade portuguesa no que respeita à adesão ao pós-materialismo na medida em que concentram em si as variáveis mais determinantes do seu surgimento, sendo então natural que estes resultados contrariem os que atribuem à população portuguesa em geral um vincado cariz materialista. Da mesma forma, Inglehart com a preocupação de comparar a representatividade de materialistas e pós-materialistas, referindo-se à geração de 70, regista que “los posmaterialistas (...), entre los estudiantes universitarios sobrepasaban numéricamente, con mucho, a los materialistas” (Inglehart, 1998: 186). “The Post-Materialist type is much more prevalent among the younger university-educated cohorts than elsewhere” (Inglehart, 1977: 82). Apesar de na década de 70 os estudantes universitários assumirem uma postura contra-cultural relativamente ao resto da sociedade, como preconizado por estudiosos deste período, como Theodore Roszak (1984) ou G. Fernández de la Mora (1973), parece conclusivo afirmar-se que o contexto estudantil universitário cria condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento dos valores pós-materialistas.

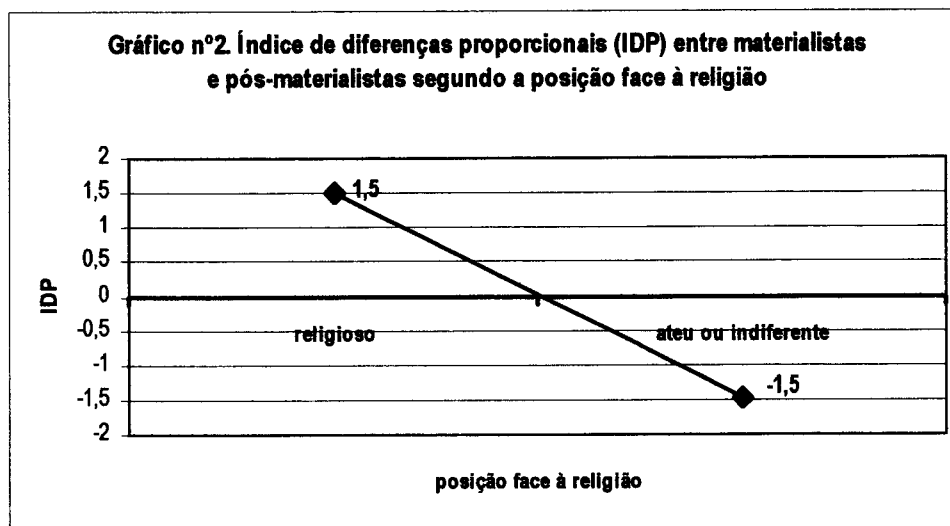
5.3.2. A presença dos valores pós-materialistas na cultura política

Interessa agora saber até que ponto os valores pós-materialistas estão presentes na cultura política dos estudantes da Universidade de Évora contemplados na amostra. Com este propósito recorreu-se à análise da relação entre o Índice de Diferenças Proporcionais¹² e um conjunto de variáveis: a religiosidade, a classe social de origem, o nível de interesse pela política, o nível de informação política, a idade, o curso de frequência, o sexo e a localidade de residência. Pretende-se, assim, aferir como se comportam os indivíduos pós-materialistas relativamente a estas variáveis e, desta forma, definir as características sociais básicas que lhe estão subjacentes.

Como apontado na *Parte IV* deste trabalho, os índices mais significativos de pós-materialismo estão associados à secularização e aos estratos sócio-económicos mais elevados; daí que seja de supor que os indivíduos que privilegiam os valores pós-

¹² O Índice de Diferenças Proporcionais (IDP) consiste em subtrair a percentagem de materialistas à dos pós-materialistas (Montero & Torcal, 1992), devendo ler-se os gráficos da seguinte forma: os valores positivos enunciam uma prevalência de materialistas sobre os pós-materialistas, enquanto os valores negativos significam um maior número de indivíduos pós-materialistas por comparação aos materialistas.

materialistas sejam tendencialmente menos religiosos e pertençam às categorias sócio-económicas mais elevadas. Nos gráficos nº2 e nº3 analisam-se estas duas variáveis.



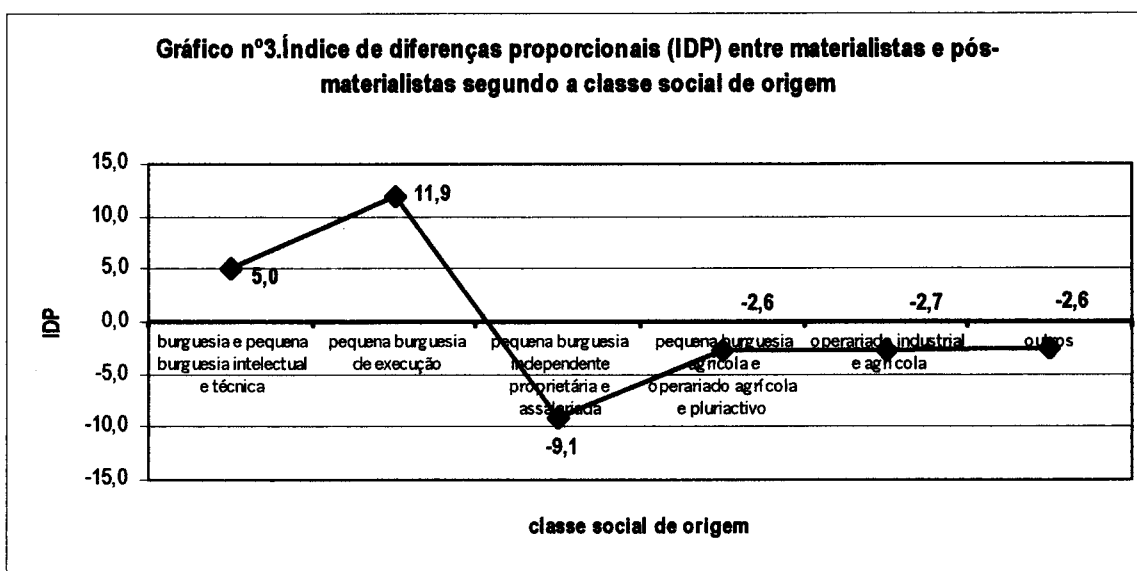
Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº10 e 13).

De facto, relativamente à religião¹³, os pós-materialistas autoidentificam-se, tendencialmente, como ateus ou indiferentes, enquanto os materialistas se definem como religiosos. Estes dados sugerem que se trata de um desajustamento do novo quadro axiológico relativamente aos princípios que constituem a religião tradicional, como preconizado por Ronald Inglehart (1993). Como vimos, a posição dos pós-materialistas face à religião tradicional é de rejeição, apesar da necessidade que a reflexão teleológica e ascética assume no conjunto dos valores pós-materialistas.

Para o estudo da categoria sócio-económica de pertença dos estudantes optou-se pela construção de uma variável composta pelos níveis de instrução do pai e da mãe, as posições ou níveis funcionais na profissão de ambos e a dimensão da empresa de que

¹³ Os valores obtidos quanto à religiosidade dos inquiridos apontam para 56,7% de indivíduos que se auto-definem como religiosos. Esta percentagem de religiosos está relativamente aquém da alcançada em outros estudos sobre os jovens portugueses, como o realizado pelo Instituto de Ciências Sociais (1989), no qual 76,5% dos inquiridos se afirmaram católicos, ou outro produzido por João Sedas Nunes (1998), em que 85,3% dos jovens inquiridos se declaram católicos. Estes dados levam a supor que os jovens universitários apresentam menor tendência para a religiosidade do que a generalidade dos jovens portugueses, facto congruente com a preponderância de pós-materialistas aqui alcançada.

são proprietários, se fosse esse o caso, denominada *classe social de origem*¹⁴. A agregação deste conjunto de informação relativa à família de origem do respondente permite construir uma variável suficientemente expressiva da definição sócio-económica do mesmo.



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão nº10 e nº18 a 22).

Da análise do gráfico nº3¹⁵ verifica-se que os indivíduos das classes mais abastadas preconizam valores de ordem materialista: a burguesia¹⁶, a pequena burguesia intelectual e científica, e a pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia¹⁷, e ainda a pequena burguesia de execução¹⁸, são as classes sociais de origem em que se concentram mais indivíduos materialistas e menos pós-materialistas. Os pós-materialistas estão, no entanto, bem representados junto da pequena burguesia independente e proprietária, e da proprietária e assalariada¹⁹. Nas categorias mais baixas

¹⁴ Ver procedimento de construção desta variável no *Plano Metodológico da Investigação, C)*.

¹⁵ A distribuição da população inquirida pela variável *classe social de origem* encontra-se em anexo (*Anexo II*).

¹⁶ A burguesia define-se pelo controle dos meios de produção desenvolvendo relações de poder face a classes subalternas assalariadas. Estão integrados nesta classe, por exemplo, os dirigentes de empresas, os patrões e quadros superiores (Ferrão, 1982).

¹⁷ Estas duas classes desenvolvem relações de domínio sobre outros, quer do ponto de vista do controle do trabalho, quer de um certo domínio do saber, de que são exemplo os chefes de secção, os professores ou os jornalistas (Ferrão, 1982).

¹⁸ Similar à anterior, incluindo por exemplo, capatazes, contramestres (Ferrão, 1982).

¹⁹ Estas duas classes dizem respeito a trabalhadores directos, não recorrendo a trabalho assalariado – os *isolados* da indústria, do comércio e dos serviços (Ferrão, 1982).

o número de materialistas é praticamente equivalente ao dos pós-materialistas, apenas com uma ligeira prevalência destes últimos.

Os pós-materialistas não se situam, prevalentemente, nas classes mais elevadas nem nas mais baixas, estando mais concentrados numa classe que se pode considerar média, o que corrobora a tese de Inglehart de que “los posmaterialistas proceden de la clase media” (Inglehart, 1998: 336).

No que respeita ao interesse e informação sobre questões políticas, como vimos na *Parte IV*, é de supor que sejam os indivíduos que privilegiam os valores pós-materialistas aqueles que apresentam maior interesse e informação política (Gabriel & Deth, 1995). Da mesma forma que concluído para a generalidade das sociedades ocidentais (Milbrath & Goel, 1982; Almond & Verba, 1989), no nosso país diversos estudos confirmaram que são os mais escolarizados e de mais elevado nível sócio-económico os que detêm índices superiores de interesse e informação política (Heimer, 1986), esperando-se assim que junto da população em análise os resultados apontem para níveis mais significativos destas duas variáveis comparativamente ao que seria de esperar junto de uma amostra representativa da população portuguesa.

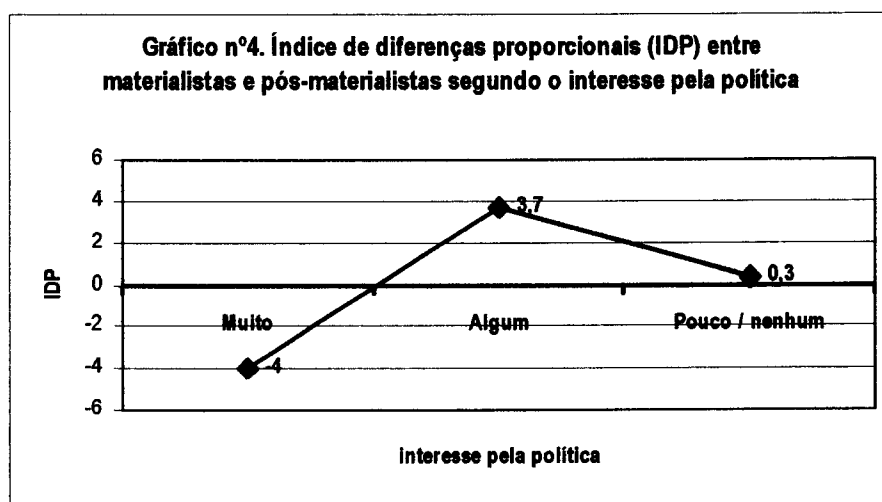
O interesse pela política é uma variável essencialmente subjectiva, como o sugeriram Almond & Verba (1989), pelo que se optou pela indagação directa aos inquiridos sobre a respectiva opinião acerca do interesse que nutrem pela política²⁰. Verifica-se que são os pós-materialistas os que afirmam ter muito interesse pela política, enquanto os materialistas indicam ter apenas algum interesse, conforme o gráfico nº4.

Relativamente ao nível de informação²¹ verifica-se, por um lado, em consonância com o referido anteriormente, que são os pós-materialistas os que detêm um nível de

²⁰ No que respeita a esta variável refira-se que, os resultados alcançados nesta pesquisa apontam para níveis relativamente baixos de interesse pela política – 18,5% dos inquiridos afirmam-se muito interessados, 50,4% dizem ter algum interesse, enquanto 31% têm pouco ou nenhum interesse pela política. Tendo em consideração que esta é uma população supostamente mais interessada pela política, é então razoável aceitar que a população portuguesa no seu todo apresente os valores mais baixos da Comunidade Europeia, no final da década de 80, quanto a esta variável, conforme concluído por Montero & Torcal (1990).

²¹ Recorde-se que a variável nível de informação política foi construída com base na resposta a cinco questões: frequência com que o indivíduo vê programas de televisão, ouve programas de rádio e lê artigos sobre assuntos políticos, e ainda a frequência com que conversa sobre política e com que lhe solicitam opiniões sobre assuntos políticos (*Plano Metodológico de Investigação, C*)).

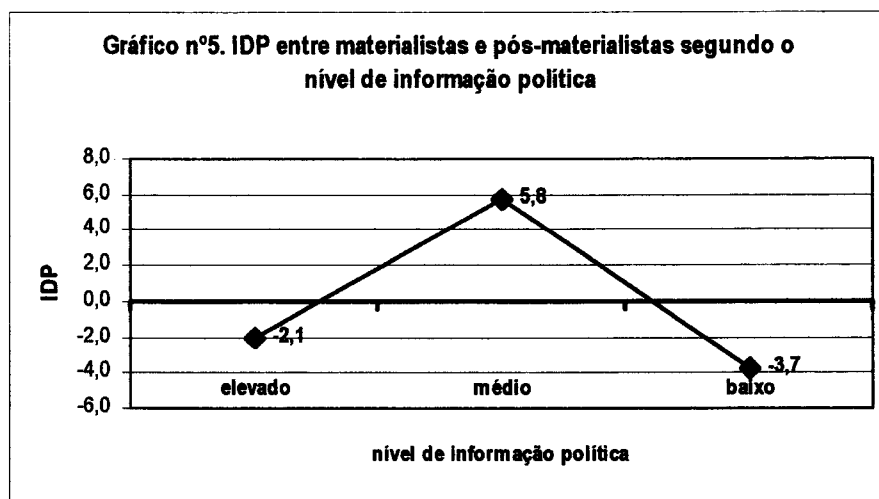
informação política mais elevado e os materialistas um nível apenas médio, porém, por outro lado, são igualmente os pós-materialistas os que detêm o nível de informação mais baixo. Poder-se-à justificar este facto pelo baixo nível de informação generalizado dos respondentes: 84,5% dos respondentes apresentam um nível medíocre de informação política, enquanto apenas 13,7% e 1,8% registam, respectivamente, um nível médio ou elevado.



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº1 e 10).

Trabalhos já realizados sobre o comportamento destas variáveis junto da população portuguesa indicam que Portugal apresenta valores bastantes inferiores à média europeia no que diz respeito à discussão de assuntos políticos e à tentativa de convencer outras pessoas dos pontos de vista pessoais (Santos & Dias; 1993); que é um dos países no qual a taxa de discussão política é mais baixa, juntamente com Espanha (Inglehart; 1993; Comissão Europeia, 1999); e ainda, que Portugal apresenta *déficit* relativamente ao nível cognitivo e informativo no que respeita à exposição aos meios de comunicação social (Cabral et. al.,1991).

Este não é, no entanto, um problema particular do nosso país, verificando-se igualmente em países considerados politicamente mais envolvidos, como é o caso dos Estados Unidos da América, considerado por Almond & Verba (1989) como um país em que a “Cultura Cívica” estaria particularmente implantada, país este que evidencia índices de alheamento significativos quanto à atenção dos jovens à informação política veiculada pelos meios de comunicação social e ao envolvimento em conversas políticas (Bennett, 1997a).



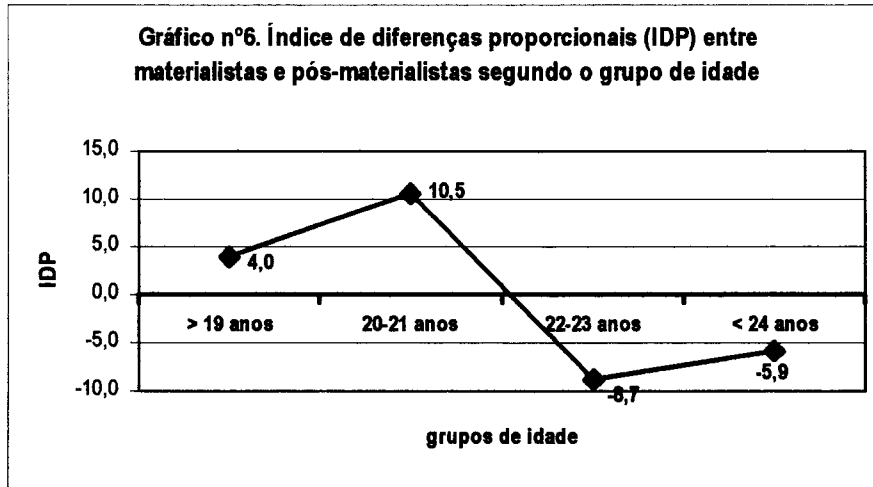
Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão n.º10 e n.º2 a 6).

Sobre a deficiente mobilização política dos portugueses, Manuel Villaverde Cabral argumenta “tanto a procura de informação como a disposição (...) para discutir assuntos de carácter político constituem, em si próprias, manifestações potenciadoras do exercício da cidadania” (2000: 96). Para a plena assunção da cidadania política, o autor preconiza a mobilização dos cidadãos para a vivência do espaço público como forma da politicização respectiva. Considerado pelo autor o espaço privilegiado de mobilização política, defende a necessidade de que os cidadãos o vivam, mas politicamente despertos (Cabral, 2000).

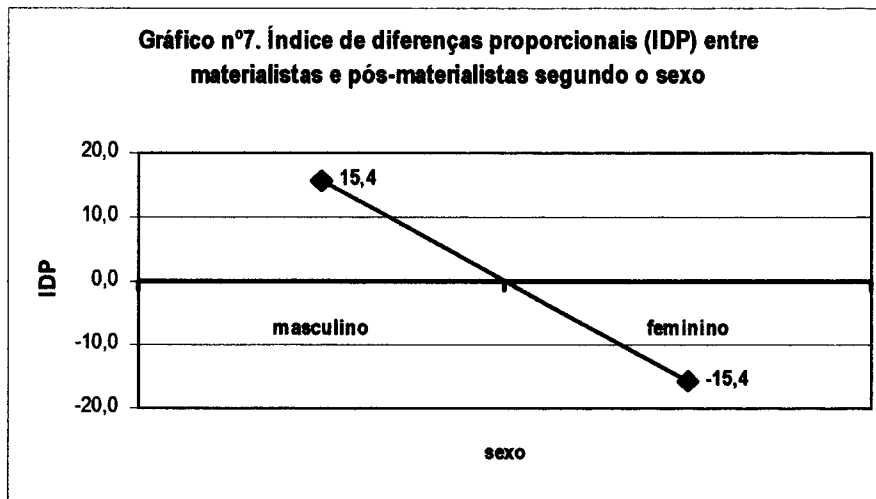
A passividade e a despoliticização generalizadas que parecem grassar em Portugal (Lourenço, 1989; Cruz, 1995b), associadas ao sentimento de insatisfação e descrédito relativamente às instituições políticas, como se referiu anteriormente, poderão ser também explicativos de um alheamento generalizado destes estudantes, tornando mais difícil o diferenciar das duas dimensões em análise no que respeita a estas variáveis.

Observe-se nos gráficos seguintes em que grupos etários, sexo, cursos e local de residência se concentram os pós-materialistas²².

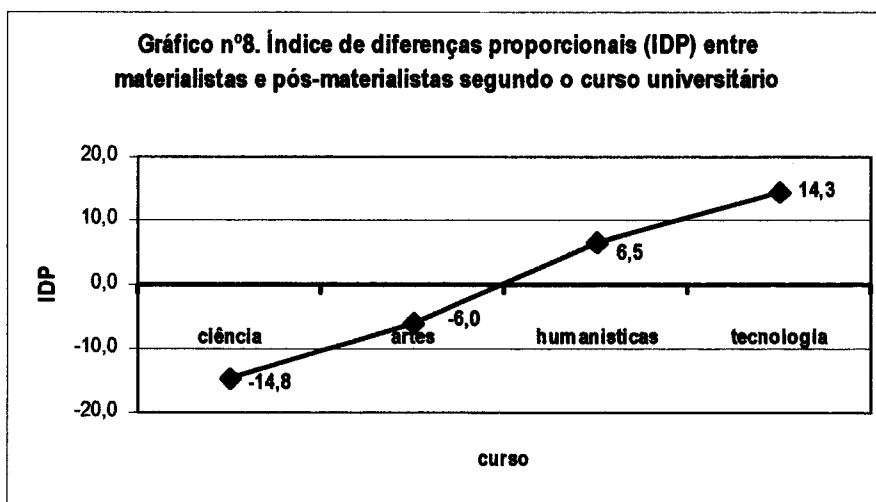
²² A distribuição da população inquirida de acordo com o grupo de idade encontra-se em anexo (*Anexo II*).



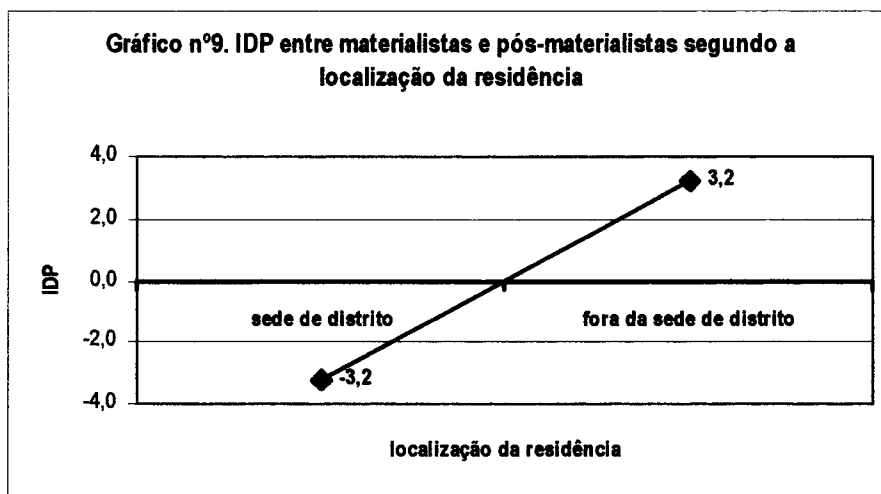
Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº10 e 23).



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº10 e 24).



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº10 e 25).



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº10, 27 e28).

Como se depreende das representações gráficas, o Índice de Diferenças Proporcional é negativo nos grupos etários que compreendem os respondentes dos 22 aos 24 e mais anos, junto dos indivíduos do sexo feminino, para os que frequentam cursos de ciências e artes, e para os residentes em locais que constituem sede de Distrito, pelo que se regista junto destes um predomínio dos pós-materialistas sobre os materialistas.

Sendo a generalidade da população universitária jovem, os resultados quanto à segmentação do grupo etário relativamente à dimensão materialista / pós-materialista não são particularmente elucidativos, uma vez que estamos a analisar indivíduos pertencentes a estratos etários, os quais, no seu todo, compreendem diferenças de pouco mais de cinco anos²³ numa população já de si bastante homogénea, pelo que a diferenciação entre grupos de idade resulta meramente indicativa.

Ao inverso da tese pós-materialista verifica-se, nesta análise, uma maior representação dos valores pós-materialistas junto das raparigas comparativamente aos rapazes, talvez porque os factores que tipicamente condicionam a opção por valores materialistas, entre os quais a escolaridade, neste caso não se façam sentir junto da população feminina. Apesar de as mulheres serem tendencialmente menos pós-materialistas do que os homens, parece reconhecer-se uma significativa tendência para o desvanecimento desta diferença (Inglehart, 1977) e talvez estes resultados o queiram significar.

²³ Dos 335 inquiridos apenas 19 tinham idade inferior a 19 anos e 35 tinham idade superior a 24 anos.

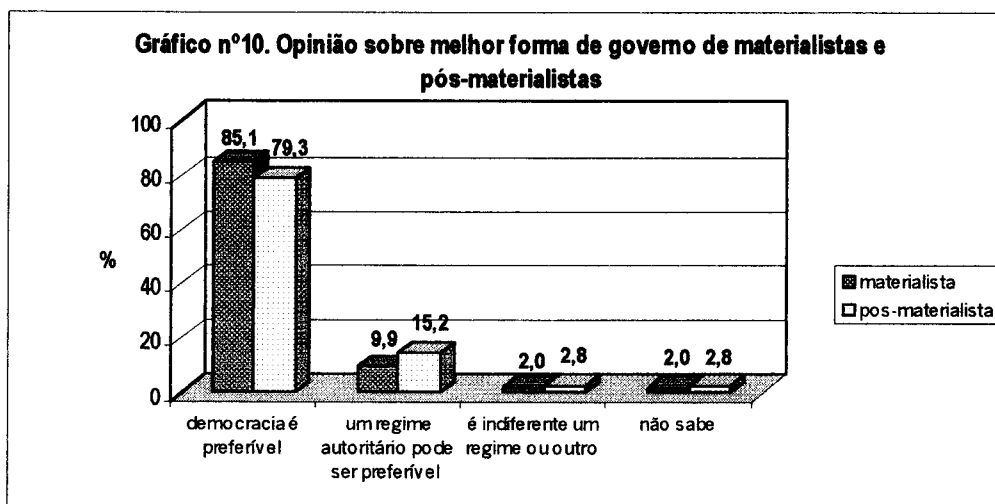
A representação dos pós-materialistas é, também, superior nos cursos de ciências (Biologia, Ciências do Ambiente, Física e Química e Matemática) e arte (Artes Plásticas, Estudos Teatrais, Arquitectura Paisagista e Música), por oposição a humanidades (Economia, Sociologia, Filosofia e História) e tecnologia (Engenharia Biofísica, Engenharia Informática, Engenharia dos Recursos Hídricos e Engenharia Agrícola). Sendo o pós-materialismo caracterizado por valores tais como a preservação ambiental, a auto-realização pessoal e a qualidade de vida, parece existir nos indivíduos que frequentam os cursos de ciências e arte uma maior sensibilidade e adesão relativamente aqueles valores, eventualmente veiculada e reforçada pela natureza dos próprios cursos. Os cursos tecnológicos, por seu turno, mais relacionados com o desenvolvimento técnico e tecnológico e em geral com a quantificação parecem por isso associar-se mais a valores materialistas relacionados com a segurança, a ordem e o bem-estar material.

Como vimos anteriormente, o cosmopolitismo, por oposição ao ruralismo, parece fomentar a mudança cultural e acentuar a adesão a valores de carácter pós-materialista. Recuperando a argumentação de Verba, Nie & Kim (1978) e de Milbrath & Goel, (1982) os indivíduos inseridos em meios urbanos encontram-se num ambiente de maior intensidade de interacção social, maior fluência e difusão da comunicação e maiores possibilidades de pertença e actividade em grupos e organizações, o que, como vimos, constitui terreno propício ao desenvolvimento dos valores pós-materialistas. Atendendo a esta premissa construiu-se a variável local de residência (no período de férias) que comporta dois indicadores: os indivíduos que têm como local de residência a sede de Distrito e os indivíduos que têm como local de residência uma localidade fora da sede de Distrito. Apesar de se supor que o viver na sede de Distrito está mais associado ao cosmopolitismo e o viver fora dela ao ruralismo, esta presunção está consciente de que a relação não é linear, sendo no entanto indicativa e é com esse entendimento que deve ser interpretada. Os dados são, no entanto, coerentes com esta lógica, sendo que, na nossa amostra, os pós-materialistas residem preponderantemente na sede de Distrito enquanto os materialistas residem fora da sede de Distrito, confirmando a premissa inicial.

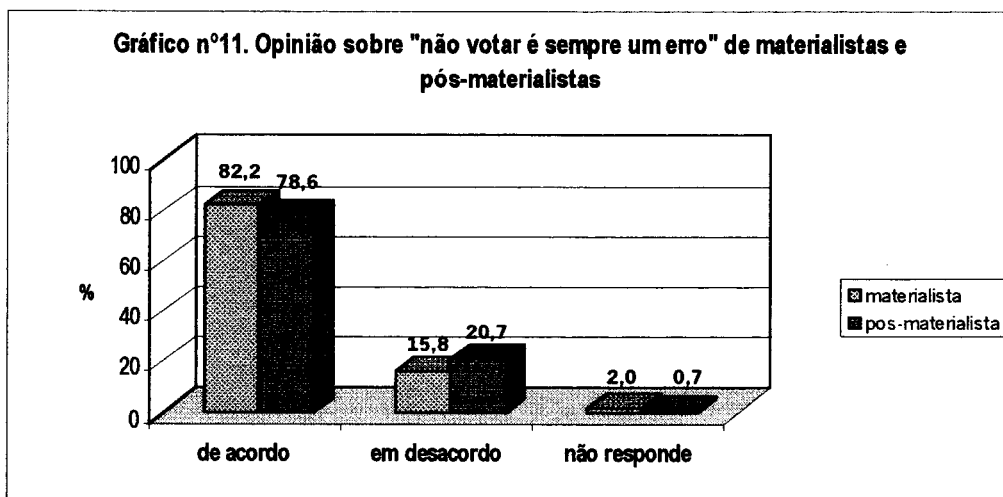
Pode então afirmar-se que o perfil médio dos estudantes pós-materialistas analisados é o de um indivíduo do sexo feminino, com idade compreendida entre 22 e os 24 anos, a frequentar um curso da área de ciências ou arte, cuja residência em tempo de férias se situa numa sede de Distrito, pertencendo os seus progenitores à pequena burguesia independente e proprietária, ou à pequena burguesia proprietária e assalariada e, portanto, a estratos sócio-económicos médios, enquanto no que respeita às convicções religiosas é ateu ou indiferente à religião, e politicamente muito interessado.

5.3.3. Alguns dados sobre a cultura política dos pós-materialistas

Pretende-se, neste ponto, proceder à caracterização dos estudantes materialistas e dos pós-materialistas relativamente a um conjunto de variáveis da cultura política. De facto, as diferenças entre materialistas e pós-materialistas tornam a surgir quando se analisam algumas atitudes relacionadas com a percepção dos cidadãos sobre o sistema político, com a participação no processo político, ou com a afinidade sentida relativamente a grupos e a organizações sociais.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº8 e 10).



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº7 e 10).

Relativamente à opinião dos respondentes sobre a melhor forma de governo²⁴ há a registar, pelo lado dos pós-materialistas, uma menor preferência pelo regime democrático representativo e, em simultâneo, uma maior abertura à possibilidade de em algumas circunstâncias um regime autoritário poder ser preferível ao regime democrático, comparativamente aos materialistas (gráfico nº10). Esta postura é reafirmada quando questionados sobre a concordância com a afirmação “não votar é sempre um erro”²⁵ (gráfico nº11). Também nesta situação os pós-materialistas se revelam mais libertos quanto à possibilidade de não votar não constituir de facto um erro.

Como vimos ao longo destas páginas, e designadamente com base nos trabalhos de Inglehart, os aderentes aos valores pós-materialistas são politicamente mais insatisfeitos (1977, 1993, 1998). Articulada a esta insatisfação está uma outra atitude, a de desafecção (Montero, Gunther & Torcal, 1997) que comporta o afastamento e o

²⁴ Para 81,8% do total de inquiridos a democracia é a forma de governação preferível, enquanto 12,5 afirma que um regime autoritário pode ser preferível ao democrático em determinadas circunstâncias, para 2,1% um ou outro regime é indiferente e 3,6% não têm opinião. Estudos realizados sobre a população portuguesa apresentam percentagens similares, embora ligeiramente superiores (na ordem dos 90%) para os apoiantes do regime democrático (Almeida, 1990; Heimer, Vala & Viegas, 1990b). Os resultados são ainda semelhantes aos alcançados em estudos realizados sobre a sociedade espanhola: 85,7% concorda que o regime democrático é preferível a qualquer outro (Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000). Também Anthony Giddens aponta para percentagens superiores de aceitação do regime democrático (na ordem dos 90%), reportando-se a estudos realizados na Europa e Estados Unidos da América durante a década de 80 (Giddens, 1999).

²⁵ Do total de respondentes, 81,5% está de acordo em que não votar é sempre um erro, enquanto apenas 18,5% está em desacordo com esta ideia.

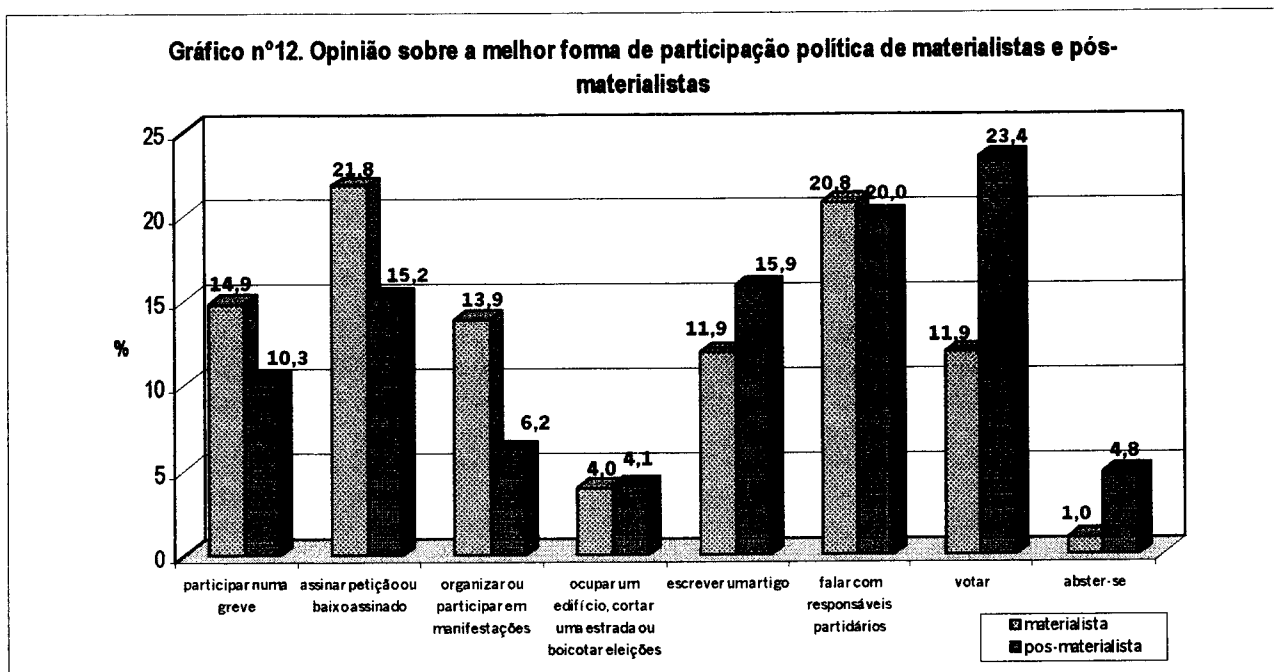
desinteresse dos indivíduos, em especial dos pós-materialistas, face aos sistema político, incluindo entre outros, sentimentos de desconfiança, rejeição e alienação, que José Ramón Montero denomina, no seu todo, de *síndrome de alienação política* (1992: 25).

É assim compreensível que estes estudantes pós-materialistas, entre outras manifestações de afastamento em relação ao sistema político que possam demonstrar, evidenciem uma maior tendência a rejeitar o sistema democrático como a melhor modalidade governativa, assim como, em conformidade, a discordar mais da necessidade de votar sempre, legitimando em certa medida a abstenção.

Estudos desenvolvidos em sociedades ocidentais (Inglehart, 1977; Verba, Nie & Kim, 1978; Almond & Verba, 1989) sobre a problemática da participação política têm vindo a apontar para uma crise nas modalidades tradicionais de participação política, à medida que um número crescente de cidadãos adere a modalidades alternativas de participação associadas aos valores pós-materialistas. Como concluímos teoricamente, os materialistas apresentam uma menor tendência a participar enquanto os pós-materialistas evidenciam uma maior propensão participativa (Montero & Torcal, 1992, 1994). Estas diferenças deverão ser tanto mais notórias quanto se trate de modalidades de participação não convencional (Peterson, 1990).

Considerando o participar numa greve, assinar uma petição ou abaixo assinado, organizar ou participar em manifestações ou marchas, ocupar um edifício público ou instalações de uma empresa, cortar uma estrada ou linha de comboio, boicotar ou impedir a realização de eleições e escrever um artigo ou carta para os meios de comunicação social, como formas de participação não convencional, e falar com os dirigentes, responsáveis do partido, com o Presidente da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal e votar no partido que lhe parece ser melhor para resolver o problema, como formas de participação convencional, constituindo não votar nas eleições ou não fazer nada formas de apatia política²⁶, analisem-se, no gráfico seguinte, os resultados obtidos quanto à melhor forma de participação política para os estudantes materialistas e os pós-materialistas:

²⁶ Sobre esta classificação ver no *Plano Metodológico da Investigação*, o quadro nº7.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº9 e 10).

Note-se, desde já, que 40,9% dos inquiridos concordam mais com formas de participação convencionais²⁷, enquanto 56,4% com formas não convencionais²⁸, e apenas 2,7% se abstêm de qualquer forma de participação.

Apesar de usualmente associados a índices elevados de participação não convencional, os pós-materialistas desta amostra revelam uma forte predilecção pelo voto como forma preferencial de defesa dos seus direitos ou interesses, apesar de também salientarem uma tendência mais expressiva para a abstenção, comparativamente aos materialistas. E, contrariamente ao esperado, são mesmo os materialistas aqueles que demonstram percentagens mais elevadas de opção pela maioria das modalidades de participação não convencional apresentadas. Não se verifica, assim, a relação esperada entre a adesão a valores materialistas por oposição a pós-materialistas e o privilegiar de modalidades de participação convencionais por oposição a não convencionais.

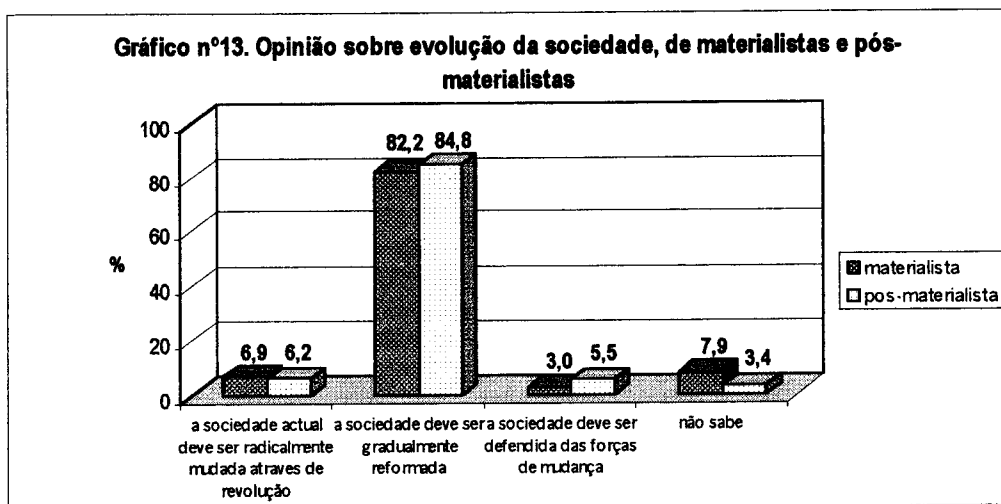
Carolina Hernández atesta que a evolução da cultura política portuguesa, desde o 25 de Abril e até à actualidade, não aponta para o desenvolvimento de valores

²⁷ Esta percentagem está distribuída da seguinte forma junto dos inquiridos: falar com dirigentes 22,1% e votar 18,8%.

²⁸ A distribuição é a seguinte: participar numa greve 13,4%, assinar uma petição ou abaixo assinado 16,4%, organizar ou participar em manifestações ou marchas 9%, ocupar um edifício público ou instalações de uma empresa, cortar uma estrada ou linha de comboio ou boicotar ou impedir a realização de eleições 4,8%, escrever um artigo ou carta para os meios de comunicação social 12,8%.

verdadeiramente pós-materialistas, argumentando que uma das debilidades da difusão dos valores pós-materialistas em Portugal, assenta, precisamente, na falta de aderência a modalidades alternativas de participação política (1996), apesar de os portugueses apologistarem um sistema político que garanta uma maior participação dos cidadãos (Heimer, 1986). Nesta pesquisa, os resultados apontam para uma expressiva opção dos inquiridos por modalidades de participação não convencionais, que surgem, no entanto mais associadas a um quadro de valores materialistas e portanto desenquadradas de uma lógica pós-materialista.

Sobre a necessidade ou não de evolução da sociedade actual e sobre a melhor forma de processamento dessa evolução, os resultados obtidos colocam materialistas e pós-materialistas em posições equiparadas entre si, como se indica no gráfico nº13:

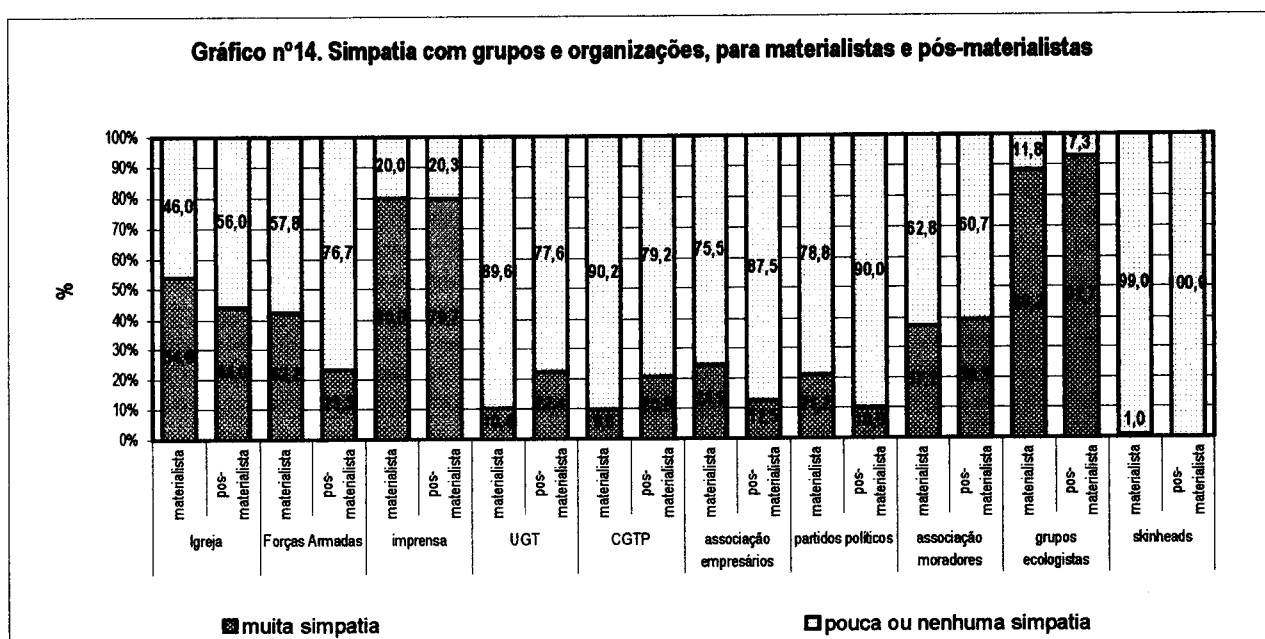


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº10 e 11).

Tanto os estudantes materialistas como os pós-materialistas parecem concordar que um aperfeiçoamento gradual da sociedade através de reformas é a melhor opção para a sociedade actual, ao invés de uma mudança radical através de uma revolução, ou da rejeição literal da mudança. Mais uma vez se verifica uma indiferença dos pós-materialistas desta amostra por formas de acção não convencionais, colocando-se a par

dos materialistas e contrariando, assim, as expectativas de uma atitude tendencialmente mais reactiva e contestatária da sua parte.

Um último aspecto destaca as diferenças entre materialistas e pós-materialistas – a simpatia sentida relativamente a um conjunto de grupos e organizações portuguesas. A valoração que lhes é atribuída pela positiva (muita simpatia) e pela negativa (pouca ou nenhuma simpatia), consta do gráfico seguinte²⁹.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº10 e 12).

A simpatia para com a Igreja, com as Forças Armadas e com as associações de empresários é, congruentemente, mais significativa junto dos materialistas, em conformidade com resultados alcançados por outros trabalhos (Montero & Torcal, 1992, 1994). Também os partidos políticos são mais cotadas pelos materialistas, o que vai de

²⁹ Os resultados obtidos junto do total dos inquiridos quanto à simpatia sentida para com este conjunto de grupos e organizações foram os seguintes: relativamente à Igreja, têm muita simpatia 29,9% dos inquiridos, contra 29% que não têm pouca ou nenhuma simpatia; as forças armadas contam com 15,8% contra 31% no mesmo sentido; a imprensa com 38,2% contra 10,4%; a UGT com 10,4% contra 39,4%; a CGTP com 10,7% contra 40,6%; as associações de empresários com 10,1% contra 41,8%; os partidos políticos 8,4 contra 43,3%; as associações de moradores com 17% contra 25,4%; os grupos ecologistas com 67,5 contra 6,6%, e por último, os skinheads com 0,6% contra 93,1%.

encontro ao descrédito dos pós-materialistas para com as instituições políticas, que aliás referimos anteriormente. Sobre a Igreja, refira-se um estudo levado a cabo pelo Instituto de Ciências Sociais (1998), que reflecte uma quebra gradual e acentuada na confiança que os indivíduos depositam nesta instituição, à medida em que se progride nos níveis de escolarização, apresentando os indivíduos com nível de instrução superior a mais baixa percentagem dos que lhe atribuem muita confiança.

Os pós-materialistas, por seu turno, simpatizam mais com os sindicatos, tal como concluído por Montero & Torcal (1992, 1994), quer seja a UGT, quer seja a CGTP, justificável à luz de uma maior preocupação com a igualdade social, como vimos. Estes estudantes simpatizam também mais com as associações de moradores e os grupos ecologistas, comparativamente aos seus colegas materialistas. Em particular os grupos ecologistas constituem uma expressão social concreta do desenvolvimento do pós-materialismo, pelo que a simpatia de 92,7% dos pós-materialistas por estes grupos apenas vem confirmar este facto. Como diria Robert E. Goodin, os movimentos e organizações ecológicas, por preconizarem um ideário exclusivamente centrado em preocupações pós-materialistas, reflexo de preocupações relativas à qualidade de vida, apresentam-se como portadores de valores verdadeiramente pós-materialistas, e por isso, o autor defende que o pós-materialismo não é mais do que o corolário da *teoria política verde*, face ao seu absoluto descomprometimento das questões de natureza material (Goodin, 1995). Como atesta Inglehart, “el giro hacia los valores posmodernos ha ocasionado un giro en la agenda política de todas las sociedades industriales avanzadas, que se aleja del énfasis en el crecimiento económico a cualquier precio y se acerca a una preocupación cada vez mayor por sus costes medioambientales” (Inglehart, 1998: 314).

A imprensa é igualmente valorada por ambas as dimensões assumindo uma posição neutra.

Acresce ao perfil que se esboçou no final do ponto anterior o facto de os estudantes pós-materialistas aqui estudados serem, tendencialmente, mais abertos a formas de governação alternativas ao regime democrático e, coerentemente, menos convictos do voto como um acto sempre positivo, apesar de o considerarem a forma preferencial de

participação, o que está associado a um relativo alheamento a modalidades não convencionais de participação. Declaram, ainda, uma menor simpatia para com os grupos e organizações sociais e políticas mais tradicionais, e uma maior simpatia pelas menos conservadoras, comparativamente aos estudantes materialistas.

5.4. Impacto da dimensão materialista / pós-materialista na estrutura de conflitos político-partidários e ideológicos

Comprovada a existência da dimensão materialista / pós-materialista e encontradas as características básicas que lhe estão subjacentes junto da população em análise, trata-se, neste ponto, de examinar a incidência da mudança cultural na estrutura de clivagens políticas destes estudantes universitários, tendo em consideração que, como afirmam Montero & Tocal “las implicaciones del cambio cultural llegan también al ámbito estructural de los conflictos políticos” (1992: 76).

A questão que se coloca é, então, a de saber se a mudança cultural produz alterações nas significações tradicionais da estrutura de tensões políticas esquerda / direita e, desta forma, se se verifica a emergência de novos espaços de conflito político junto dos indivíduos estudados.

5.4.1. Capacidade de segmentação dos conflitos políticos da dimensão

Em resposta à tese weberiana que sustenta que o recrutamento partidário resulta da capacidade do apelo dos partidos políticos relativamente aos interesses próprios de cada classe social (Weber, 1993; Lassman & Speirs, 1994), a polarização tradicional esquerda / direita justificada por razões de ordem económica, na qual as classes mais baixas apoiavam a esquerda e as classes mais abastadas a direita, parece ter vindo a perder importância enquanto um novo vector de segmentação política – a dimensão materialista / pós-materialista – ganha progressivamente relevo na cena política

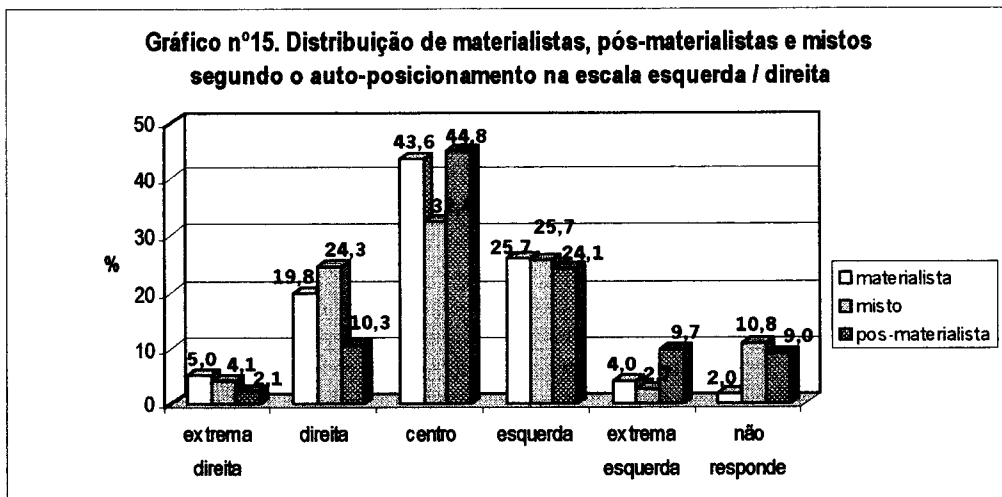
(Inglehart, 1976, 1977, 1998; Lipset, 1992). José Ramón Montero (1992, 1994) alerta mesmo para o facto de em Espanha a clivagem esquerda / direita não radicar mais na clássica antinomia liberdade / igualdade, mas na nova clivagem materialista / pós-materialista.

Para comprovar a tese de que as dimensões resultantes da mudança cultural estão implicadas em mudanças na estrutura de clivagens políticas, afectando as áreas de conflito político, procedeu-se ao teste da capacidade de segmentação da dimensão materialista / pós-materialista relativamente a um conjunto de variáveis indicativas do posicionamento ideológico e partidário do respondente – o auto-posicionamento na escala esquerda / direita, a intenção de voto em eleições para a Assembleia da República e a identificação com tendência político-ideológica.

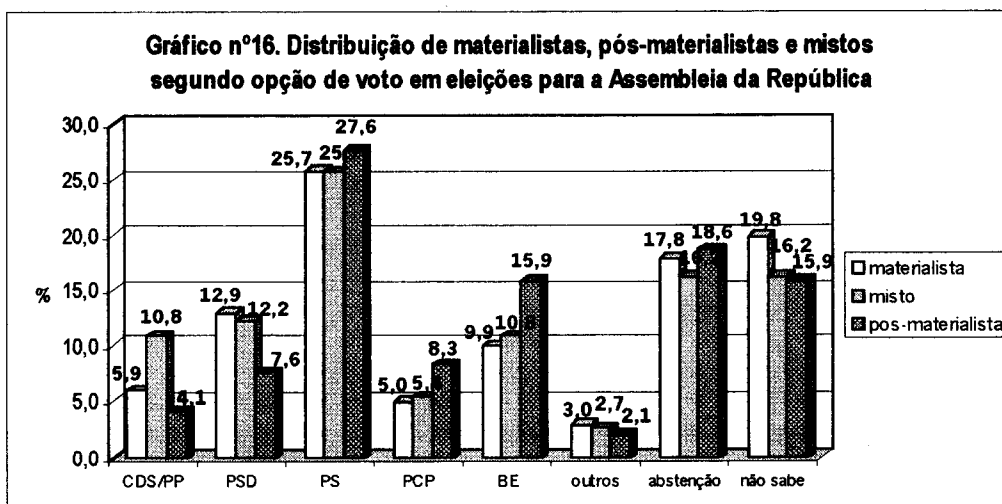
A escolha deste conjunto de três variáveis procura abarcar o mais amplamente possível o espectro político-ideológico nacional, funcionando este trio conjuntamente como meio de confirmação e consolidação das associações observadas. “A experiência política dos diferentes países mostra que os partidos representam mal as ideologias, apesar destas encontrarem naqueles os melhores instrumentos para que as atitudes coincidam com a racionalidade ideológica” (Bacalhau, 1978: 28). Utilizando as variáveis que se considera melhor representarem ideologias e partidos, crê-se salvaguardar melhor este problema de identificação e mesmo verificá-lo.

Partindo da assunção da validade da clássica escala ideológica esquerda / direita junto da população estudada, presume-se, relativamente às três variáveis de carácter ideológico-partidário, que o comportamento dos pós-materialistas será no sentido da identificação com a ideologia e os partidos de esquerda, por oposição aos materialistas mais identificados com a direita (Deth & Scarbrough, 1995b)³⁰.

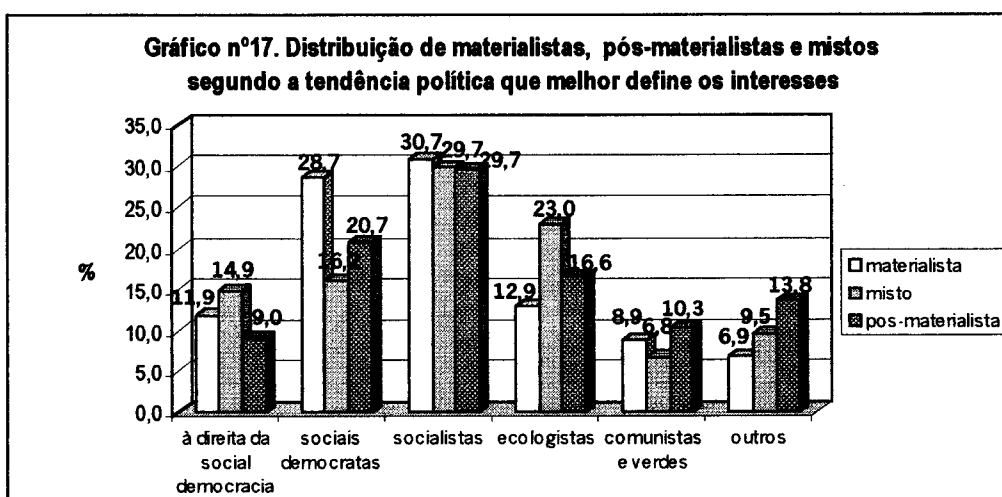
³⁰ Os resultados obtidos quanto a estas três variáveis foram, junto do total de inquiridos: no que concerne ao auto-posicionamento na escala esquerda / direita 6,3% dos respondentes autoposicionam-se na extrema esquerda, 24,2% na esquerda, 40,9% no centro, 17% na direita, 3,3% na extrema direita e 8,4% não respondem. Relativamente à opção de voto em eleições para a Assembleia da República 26,3% afirmam que votariam no Partido Socialista (PS), 12,2% no Bloco de Esquerda (BE), 10,7% no Partido Social Democrata (PSD), 6,6% no Partido Comunista Português (PCP), 6,3% no Centro Democrático Social / Partido Popular (CDS/PP), 2,4 em outros partidos com menor representação, e 17,9% e 17,6% afirmam, respectivamente, não saber responder ou não responder, e votar nulo ou branco. No que respeita à tendência que melhor define os interesses 11% situam-se à direita da social democracia, 22,4% afirmam-se sociais-democratas, 29% socialistas, 17,3% ecologistas, 8,7% comunistas e verdes e 11,6% afirmam defender outras tendências não contempladas nas enunciadas.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº10 e 16).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº10 e 17).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº10 e 15).

Tendencialmente concentrados nas ideologias e partidos do centro, os gráficos acima reafirmam a tendência para o posicionamento dos portugueses no centro das escalas político-ideológicas (Heimer, 1986; Bacalhau, 1994), assim como a ligeira tendência para a esquerda do leque ideológico (Figueiredo, 1988; Bacalhau, 1994; Cruz, 1995; Cabral, 2000). A inclinação para a esquerda poderá estar relacionada com o facto de se tratar de uma população jovem, uma vez que, junto da população portuguesa, “o autopoicionamento nos grupos da Direita aumenta com a idade, e conseqüentemente, diminui nos grupos da Esquerda” (Bacalhau; 1994: 36). Pode também estar relacionada com o facto de as pessoas “quando directamente inquiridas a respeito do seu comportamento eleitoral, tendem a reconstruí-lo de acordo com a norma social prevalecente” (Cabral; 2000: 93), apoiando os partidos mais votados. A ligeira preponderância da esquerda sobre a direita pode, ainda, estar relacionada com uma variável que suplanta as anteriores e para a qual as representações anteriores apontam: a existência de um quadro de preocupações e necessidades, aliás, de valores pós-materialistas a que a direita responde com maior dificuldade do que a esquerda, que desta forma conquista maior número de adeptos. Deter-nos-emos com particular atenção nesta hipótese.

A leitura dos gráficos anteriores permite verificar a existência de uma segmentação do comportamento político introduzida pela dimensão materialista / pós-materialista, junto dos estudantes da Universidade de Évora analisados nesta pesquisa, tal como constatado junto de outras sociedades e populações (Montero & Torcal, 1992, 1994). De facto, relativamente a qualquer das variáveis estudadas, o número de pós-materialistas cresce na direcção do pólo da esquerda, enquanto o número de materialistas, numa relação perfeitamente inversa, aumenta com a aproximação à direita, o que permite apontar a dicotomização do comportamento político em função da adopção de valores materialistas por oposição aos pós-materialistas.

Analisando quantitativamente os gráficos anteriores verifica-se, relativamente ao autopoicionamento na escala esquerda / direita, que do total de respondentes pós-materialistas, 33,8% se autopoicionam à esquerda do centro, contra 29,7% dos materialistas que se colocam à esquerda do centro, sendo o comportamento inverso se tomarmos por referência o pólo da direita, isto é, o número de materialistas supera o de pós-materialistas à direita (gráfico nº15). Da mesma forma, 51,8% dos pós-materialistas afirma que votaria num dos três partidos portugueses denominados de esquerda (o

Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Português (PCP), ou o Bloco de Esquerda (BE)), contra apenas 40,6% dos materialistas, verificando-se o inverso relativamente aos partidos considerados de direita (Partidos Social Democrata (PSD) e Centro Democrático Social / Partido Popular (CDS/PP)) que captam uma maior percentagem dos respondentes materialistas (gráfico nº16). Ainda no que respeita a um conjunto de tendências ideológicas observa-se que 26,9% dos pós-materialistas se identificam com tendências ideológicas à esquerda dos socialistas, enquanto apenas 21,8% dos materialistas o fazem, sendo também, à semelhança das relações anteriores, verdadeira a relação inversa: a associação dos materialistas às tendências de direita (gráfico nº17).

Este resultado corrobora a proposição de que a direita continua sobretudo associada às questões de natureza económica (Knutsen; 1995), enquanto a esquerda (pós-materialista) tende a ligar-se a questões relativas à qualidade de vida (Inglehart; 1997, 1998).

À semelhança do que Manuel Villaverde Cabral conclui relativamente ao eleitorado português, num estudo que remete para 1994, da comparação das três distribuições é possível deduzir que a amostra inquirida “independentemente dos discursos e das práticas dos partidos em causa, (...) possui um mapa razoavelmente claro das posições topológicas de cada um deles” (Cabral, 2000: 93). Excepção a esta correspondência ideológico-partidária são as elevadas percentagens de indivíduos que referem abster-se ou não saber em que partido votariam (gráfico nº16), no que respeita a qualquer dos parâmetros da dimensão, o que se presume não significar um descomprometimento ideológico, porque não se presencia ao nível das variáveis ideológicas, mas a falta de opção partidária. Manuel Villaverde Cabral confirmou naquele estudo “a debilidade da identificação expressa pelo eleitorado português em relação à oferta político-partidária disponível” (Cabral, 2000: 90), que afirma atravessar quase indiferenciadamente toda a sociedade portuguesa. Este fenómeno não é, no entanto, exclusivo do nosso país, verificando-se o decréscimo da adesão à militância e mesmo a identificação para com os partidos políticos tradicionais paralelamente ao surgimento dos novos movimentos e organizações de carácter pós-moderno (Flanagan & Dalton, 1990).

O anúncio de novos esquemas ideológicos com base nesta dimensão e no necessário reajustamento à sociedade pós-moderna parece encontrar enquadramento no sistema político nacional, numa primeira análise dos resultados alcançados, no PS e no recém

criado BE. Estes partidos parecem concretizar a esquerda pós-materialista dando resposta aos valores emergentes da pós-modernidade, uma vez que congregam nesta pesquisa as percentagens mais expressivas de pós-materialistas por comparação aos materialistas³¹. Esta hipótese será abordada com maior detalhe no *ponto 5.5.*

A dicotomização político-partidária industrial, face a um novo contexto cultural pós-moderno, parece estar gradualmente a ser substituída uma nova clivagem política resultante da mudança cultural, que corta transversalmente as tradicionais tensões políticas. É assim de supor o surgimento de novas áreas de conflito político, em que novos partidos políticos se debruçam e dão relevância a novas questões, como a energia nuclear, os direitos das mulheres ou a protecção ambiental, ganhando progressivamente relevância na cena política.

A confirmação da segmentação dos conflitos políticos pela nova dimensão junto da população em estudo é apresentada no ponto seguinte, mediante a verificação da relação entre um conjunto de variáveis passíveis de representar as clivagens políticas da sociedade portuguesa, e o posicionamento político-ideológico dos respondentes, expresso pelas três variáveis antes analisadas.

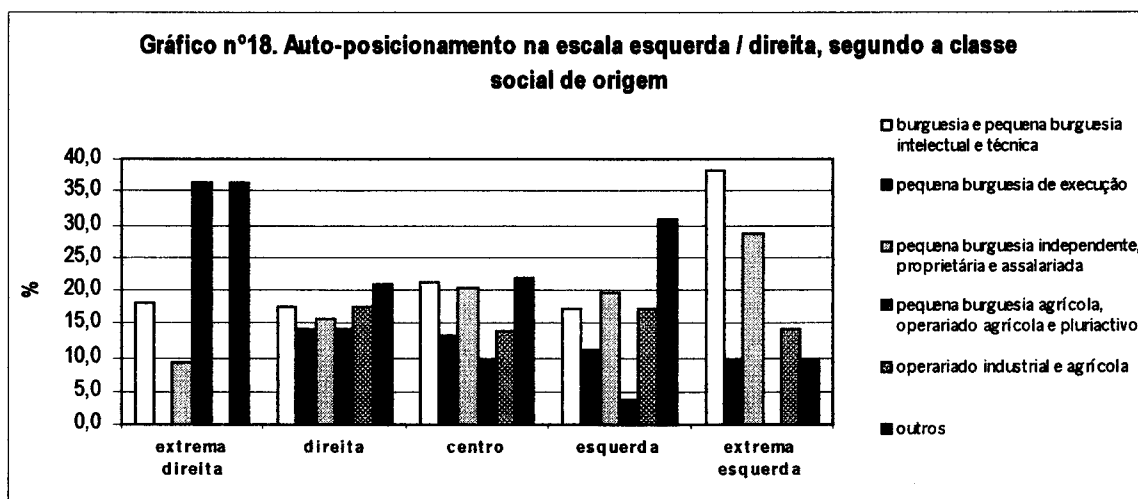
5.4.2. Materialismo & Direita *versus* Pós-materialismo & Esquerda

Para a confirmação da associação do pós-materialismo à esquerda e do materialismo à direita procede-se agora à análise da capacidade de segmentação de um conjunto de variáveis da cultura política: a classe social de origem, a religiosidade, o interesse e a informação política, a atitude face à mudança, os valores materialistas / pós-materialistas, o curso, o sexo, a idade, a localidade de residência e a simpatia para com um conjunto de instituições, relativamente ao autoposicionamento na escala esquerda / direita, à intenção de voto e à identificação com a tendência política que melhor defende os direitos e interesses pessoais, sendo as primeiras variáveis independentes e as segundas dependentes.

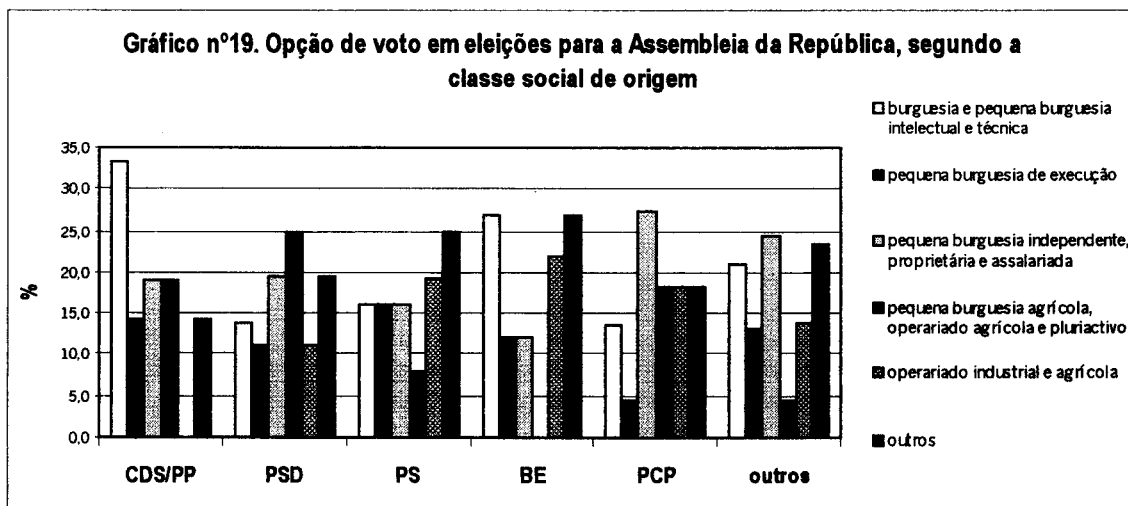
³¹ A análise dos conteúdos ideológicos dos partidos políticos portugueses ultrapassa os objectivos do presente trabalho, pelo que relativamente a estes a análise não será aprofundada, fazendo-se apenas referências de carácter hipotético em função dos resultados alcançados.

Para Arend Lijphart (1980) a opção político-partidária é determinada por dois factores: a classe social de pertença e a religiosidade. Da mesma forma, estudos realizados sobre a população portuguesa apontam para a classe social e a religiosidade (Heimer, 1986), assim como para o nível de escolarização (Heimer, 1986; Reis & Dias, 1993), enquanto variáveis de diferenciação do posicionamento na escala esquerda / direita. A tendência verificada é, contudo, no sentido de a classe sócio-económica e a religiosidade perderem progressivamente influência nas sociedades modernas, enquanto se vão formando e sobrepondo outras identificações subculturais (Montero & Torcal, 1992, 1994; Inglehart, 1993, 1998), apontando para a introdução no espectro político de uma nova variável de segmentação dos comportamentos políticos e escolhas eleitorais assente na dimensão materialismo / pós-materialismo.

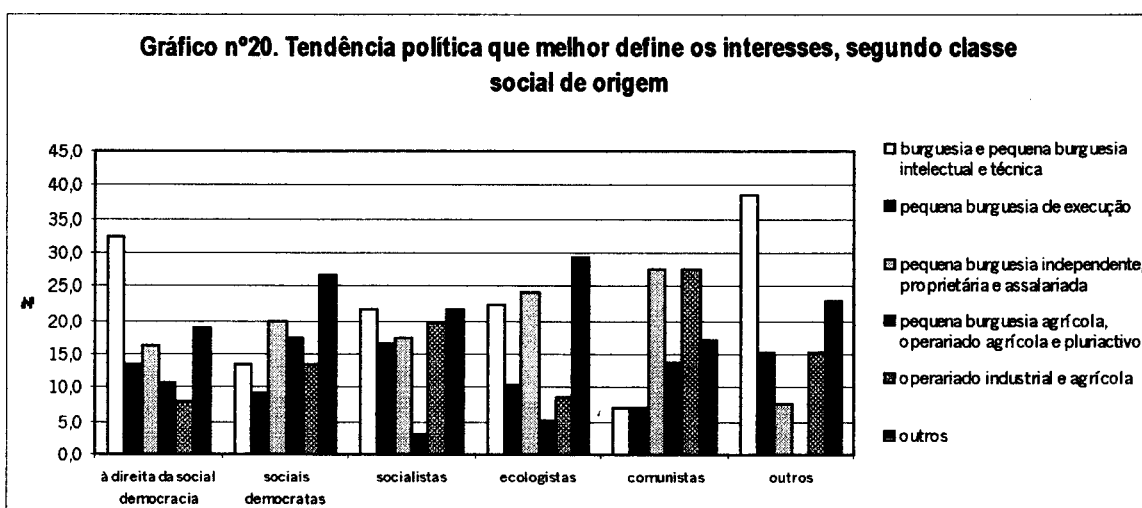
Para confirmar esta evolução partir-se-à da análise daquelas duas variáveis que segmentam tradicionalmente o comportamento político – a classe social e a religião.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e nº18 a 22).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e nº18 a 22).



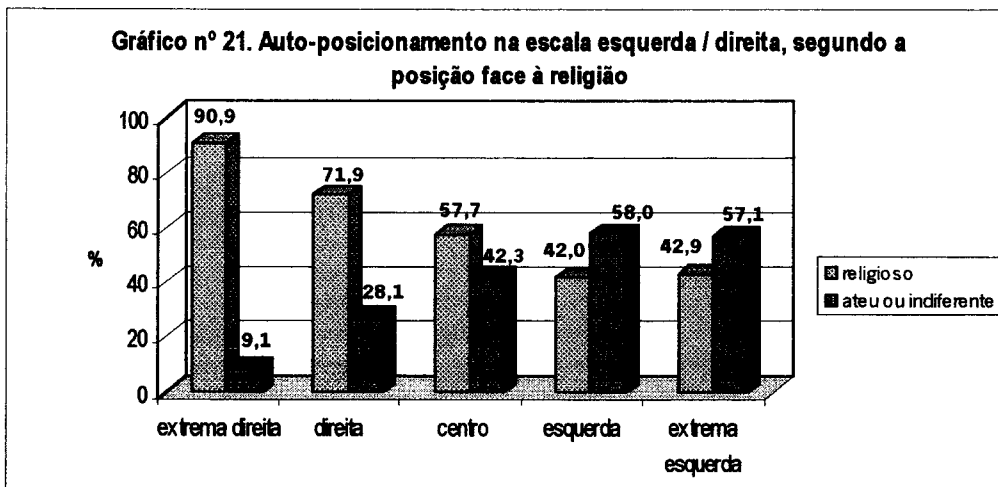
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e nº18 a 22).

A maior concentração de estudantes cuja classe social de origem objectiva se situa nos níveis mais elevados, corresponde aos indivíduos que se autoposicionam na extrema esquerda, enquanto o operariado industrial e agrícola se encontra autoposicionado equitativamente nos diversos parâmetros da escala esquerda / direita, à excepção da extrema direita onde não figuram. De igual forma, relativamente às outras duas variáveis não se verifica a identificação preconizada por Lijphart entre as classes inferiores e a esquerda, e as classes superiores e a direita, salvo situações pontuais que não permitem contudo argumentar a capacidade de segmentação político-ideológica da classe social de origem, como é o caso da maior concentração no CDS/PP dos estudantes, cujos progenitores pertencem às classes mais elevadas (também fortemente concentrados no BE), assim como o de uma maior concentração dos progenitores

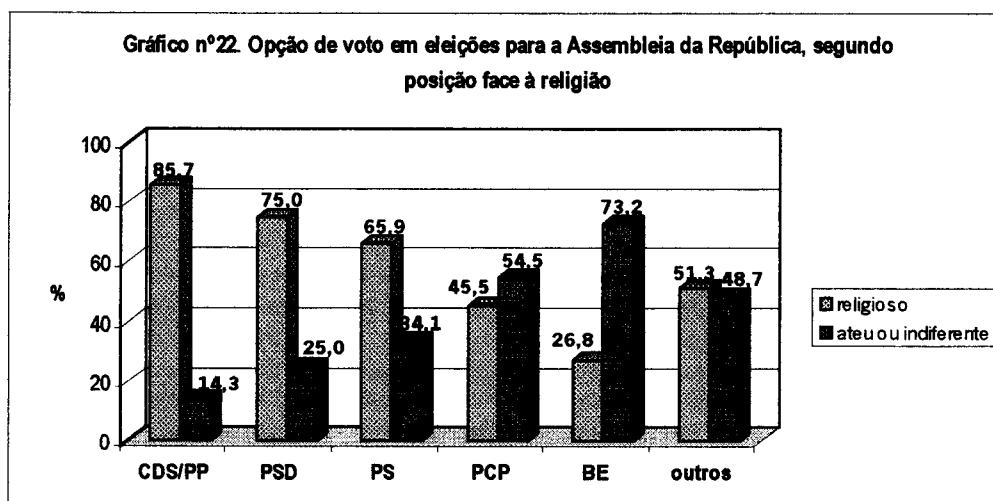
pertencentes ao operariado industrial e agrícola relativamente aos que afirmam que o comunismo é a tendência ideológica que melhor defende os seus direitos e interesses. Estes resultados são similares aos alcançados num estudo realizados por Maria José Stock, com base nos resultados eleitorais do PS e PSD nas eleições legislativas de 1983, que indicam que, “apesar de a estrutura socioprofissional isolada não parecer ser determinante da orientação de voto, verificam-se certas tendências nas opções eleitorais” (Stock, 1985b: 65), tendo-se concluído então que o eleitorado de ambos os partidos advinha, tendencialmente, da pequena e média burguesia. Desta forma, apesar de podermos afirmar que, junto da população em análise, a classe social de origem dos respondentes não esclarece o respectivo posicionamento político-ideológico ou partidário, estamos cientes de que “a actividade concreta de recrutamento desenvolvida pelos partidos não se pode alhear das clivagens presentes na sociedade” (Stock, 1985c: 119).

Sobre a existência ou não de uma clivagem sustentada na classe social junto dos jovens portugueses, Manuel Villaverde Cabral argumenta “o estatuto social, tal como é subjectivamente percebido, e o estatuto económico, tal como é revelado pelos rendimentos declarados, parecem constituir preditores mais consistentes das simpatias partidárias manifestadas pelos jovens do que a classe social de origem, tal como esta pode ser deduzida a partir dos indicadores sócio-profissionais” (Cabral, 1998: 368).

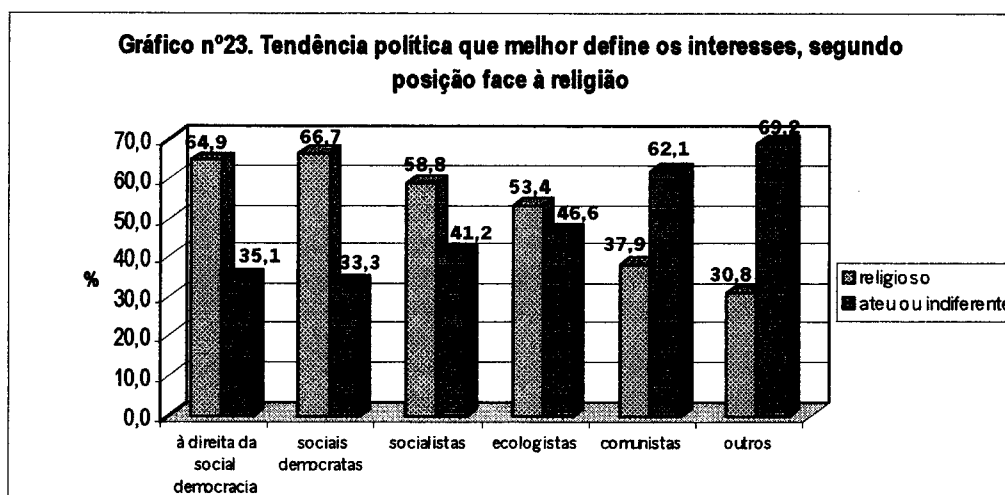
Relativamente à outra variável tradicionalmente considerada como discriminante do comportamento político – a religião – os resultados alcançados constam dos gráficos seguintes.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº13 e 16).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº13 e 17).

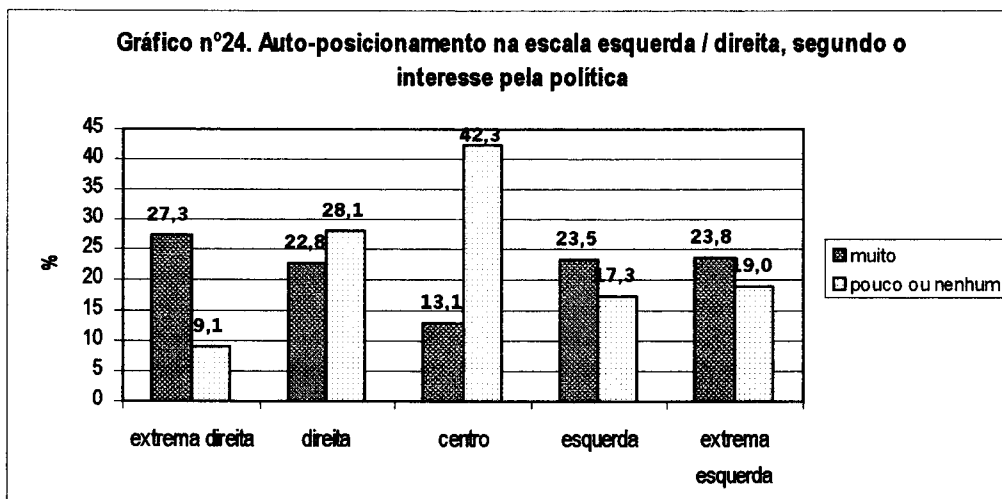


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº13 e 15).

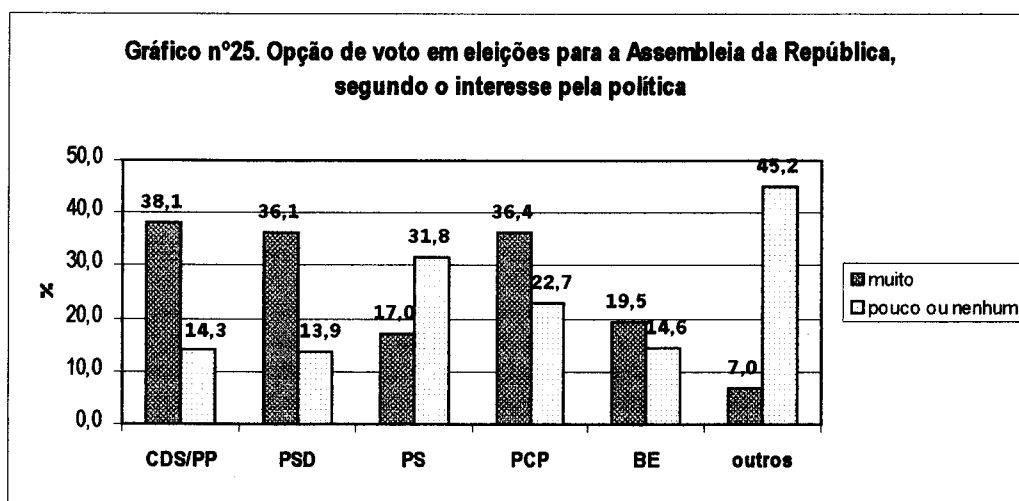
Em qualquer dos gráficos é possível observar uma bipartidarização da opção por ideologia ou partido de esquerda ou direita resultante do considerar-se ou não religioso. Ao contrário da classe social de origem, a religiosidade não perde capacidade explicativa do comportamento político junto da população em análise, fazendo-o de forma perfeitamente linear – concentram-se nos parâmetros da esquerda os estudantes que se definem como ateus ou indiferentes à religião, enquanto nos da direita se centralizam os que se assumem como religiosos. Permanece, por isso, neste caso, como válida a seguinte afirmação – “em Portugal (...) a religião tem importância nas atitudes políticas” (Bacalhau, 1978: 27). Como vimos anteriormente, sobre o estudo da religiosidade enquanto variável de identificação política, Inglehart & Klingemann (1976) concluem que a diferenciação ao longo da dimensão esquerda / direita não está dependente do tipo de religião que se professa mas da dimensão religiosidade / secularismo, votando os religiosos à direita e os não religiosos à esquerda, o que é consolidado por Deth & Scarbrough (1995b).

Uma outra ilação é extrapolável dos gráficos que estudam a variável religiosidade: esquerda e direita permanecem para os estudantes inquiridos como conceitos que representam ideologias, ao contrário do preconizado por Daniel Bell (1988) ou Philip Cerny (1990), que argumentavam que direita e esquerda seriam agora conceitos sem significado. Outros autores, tais como Ronald Inglehart & Hans Klingemann (1976), Lipset (1992) ou Norberto Bobbio (1995) atestam a persistência e diferenciação da idade, tal como os dados agora o sublinham.

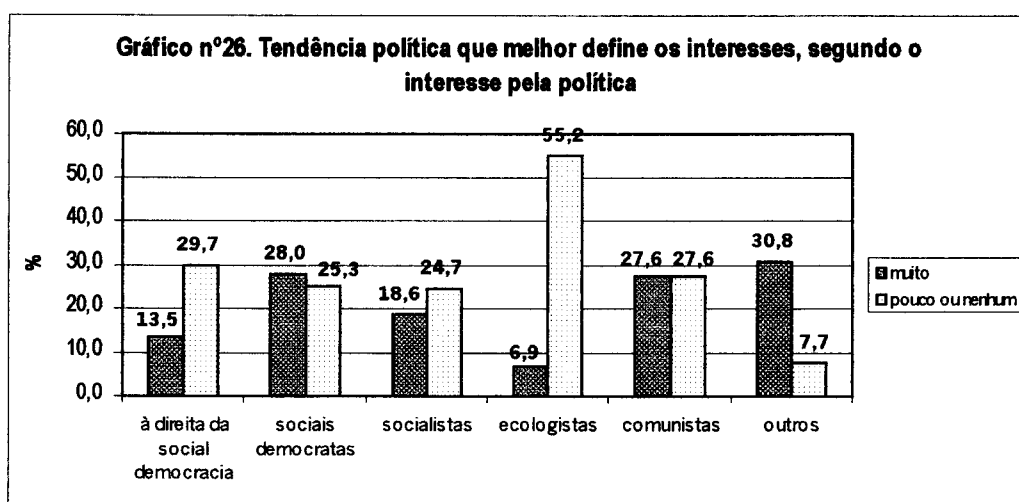
Procurando não limitar esta componente da análise às variáveis tradicionais, seleccionaram-se outras variáveis da cultura política com eventual capacidade de discriminação do comportamento político, por forma a consolidar os resultados. Considerando a variável que define o interesse que o respondente afirma ter pela política, os resultados não evidenciam qualquer poder discriminante, como se observa no gráfico seguinte:



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº1 e 16).



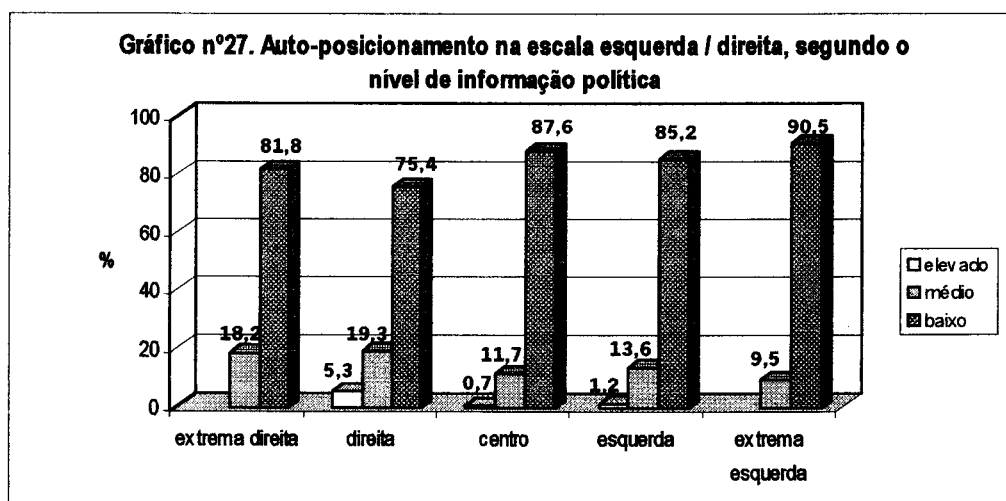
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº1 e 17).



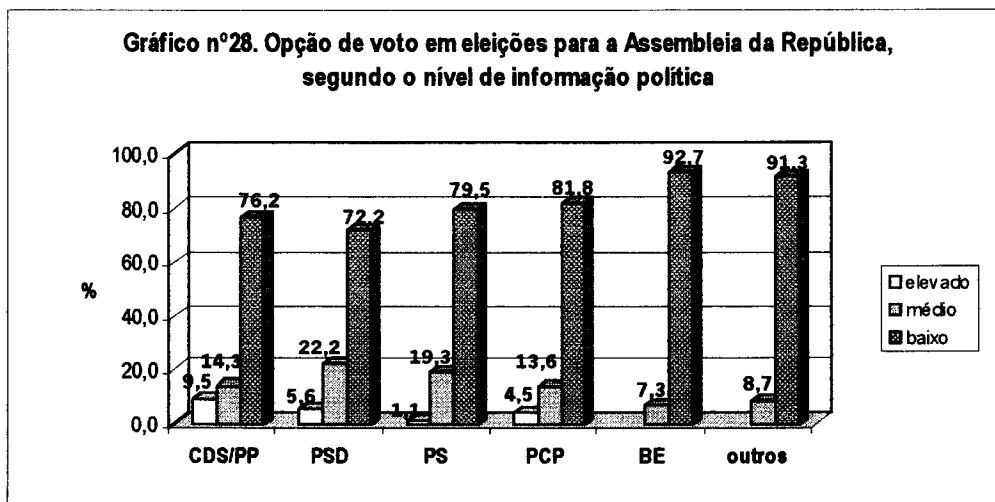
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº1 e 15).

Da leitura dos gráficos nº24 e nº25 pode afirmar-se que, tendencialmente, os estudantes que assumem ter muito interesse pela política se colocam ou à esquerda ou à direita, situando-se no centro, ou próximo ao centro (no gráfico nº25 situam-se no PS ou na categoria “outros”, que de alguma forma podem ser entendidos com alguma centralidade comparativamente aos outros pontos da escala), os que consideram ter pouco ou mesmo nenhum interesse pela política. Resultados lógicos, se atendermos a que o interesse pela política possa estar articulado com a afinidade para com um determinado partido ou ideologia, colocando-se nos pontos mais neutrais da escala os estudantes que, não cultivando qualquer afinidade política, também não se interessam em termos gerais pelos assuntos que a ela dizem respeito. O gráfico nº26 não confirma, no entanto, esta relativa segmentação.

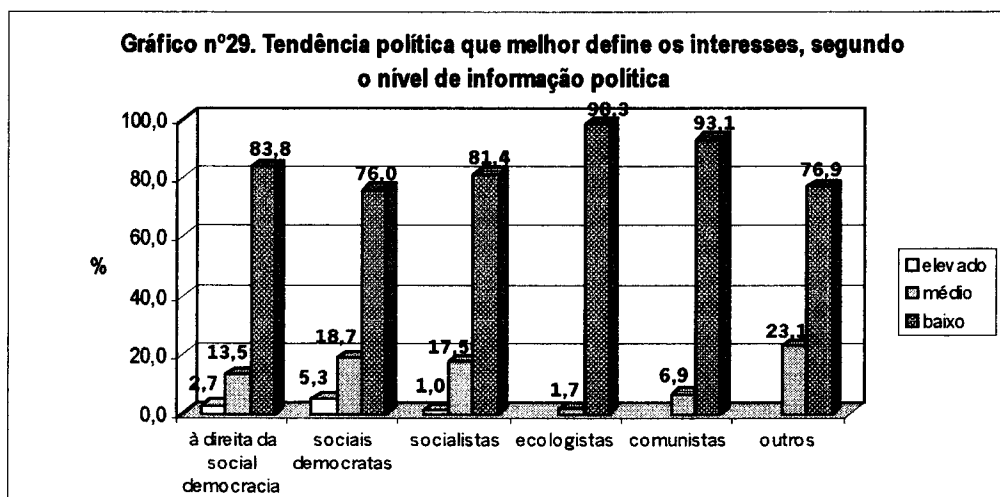
Quanto à informação política dos estudantes os resultados também não são positivos. Das representações gráficas seguintes pode apenas reafirmar-se um extremo déficit de informação política por parte dos estudantes inquiridos, já anteriormente enunciado, que se afigura independente da colocação político-ideológica, embora ligeiramente mais acentuado à esquerda:



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e nº2 a 6).

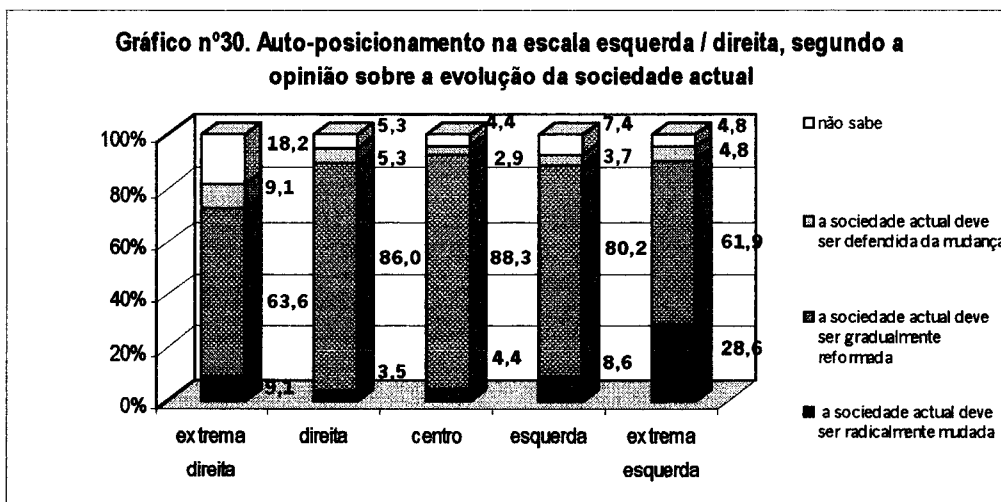


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e nº2 a 6).

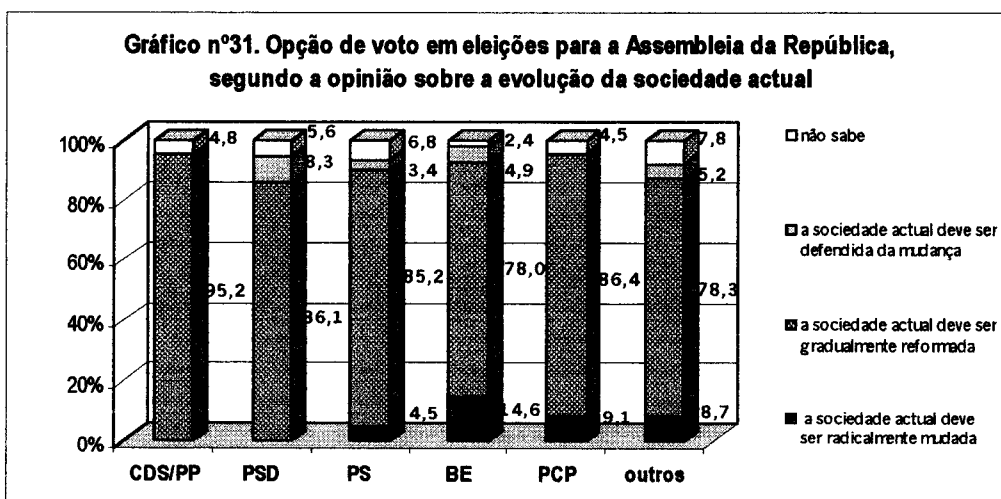


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e nº2 a 6).

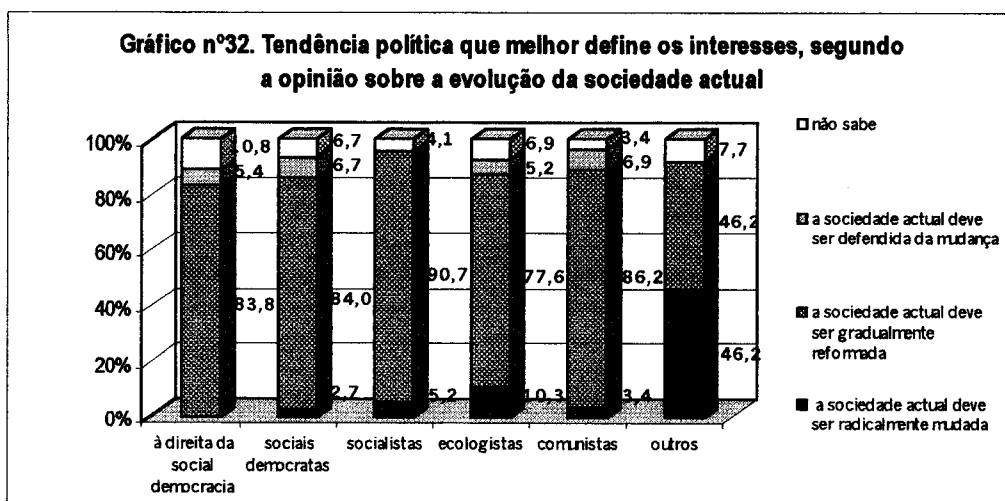
Também no que respeita à opinião sobre a melhor forma de evolução da sociedade actual, os dados indicam não existir quanto a esta variável qualquer poder discriminante do comportamento político, como se pode observar nos gráficos nº30, nº31 e nº32. Pode, todavia, apontar-se uma relativa preponderância da esquerda pela opção da mudança da sociedade actual mediante um processo revolucionário.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº11 e 16).

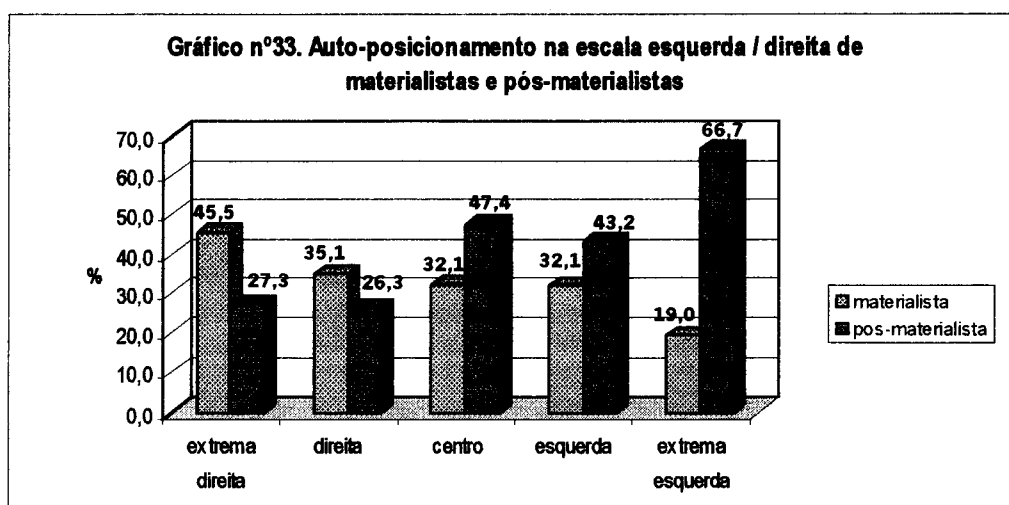


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº11 e 17).

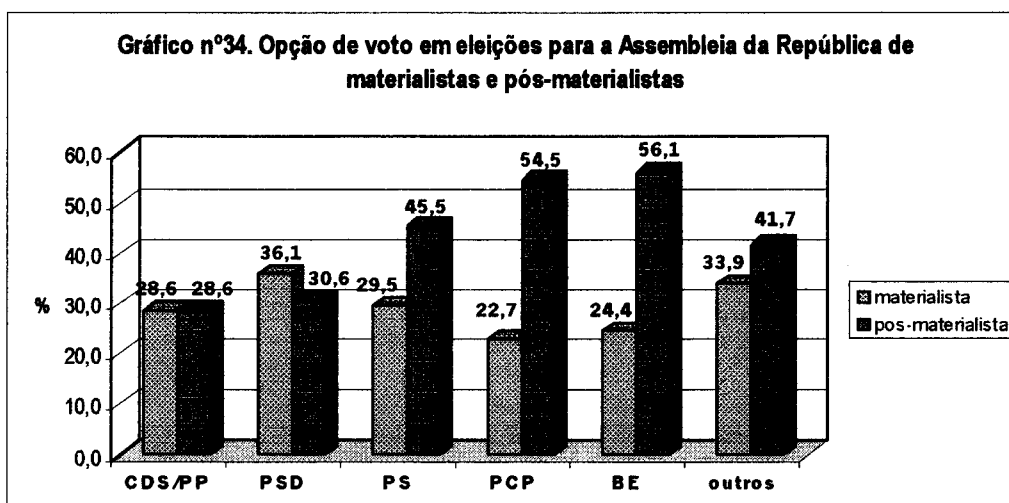


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº11 e 15).

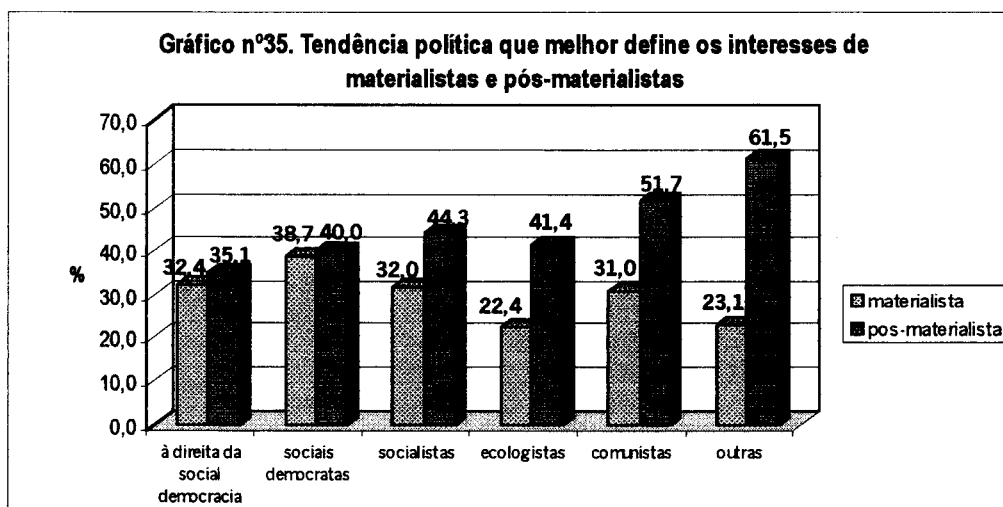
Do conjunto das variáveis da cultura política seleccionadas para confirmar os resultados alcançados no ponto 5.4.1. (gráficos nº15, 16 e 17) que apontam para uma segmentação do comportamento político ao nível das opções partidárias e ideológicas dos respondentes, em função da adopção de valores materialistas ou pós-materialistas, resta analisar o comportamento da dimensão materialista / pós-materialista, tomando-a como variável independente. Este procedimento permitirá consolidar, ou não, aquela suposição. Vejamos os gráficos seguintes:



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº10 e 16).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº10 e 17).



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº10 e 15).

De facto, as representações gráficas anteriores confirmam uma segmentação quase perfeita da colocação ideológica e partidária dos estudantes. A dimensão materialista / pós-materialista junto dos estudantes da Universidade de Évora inquiridos viabiliza significativamente a sua identificação política.

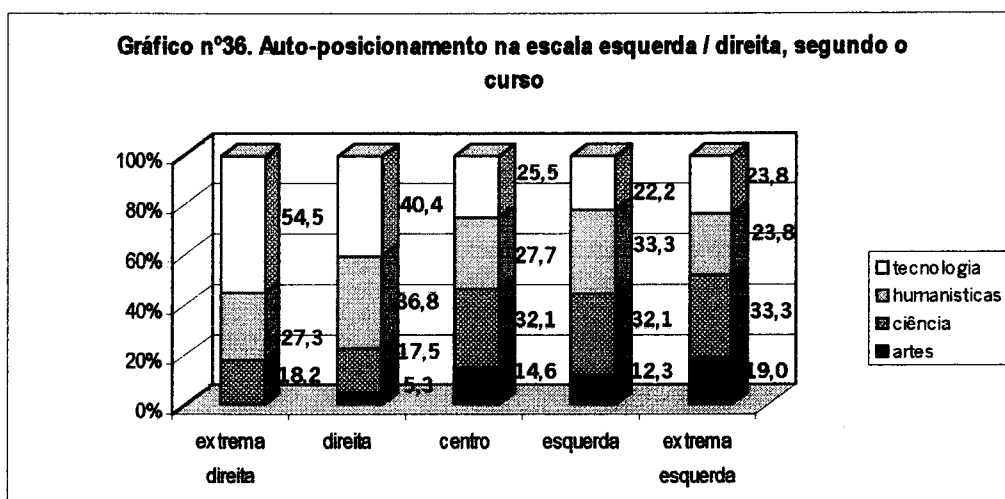
“No cabe esperar (...) que en el futuro la estructura de los conflictos políticos pueda quedar reducida a la simple expresión de la tensión post-materialismo – materialismo (...) esta nueva dimensión implica en cierta medida a las otras ya existentes, pero no las suplanta” (Montero & Torcal, 1992: 79). Apesar do alerta de Montero & Torcal, dado que a mudança cultural é tanto mais intensa nas gerações mais jovens, será de esperar, com a substituição geracional, que este poder discriminante se consolide, assumindo esta nova clivagem um protagonismo crescente na definição das posições no *continuum* ideológico, o que não é, todavia, sinónimo de que se substitua a todas as outras e as destitua. Nesta pesquisa e como já referido, dado tratar-se de indivíduos com elevada escolarização, preponderantemente jovens e portanto, significativamente pós-materialistas, como verificado, é de supor que esta clivagem assumirá maior importância do que em outra população que não reúna estas características. A verificar-se esta suposição pode então apontar-se um crescente poder discriminante desta clivagem em função da substituição de gerações, associada ao aumento da escolarização.

Das variáveis da cultura política analisadas pode concluir-se que, junto da população analisada, a religião mantém o poder discriminante tradicional, enquanto uma nova clivagem segmenta igualmente o comportamento político, à semelhança do concluído

por Montero & Torcal, “los conflictos de valores, expresados por los nuevos valores post-materialistas y los religiosos, predominan en la definición de los conflictos políticos” (1994: 205).

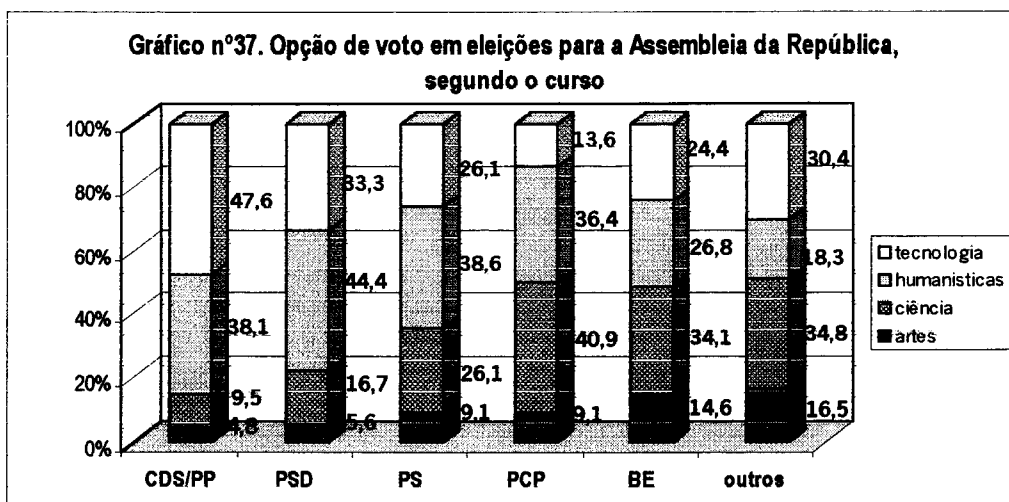
Entendeu-se ainda pertinente estudar um conjunto de outras variáveis de carácter sócio-demográfico e relativas à simpatia para com um conjunto de grupos e organizações nacionais³², com o objectivo de aferir o respectivo poder discriminante do comportamento político, de forma complementar ao concluído relativamente às variáveis da cultura política.

O curso universitário que os estudantes frequentam dispõe de algum poder discriminante se atendermos a que o número de estudantes de cursos integrados na área tecnológica decresce com a aproximação à esquerda enquanto os de arte e ciências têm tendência a crescer, como se observa nos gráficos seguintes:

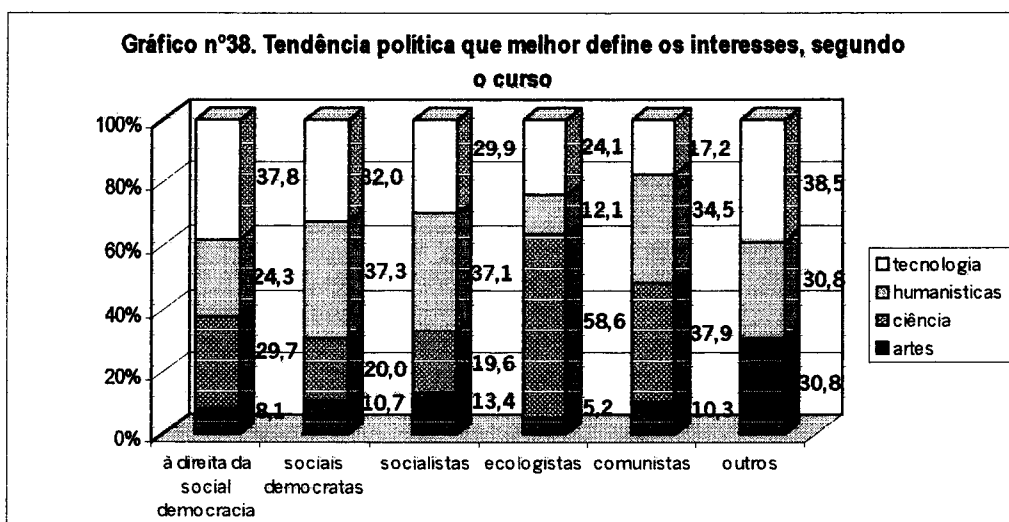


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e 25).

³² Do conjunto de variáveis analisadas, muitas não evidenciaram qualquer interesse de análise detalhada, apresentando um comportamento indiferenciado, tais como o sexo, o grupo de idade, o local de residência, a simpatia com as Forças Armadas, com a imprensa, com as associações de empresários, com partidos políticos, com associações de moradores e com *skinheads*, pelo que constam apenas em anexo (Anexo III).



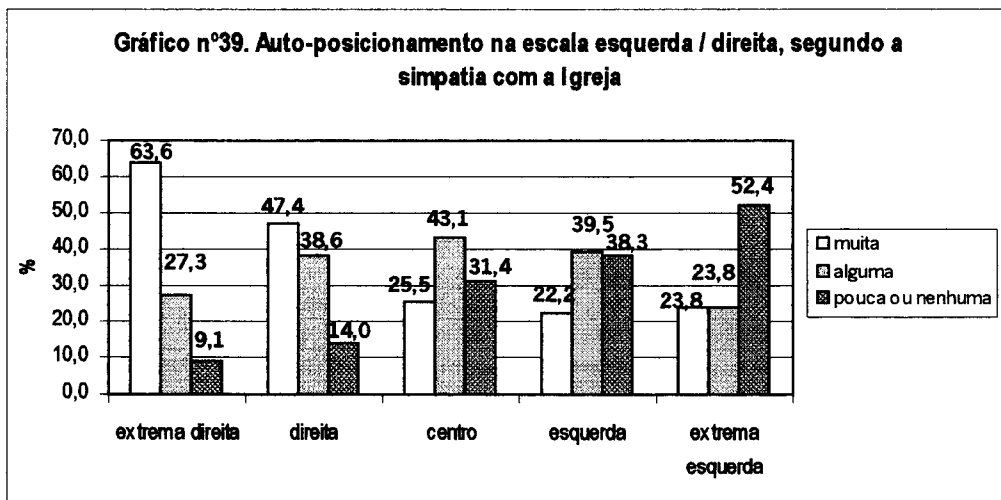
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e 25).



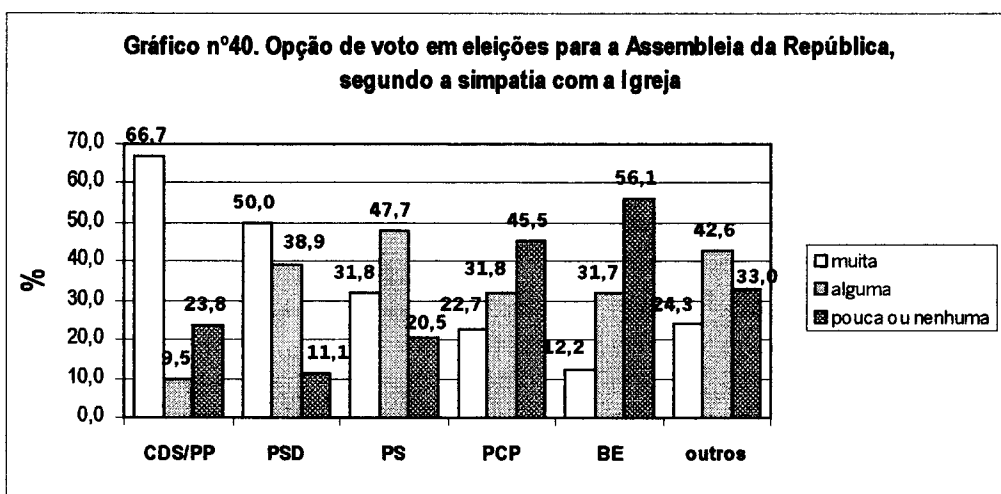
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e 25).

Relativamente às Licenciaturas da área de humanidades não se observa qualquer relação relativamente às variáveis de identificação partidária e ideológica.

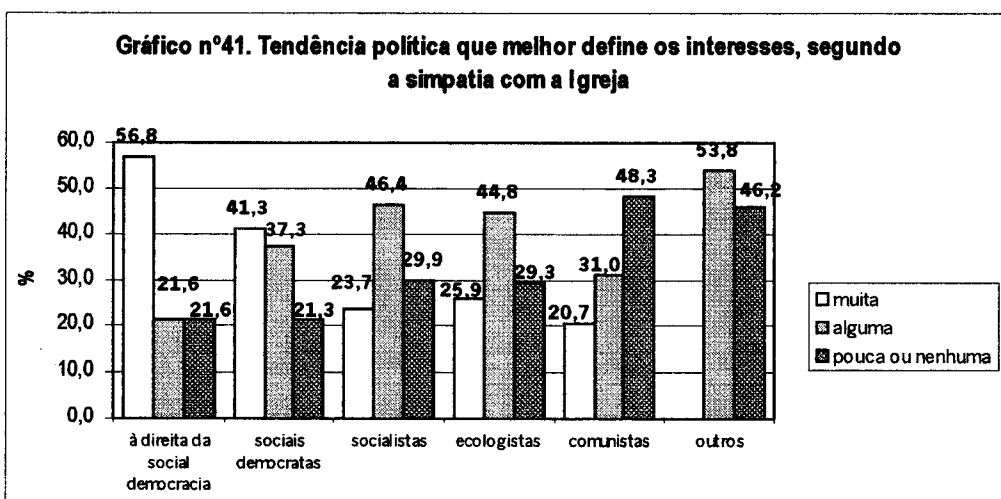
A simpatia que os estudantes afirmam ter pela Igreja vem reforçar os resultados anteriores relativamente à importância da religiosidade na identificação política destes estudantes. Desta forma, também a simpatia pela Igreja é discriminante do posicionamento na escala direita / esquerda, como se verifica em qualquer um dos gráficos seguintes – os pólos da esquerda reúnem os menos simpatizantes para com esta instituição, enquanto os pólos da direita concentram os que se afirmam mais simpatizantes.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e 12).

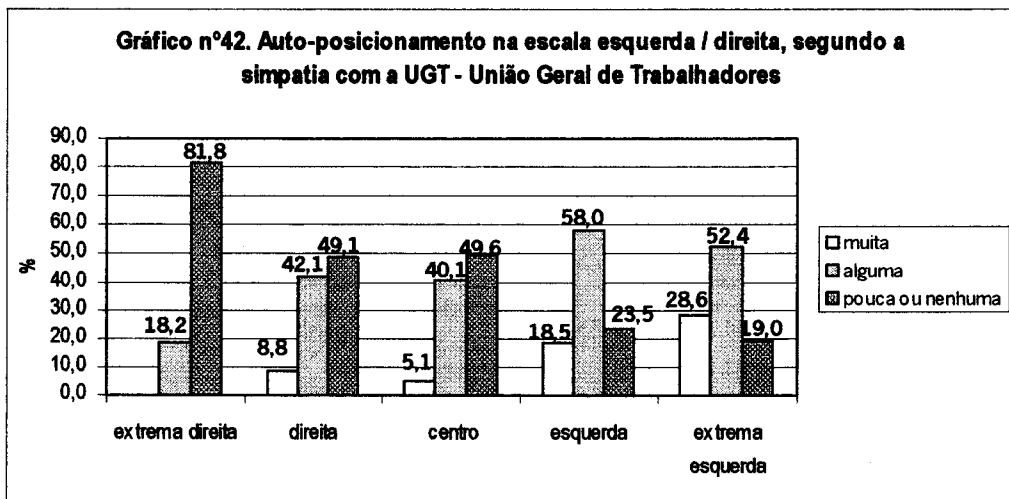


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e 12).

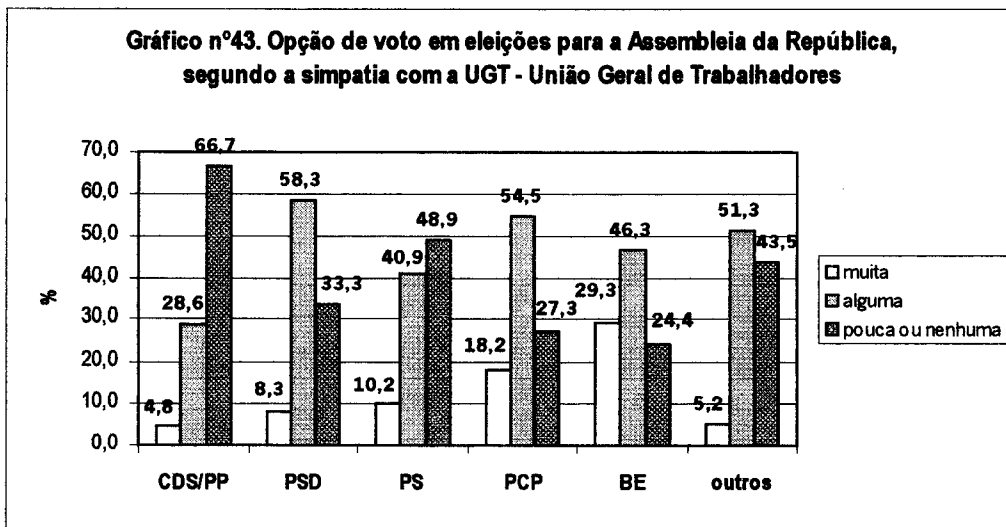


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e 12).

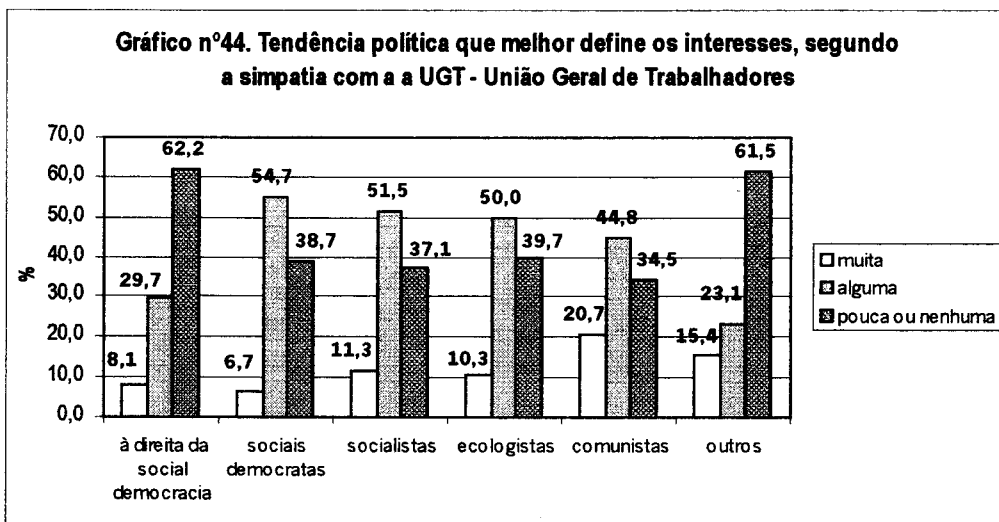
Relativamente à importância que a simpatia pelos sindicatos podem assumir na escolha política destes estudantes, os resultados alcançados evidenciam também um significativo poder discriminante da simpatia para com as duas principais forças sindicais nacionais (gráficos nº42 a nº47). A aproximação à direita aumenta o número dos que afirmam sentir pouca ou nenhuma simpatia por estas forças, e, no sentido oposto, a proximidade à esquerda evidencia percentagens bastante expressivas de muita simpatia para com as mesmas. Esta leitura é válida tanto para a UGT como para a CGTP, apresentando ambas um comportamento similar.



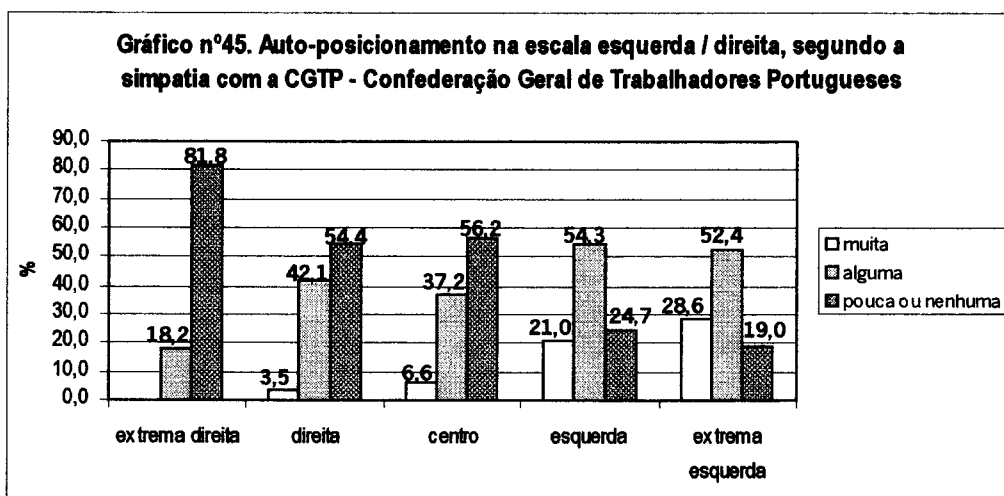
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e 12).



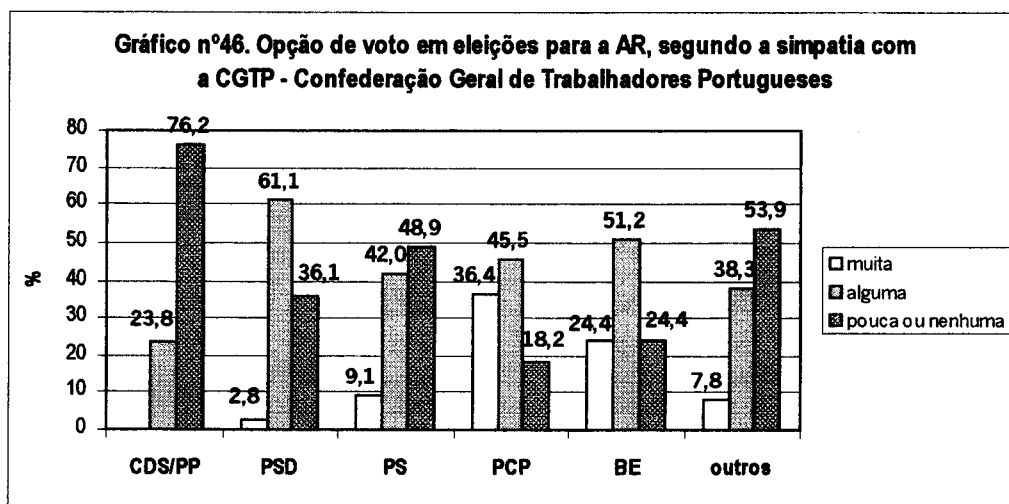
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e 12).



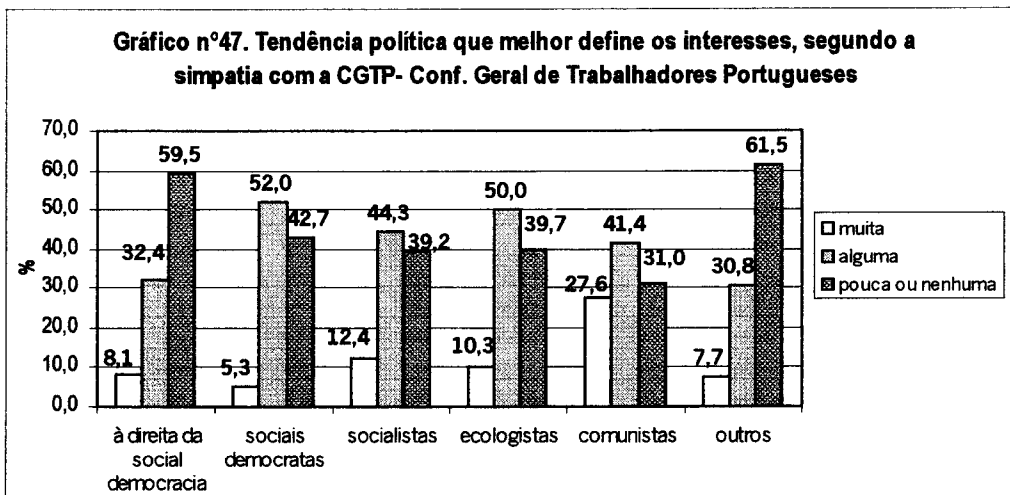
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e 12).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e 12).

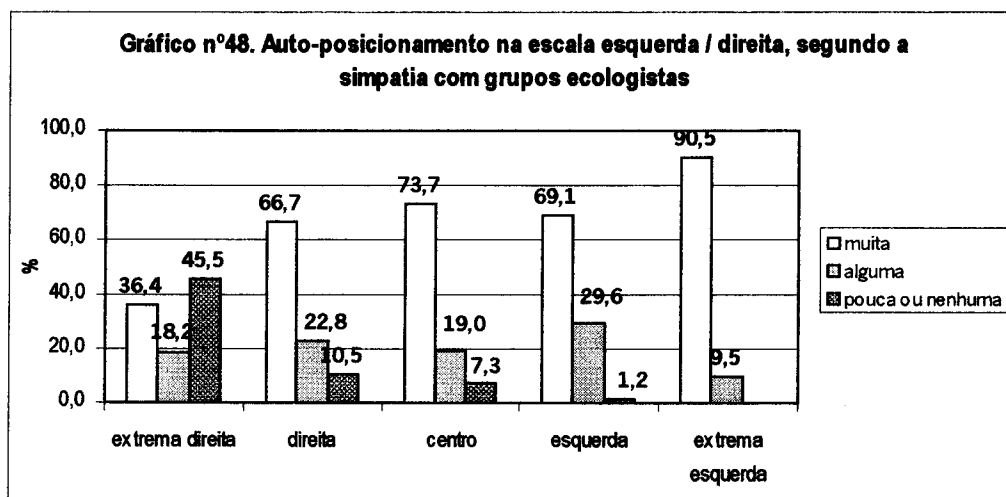


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e 12).

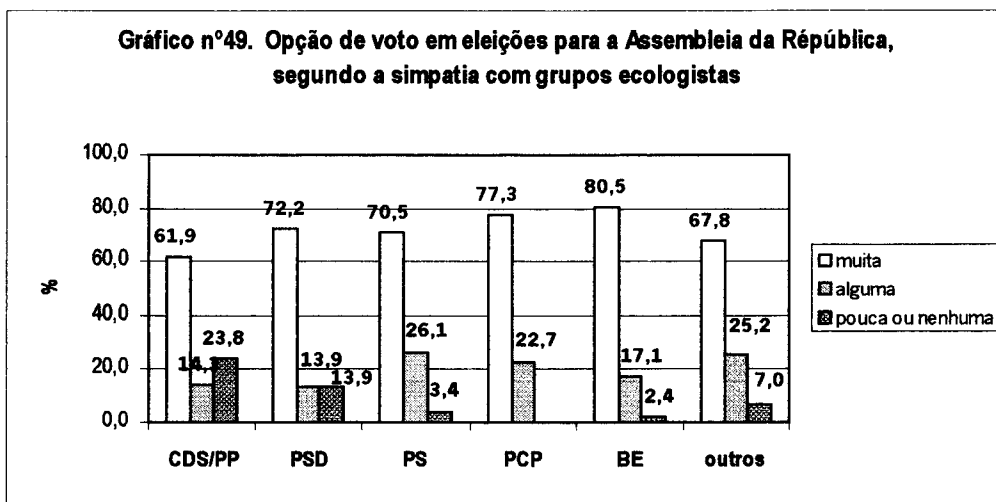


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e 12).

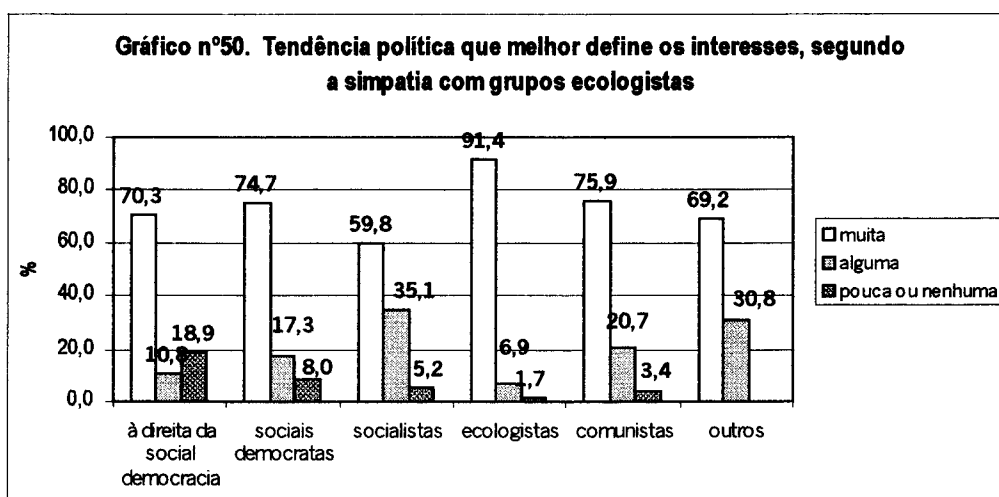
Uma derradeira variável apresenta ainda um significativo poder discriminante das opções ideológicas e partidárias – a simpatia por grupos ecologistas. Veja-se nos gráficos seguintes:



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e 12).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e 12).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e 12).

Apesar de uma larga maioria dos respondentes se declarar simpatizante dos grupos ecologistas, é possível observar uma ligeira tendência decrescente dos que simpatizam com estes grupos à medida que nos deslocamos para os pólos da direita e em paralelo um acréscimo do número dos que afirmam ter pouca ou mesmo nenhuma simpatia pelos mesmos. Em particular, o autopoicionamento na escala esquerda / direita (gráfico nº48) revela um visível contraste entre os que se declaram muito simpatizantes dos grupos ecologistas situados à direita por comparação aos que se situam à esquerda (90,5% dos indivíduos que se autopoicionam na extrema esquerda definem-se como muito simpatizantes destes grupos).

Acresce desta forma ao concluído relativamente à capacidade de segmentação da dimensão materialista / pós-materialista e da religiosidade, junto dos estudantes inquiridos, o poder de segmentação do curso que frequentam e da simpatia declarada para com as principais forças sindicais nacionais e os grupos ecologistas.

5.5. Impacto da mudança cultural na configuração político-partidária

“Es un hecho (...) que la creciente influencia de la dimensión materialismo / postmaterialismo en las sociedades industriales avanzadas no se ha reflejado necesariamente en incrementos de la fuerza electoral de los partidos ecologistas o libertarios y en modificaciones correlativas de los sistemas partidistas” (Montero & Torcal, 1992: 83). Com a preocupação de testar esta influência da dimensão materialista / pós-materialista na óptica do comportamento eleitoral, procurar-se-à aferir, aqui, a importância desta dimensão na estruturação dos apoios eleitorais. Não pretendendo aprofundar a importância que a nova dimensão assume do ponto de vista ideológico na definição das áreas de competição do sistema político-partidário, este ponto cingir-se-à à identificação da representação da distribuição espacial dos partidos face à nova dimensão, junto dos estudantes inquiridos.

Qual o impacto da mudança cultural na segmentação da estrutura de apoios eleitorais? Que configurações espaciais estão a adquirir os conflitos eleitorais face à nova dimensão materialista / pós-materialista? No intuito de esclarecer estas questões proceder-se-à inicialmente à definição do carácter materialista ou pós-materialista da opção de voto em cada um dos cinco partidos com maior expressão eleitoral, explorando-se em seguida a associação de algumas variáveis sócio-demográficas e da cultura política relativamente à opção de voto no partido que apresenta maior vocação pós-materialista.

5.5.1. A opção de voto e a dimensão da mudança cultural

A distribuição do voto entre materialistas, pós-materialistas e mistos fornece uma boa aproximação à definição da importância que a nova clivagem pode assumir na estruturação das áreas de competição partidária.

No *ponto 5.4.1.*, aquando da análise da distribuição dos estudantes materialistas, pós-materialistas e mistos relativamente à opção de voto em eleições para a Assembleia da República (gráfico nº16), verificou-se que, de entre o leque de opções partidárias, os pós-materialistas eram numericamente superiores junto do PS, com 27,6% do total de pós-materialistas a afirmar escolher este partido em caso de eleições. O segundo partido a concentrar mais pós-materialistas foi o BE, com 15,9% destes estudantes (antecedido da abstenção que é de facto o segundo “partido” mais pós-materialista, com 18,6% dos pós-materialistas a declarar que votavam branco, nulo ou não votavam). De facto, o PS é o partido que concentra maior número de pós-materialistas, mas será o partido que, proporcionalmente ao número de eleitores que capta, é o mais apelativo aos pós-materialistas?

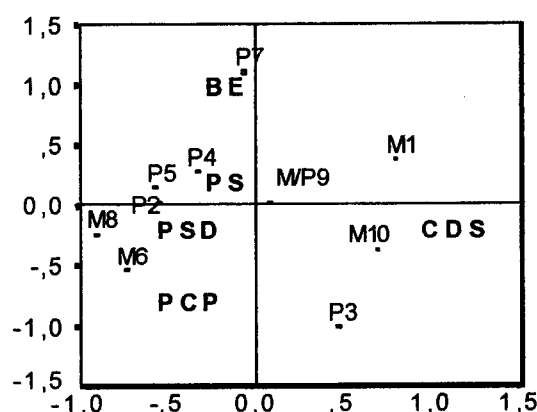
A constatação de uma situação similar num estudo realizado por Montero & Torcal sobre a sociedade espanhola leva-os a afirmar “el nuevo *cleavage* del cambio cultural carece de la fuerza suficiente para producir a corto plazo modificaciones sustantivas del mapa electoral, y también para transformar significativamente el sistema de partidos” (Montero & Torcal, 1992: 85), assentando a superação desta situação na conjugação de uma série de circunstâncias, tais como a possibilidade de crescimento do número de pós-materialistas e o desenvolvimento dos partidos pós-materialistas, tendencialmente fragmentados e minoritários (Montero & Torcal, 1992).

Numa análise mais atenta do referido gráfico nº16, verifica-se que, se o PS congrega claramente o maior número de estudantes pós-materialistas, captou igualmente a maioria dos materialistas, com percentagens de apoio bastante próximas, respectivamente 27,6% e 25,7% do total de uns e outros. Trata-se, portanto, de um partido que, aparentemente, junto da população estudada, consegue dar resposta às preocupações de ambos, indiferenciadamente, não se comprometendo com nenhum dos dois quadros de valores que lhes estão subjacentes. O BE, cujos resultados apontam para um substancialmente menor apoio eleitoral é, em simultâneo, o partido que

apresenta a segunda maior representação de pós-materialistas e o que denota um maior diferencial de apoio entre materialistas e pós-materialistas, apenas 9,9% dos inquiridos materialistas declaram votar no BE em caso de eleições para a Assembleia da República contra 15,9% dos inquiridos pós-materialistas, sendo o diferencial entre ambos de 6%. Este partido aparenta assim estar mais norteado para a captação do voto pós-materialista.

A representação da distribuição espacial dos partidos políticos³³ por referência à distribuição dos indicadores que concretizam os dois pólos desta nova dimensão³⁴ vem consolidar a informação debatida até agora.

Gráfico nº51. Análise de correspondências entre a opção de voto e os indicadores do materialismo / pós-materialismo



Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº10 e 17).

³³ A matriz de correlações mede a associação linear entre as duas variáveis através do Coeficiente de Correlação de Pearson.

³⁴ Foi excluído desta análise um conjunto de indicadores utilizados na bateria da dimensão materialista / pós-materialista face ao baixo índice de respostas que evidenciaram (*Garantir forças armadas fortes para defesa do país, Procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias, Promover a participação das pessoas nas actividades culturais, Manter as cidades e os campos limpos, Controlar a subida dos preços, Defender a liberdade de expressão, Combater a delinquência, Lutar contra o terrorismo, Lutar contra a corrupção, Lutar contra o tráfico de droga, Um governo com autoridade*).

Legenda:

- M1- Manter um elevado nível de crescimento económico
- P2- Dar aos cidadãos maior capacidade de intervenção nas decisões importantes do governo
- P3- Evoluir para uma sociedade mais humana e menos impessoal
- P4- Evoluir para uma sociedade em que as ideias são mais importantes do que o dinheiro
- P5- Diminuir as desigualdades sociais
- M6- Lutar contra o desemprego
- P7- Proteger o ambiente
- M8- Diminuir a insegurança dos cidadãos
- M/P9- Melhorar educação e saúde pública
- M10- Aumentar os rendimentos das pessoas
- (M – indicador materialista; P – indicador pós-materialista; M/P – indicador misto)

De facto, o PS e o BE são os partidos que estão mais próximos da maioria dos indicadores pós-materialistas, concentrados no quadrante superior esquerdo. Os valores materialistas que visam a segurança relativamente aos rendimentos e crescimento económico parecem associar-se ao CDS/PP, enquanto o PCP e o PSD, especialmente muito próximos, se situam perto dos restantes indicadores materialistas, embora o segundo partido apresente em simultâneo uma proximidade a valores pós-materialistas.

O PS surge agregado aos valores pós-materialistas da participação política, da igualdade social e da valorização das ideias, estando no entanto praticamente equidistante do indicador “melhorar a saúde e educação pública” de carácter misto, assim como de outros materialistas, como a necessidade de segurança física e de segurança económica. O BE, por seu turno, justaposto a um dos mais expressivos valores do pós-materialismo – a protecção ambiental – é o partido que se encontra mais afastado de qualquer indicador materialista, compartilhando com o PS a proximidade a um conjunto de indicadores pós-materialistas e misto.

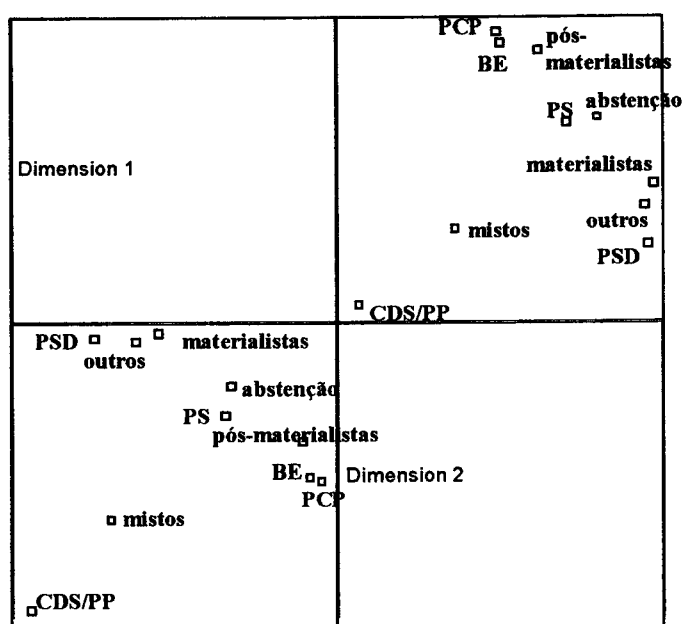
Com base nestes dados, pode então apontar-se para um carácter mais vincadamente pós-materialista do BE por comparação ao PS, consubstanciado numa maior adesão relativa dos estudantes pós-materialistas e por uma associação inequívoca relativamente aos indicadores do pós-materialismo. Este partido parece, de facto, concretizar a esquerda pós-materialista, por oposição a um PCP mais materialista, uma vez que está igualmente próximo dos indicadores pós-materialistas e dos materialistas (está particularmente próximo do indicador materialista “lutar contra o desemprego”), e por isso, aparentemente mais próximo da esquerda materialista, parecendo reflectir-se assim a cisão política entre a nova esquerda e a esquerda tradicional referida no contexto da

renovação da esquerda (Kitschelt & Hellemans, 1990; Inglehart, 1990b; Escudero, 1994).

O gráfico nº52 sublinha parcialmente os resultados anteriores e é esclarecedor quanto ao posicionamento partidário dos indivíduos em função do seu perfil materialista, pós-materialista ou misto. De facto, os pós-materialistas são essencialmente, e por ordem de proximidade, os apoiantes do BE, do PCP e do PS. Se se consolida, com esta matriz, o carácter pós-materialista do BE, o PS evidencia ter um apoio ligeiramente menor de pós-materialistas comparativamente ao PCP, por oposição ao que se observou anteriormente quanto à associação aos indicadores da dimensão. O PS posiciona-se mesmo equidistante entre o pólo que representa os materialistas e o que representa os pós-materialistas, pelo que se pode afirmar, como apontado anteriormente para o PCP, que também o PS denota um carácter significativamente materialista, neste caso ao nível do apoio eleitoral. Talvez esta relativa proximidade que o PS e o PCP revelam ter no que respeita aos indicadores ou aos indivíduos pós-materialistas, possa ser atribuída às mesmas razões que Ramón Montero e Mariano Torcal apontam para o caso espanhol “también en España los *viejos* partidos comunistas y socialistas están adoptando estrategias electorales para captar el voto de los *nuevos* ciudadanos preocupados por los problemas relacionados con el ecologismo, participación ciudadana, calidad de vida y realización personal en sociedad” (Montero & Torcal, 1994: 210).

Os aderentes do PSD derivam fundamentalmente dos estudantes classificados como materialistas, enquanto os que apontam como opção de voto o CDS/PP são os estudantes que têm uma posição mista na dimensão materialismo / pós-materialismo.

Gráfico nº52. Análise de Correspondências entre a opção de voto e a dimensão materialista / pós-materialistas



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão nº10 e 17).

A verificar-se esta proximidade do BE ao pós-materialismo na sociedade portuguesa, parece-nos plausível supor que a constituição deste partido possa ter vindo responder, em parte, às novas áreas de conflito político geradas pela emergência dos novos valores, como postulado por Montero & Torcal (1994). Estes autores consideram que estas novas áreas de conflitos político podem propiciar o surgimento de novos partidos, estando no entanto a sua consolidação e êxito eleitoral mais dependente da sua própria natureza e das estratégias adoptadas pelos partidos adversários.

5.5.2. Caracterização da opção de voto no partido mais pós-materialista

Com o propósito de caracterizar a opção de voto no partido de pendor mais pós-materialista, aliás no BE, procedeu-se ao estudo da sua associação com um conjunto de variáveis sócio-demográficas e da cultura política – classe social de origem, religiosidade, interesse e informação política, opinião sobre a evolução desejável da

sociedade, participação política convencional e não convencional, atitude perante o voto, atitude face à democracia, valores materialistas / pós-materialistas, curso, sexo, idade, localidade de residência, simpatia para com um conjunto de instituições. A análise da associação entre a opção de voto nos partidos políticos mais relevantes e este conjunto de variáveis foi já apresentada no ponto 5.4. Trata-se agora de estudar em particular a opção de voto no BE (como variável dependente) relativamente àquele conjunto de variáveis (como variáveis independentes).

Sobre a classe social de origem, estudada em detalhe no *ponto 5.4.2.*, especificamente no gráfico nº19, verificou-se que os estudantes que declaram apoiar o BE são preponderantemente oriundos de famílias pertencentes à classes mais abastadas. Do total de estudantes que afirmam votar no BE em eleições para a Assembleia da República, 26,8% têm progenitores pertencentes às classes sociais mais elevadas registadas nesta pesquisa – a burguesia e pequena burguesia intelectual e técnica – que comporta, como referimos anteriormente, categorias sócio-profissionais como os dirigentes de empresas, os patrões, os chefes de secção, os professores ou os jornalistas. Esta concentração dos apoiantes do BE nas classes sociais de origem mais favorecidas vem validar a tese que associa a adesão aos valores pós-materialistas aos estratos sócio-económicos mais abastados (Inglehart, 1977, 1998), na assunção de que o BE é um partido de expressão pós-materialista.

Uma percentagem ainda significativa de indivíduos (22%) que apoiam o BE afirma provir de famílias pertencentes ao operariado industrial e agrícola, o estrato social mais baixo considerado na escala utilizada, distribuindo-se os restantes pelos outros parâmetros considerados.

No ponto de vista religioso, 73,2% dos aderentes ao BE declara-se ateu ou indiferente à religião, enquanto apenas 26,8% se diz religioso. Estes valores são, respectivamente, o mais elevado e o mais baixo registado no conjunto dos partidos analisados (ver gráfico nº22 em 5.4.2.), o que denuncia um forte pendor não religioso associado a este partido. Em particular sobre a simpatia para com a Igreja, note-se que o BE foi o partido que, no *ponto 5.4.2.* (gráfico nº40), de entre o conjunto de partidos analisados, evidenciou mais

acentuadamente pouca ou nenhuma simpatia e em paralelo o que demonstrou a menor percentagem de estudantes com muita simpatia com a Igreja (respectivamente com 56,1% e 12,2% do total de estudantes partidários do BE).

Trata-se de um resultado consonante com a teoria pós-materialista a qual, como vimos, aponta os pós-materialistas como adeptos manifestos do processo de secularização das sociedades ocidentais (Inglehart; 1993, 1998), tendência esta confirmada nos resultados obtidos quanto à religiosidade dos estudantes pós-materialistas, como registado no *ponto 5.3.2.*, no gráfico nº2.

Relativamente ao interesse subjectivo pela política, também já analisado no conjunto dos partidos (ver gráfico nº25, em 5.4.2.), 65,9% do total de estudantes apoiantes do BE diz ter algum interesse pela política, enquanto apenas 15,9% e 14,6%, respectivamente, afirmam ter muito, e apenas pouco ou nenhum interesse pela política.

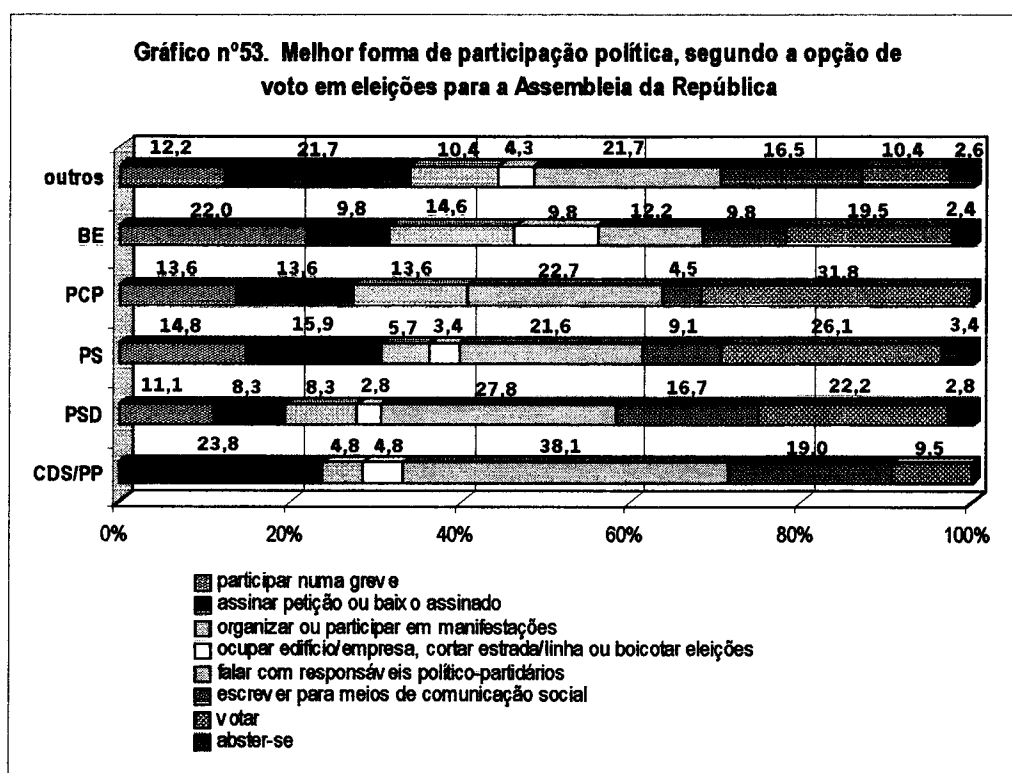
O comportamento destes estudantes relativamente ao índice de informação política é similar ao registado junto dos outros partidos (gráfico nº28, em 5.4.2.), caracterizado por elevadas percentagens de um nível de interesse baixo (92,7% dos apoiantes do BE situam-se neste nível) e percentagens baixas ou nulas de um nível médio ou elevado de informação política (7,3% e 0%, respectivamente para estes estudantes).

Apesar de os pós-materialistas serem tendencialmente caracterizados como cidadãos mais interessados e informados politicamente comparativamente aos não pós-materialistas, estes resultados não rejeitam a hipótese de se estar perante um partido de cariz pós-materialista, uma vez que junto dos estudantes inquiridos, os pós-materialistas indiciam uma identificação dúbia quanto a estas duas variáveis, e em especial no que respeita ao índice de informação política, registando em simultâneo valores elevados e baixos, como vimos no *ponto 5.3.2.*, gráficos nº4 e 5.

Relativamente à opinião sobre a evolução desejável da sociedade (gráfico nº31, em 5.4.2.), comparativamente aos restantes partidos analisados, os partidários do BE são os que claramente denotam maior afinidade para com a hipótese de uma mudança radical da sociedade actual através de um processo revolucionário (14,6% do total destes

indivíduos é-lhe favorável). Também esta variável confirma a nossa hipótese inicial, face ao carácter reivindicativo e inconformista que, como vimos, é atribuído aos pós-materialistas.

O gráfico seguinte aponta algumas modalidades de participação política convencional e não convencional, analisadas anteriormente, que interessa agora observar do ponto de vista da adesão partidária e, em particular, da adesão do eleitorado estudantil do BE.



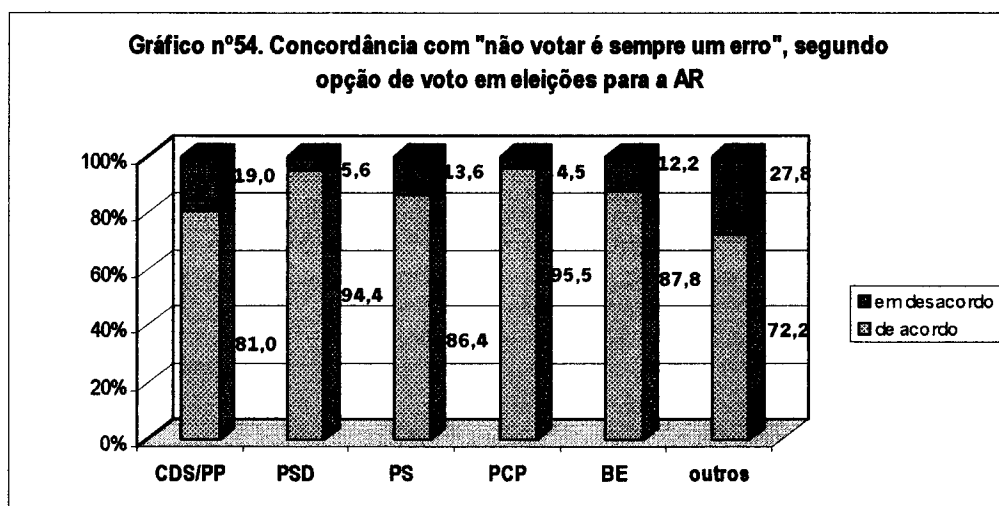
Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº9 e 17).

Considerando as modalidades não convencionais de participação política³⁵ verifica-se que 68,4% dos aderentes do BE privilegiam formas de actuação política dentro do leque daquelas modalidades, usualmente privilegiadas pelos pós-materialistas, contra apenas

³⁵ Recorde-se que, do conjunto de formas de participação enunciadas, apenas falar com responsáveis político-partidários e votar são consideradas formas convencionais de participação, sendo as restantes não convencionais e a abstenção expressão de apatia política (comporta não votar e não fazer nada), como descrito no *Plano Metodológico da Investigação, C)*.

31,7% que preferem as formas convencionais por forma a defender os seus direitos e interesses. Do conjunto dos partidos analisados, apenas o CDS/PP apresenta uma percentagem ligeiramente superior de aderentes às modalidades não convencionais de participação.

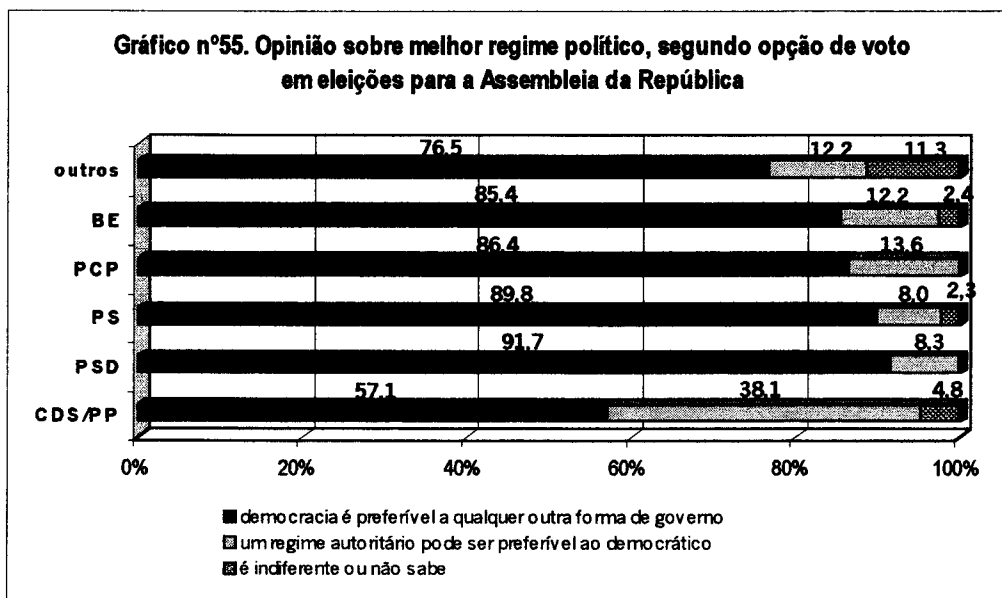
Quando questionados sobre a concordância com a afirmação “não votar é sempre um erro”, uma percentagem significativa de apoiantes do BE, mas intermédia no âmbito dos outros partidos, declara estar em desacordo com a afirmação (gráfico nº54). A análise desta associação não é por isso identificativa de qualquer tendência diferenciadora deste partido relativamente ao conjunto.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº7 e 17).

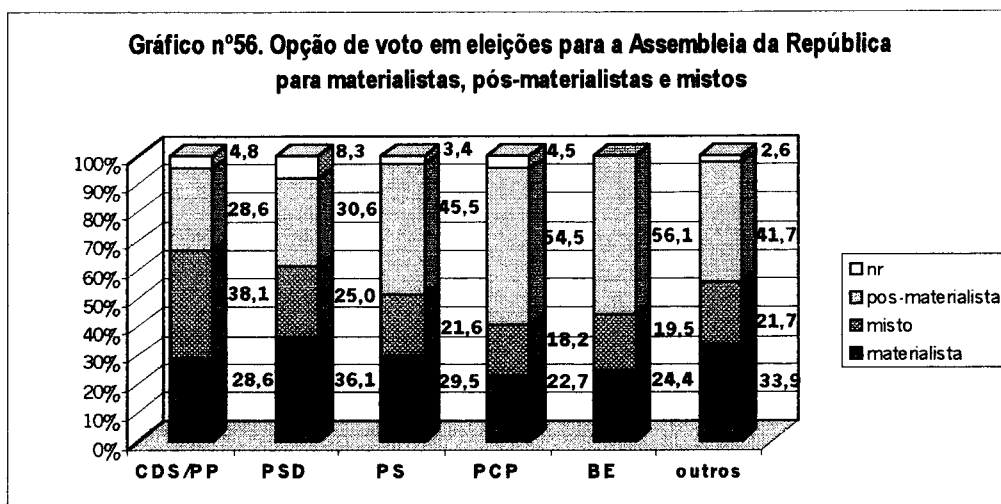
Sobre a atitude face à democracia, o gráfico nº55 aponta para uma adesão maioritária dos adeptos do BE à apologia da democracia como a forma preferível de regime político, tal como nos demais partidos. Também no que respeita à aceitação da hipótese de um regime autoritário ser preferível ao democrático estes estudantes expressam um comportamento similar ao observado relativamente aos outros partidos. Apenas os apoiantes do CDS/PP se demarcam, defendendo fortemente esta hipótese com quase 40% dos estudantes adeptos deste partido a apoiar a tese de que um regime autoritário poder ser preferível a um regime democrático. Considerando que este é o partido mais

materialista, como antes se observou, então estes resultados vêm reforçar e dar consistência ao discurso que temos vindo a defender.



Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº8 e 17).

Como anteriormente analisamos, o BE concentra a maioria dos respondentes pós-materialistas (gráfico nº34, em 5.4.2.) comparativamente aos outros partidos contemplados. Optou-se por representar novamente o cruzamento entre a dimensão maerialismo / pós-materialismo relativamente à opção de voto, incluindo desta vez os mistos e as não respostas por forma a obter o quadro geral da associação entre estas duas variáveis, conforme gráfico nº56:



Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão nº10 e 17).

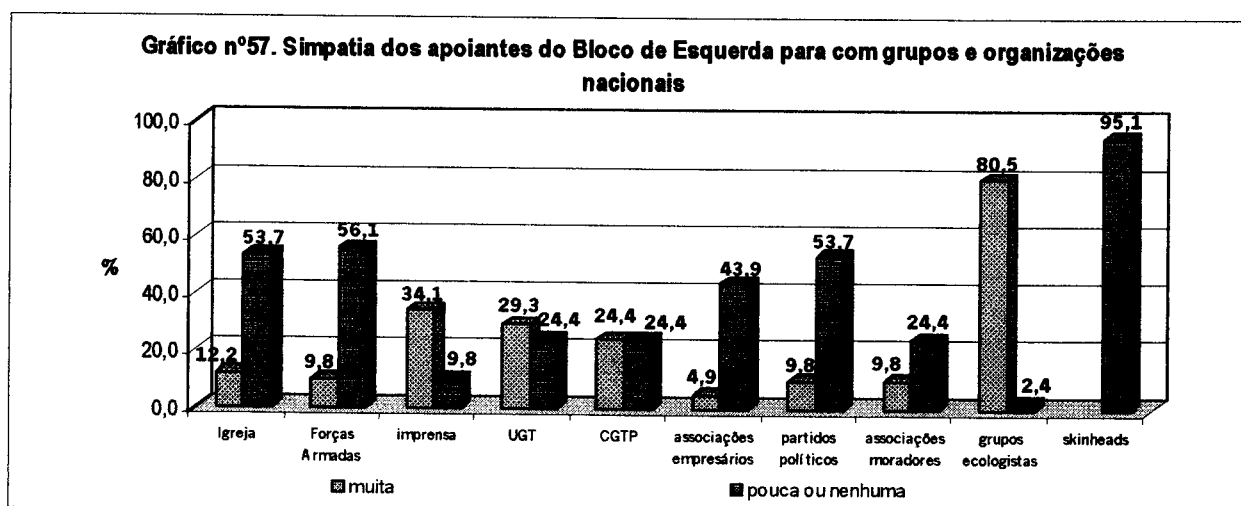
De facto, o BE demarca-se dos restantes partidos pela concentração de um maior volume de pós-materialistas, com 56,1% do total de estudantes pós-materialistas a declarar apoiar o BE em caso de eleições, e uma das menores expressões de materialistas, com 24,4% destes estudantes.

Relativamente a um conjunto de outras variáveis não especificamente da cultura política caracterizantes do público alvo da presente pesquisa, refira-se como se comportam face ao BE:

- São os cursos da área de ciências que congregam mais estudantes apoiantes deste partido, com 34,1% do total de apoiantes (conforme já observado no gráfico nº37, em 5.4.2.), que como vimos mobiliza 58,6% dos ecologistas (gráfico nº38). Ainda com base em análises anteriores refira-se que no *ponto* 5.3.2. se verificou ser esta a área académica mais associada ao pós-materialismo, conforme gráfico nº8.
- A preferência dos rapazes pelo BE é bastante acentuada por comparação às raparigas, respectivamente com 61% e 39% de apoiantes (conforme gráfico nºIII.2, no *Anexo III*);

- Relativamente a distribuição por grupos etários, estes estudantes concentram-se fundamentalmente nos 20 e 21 anos (41,5% de apoiantes) decrescendo com a idade (apenas 9,8% dos estudantes com idade igual ou superior a 24 anos declara apoiar o BE). As novas organizações pós-materialistas caracterizam-se por mobilizar um número crescente de adeptos essencialmente entre os jovens e os que têm maior nível de escolarização (Kitschelt & Hellemans, 1990);
- No respeitante à localidade de residência, regista-se uma quase equiparação da distribuição desta variável: 51,2% residem na sede de Distrito, enquanto 48,8% fora da sede de Distrito, resultados que corroboram relativamente a tendência para a residência dos pós-materialistas na sede de Distrito, como verificado no *ponto* 5.3.2., gráfico n.º9. Como vimos, estes novos movimentos são predominantemente urbanos (Betz, 1990).

Uma última análise sobre a simpatia manifestada para com um conjunto de grupos e organizações nacionais, observa-se no gráfico seguinte:



Fonte: Inquérito em Anexo I (questão n.º12 e 17).

Dos resultados pode inferir-se uma expressiva falta de simpatia dos aderentes ao BE, com a seguinte graduação, por ordem decrescente: *skinheads* com quase 100% dos inquiridos a responder neste sentido, Forças Armadas, Igreja e partidos políticos, associações de empresários, e ainda associações de moradores. A manifestação de muita

simpatia vai em primeiro lugar para os grupos ecologistas com 80,5% neste sentido, em seguida para a imprensa, para a UGT e para a CGTP.

Mais uma vez, os resultados vêm corroborar as hipóteses iniciais, verificando-se junto do BE uma significativa concordância com os resultados obtidos por outros trabalhos (Montero & Torcal, 1991, 1994) no que respeita à valoração atribuída por pós-materialistas a instituições como os movimentos ecologistas, a imprensa e os sindicatos, por oposição à antipatia manifestada relativamente a um conjunto de instituições tradicionais e conservadoras como a Igreja, as forças armadas ou as associações de empresários. O comportamento destas variáveis é ainda praticamente coincidente com o antes constatado para os estudantes pós-materialistas, como vimos no gráfico nº14, em 5.3.3., na medida em que rejeitam igualmente os grupos e organizações mais tradicionais, conservadoras e políticas, simpatizando expressivamente com os grupos ecologistas.

De acordo com este conjunto de dados válidos no âmbito da amostra estudada, pode-se, eventualmente, avançar com uma suposição mais firme no sentido de que, hipoteticamente, o recente surgimento e implantação parlamentar do BE tenha vindo concretizar a previsão da constituição generalizada de pequenas organizações, geradas em torno de projectos sociais e políticos “pós-modernos”. Respondendo a novas preocupações tendencialmente de carácter pós-materialista, relativamente às quais os partidos tradicionais têm dificuldade de reacção (Wolinetz, 1990), estas organizações preocupam-se com temáticas específicas, tais como o armamento nuclear, a mortalidade infantil, a preservação da natureza, o aborto, as liberdades civis, entre outras, fazendo apologia de uma vivência de plena cidadania.

De molde a aprofundar esta perspectiva, teria agora interesse estudar o programa político deste partido do ponto de vista da compatibilização dos valores e princípios que contempla relativamente aos valores políticos “pós-modernos” de que temos vindo a falar, tais como a emancipação das mulheres, o desarmamento, os direitos das minorias, a protecção ambiental, etc... Este aprofundamento permitir-nos-ia consolidar esta outra perspectiva interna ao funcionamento do partido, e testar a consistência do carácter pós-materialista que aqui se lhe atribuiu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos, hoje, o consolidar de um novo paradigma internacional, marcado pela célere evolução tecnológica e científica, pelo conseqüente colapso das referências espaciais-temporais tradicionais e pelo esbatimento das fronteiras destas duas dimensões da realidade sócio-política – o espaço e o tempo. Esta reestruturação económica, política, social e cultural anunciada pela “pós-modernidade” trouxe novos horizontes à cidadania, fornecendo os instrumentos necessários à assunção de uma vivência mais plena dos direitos, liberdades e garantias legalmente consagrados. A difusão da comunicação à escala mundial *in real time* e a acessibilidade à mobilidade física expandiu desmedidamente os espaços de conhecimento e experiência social – o local repercute-se globalmente e ao global acede-se localmente.

Numa perspectiva individualizada, o modelo da “pós-modernidade” consagrou ao indivíduo um espaço não estritamente privado, mas antes um espaço privado participante do espaço público que entretanto perde a exclusividade dos assuntos públicos e em simultâneo se abre aos privados. Cabe aqui o privilegiar dos valores hedonistas, da participação cidadã, da responsabilização social e política pessoal, da valorização da auto-realização, assumindo este espaço micro-social e político uma representação ímpar na esfera política. Retira-se, assim, a tradicional gestão política e social das elites para se instituir um novo modelo organizativo assente na credibilidade do cidadão para a condução dos desígnios da sociedade.

Trata-se de um paradigma humanizante e eminentemente cultural, assente em princípios como os da tolerância para com o pluralismo ou a descontinuidade, avesso à padronização cultural, e por isso aberto à consideração de um conjunto de questões sociais, muitas vezes associadas a minorias, só agora com relevo no debate político. Esta visão do paradigma “pós-moderno” não é no entanto isenta de controvérsia. A atomização do social não tem originado maiores índices de democraticidade, prevalecendo, se não mesmo, consolidando-se expressivas massas de excluídos. A globalização da economia tem custos sociais que levam a crer que o Mundo não se esteja a tornar-se politicamente mais unido ou socialmente mais homogéneo. A par do ampliação do direitos de cidadania, a lógica da globalização subtraiu capacidade de

concretização no âmbito dos novos poderes democráticos, limitando a possibilidade de realização daquela ampliação de direitos. A tensão entre a lógica da nova cidadania e a lógica economicista da globalização afigura-se irresolúvel. Para muitos autores, a solução parece assentar na melhoria da qualidade da democracia com vista à efectivação dos direitos cívicos, políticos e sociais, com o propósito de estimular a participação política e promover a credibilidade das instituições.

Associado a este processo de instalação do paradigma “pós-moderno”, observa-se a adopção de um conjunto de valores no domínio da cultura política que induzem a uma nova hierarquia axiológica. A concepção da cultura política nos moldes agora preconizados não é, no entanto, recente. Os valores da participação cívica, do bem-estar da comunidade, ou da importância da educação cívica dos cidadãos encontram-se inicialmente em diversos autores clássicos (em Aristóteles, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville), concepções estas recuperadas e reformuladas pelos autores da “pós-modernidade”. Designadamente, a sociedade utópica de Platão postulava a justiça social enquanto factor decorrente da justa participação numa cidade justa. As modernas definições de democracia assentam igualmente nas teorizações clássicas, tais como em Aristóteles ou Montesquieu, que a definem como a soberania do povo.

A teorização pioneira e mais completa sobre a mudança da cultura política foi realizada por Gabriel Almond e Sidney Verba, no início da década de 60, tendo alertado no âmbito do estudo da cultura política para a emergência de novos valores, atitudes e comportamentos nas modernas sociedades industrializadas. A denominada “*Cultura Cívica*”, *tipo ideal* no sentido weberiano, preconizava a evolução destas sociedades em direcção à adopção de valores cívicos, face a melhores condições económicas e a mais elevados níveis educacionais, razão de ser da estabilidade democrática. É particularmente enfatizada a participação, ou a competência para participar, dos cidadãos neste processo. O contributo destes autores, apesar de sujeito a algumas críticas, tem sido amplamente utilizado em pesquisas no âmbito da cultura política e é, ainda hoje, directa ou indirectamente, o suporte de grande parte dos trabalhos realizados sobre esta temática.

A presente dissertação não visou especificamente o estudo da cultura política, apesar de ter sido necessariamente esse o ponto de partida, mas antes a análise das principais variáveis que caracterizam a mudança da cultura política e a investigação empírica de

algumas das mais relevantes. Claramente apoiado em Almond & Verba, Ronald Inglehart concebeu um esquema de pesquisa operacionalizado por forma a identificar e avaliar a implantação do fenómeno pós-materialista, sobre o qual se apoiou em grande parte a nossa investigação empírica.

A proposta de cidadania “pós-moderna” rejeita a limitação à recepção passiva de um conjunto de direitos legalmente protegidos, enfatizando-se agora a postura dinâmica e interventiva do cidadão. Acrescem à definição de cidadania liberal as noções de vida pública, actividade cívica e participação política, conciliando os direitos e liberdade liberais e a igualdade e participação democráticas. O espaço privado assume efectivo carácter político, abrindo espaços para o desenvolvimento das virtudes cívicas clássicas. A multiplicidade de espaços de identificação e pertença política gerados pela fragmentação da sociedade “pós-moderna” associados ao centramento no indivíduo, originam um novo mundo de oportunidades de participação política da cidadania “pós-moderna”, não apenas pontuais, mas contínuos, no espaço e no tempo. É neste quadro que se integra a bateria de indicadores da dimensão materialista / pós-materialista de Inglehart, a qual contempla os novos valores da participação, da preservação ambiental, da auto-realização pessoal, mas também os valores tradicionais da segurança física e económica.

O paradigma da “pós-modernidade” não concebe um quadro ideológico alternativo definido. A democracia é perspectivada na óptica da multiplicidade de acções e práticas sócio-políticas e não pelas instituições pelas quais se realiza. São diversas as concepções que daqui derivam, designadamente a de Anthony Giddens (1994) – *dialogic democracy* – que aborda a democracia entendendo-a como meio de criação de um espaço público de debate e resolução de assuntos públicos controversos através de diálogo, dando assim lugar à expressão da multiplicidade de percepções e opiniões, ao invés de recorrer a formas pré-estabelecidas e centralistas do poder. Esta visão sobre o conceito de democracia, cujo cerne é nada mais do que a aproximação à concretização literal do conteúdo mais puro da teoria democrática, que aliás encontramos nas concepções democráticas clássicas, está difundida em diversos autores modernos, e revê-se na realidade, no recurso a formas alternativas de gerir e governar, de que a Câmara de Porto Alegre, no Brasil, é um exemplo paradigmático.

Os espaços tradicionais de cidadania ampliam-se retratando uma nova consciência social sobre um conjunto de problemas que, não sendo inteiramente novos, assumem agora verdadeira relevância social face ao seu agravamento nas sociedades actuais, tais como as questões ambientais, o acesso à informação e à cultura, ou o direito à diferença. Por outro lado, questões tradicionalmente do espaço privado extravasam este espaço transformando-se em questões de debate público, tais como a violência familiar ou a interrupção voluntária da gravidez.

A mudança da cultura política assume, ainda, uma vertente de carácter político-ideológico, que alguns autores perceberam como o anúncio do descalabro ideológico, de que Daniel Bell foi uma das principais referências teóricas. De facto, o descrédito das ideologias, e em geral das instituições políticas, tem marcado o espaço político “pós-moderno”. A tradicional clivagem político-ideológica industrial assente em variáveis sócio-económicas parece deixar-se superar por um novo factor de clivagem – a dimensão materialista / pós-materialista. Na realidade, e em particular a fracção esquerda do espectro político, apresenta visíveis sinais de crise com o colapso dos sistemas do Leste traduzido simbolicamente na queda do Muro de Berlim. No entanto, e aqui reside a luz que aviva a esperança de muitos teóricos apologistas da prevalência da esquerda, apesar de se ter verificado que de facto os meios preconizados pela esquerda estavam errados, tal parece não ter invalidado que os princípios de igualdade e justiça social não continuem a ser (e talvez cada vez mais) preponderantes do ponto de vista dos programas políticos, como se observa em especial na denominada Terceira Via preconizada por Tony Blair, assim como dos novos movimentos e partidos políticos. A reforma da esquerda terá forçosamente que passar pela alteração dos seus valores tradicionais, de forma a que sejam compatíveis com as actuais sociedades contemporâneas.

Ainda relativamente à crise político-ideológica, o novo paradigma encerra a incontornável incongruência de prosseguir valores pós-materialistas, e por isso associados à *qualidade* em detrimento da *quantidade* e, paralelamente, ser incapaz de valorizar os ideais da igualdade social ou da liberdade em substituição de interesses de grupos socialmente privilegiados, a ideologia em substituição do pragmatismo. Apesar da carga cultural e humanista que parece caracterizar a sociedade “pós-moderna”, coexistem e consolidam-se clivagens profundas assentes em variáveis sócio-económicas.



O desenvolvimento económico e social vivido pelas sociedades modernas, relativizando o espaço e o tempo, intensificou as relações sociais, facilitou o acesso à informação, promoveu a cultura e a informação políticas. Porém, e independentemente do aumento da escolarização, da entrada das mulheres na esfera política e da alteração gradual na hierarquização de valores – de materialistas a pós-materialistas, como apontado por Inglehart, na generalidade das sociedades pós-industriais a participação política, em termos de participação eleitoral tem vindo continuamente a descer. Estes factores, ao invés de estimularem a participação política, estão associados a uma crescente apatia política, que se observa a diversos níveis: o abstencionismo nas eleições, a diminuição da adesão aos partidos políticos, enquanto outras associações crescem, o decréscimo do entusiasmo político mesmo ao nível dos líderes políticos, enfim, instala-se uma indiferença generalizada e crescente pelos assuntos políticos e, conseqüentemente, o encaminhamento do interesse dos indivíduos para outros domínios, manifestado em termos políticos pelo crescimento da participação não convencional.

No contexto das sociedades ocidentais contemporâneas, Portugal apresenta uma situação comparativamente desfavorável em relação à generalidade das variáveis que caracterizam a mudança da cultura política, ou melhor, o pós-materialismo, tais como a participação política, em particular as modalidades alternativas de participação, os índices de discussão, o interesse e informação política e, genericamente, o privilegiar de valores “pós-modernos”. Considerando que Portugal é um país com um nível de desenvolvimento sócio-económico relativamente débil no conjunto daquelas sociedades, então, à luz da teoria da hierarquia das necessidades maslowiana e de acordo com a tese de Inglehart, é natural que se privilegiem ainda valores relacionados com as condições materiais de vida, tais como o crescimento económico ou a segurança física.

Os estudos realizados sobre a problemática da mudança cultural que contemplam Portugal, apontam-no como um país em que os valores materialistas, associados às necessidades económicas e ao bem-estar, são bastante mais salientes do que os valores pós-materialistas, associados à participação social e política, e à expressão e desenvolvimento pessoal. Considerando o conjunto de variáveis que caracterizam a cultura política pós-materialista, é fácil constatar que em Portugal paira um ambiente

social e cultural desfavorável ao surgimento dos valores que caracterizam este fenómeno. No entanto, e tal como em outras sociedades ocidentais, junto dos estratos etários mais jovens, e em particular junto dos estudantes universitários, a realidade parece substancialmente diferente, o que é compreensível uma vez que se trata de um grupo com um posicionamento social privilegiado. Entre os jovens portugueses mais instruídos, as tendências materialistas da sociedade portuguesa cedem lugar a outras mais associadas ao pós-materialismo, tal como a valorização da liberdade de expressão, da auto-realização, da igualdade, da ecologia e dos valores hedonistas. Em paralelo, assiste-se a uma desafecção dos jovens relativamente aos valores tradicionais conservadores, quer de ordem política, quer moral. Tal permite-nos supor que, apesar de não se poder afirmar que Portugal está em franca transformação cultural, parece estar a orientar-se por novas correntes sócio-culturais e que são os jovens mais instruídos os portadores mais visíveis destas novas correntes sócio-culturais, de orientação pós-materialista. Note-se, todavia, que esta propensão para a adesão a valores pós-materialistas não assume uma forma verdadeiramente pura, uma vez que tende a misturar-se com outros de cariz claramente materialista, face a necessidades sentidas a este nível ainda não satisfeitas, constituindo formas híbridas de hierarquização axiológica. Parece, assim, que o aumento das taxas de escolarização também em Portugal está a frutificar, mas que, associado a um ambiente económico com dificuldades de desenvolvimento faz evidenciar um cunho materialista muito forte associado ao privilegiar de alguns valores pós-materialistas. É de supor que a tendência para o materialismo será tanto mais acentuada quanto se trate dos escalões etários mais idosos, por oposição aos mais jovens, cujo período formativo decorreu no pós-1974 e por isso, supostamente, proporcionou uma experiência de vida na idade formativa mais estável económica e socialmente. A investigação empírica realizada no âmbito da presente dissertação não permitiu, contudo, testar esta hipótese, cingindo-se tão somente à verificação, junto de uma amostra de estudantes da Universidade de Évora, da implantação dos valores pós-materialistas.

Tal como na maioria das sociedades ocidentais, o pós-materialismo encontra junto dos jovens um terreno mais favorável à sua implantação, o que certamente contribuiu para os resultados que derivaram do trabalho empírico realizado sobre os estudantes da Universidade de Évora. De facto, junto da amostra estudada, os pós-materialistas são mesmo numericamente superiores aos materialistas, contrariamente ao que

normalmente sucede. Cremos que tal se justifica em virtude de se tratar de uma população privilegiada em termos de um conjunto de variáveis determinantes para a emergência do fenómeno: um elevado nível de escolaridade, níveis etários jovens e, provavelmente, condições económicas mais favoráveis. No entanto, estes estudantes pós-materialistas, apesar de numericamente melhor representados, evidenciam claras preocupações de carácter materialista ou, mais concretamente, de natureza económica. O indicador mais escolhido como primeira opção, de entre um leque de objectivos para Portugal nos próximos dez anos, foi “manter um elevado nível de crescimento económico”, o que, por si só, reflecte uma evidente preocupação com a satisfação das necessidades materiais, em concordância com o concebido por diversos autores que apontam como maior preocupação dos jovens portugueses os aspectos relacionados com a segurança material e o emprego. “Diminuir as desigualdades sociais” surge como o indicador que com maior frequência é seleccionado como primeira opção no campo dos valores pós-materialistas, o qual, como preconizado por Montero & Torcal, deve ser entendido em sentido *sociotrópico* uma vez que, num quadro pós-materialista, não remete para questões relativas à segurança económica pessoal, mas para uma nova perspectiva valorativa dos pós-materialistas que visa o bem estar comunitário, não deixando no entanto de comportar uma preocupação de carácter económico. Apesar da relativa primazia da escolha de indicadores conotados com os valores materialistas, ou mais especificamente com valores de carácter económico, como primeira opção, no conjunto verifica-se um certo equilíbrio entre as opções pelos indicadores materialistas e pós-materialistas.

Todavia, verifica-se a hipótese de que junto dos estudantes seria de esperar uma aspiração à satisfação de necessidades de topo da hierarquia de Maslow e, desta forma, uma expressiva prevalência da opção por indicadores de cariz pós-materialista, sendo de supor que numa amostra representativa da população portuguesa o peso dos valores materialistas seja bastante superior. De facto, e como verificado entre os jovens portugueses, na amostra estudada há como que uma articulação ou harmonização entre valores materialistas e pós-materialistas, em convergência com o *pós-materialismo defensivo* sugerido por Vitor Sérgio Ferreira (1998) para o nosso país, que se traduz na assunção de alguns valores tipicamente pós-materialistas sem que tal implique, necessariamente, o abandono de atitudes tradicionalmente conotadas com o materialismo, com a preocupação com o (des)emprego e com o crescimento económico.

O número de indivíduos pós-materialistas junto dos universitários estudados é bastante significativo, atingindo quase metade da população estudada. Apesar de não dispormos de dados comparativos, estes resultados levam a supor que, à semelhança de outros países ocidentais, também em Portugal se processa uma mudança cultural suportada na substituição inter-geracional, o que, associado ao facto de se ter verificado um crescimento da população universitária nas últimas décadas, poderá contribuir para explicar a ocorrência de uma mudança cultural assente na substituição de gerações, consistindo no afirmar dos valores pós-materialistas.

As características básicas que os pós-materialistas desta pesquisa evidenciam apontam para indivíduos que perante a religião se consideram ateus ou indiferentes (o que vem sugerir o desajustamento do novo quadro axiológico relativamente aos princípios que constituem a religião tradicional preconizados por Inglehart), concentrados numa classe que se pode considerar média (corroborando a tese de Inglehart de que os pós-materialistas provêm da classe média), e face à política se assumem como indivíduos muito interessados.

Ao inverso da tese pós-materialista verifica-se, nesta análise, uma maior representação dos valores pós-materialistas junto das raparigas comparativamente aos rapazes, talvez porque os factores que tipicamente condicionam a opção por valores materialistas, entre os quais a escolaridade, neste caso não se façam sentir junto da população feminina. A representação dos pós-materialistas é também superior nas Licenciaturas de ciências e arte, por oposição a humanidades e a tecnologia. Sendo o pós-materialismo caracterizado por valores tais como a preservação ambiental, a auto-realização pessoal e a qualidade de vida, entre outros, parece existir nos indivíduos que frequentam os cursos de ciências e arte uma maior sensibilidade e adesão relativamente aqueles valores, eventualmente veiculada e reforçada pela natureza dos próprios cursos. Os cursos tecnológicos, por seu lado, mais relacionados com o desenvolvimento técnico e tecnológico e em geral com a quantificação parecem por isso associar-se mais a valores materialistas relacionados com a segurança, a ordem e o bem-estar material. Ainda, os pós-materialistas residem preponderantemente na sede de Distrito enquanto os materialistas residem fora da sede de Distrito, levando a supor a confirmação da premissa inicial que associa os primeiros aos meios mais cosmopolitas.

Tal como verificado em outros estudos sobre esta temática, as diferenças entre materialistas e pós-materialistas tornam a surgir quando se analisam algumas atitudes relacionadas com a percepção dos cidadãos sobre o sistema político: os estudantes pós-materialistas denotam uma menor preferência pelo regime democrático e, em simultâneo, uma maior abertura à possibilidade de em algumas circunstâncias um regime autoritário poder ser preferível ao regime democrático, comparativamente aos materialistas, que é reafirmada face ao maior desprendimento que evidenciam sobre a concordância com a afirmação “não votar é sempre um erro”. Não se verificou, no entanto, a relação esperada entre a adesão a valores pós-materialistas e o privilegiar de modalidades de participação não convencionais: os pós-materialistas desta amostra revelam uma forte predilecção pelo voto como forma preferencial de defesa dos seus direitos ou interesses, apesar de também salientarem uma mais expressiva tendência para a abstenção, comparativamente aos materialistas. De facto, nesta pesquisa os resultados apontam para uma expressiva opção dos inquiridos por modalidades de participação não convencionais que surgem, no entanto, integradas num quadro de valores materialistas e portanto desenquadradas de uma lógica pós-materialista.

À semelhança de trabalhos anteriores e das expectativas relativamente ao comportamento da nova dimensão face à simpatia para com um conjunto de grupos e organizações nacionais, os resultados indicaram uma menor simpatia dos pós-materialistas para com grupos e organizações tradicionais, conservadoras e associadas aos valores materialistas (a Igreja, as Forças Armadas, as associações de empresários e os partidos políticos), e uma maior simpatia com as que se opõem àqueles valores (os sindicatos, tal como concluído por Montero & Torcal, quer seja a UGT, quer seja a CGTP, as associações de moradores e os grupos ecologistas). As preferências pós-materialistas deixam antever uma preocupação com questões como a igualdade social ou a protecção ambiental, que lhes são particularmente caras.

Comprovada a existência da dimensão materialista / pós-materialista deste grupo de estudantes, interessou verificar a incidência da mudança cultural na estrutura de clivagens políticas do mesmo. Em resposta à tese weberiana que sustenta que o recrutamento partidário resulta da capacidade do apelo dos partidos políticos relativamente aos interesses próprios de cada classe social (Weber, 1994), a polarização tradicional esquerda / direita justificada por razões de ordem económica, em que as classes mais baixas apoiavam a esquerda e as classes mais abastadas a direita, parece vir

a perder importância enquanto um novo vector de segmentação política – a dimensão materialista / pós-materialista – ganha progressivamente relevo na cena política. Para comprovar a tese de que as dimensões resultantes da mudança cultural estão implicadas em mudanças na estrutura de clivagens políticas afectando as áreas de conflito político procedeu-se ao teste da capacidade de segmentação da dimensão materialista / pós-materialista relativamente a um conjunto de variáveis indicativas do posicionamento ideológico e partidário do respondente.

Os resultados decorrentes deste procedimento permitem apontar duas indicações relativamente ao grupo estudado: reafirma-se a tendência para o posicionamento dos portugueses no centro, com uma ligeira inclinação para a esquerda, das escalas político-ideológicas; o número de pós-materialistas cresce na direcção do pólo da esquerda, enquanto o número de materialistas, numa relação perfeitamente inversa, aumenta com a aproximação à direita, o que permite apontar a dicotomização do comportamento político em função da adopção de valores materialistas por oposição aos pós-materialistas. Excepção a esta correspondência ideológico-partidária são as elevadas percentagens de indivíduos que referem abster-se ou não saber em que partido votariam, no que respeita a qualquer dos parâmetros da dimensão, o que se presume não significar um descomprometimento ideológico, porque não se presencia ao nível das variáveis ideológicas, mas a falta de opção partidária.

A confirmação desta segmentação dos conflitos políticos pela nova dimensão junto da população em estudo fez-se mediante a verificação da relação entre um conjunto de variáveis passíveis de representar as clivagens políticas da sociedade portuguesa, e o posicionamento político-ideológico dos respondentes. Do estudo das variáveis que são tradicionalmente referidas como segmentadoras do comportamento político: a classe social de origem e a religiosidade, a informação obtida permite deduzir o seguinte: confirma-se a tendência para a classe social perder poder discriminante, o que não é partilhado pela posição definida perante a religião, variável que não perde capacidade explicativa do comportamento político junto da população em análise fazendo-o mesmo de forma perfeitamente linear – concentram-se nos parâmetros da esquerda os estudantes que se definem como ateus ou indiferentes à religião, enquanto nos da direita se centralizam os que se assumem como religiosos. A fraca simpatia que os estudantes pós-materialistas afirmam ter pela Igreja, vem reforçar os resultados anteriores relativamente à importância da religiosidade na identificação política destes estudantes.

Uma outra ilação é extrapolável desta análise: a amostra inquirida dispõe de uma identificação nítida das posições topológicas dos partidos e ideologias na escala esquerda e direita, que desta forma não se afiguram para os inquiridos como conceitos sem significado, ao contrário do preconizado pelos teorizadores do fim da ideologia.

Entendeu-se ainda pertinente estudar um conjunto de outras variáveis de carácter sócio-demográfico e relativas à simpatia para com um conjunto de grupos e organizações nacionais, com o objectivo de aferir o respectivo poder discriminante do comportamento político, de forma complementar ao concluído relativamente às variáveis da cultura política. Registou-se, assim, que a simpatia para com as duas principais forças sindicais nacionais, com os grupos ecologistas, para além da simpatia para com a Igreja, evidenciam um significativo poder discriminante do posicionamento partidário e ideológico dos respondentes.

A distribuição do voto entre materialistas, pós-materialistas e mistos, possibilitando uma boa aproximação à definição da importância que a nova clivagem pode assumir na estruturação das áreas de competição partidária, identifica o PS como o partido que congrega claramente o maior número de estudantes pós-materialistas. Porém, capta igualmente o maior número de materialistas. É portanto, do ponto de vista do apoio eleitoral, o partido mais pós-materialista e mais materialista em simultâneo. Atendendo às proporções conclui-se que é o BE o partido mais pós-materialista: apresenta a segunda maior representação de estudantes pós-materialistas e, proporcionalmente a esta, a menor de materialistas. Do conjunto dos partidos estudados, o BE é o que aparenta estar mais norteado para a captação do voto pós-materialista.

Relativamente à associação da opção de voto com os indicadores da mudança cultural, registou-se que são o PS e o BE os partidos mais próximos dos indicadores pós-materialistas. Em particular o BE posiciona-se justaposto a um dos valores do pós-materialismo mais expressivos – a protecção ambiental – sendo, também, o partido que se encontra mais afastado de qualquer indicador materialista. Os resultados alcançados, conduzindo à assunção de que o BE, no contexto estudado, é o partido que evidencia mais expressivamente os valores do pós-materialismo, leva a supor que este partido possa constituir uma forma de expressão da anunciada esquerda pós-materialista, por oposição aos outros partidos estudados tradicionalmente associados à esquerda nacional, ainda muito próximos do materialismo. A verificar-se esta proximidade do BE

ao pós-materialismo na sociedade portuguesa, parece-nos plausível supor que a representação parlamentar deste partido possa ter vindo responder em parte às novas áreas de conflito político geradas pela emergência dos novos valores.

Com o propósito de caracterizar a opção de voto BE, procedeu-se ao estudo da sua associação com um conjunto de variáveis sócio-demográficas e da cultura política, tendo-se concluído que os estudantes que declaram apoiar o BE são preponderantemente: oriundos de famílias pertencentes à classes mais abastadas (o que vem validar a tese que associa a adesão aos valores pós-materialistas aos estratos sócio-económicos mais abastados); ateus ou indiferentes à religião; afirmam ter apenas um interesse moderado pela política, sendo o nível de informação evidenciado, tal como nos demais partidos, francamente baixo. Os partidários do BE são os que claramente denotam maior afinidade para com a hipótese de uma mudança radical da sociedade actual através de um processo revolucionário, assim como uma larga maioria privilegia formas de actuação política dentro do leque das modalidades não convencionais.

Especificamente com base nas características da amostra, verificou-se que são os estudantes dos cursos da área de ciências os que mais apoiam este partido; sendo maioritariamente rapazes; essencialmente com 20 e 21 anos; com uma expressiva falta de simpatia, por ordem decrescente, pelos *skinheads*, Forças Armadas, Igreja e partidos políticos, associações de empresários e, ainda, associações de moradores, e simpatizantes dos grupos ecologistas, da imprensa e das duas forças sindicais analisadas.

A caracterização do eleitorado apoiante deste partido permite inferir, por comparação à análise dos pós-materialistas da amostra, que o comportamento destas variáveis é praticamente coincidente com o anteriormente constatado, reafirmando também desta forma o carácter pós-materialista do BE nesta pesquisa.

A dimensão materialista / pós-materialista pode não ser o único, nem o mais explicativo factor de mudança cultural, no entanto, junto da população estudada, esta dimensão existe, denotando grande significância.

Por forma a aprofundar esta perspectiva e a consolidar o cunho pós-materialista deste partido, teria agora interesse estudar o respectivo programa e os princípios políticos do ponto de vista da compatibilização dos mesmos com os valores políticos “pós-

modernos” de que temos vindo a falar, tais como a emancipação das mulheres, o desarmamento, os direitos das minorias, a protecção ambiental, a participação social e política, etc... Este aprofundamento permitir-nos-ia complementar as conclusões alcançadas com uma perspectiva interna do funcionamento do partido, testando-se, assim, a consistência do carácter pós-materialista que aqui se-lhe atribuiu.

Como é exigido e esperado de qualquer trabalho de investigação académica de pós-graduação, a concretização da presente dissertação decorreu de um processo moroso, árduo e muitas vezes difícil. Suportado em grande medida em bibliografia de origem anglo-saxónica não traduzida, a primeira grande dificuldade residiu no levantamento e na análise da mesma. No trabalho empírico, para além das usuais dificuldades inerentes à aplicação de um número significativo de inquéritos, o plano de análise da informação definido obrigou a incorrer em sérios riscos de invalidação das hipóteses da pesquisa, face à sua disposição em cadeia. Para tal bastaria a não verificação da dimensão da mudança cultural. Não foi no entanto isso que se verificou, muito pelo contrário, a coerência interna dos resultados superou em larga medida as suspeitas ocultas na definição das hipóteses.

Apesar de pouco acrescentar em termos absolutos ao estudo do fenómeno pós-materialista a uma escala mais ampla do que o conjunto de estudantes analisados, espera-se, com a conclusão desta dissertação, ter pelo menos possibilitado mais um contributo para o aprofundamento do mesmo.

BIBLIOGRAFIA¹

1. Bibliografia genérica

ALMOND, Gabriel A.

1975 “O Sistema Político”, in Pierre Birnbaum & François Chazel, *Sociologia Política*, Lisboa: Editorial Presença, pp.59-93

ARENDT, Hannah

1991 *A Condição Humana*, 5ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária

ARON, Raymond

1983 *L’Opium des Intellectuels*, Paris: Éditions Calmann-Lévy

1997 *Introduction à la Philosophie Politique*, Paris: Éditions de Fallois

ASSOUN, Paul-Laurent

1990 *L’École de Francfort*, 2ª edição, Paris: Presses Universitaires de France

BERLIN, Isaiah

1991 *Limites da Utopia*, São Paulo: Editora Schwarcz ltd

BESSA, António Marques & PINTO, Jaime Nogueira

1977 *Introdução à Política*, Lisboa: Edições do Templo

BOTTOMORE, Tom

1981 *Sociologia Política*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

CHARZAT, Michel

1999 *Politiquement Libre – démocratie ou libéralisme: le pari de la Cité*, Paris: Éditions la Découverte

¹ As datas entre parêntesis reportam-se ao ano da publicação original, a que corresponde a publicação traduzida. As iniciais s.d., que querem designar *sem data*, substituem-se algumas vezes a essa informação devido à sua indisponibilidade em nas obras consultadas.

COHEN, John

1972 *Homo Psychologicus*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

COLOM, Óscar

1989 *La Transformación Social*, Barcelona: L'Eina Editorial

CROZIER, Michel

1970 *La Société Bloquée*, Paris: Éditions du Seuil

CRUZ, Manuel Braga da

1995a *Teorias Sociológicas – os fundadores e os clássicos*, 2ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

DAHRENDORF, Ralph

1992 *O Conflito Social Moderno*, São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo

DOWSE, Robert E. & HUGHES, John A.

1986 *Political Sociology*, 2ª edição, Chichester: John Wiley & Sons

DUVERGER, Maurice

1983 *Sociologia Política*, Coimbra: Livraria Almedina

EASTON, David

1975 “Categorias para uma Análise Sistemática da Política”, in Pierre Birnbaum & François Chazel, *Sociologia Política*, Lisboa: Editorial Presença, pp.131-159

GOODWIN, Barbara

1987 *Using Political Ideas*, 2ª edição, Chichester: John Wiley & Sons

HUYGHE, François-Bernard & BARBÉS, Pierre

1987 *La Soft-Idéologie*, Paris: Éditions Robert Laffont

LASSWELL, Harold D. & KAPLAN, Abraham

1976 *Power and Society*, New Haven: Yale University Press

LIPSET, Seymour Martin

1992 *Consenso e Conflito*, Lisboa: Gradiva

MANNHEIM, Karl

s.d. *Sociologia do Conhecimento*, II vol., Porto: Rés-Editora

1980 (s.d.) *Diagnóstico de Nosso Tempo*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores

1982 (1950) *Libertad, Poder y Planificación Democrática*, Mexico: Fondo de Cultura Económica

MOREIRA, Adriano

1989a *Comentários*, Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa

1989b *Ciência Política*, Coimbra: Livraria Almedina

PIRES, Francisco Videira

1977 *Sociologia Política*, Porto: Lello e Irmão Editores

SARTORI, Giovanni

1979 *A Política*, Brasília: Editora Universidade de Brasília

TEIXEIRA FERNANDES, António

1988 *Os Fenómenos Políticos*, Porto: Edições Afrontamento

2. Bibliografia temática

a) Sobre a pós-modernidade

AGAMBEN, Giorgio

1993 *A Comunidade que Vem*, Lisboa: Editorial Presença

CHESNEAUX, Jean

1983 *De la Modernité*, Paris: Editions la Découverte

CLARKE, Paul Barry

1996 *Deep Citizenship*, London Chicago: Pluto Press

FEATHERSTONE, Mike

- 1990 “Moderno e Pós-Moderno – definições e interpretações sociológicas” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº8, pp.93-105

GIBBINS, John R. & REIMER, Bo

- 1995 “Postmodernism” in Jan W. van Deth & Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford: Oxford University Press, pp.301-331

GIDDENS, Anthony

- 2000 *As Consequências da Modernidade*, 4ª edição (1ª reimpressão), Oeiras: Celta Editora

HABERMAS, Jürgen

- 1987 *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, Lisboa: Edições 70
1990 *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Lisboa: Publicações Dom Quixote
1996 *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge: Polity Press

LAÏDI, Zaki

- 1998 “É Preciso Regular a Globalização”, in *Expresso*, Internacional, 6 de Novembro

LYOTARD, Jean-François

- 1983 *Le Différend*, Paris: Les Éditions de Minuit
1989 *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa: Gradiva
1990 *O Inumano*, 1ª edição, Lisboa: Editorial Estampa

MOUFFE, Chantal

- 1996 *O Regresso do Político*, Lisboa: Gradiva – Publicações lda

NETO, Paulo Alexandre & CUNHA, Silvério da Rocha

- 2000 “Globalização, Novos Instrumentos e Mecanismos de Regulação, & Autonomia Democrática” in *Economia e Sociologia*, nº69, pp.27-42

PEREIRA, Miguel Serras

- 1999 *Exercícios de Cidadania*, Lisboa: Fim de Século Edições

PUHLE, Hans-Jürgen

2000 “Cidadania e Estado-Nação” in José Manuel Leite Viegas & Eduardo Costa Dias (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta Editora, pp.25-35

RAMOS, Francisco Martins & CUNHA, Silvério da Rocha

2000 “A Crise do Espaço Público & a (Re)invenção da Tradição” in *Economia e Sociologia*, nº69, pp.5-26

REIS, Manuela

2000 “O Património e a Construção de Novos Espaços de Cidadania” in José Manuel Leite Viegas & Eduardo Costa Dias (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta Editora, pp.277-288

RODRIGUES da SILVA, José Maria

1994 *A (Pós) Modernidade e o Estado de Direito Democrático*, Coleção EUROPAMUNDO, Odivelas: Pentaedro

SANTOS, Boaventura de Sousa

1997 *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, 6ª edição, Porto: Edições Afrontamento

SCHLOSSBERG, Edwin

1998 *Interactive Excellence – defining and developing new standards for the twenty-first century*, New York: The Library of Contemporary Thought

SILVA, Francisco

1994 *Fronteiras do Futuro – a sociedade face à revolução científica e técnica*, Lisboa: Editorial Caminho

SMART, Barry

1993 *A Pós-Modernidade*, Mem Martins: Publicações Europa-América

STOCK, Maria José

1998 “A Ciência Política e a Emergência de uma Nova Cidadania: do *Areópago* à *Ágora*”, Oração de Sapiência no Dia da Universidade, Universidade Lusíada (não publicado)

1999 “Problemas Sociais do Fim do Milénio: os quatro cavaleiros do Apocalipse?” in *Notícias do Milénio*, ed. Notícias / Lusomundo, 8 de Junho, pp.228-241

STOCK, Maria José & CARLOS, Jorge Adriano

1998 “Direitos Humanos na Sociedade Cibernética” in *Economia e Sociologia*, nº66, pp.109-147

TEIXEIRA FERNANDES, António

1998 *O Estado Democrático e a Cidadania*, Porto: Edições Afrontamento

TOURAINÉ, Alain

1992 *Crítica da Modernidade*, Coleção Epistemologia e Sociedade, Lisboa: Instituto Piaget

VIEGAS, José Manuel Leite & DIAS, Eduardo Costa

2000 “Globalização e Novos Horizontes da Cidadania” in José Manuel Leite Viegas & Eduardo Costa Dias (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta Editora, pp.1-8

b) Sobre a cultura política

APTER, David E.

1964 “Introduction: Ideology and Discontentment” in David E. Apter (ed.) *Ideology and Discontent*, New York: The Free Press of Glencoe, pp.15-46

ARISTÓTELES

1990 (s.d.) *Politics*, Harvard: Harvard University Press

BARNER-BARRY, Carol & HODY, Cynthia A.

1995 *The Politics of Change*, New York: St. Martin's Press

BENEDICT, Ruth

s.d. *Padrões de Cultura*, Coleção Vida e Cultura, Lisboa: Edição “Livros do Brasil”

BESSA, António Marques

1993 *Quem Governa? – uma análise histórico-política do tema da elite* (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas

1996 *A Arte de Governar*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas

BOBBIO, Norberto

1997 *O Futuro da Democracia*, 6ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS

1984 *Research Project on Political Culture in Southern European Democracies*, Madrid (não publicado)

CHEVALLIER, Jean-Jacques

1984 *Histoire de la Pensée Politique*, Paris: Payot.

DAHL, Robert A.

1963 *Modern Political Analysis*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.

DETH, Jan W. van & SCARBROUGH, Elinor

1995a "The Concept of Values" in Jan W. van Deth & Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford: Oxford University Press, pp.21-47

1995b "Perspectives on Value Change" in Jan W. van Deth & Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford: Oxford University Press, pp.527-541

FREENDEN, Michael

1996 *Ideologies and Political Theory*, New York: Oxford University Press

GABRIEL, Oscar W. & DETH, Jan W. van

1995 "Political Interest" in Jan W. van Deth & Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford: Oxford University Press, pp.390-411

GEERTZ, Clifford

1964 "Ideology as a Cultural System" in David E. Apter (ed.) *Ideology and Discontent*, New York: The Free Press of Glencoe, pp.47-76

HEIMER, Franz-Wilhelm; VALA, Jorge & VIEGAS, José Manuel Leite

1990a "Cultura Política – uma leitura interdisciplinar" in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº8, pp.9-28

HELD, David

1994 "Inequalities of Power, Problems of Democracy", in David Milliband (ed.) *Reinventing the Left*, Cornwall: Polity Press, pp.47-59

HENRY, Paul & LAUWE, Chombart de

1983 *La Culture et le Pouvoir – transformations sociales et expressions novatrices*, Paris: Éditions L'Harmattan

HERSHEY, Marjorie Randon

1984 *Running for Office – the political education of campaigners*, New Jersey: Chatham House Publishers, inc

IAIN, Hampsher-Monk

1994 *A History of Modern Political Thought*, Oxford: Blackwell Publishers.

JENNINGS, M. Kent e NIEMI, Robert G.

1970 “Patterns of Political Learning”, in Dreyer & Rosenbaum *Political Opinion and Behaviour – essays and studies*, second edition, California: Wadsworth Publishing Company, inc, pp.139-160

LANE, Ruth

1992 “Political Culture – Residual Category or General Theory”, in *Comparative Political Studies*, Vol 25, n°3 / October, pp.362-387

LARA, António de Sousa

1995 *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, 2ª ed, Lisboa: Pedro Ferreira Editor

LASSMAN, Peter & SPEIRS, Ronald

1994 *Political Writings*, Cambridge: Cambridge University Press

LATTES, Gianfranco Bettin

1999 “Sul Concetto di Generazione Politica” in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, vol.xxix, n°1, pp 23-53

LEFEBVRE, Henri

1974 *Sociologie de Marx*, 1^{er} édition, Vendôme: Presses Universitaires de France

LEVINE, Jeffrey, CARMINES, Edward G. & HUCKFELDT, Robert

1997 “The Rise of Ideology in the Post-New Deal Party System 1972-1992”, in *American Politics Quarterly*, vol25, n°1 / January, pp.19-34

LIJPHART, Arend

1989a "The Structure of Inference", in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 37-56

1989b *As Democracias Contemporâneas*, 1ª edição, Lisboa: Gradiva

1990 "Dimensions of Ideology in European Party Systems", in Peter Mair (ed.) *The West European Party System*, Oxford: Oxford University Press, pp.253-265

LINTON, Ralph

1968 *Le Fondement Culturel de La Personnalité*, Paris: Monographies Dunod

LUQUE, Teodoro

1996 *Marketing, Político*, Barcelona, Editorial Ariel

MACDONALD, Dwight; BELL, Daniel; SHILS, Edward; GREENBERG, Clement; LOWENTHAL, Leo; LAZARFELD, Paul F. & MERTON, Robert K.

1971 *A Indústria da Cultura*, Lisboa: Editora Meridiano

MAQUIAVEL, Nicolò

1976 (s.d.) *O Príncipe*, Lisboa: Publicações Europa-América

1979 (s.d.) *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Brasília: Editora Universidade de Brasília

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich

1975 (1890) *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Editorial Avante

MAYER, William G.

1992 *The Changing American Mind – How and Why American Public Opinion Changed Between 1960 and 1988*, Michigan: The University of Michigan Press

MEEHAN, Elizabeth

1994 "Equality, Difference and Democracy", in David Milliband (ed.) *Reinventing the Left*, Cornwall: Polity Press, pp.67-79

MILIBAND, Ralph

1978 *Marxism and Politics*, Oxford: Oxford University Press

MILL, John Stuart

1983 (s.d.) *O Governo Representativo*, São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural SA

MOMMSEN, Wolfgang J.

1989 *The Political and Social Theory of Max Weber*, Cambridge: Polity Press

MONTERO, José Ramón

1992 *Sobre la Democracia en España: Legitimidad, Apoyos Institucionales y Significados*, paper apresentado num seminário realizado em 1991 no Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales del Instituto Juan March, Madrid (não publicado).

1997 *Religión Política en España: los Nuevos Contornos del Cleavage Religioso*, Madrid: síntese de paper apresentado no Workshop Religión and Mass Electoral Behavior in Europe (não publicado)

MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard, & TORCAL, Mariano

1997 "Democracy in Spain: Legitimacy, Discontent, and Disaffection", in *Studies in Comparative International Development*, vol. 32, nº3, pp.124-160.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat

1982 (s.d.) *O Espírito das Leis*, Brasília: Editora Universidade de Brasília

1965 (s.d.) *Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos*, Lisboa: Editorial Presença

PARSONS, Talcott

1964 *Max Weber: The Theory of Social and Economic Organization*, New York: Macmillan Publishing Co., Inc.

PLATÃO

1993 (s.d.) *A República*, Porto: Fundação Calouste Gulbenkian

PRIETO, Fernando

1990 *Historia de las Ideas y de las Formas Políticas*, Madrid: Unión Editorial.

PRICE, Vincent

1999 "Political Information" in John P. Robinson, Phillip R. Shaver & Lawrence S. Wrightsman (ed.) *Measures of Political Attitudes*, Academic Press, pp 591-637

RICOEUR, Paul

1991 *Ideologia e Utopia*, Lisboa: Edições 70

ROßTEUTSCHER, Sigrid

2000 “Democracia Associativa” in José Manuel Leite Viegas & Eduardo Costa Dias (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta Editora, pp.233-254

ROTSEIN, Maurice

1983 *The Democratic Myth*, Florham Park: The Florham Park Press. Inc.

ROUSSEAU, Jean-Jacques

1973 (s.d.) *O Contrato Social*, Lisboa: Editorial Presença

ROSZAK, Theodore

1984 *El Nacimiento de una Contracultura*, 8ª edición, Barcelona: Editorial Kairós

ROTSTEIN, Maurice

1983 *The Democratic Myth*, Florham Park: The Florham Park Press. Inc.

SANTO, Paula do Espírito

1997 *O Processo de Persuasão Política*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

SCHUMPETER, Joseph A.

1996 (s.d.) *Capitalism, Socialism & Democracy*, London: George Allen & Uniwin

SEARS, David & VALENTINO, Nicholas A.

1997 “Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization”, in *American Political Science Review*, vol. 91, nº1 / March, pp.45-64

STOCK, Maria José

1996 “Regionalização, Democracia (Participativa) e Proxémia: algumas reflexões”, in *Economia e Sociologia*, nº62, pp.15-20

STOCK, Maria José & MAGONE, José

1995 “A Europa da Regiões e a União Europeia”, in *Cadernos do IEP*, nº, II série, Abril, pp.7-9

THOMASSEN, Jacques

1991 *Support for Democratic Values*, Sintra: paper presented at the meeting of the ESF-project, “Beliefs in Government” (não publicado)

TOCQUEVILLE, Alexis de

1972 (s.d.) *A Democracia na América*, Lisboa: Estúdios Cor

TOUCHARD, Jean

1970a *História das Ideias Políticas*, vol. 1, Lisboa: Publicações Europa-América

1970b *História das Ideias Políticas*, vol. 4, Lisboa: Publicações Europa-América

1970c *História das Ideias Políticas*, vol. 5, Lisboa: Publicações Europa-América

VALA, Jorge

1993 “As Representações Sociais no Quadro dos Paradigmas e Metáforas da Psicologia Social” in *Análise Social*, vol. xxviii (123-124), pp.887-919

VIEGAS, José Manuel Leite

1993 “Valores Políticos, Grupos Sociais e Mudança Cultural” in *Actas do II Congresso Português de Sociologia – Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol. I, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp.225-240

WEBER, Maria

1986 *Italia: Paese Europeo? Una analisi della cultura politica degli italiani in prospettiva comparata*, Milano: Franco Angeli Libri srl

WEBER, Max

1993 (1922) *Economia y Sociedad*, Madrid: Fondo de Cultura Economica

WILLIAMS, Shirley

1981 *Politics is for People*, Middlesex: Penguin Books Ltd

WOLINETZ, Steven B.

- 1990 “The Transformation of Western European Party Systems”, in Peter Mair (ed.) *The West European Party System*, Oxford: Oxford University Press, pp.218-231

WRIGHT MILLS, C.

- 1981 (s.d.) *A Elite do Poder*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores

c) Sobre a participação política

BENN, Stanley I

- 1979 “The Problematic Rationality of Political Participation”, in Peter Laslett & James Fishkin (ed.) *Philosophy Politics & Society*, New Haven: Yale University Press, pp.291-312

BENNETT, Stephen Earl

- 1997a “Why Young Americans Hate Politics, and What we Should do about it?”, *Political Science & Politics*, Vol XXX, nº1 / March, pp.47-52
- 1997b “Knowledge of Politics and Sense of Subjective Political Competence – the ambiguous connection”, *American Politics Quaterly*, vol 25, nº2 / April, pp.230-240

BRADY, Henry E.

- 1999 “Political Participation” in John P. Robinson, Phillip R. Shaver & Lawrence S. Wrightsman (ed.) *Measures of Political Attitudes*, Academic Press, pp 737-799

CAMPBELL, Angus

- 1970 “The Passive Citizen”, in Dreyer & Rosenbaum *Political Opinion and Behavior – essays and studies*, 2ª edição, California: Wadsworth Publishing Company, inc, pp.286-298

EHRlich, Stanislaw

- 1996 “Verba Ultima: Order or Freedom? On the Plurality of Binding Patterns of Behavior and their Systems” in *International Political Science Review*, vol.17, nº3, pp.333-340

ENNIS, Philip H.

- 1970 "L'Importance du Contexte dans la Décision Électorale" in François Chazel, Raymond Boudon & Paul Lazarsfeld (ed.) *L'Analyse des Processus Sociaux*, Paris: Mouton & Co et Maison des Sciences de l'Homme, pp. 232-245

FLANAGAN, Scott C. & DALTON, Russell J.

- 1990 "Models of Change", in Peter Mair (ed.) *The West European Party System*, Oxford: Oxford University Press, pp.232-246

GABRIEL, Oscar W.

- 1995 "Political Efficacy and Trust" in Jan W. van Deth & Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford: Oxford University Press, pp.357-389

GLASER, William

- 1970 "Les Mécanismes de la Participation Électorale" in François Chazel, Raymond Boudon & Paul Lazarsfeld (ed.) *L'Analyse des Processus Sociaux*, Paris: Mouton & Co et Maison des Sciences de l'Homme, pp. 221-231

GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón, & TORCAL, Mariano

- 1994 *Anti-Party Sentiments in Southern Europe – a preliminary exploration*, Madrid: *paper* apresentado em "Conference on Political Parties: Changing Roles in Contemporary Democracies", Centre for Advanced Studies in Social Sciences (não publicado)

INGLEHART, Ronald & KLINGEMANN, Hans

- 1976 "Party Identification, Ideological Preference and the Left-Right Dimension among Western Mass Publics" in Ian Budge, Ivor Crewe & Dennis Farlie (ed.) *Party Identification and Beyond*, New York: John Wiley & Sons, pp.225-273

KENNY, Christopher

- 1993 "The Microenvironment of Political Participation", in *American Politics Quarterly*, vol 21, nº2 / April, pp.223-238

KLINGEMANN, Hans-Dieter

- 1991 *Is Party Competition Becoming More Ideological?: a look at inter-party distances*, Sintra: paper presented at the meeting of the ESF-project, "Beliefs in Government" (não publicado)

LAZARSFELD, Paul, BERELSON, Bernard & GAUDET, Hazel

1969 *The People's Choice – how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, 3^a Ed., New York: Columbia University Press

LIJPHART, Arend

1980 *Language, Religion, Class and Party Choice: Belgium, Canada, Switzerland and South Africa Compared*, London: SAGE Publications Ltd, pp.283-328

1997 “Unequal Participation: Democracy’s Unresolved Dilemma”, in *American Political Science Review*, Vol 91, n°1 / March, pp.1-14

LIPSET, Seymour, LAZARSFELD, Paul F., BARTON, Allen H. & LINZ, Juan

1970 “L’Analyse de la Décision Électorale par la Technique du Panel” in François Chazel, Raymond Boudon & Paul Lazarsfeld (ed.) *L’Analyse des Processus Sociaux*, Paris: Mouton & Co et Maison des Sciences de l’Homme, pp.177-198

MILBRATH, Lester W. & GOEL, M: L:

1982 *Political Participation – How and Why Do People Get Involved in Politics?*, second edition, Boston: University Press of America

PARSONS, Talcott

1978 *Action Theory and the Human Condition*, New York: The Free Press

PATEMAN, Carole

1972 *Participation and Democratic Theory*, London: Cambridge University Press

PATTERSON, Samuel

1970 “The Political Cultures of the American States”, in Dreyer & Rosenbaum *Political Opinion and Behavior – essays and studies*, 2^a edição, California: Wadsworth Publishing Company, inc, pp.105-124

PETERSON, Steven A.

1990 *Political Behavior*, Newbury Park: Sage Publications

POWELL, G. Bingham

1980 *Voting Turnout in Thirty Democracies: partisan, legal, and socio-economic influences*, London: SAGE Publications Ltd, pp.5-34

POZUELO, Fernando González

1992 *Hacia una Cultura Participativa - Estudio Sociológico de la Demanda Cultural en Badajoz*, Badajoz: Concejalía de Educación y Cultura

REEF, Mary Jo & KNOBE, David

1999 "Political Alienation and Efficacy" in John P. Robinson, Phillip R. Shaver & Lawrence S. Wrightsman (ed.) *Measures of Political Attitudes*, Academic Press, pp 413-463

ROKKAN, Stein

1970 "Cross-National Studies in Political Participation", in Dreyer & Rosenbaum *Political Opinion and Behaviour – essays and studies*, second edition, California: Wadsworth Publishing Company, inc, pp.59-76

ROKKAN, Stein & CAMPBELL, Angus

1970 "Citizen Participation in Political Life: Norway and the United States of America", in Dreyer & Rosenbaum *Political Opinion and Behaviour – essays and studies*, 2ª edição, California: Wadsworth Publishing Company, inc, pp.221-242

ROSE, Richard

1989 *Ordinary People in Public Policy – a behavioural Analysis*, London: Sage Publications ltd

ROSE, Richard & MCALLISTER, Ian

1990 *The Loyalties of Voters*, London: SAGE Publications Ltd

SCHMITT, Hermann

1990 *Party Identification and the Vote in 1989's European and in National Elections*, paper apresentado em "The 1990 Annual Meeting of the American Political Science Association", San Francisco (não publicado)

1994 *Party Choice in Different Political-Structural Environments*, paper apresentado em "The 1994 Annual Meeting of the American Political Science Association", New York (não publicado)

VIEGAS, José Manuel Leite

2000 "Participação Política – processos de mudança e razões de bloqueamento" in José Manuel Leite Viegas & Eduardo Costa Dias (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta Editora, pp.141-157

d) Sobre o fenómeno pós-materialista

ABRAMOVITZ, Alan I.

1989 “The United States: political culture under stress”, in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 177-211

ALMOND, Gabriel A.

1989 “The Intellectual History of the Civic Culture Concept” in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: Sage Publications, Inc.

ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney

1989 *The Civic Culture – political attitudes and democracy in five nations*, Newbury Park: SAGE Publications Inc

ANDERSON, Leslie E.

1990 “Post-Materialism from a Peasant Perspective – political motivation in Costa Rica and Nicaragua”, in *Comparative Political Studies*, vol.23, nº1, pp.80-113

BELL, Daniel

1988 *The End of Ideology*, Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press

BENDIX, Reinhard

1964 “The Age of Ideology: Persistent and Changing” in David E. Apter (ed.) *Ideology and Discontent*, New York: The Free Press of Glencoe, pp.294-327

BETZ, Hans-Georg

1990 “Value Change and Postmaterialist Politics” in *Comparative Political Studies*, vol.23, nº2, pp.239-256

BLAIR, Tony

1998 “A Terceira Via, uma Social-Democracia Moderna” in *Público*, 21 de Setembro

BOBBIO, Norberto

1995 (s.d.) *Direita e Esquerda*, Lisboa: Editorial Presença

CERNY, Philip G.

1990 *The Changing Architecture of Politics – structure, agency, and the future of the state*, London: SAGE Publications

CONRADT, David P.

1989 “Changing German Political Culture”, in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 212-272

CREWE, Ivor

1976 “Party Identification Theory and Political Change in Britain” in Ian Budge, Ivor Crewe & Dennis Farlie (ed.) *Party Identification and Beyond*, New York: John Wiley & Sons, pp.33-61

CHRISTOFF, Peter

1996 “Ecological Citizens and Ecologically Guided Democracy” in Brian Doherty & Marius de Geus *Democracy & Green Political Thought*, London New York: Routledge, pp.151-169

ESCUADERO, Manuel

1994 “Reinventing Politics”, in David Milliband (ed.) *Reinventing the Left*, Cornwall: Polity Press, pp.238-244

FUKUYAMA, Francis

1992 *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa: Gradiva

GARCIA, Luís; SEABRA, Teresa & VALA, Jorge

1993 “O Pós-Materialismo: Problemas Conceptuais e Metodológicos” in *Actas do II Congresso Português de Sociologia – Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol. I, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp.479-488

GIDDENS, Anthony

1994 “Brave New World: The New Context of Politics”, in David Milliband (ed.) *Reinventing the Left*, Cornwall: Polity Press, pp.21-38

1999 *Para uma Terceira Via*, Lisboa: Editorial Presença

GOES, Eunice

1998a “Um Projecto que se Propõe Reinventar a Esquerda” in *Diário de Notícias*, 5 de Outubro

1998b “Um Projecto da Era da Globalização” in *Diário de Notícias*, 7 de Outubro.

GOODIN, Robert E.

1995 *Green Political Theory*, Cambridge: Polity Press

GRAAF, Nan D. & GEOFFREY, Evans

1996 “Why are the Young more Postmaterialist? A cross-national analysis of individual and contextual influences on postmaterial values”, in *Comparative Political Studies*, vol.28, nº4, pp.608-635

GUIDOROSI, Giovanna

1984 *Gli Italiani e la Politica: valori, opinión, atteggiamenti dal dopoguerra a oggi*, Milano: Franco Angeli Editore

HARNECKER, Marta

1999 *Delegando Poder en la Gente – el presupuesto participativo en Porto Alegre*, Ciudad de la Habana: Editorial Academia

HUNTINGTON, Samuel

1975 *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

INGLEHART, Ronald

1977 *The Silent Revolution – Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton: Princeton University Press.

1988 “La Nuova Partecipazione nelle Società Post-Industriali” in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, ano XVIII, nº3, Dezembro, pp.403-445

1990a “The Nature of Value Change”, in Peter Mair (ed.) *The West European Party System*, Oxford: Oxford University Press, pp.247-252

1990b “From Class-Based to Value-Based Politics”, in Peter Mair (ed.) *The West European Party System*, Oxford: Oxford University Press, pp.265-282

1993 *La Transition Culturelle dans les Sociétés Industrielles Avancées*, Paris: Economica

1998 *Modernización y Posmodernización – el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas

KAVANAGH, Dennis

- 1989 "Political Culture in Great Britain: the decline of the civic culture", in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 124-176

KITSCHOLT, Herbert & HELLEMANS, Staf

- 1990 "The Left-Right Semantics and the New Politics Cleavage" in *Comparative Political Studies*, vol.23, n°2, pp.210-237

KNUTSEN, Oddbjørn

- 1995 "Left-Right Materialist Value Orientations" in Jan W. van Deth & Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford: Oxford University Press, pp.160-196

LATOUR, Bruno

- 1998 "To Modernize or to Ecologize? That's the Question", in N. Castree & B. Willems-Braun (ed.) *Remaking Reality: Nature at the Millenium*, London and New York: Routledge

LINZ, Juan J.; GÓMES-REINO, Manuel; ORIZO, Francisco A., & VILA, Darío

- 1981 *Informe Sociológico sobre el Cambio Político en España – 1975/1981*, vol. I, Madrid: Editorial EURAMERICA

MILIBAND, Ralph

- 1992a "Fukuyama and the Socialist Alternative", in *New Left Review*, n°193, pp.108-113
- 1994 *Reinventing the Left*, Cornwall: Polity Press

MIRANDA, José A. Bragança de

- 1997 *Política e Modernidade*, Lisboa: Edições Colibri

MONTERO, José Ramón & TORCAL, Mariano

- 1990 "La Cultura Política de los Españoles: pautas de continuidad y cambio" in *Revista de Ciencias Sociales*, Noviembre, pp.39-74
- 1992 "Política y Cambio Cultural en España: una nota sobre la dimensión postmaterialista", in *Revista Internacional de Sociología*, Tercera Época, n°1, Enero-Abril, pp.61-99

- 1994 *Value Change, Generational Replacement and Politics in Spain*, Madrid: Ediciones Peninsular
- 1995 *Cambio Cultural, Conflictos Políticos y Política en España*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales

MORA, G. Fernández de la

- 1973 *O Crepúsculo das Ideologias*, Lisboa: Editora Ulisseia

PATEMAN, Carole

- 1989 "The Civic Culture: a Philosophic Critique", in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 57-102

SARGENT, Lyman Tower

- 1996 *Contemporary Political Ideologies*, 10ª edição, Orlando: Harcourt Brace & Company

SCARBROUGH, Elinor

- 1995 "Materialist-Postmaterialist Value Orientations" in Jan W. van Deth & Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford: Oxford University Press, pp.124-159

SANI, Giacomo

- 1989 "The Political Culture of Italy: continuity and change", in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 273-324

VERBA, Sidney, NIE, H. Norman & KIM, Jae-on

- 1978 *Participation and Political Equality— a seven nation comparison*, Cambridge: Cambridge University Press.

VERBA, Sidney

- 1970 "Political Participation and Strategies of Influence: a Comparative Study", in Dreyer & Rosenbaum *Political Opinion and Behavior – essays and studies*, second edition, California: Wadsworth Publishing Company, inc, pp.299-313
- 1989 "On Revisiting the Civic Culture: a Personal Postscript", in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 394-410

WIATR, Jerzy J.

- 1989 "The Civic Culture from a Marxist-Sociological Perspective", in Gabriel A. Almond & Sidney Verba (ed.) *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park: SAGE Publications Inc, pp. 103-123

YEARLEY, Steven

- 1991 *A Causa Verde – uma sociologia das questões económicas*, Oeiras: Celta Editora

e) Sobre a cultura e a participação política e o fenómeno pós-materialista em Portugal

ALMEIDA, João Ferreira de

- 1990 *Portugal os Próximos 20 Anos – valores e representações sociais*, vol. VIII, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

BACALHAU, Mário

- s.d. *Eanes a Solução? – Inquérito à Situação Política*, Lisboa: Heptágono, estudos e publicações, scarl
- 1978 *Os Portugueses e a Política Quatro Anos Depois do 25 de Abril*, Águeda: Editorial Meseta
- 1994 *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973 – 1993*, Lisboa: Ed. Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento

CABRAL, Manuel Villaverde

- 1998 "Atitudes Políticas e Simpatias Partidárias dos Jovens Portugueses" in Manuel Villaverde Cabral & José Machado Pais (coord.) *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora, pp.359-382
- 2000 "O Exercício da Cidadania Política em Portugal" in *Análise Social*, vol. xxxv, nº154-155, pp.85-113

CABRAL, Manuel Villaverde; FREITAS, Eduardo de & RODRIGUES, Maria de Lourdes

- 1991 *Atitudes da População Portuguesa perante o Desenvolvimento*, Lisboa: paper apresentado em "Colóquio Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento" (não publicado)

CODES – Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico, scrl
1967 *Situação e Opinião dos Universitários*, Lisboa: CODES

Comissão Europeia

1999 *Eurobaromètre – L'Opinion Publique dans l'Union Européenne*, Julho, nº51,
Bruxelas: Comissão Europeia

CRUZ, Manuel Braga da

1990 “A Participação Política da Juventude em Portugal – as elites políticas juvenis” in
Análise Social, vol. xxv (105-106), pp.223-249

1995b *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova: Bertrand Editora

FERNANDES, Ana Alexandre

1998 “Identidade Nacional e Cidadania Europeia” in Manuel Villaverde Cabral & José
Machado Pais (coord.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora,
pp.307-357

FERREIRA, Vitor Sérgio

1998 “Atitudes Perante a Sociedade” in *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa
Contemporânea*, Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude, pp.147-244

FIGUEIREDO, Eurico

1988 *Portugal, os Próximos 20 anos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

FRANÇA, Luís de (coord.)

1993 *Portugal – Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa: Instituto de Estudos
para o Desenvolvimento

HEIMER, Franz-Wilhelm

1986 “A Cultura Política em Portugal – balanço das pesquisas em Sociologia Política”,
in *Revista de Ciência Política*, nº4, 2º semestre, pp.7-21

1991 “Eleitorados e Atitudes face à Democracia - uma nota de pesquisa” in *Sociologia
– Problemas e Práticas*, nº9, pp.139-159

1993 “Cultura Política e Comportamento Eleitoral – uma nota de pesquisa” in *Actas do
II Congresso Português de Sociologia – Estruturas Sociais e Desenvolvimento*,
vol. I, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp.699-712

HEIMER, Franz-Wilhelm; VALA, Jorge & VIEGAS, José Manuel Leite

1990b “Padrões de Cultura Política em Portugal” in *Análise Social*, vol. xxv (115-106), pp.31-56

HERNÁNDEZ, Carolina Bescansa

1996 *Actitudes y Comportamientos de los Ciudadanos ante el Sistema Democrático en España y Portugal. Un Análisis Comparado en torno al Problema de la Desafección* (não publicado)

ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

1989 *Juventude Portuguesa: situações, problemas, aspirações – I Resultados Globais*, Lisboa: Instituto da Juventude

1998 *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

1984 *VIII CONFERÊNCIA – 1983: Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal – comunicações e conclusões*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

IPOPE – Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado

1973 *Os Portugueses e a Política – 1973*, Lisboa: Moraes Editores

LOURENÇO, Eduardo

1989 “A Galáxia Ideológica no Pós-25 de Abril e as suas Raízes Culturais” in Mário Baptista Coelho (coord.) *Portugal – o Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.71-77

NUNES, João Sedas

1998 “Perfis Sociais Juvenis” in Manuel Villaverde Cabral & José Machado Pais (coord.) *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora, pp.1-51

REIS, Luísa Braula & DIAS, Margarida

1993 “Grupos e Valores de Referência Sócio-Políticos”, in Luís de França (coord.) *Portugal – Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp.261-306

SANTOS, M. Emília Brederode & DIAS, Mariana

- 1994 “Bem Estar Individual, Relações Interpessoais e Participação Social”, in Luís de França (coord.) *Portugal – Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp.43-73

STOCK, Maria José

- 1985a “Os Congressos de 1981 – sua preparação, desenvolvimento e resultados”, in *Economia e Sociologia*, nº38/39, pp.27-58.
- 1985b “O Centrismo Político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do «Bloco Central» e análise dos dois parceiros da coligação”, in *Análise Social*, vol.xxi (85), 1º, pp45-82
- 1988 “A Imagem dos Partidos e a Consolidação Democrática em Portugal – resultados dum inquérito” in *Análise Social*, vol.xxiv (100), 1º, pp151-161
- 1985c “A Base Social de Apoio e o Recrutamento dos Líderes do PSD e do CDS” in *Revista de Ciência Política*, 1º semestre, nº1, pp103-121
- 2000 “Novas Formas de Cidadania: Para um Projecto de Investigação sobre a Participação Política em Portugal de 1990 a 2000”, <http://paperpublisher.hypermart.net/papers/participa.htm>

STOCK, Maria José & ANTUNES, Luís F. Colaço

- 1984 “Sistema de Partidos e Governabilidade” in *Economia e Sociologia*, nº37, pp.43-84

VALA, Jorge

- 1986 “Perspectivas Psico-Culturais e Psico-Sociais e Estudo das «Culturas Políticas» da Sociedade Portuguesa”, in *Revista de Ciência Política*, nº4, 2º semestre, pp.23-35
- 1994 “Valores Sócio-Políticos”, in Luís de França (coord.) *Portugal – Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp.113-180

VIEGAS, José Manuel Leite

- 1986 “Culturas e Comportamentos Políticos em Meios Sociais de predominância Rural – Revisão Crítica de Literatura sobre Portugal”, in *Revista de Ciência Política*, nº4, 2º semestre, pp.37-48

Bibliografia específica sobre questões metodológicas

ALMEIDA, J. Ferreira de; COSTA, A. Firmino da & MACHADO, F. Luís

1988 “Famílias, Estudantes e Universidade. Painéis de observação sociográfica” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4, pp.11-44

BRYMAN, Alan & CRAMER, Duncan

1993 *Análise de Dados em Ciências Sociais*, Oeiras: Celta Editora

Centro de Investigaciones Sociológicas

2000 *Barómetro de Marzo 2000*, <http://www.cis.es/baros/mar2387.htm>

FERRÃO, João

1982 *Classes Sociais e Indústria em Portugal*, Lisboa: Centro de Estudos Geográfico – Universidade de Lisboa

Instituto do Emprego e Formação Profissional, Ministério do Emprego e da Segurança Social

1994 *Classificação Nacional das Profissões – versão 1994*, Lisboa: IEFP

Instituto Nacional de Estatística

1997 *Nomenclaturas Territoriais, Designações e Códigos – 1996*, Lisboa: INE

KROSNICK, Jon A.

1999 “Maximizing Questionnaires Quality” in John P. Robinson, Phillip R. Shaver & Lawrence S. Wrightsman (ed.) *Measures of Political Attitudes*, Academic Press, pp 37-53

PESTANA, Maria Helena & GAGEIRO, João Nunes

1998 *Análise de Dados para Ciências Sociais, a complementaridade do SPSS*, Lisboa: Edições Sílabo

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc van

1992 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva

ANEXOS

ANEXO I

INQUÉRITO AOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

|_| (1) |_|_|_| (2)(3)(4)

Estou a realizar um estudo sobre alguns aspectos da cultura política dos estudantes da Universidade de Évora. Agradeço que leia com atenção cada pergunta e responda colocando um círculo à volta do número que está à frente da hipótese de resposta que em cada pergunta corresponde à sua situação, opinião ou maneira de pensar. Exemplo:

24. Qual o **sexo**?

Masculino	1
Feminino	2

As suas respostas serão completamente confidenciais.
O meu melhor agradecimento pela sua colaboração.

1. Qual o **interesse** que tem pela **política**?

Muitíssimo interesse	(5)	1
Muito interesse		2
Algum interesse		3
Pouco interesse		4
Nenhum interesse		5

2. Com que frequência costuma ver **programas na televisão sobre questões políticas** (noticiários, reportagens, debates...)?

6 a 7 dias por semana	(6)	1
4 a 5 dias por semana		2
2 a 3 dias por semana		3
1 dia por semana ou menor frequência		4
Raramente ou nunca		5

3. Com que frequência costuma ouvir **programas na rádio sobre questões políticas** (noticiários, entrevistas...)?

6 a 7 dias por semana	(7)	1
4 a 5 dias por semana		2
2 a 3 dias por semana		3
1 dia por semana ou menor frequência		4
Raramente ou nunca		5

4. Com que frequência costuma **ler em jornais artigos ou notícias sobre questões políticas**?

6 a 7 dias por semana	(8)	1
4 a 5 dias por semana		2
2 a 3 dias por semana		3
1 dia por semana ou menor frequência		4
Raramente ou nunca		5

5. Com que frequência costuma **conversar com os seus amigos sobre questões políticas**?

6 a 7 dias por semana	(9)	1
4 a 5 dias por semana		2
2 a 3 dias por semana		3
1 dia por semana ou menor frequência		4
Raramente ou nunca		5

6. Com que frequência os seus amigos lhe pedem **opinião sobre questões políticas**?

6 a 7 dias por semana	(10)	1
4 a 5 dias por semana		2
2 a 3 dias por semana		3
1 dia por semana ou menor frequência		4
Raramente ou nunca		5

7. Algumas vezes ouve-se a seguinte afirmação: **"não votar é sempre um erro"**. Está de acordo ou em desacordo com ela?

De acordo	(11)	1
Em desacordo		2

8. Com qual das seguintes afirmações sobre o **regime político ou forma de governo** está mais de acordo (*escolha apenas uma*)?

"A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo"	(12)	1
"Em algumas circunstâncias um regime autoritário, pode ser preferível ao regime democrático"		2
"É indiferente um regime democrático ou autoritário"		3
Não sabe		4

9. Qual destas **formas de actuação** (*escolha só uma*) está mais de acordo com o seu modo de pensar, ou que considera mais adequada para que as pessoas como você defendam os seus direitos ou interesses?

Participar numa greve	(13)(14)	1
Assinar uma petição ou abaixo assinado		2
Organizar ou participar em manifestações ou marchas		3
Ocupar um edifício público ou instalações de uma empresa		4
Cortar uma estrada ou linha de comboio		5
Falar com os dirigentes ou responsáveis do seu partido		6
Escrever um artigo ou carta para os meios de comunicação social		7
Boicotar ou impedir a realização de eleições		8
Votar no partido que lhe parece ser melhor para resolver o problema		9
Falar com o Presidente da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal		10
Não votar nas eleições		11
Não faria nada		12

10. Em sua opinião qual dos seguintes **objectivos** o nosso **País** deverá alcançar em 1º lugar nos próximos 10 anos (*escolha apenas um e assinale o número correspondente na primeira coluna-1º lugar*)? E qual dos seguintes objectivos o nosso País deverá alcançar em 2º lugar nos próximos 10 anos (*escolha apenas um e assinale o número correspondente na segunda coluna-2º lugar*)?

Objectivos	1º lugar (15)(16)	2º lugar (17)(18)
Manter um elevado nível de crescimento económico	1	1
Garantir forças armadas fortes para a defesa do país	2	2
Procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias	3	3
Promover a participação das pessoas nas actividades culturais	4	4
Manter as cidades e os campos limpos	5	5
Controlar a subida dos preços	6	6
Defender a liberdade de expressão	7	7
Dar aos cidadãos maior capacidade de intervenção nas decisões importantes do governo	8	8
Evoluir para uma sociedade mais humana e menos impessoal	9	9
Evoluir para uma sociedade em que as ideias são mais importantes do que o dinheiro	10	10
Combater a delinquência	11	11
Lutar contra o terrorismo	12	12
Diminuir as desigualdades sociais	13	13
Lutar contra o desemprego	14	14
Lutar contra a corrupção	15	15
Proteger o ambiente	16	16
Diminuir a insegurança dos cidadãos	17	17
Melhorar a educação e a saúde pública	18	18
Lutar contra o tráfico de droga	19	19
Um governo com autoridade	20	20
Aumentar os rendimentos das pessoas	21	21

11. Com qual das seguintes afirmações acerca da nossa **sociedade actual** está mais de acordo com a sua opinião (*escolha apenas uma*)?

"A sociedade actual deve ser radicalmente mudada através de uma revolução"	(19)	1
"A sociedade actual deve ser gradualmente aperfeiçoada através de reformas"		2
"A sociedade actual deve ser energicamente defendida de todas as forças que a queiram mudar"		3
Não sabe		4

12. Qual o grau de simpatia que tem por cada um dos seguintes **grupos e organizações**:

	Muitíssima simpatia	Muita simpatia	Alguma	Pouca simpatia	Nenhuma simpatia
Igreja (20)	1	2	3	4	5
Forças Armadas (21)	1	2	3	4	5
Imprensa (22)	1	2	3	4	5
UGT (23)	1	2	3	4	5
CGTP (24)	1	2	3	4	5
Associações de empresários (25)	1	2	3	4	5
Partidos Políticos (26)	1	2	3	4	5
Associações de moradores (27)	1	2	3	4	5
Grupos ecologistas (28)	1	2	3	4	5
Skinheads (Cabeças Rapadas) (29)	1	2	3	4	5

13. Como se considera relativamente à **religião**? (30)

Religioso	1
Ateu	2
Indiferente	3

14. Se é religioso, com que frequência **pratica actos de culto**? (31)

Todas as semanas	1
2 a 3 vezes no mês	2
1 a 2 vezes por mês	3
Algumas vezes no ano	4
Raramente	5
Nunca	6

15. Qual destas **tendências** existentes no nosso País defenderia, em sua opinião, melhor os seus interesses e com a qual se sente mais identificado ou está de acordo (*escolha só uma*)? (32)(33)

Continuadores do regime de Salazar	1
Conservadores	2
Monárquicos	3
Liberais	4
Democrata Cristãos	5
Sociais Democratas	6
Socialistas	7
Ecologistas	8
Verdes	9
Comunistas	10
Maoistas	11
Outra: _____	12

16. Considerando uma escala de 1 a 10, em que 1 significa que alguém tem a posição mais à **esquerda** possível e 10 significa que alguém tem a posição o mais à **direita** possível, qual o número da mesma escala que escolheria para indicar a sua posição política? (34)(35)

Esquerda	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Direita
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------

17. Se amanhã se realizassem eleições para a Assembleia da República em que **partido** votaria (*escolha só um*)? (36)(37)

Partido Socialista (PS)	1
Partido Social Democrata (PSD)	2
Partido Comunista Português (PCP)	3
Partido Popular (CDS / PP)	4
Bloco de Esquerda (BE)	5
Partido Os Verdes	6
Partido Popular Monárquico	7
MRPP/PCPT	8
Outro: Qual? _____	
Votava em branco	12
Não votava	13
Nenhum	14
Não sabe	15

18. Qual foi o mais alto nível de **estudos** que o seu **Pai** completou (*assinale o número correspondente na coluna do Pai*)?

E a sua **Mãe** qual foi o mais alto nível de estudos que completou (*assinale o número correspondente na coluna da Mãe*)?

Nível de estudos	Pai (38)	Mãe (39)
Não completou a 4ª classe	1	1
1º ciclo [antiga 4ª classe]	2	2
2º ciclo [actual 6º ano, ensino preparatório, antigo "ciclo"]	3	3
3º ciclo [actual 9º ano, antigo "unificado", antigo 5º ano]	4	4
12º ano [antigo "propedêutico", antigo 7º ano]	5	5
Ensino superior politécnico	6	6
Ensino universitário	7	7
Não sabe	8	8

19. Qual destas é a **situação perante o trabalho** do seu **Pai** (seja ou não vivo), (assinale o número correspondente na coluna do Pai)?

E qual a posição em que se encontra ou encontrava a sua **Mãe** (seja ou não viva), perante o trabalho (assinale o número correspondente na coluna da Mãe)?

Situação perante o emprego	Pai (40)	Mãe (41)
Exerce uma profissão e tem um emprego	1	1
Estuda	2	2
Ocupa-se das tarefas de casa (é doméstica)	3	3
Está reformado(a)	4	4
Procura o primeiro emprego	5	5
Está desempregado(a)	6	6
Frequenta um estágio ou um curso de formação profissional não estando desempregado	7	7
Está no serviço militar obrigatório	8	8
Outra situação, qual?		
Não sabe	9	9

20. Se o seu **Pai** trabalha ou trabalhava qual destas é ou era a sua situação (indique o número correspondente na coluna do Pai ou escreva)?

E se a sua **Mãe** trabalha ou trabalhava qual destas é ou era a sua situação (indique o número correspondente na coluna da Mãe ou escreva)?

Situação perante o trabalho	Pai (42)	Mãe (43)
Patrão com 10 ou mais empregados ao serviço	1	1
Patrão com menos de 10 empregados ao serviço	2	2
Por conta própria	3	3
Por conta de outrem	4	4
Trabalhador familiar não remunerado	5	5
Outra situação, qual Pai _____ Mãe _____		
Não sabe	9	9

21. Qual é (ou era no caso de não ser vivo ou de ser reformado ou desempregado) a **profissão do seu Pai em detalhe**?

Não sabe 1 (47)

(44)(45)(46)

22. Qual é (ou era no caso de não ser viva ou de ser reformada ou desempregada) a **profissão da sua Mãe em detalhe**?

Não sabe 1 (51)
(48)(49)(50)

23. Qual a sua **idade**?

Número de anos: | | | (52)(53)

24. Qual o **sexo**?

Masculino	(54)	1
Feminino		2

25. Qual o **curso** que frequenta na Universidade?

(55)(56)

26. Qual o **ano do curso** em que está matriculado?

1º ano	(57)	1
2º ano		2
3º ano		3
4º ano		4
5º ano		5

27. Qual a **localidade da sua residência habitual** (familiar e não a de estudante se só vive nela por razões da frequência da universidade)?

28. A que **Concelho** pertence essa localidade?

(58)(59)(60)(61)(62)

ANEXO II

ANEXO II – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA

A distribuição da amostra foi a seguinte, de acordo com as seguintes variáveis de identificação sócio-demográfica:

a) A idade

Quadro nºII.1. Distribuição da amostra pelos grupos de idade

Grupos de idade	Frequências absolutas	Frequências relativas
Idade inferior a 19 anos	74	22.1%
Entre 20 e 21 anos	122	36.4%
Entre 22 e 23 anos	78	23.3%
Idade superior a 24 anos	49	14.6%
Não respostas	12	3.6%
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão nº23).

b) O sexo

Quadro nºII.2. Distribuição da amostra pelo sexo

Sexo	Frequências absolutas	Frequências relativas
Masculino	155	46.3%
Feminino	180	53.7%
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão nº24).

c) A classe social de origem

Quadro nºII.3. Distribuição da amostra pelas classes sociais de origem

Classes sociais	Frequências absolutas	Frequências relativas
Burguesia dirigente e profissional	6	1.8%
Pequena burguesia intelectual e científica	33	9.9%
Pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia	27	8.1%
Pequena burguesia de execução	38	11.3%
Pequena burguesia de independente e proprietária	38	11.3%
Pequena burguesia agrícola	17	5.1%
Pequena burguesia agrícola pluriactiva	8	2.4%
Pequena burguesia proprietária e assalariada	27	8.1%
Pequena burguesia de execução pluriactiva	4	1.2%
Operariado industrial	30	9%
Operariado agrícola	2	0.6%
Operariado pluriactivo	21	6.3%
Operariado industrial e agrícola	2	0.6%
Outros	4	1.2%
Não respostas	78	23.3%
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº18 a 22).

d) A localidade de residência habitual

Quadro nºII.4. Distribuição da amostra pelas localidades de residência habitual

Localidade de residência	Frequências absolutas	Frequências relativas
Sede de Distrito	137	40.9%
Fora da sede de Distrito	178	53.1%
Não respostas	20	6%
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº27 e 28).

e) O curso universitário

Quadro nºII.5. Distribuição da amostra pelos cursos universitários

Curso	Frequências absolutas	Frequências relativas
Artes	42	12.5%
Ciência	95	28.4%
Humanidades	101	30.1%
Tecnologia	97	29%
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº25).

f) O ano curricular

Quadro nºII.6. Distribuição da amostra pelos grupos de idade

Ano	Frequências absolutas	Frequências relativas
1º ano	89	26.6
2º ano	88	26.3
3º ano	70	20.9
4º ano	88	26.3
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº26).

g) Religiosidade

Quadro nºII.7. Distribuição da amostra pela posição definida face à religião

Posição	Frequências absolutas	Frequências relativas
Religioso	190	56.7%
Indiferente	103	30.8%
Ateu	37	11%
Não respondidas	5	1.5%
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em Anexo I (questão nº13).

Quadro nºII.8. Distribuição da amostra frequência com que pratica actos de culto

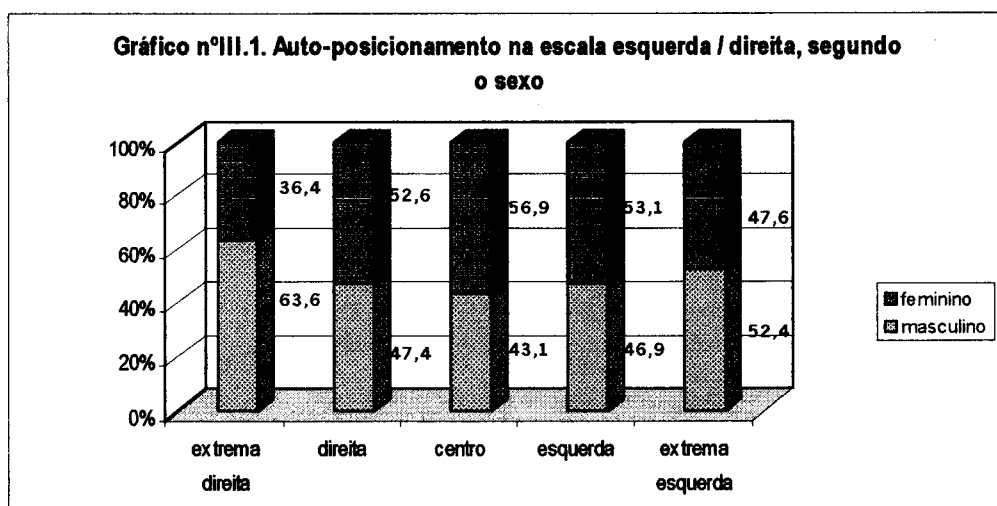
Frequência	Frequências absolutas	Frequências relativas
Todas as semanas	62	18.5
2 a 3 vezes por mês	18	5.4
1 a 2 vezes por mês	21	6.3
Algumas vezes noa no	74	22.1
Raramente	38	11.3
Nunca	46	13.7
Não respostas	76	22.7
Total	335	100%

Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questão nº14).

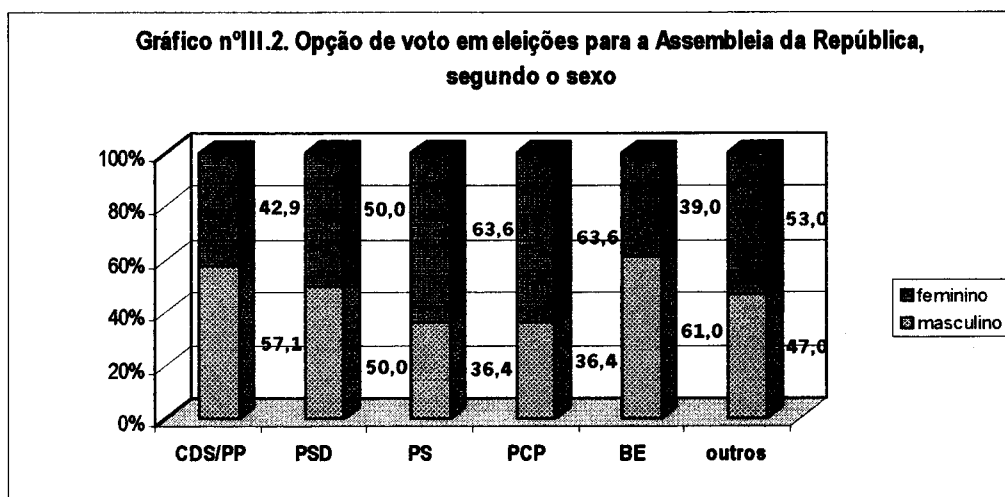
ANEXO III

ANEXO III – DISTRIBUIÇÕES RELATIVAS À PARTE V

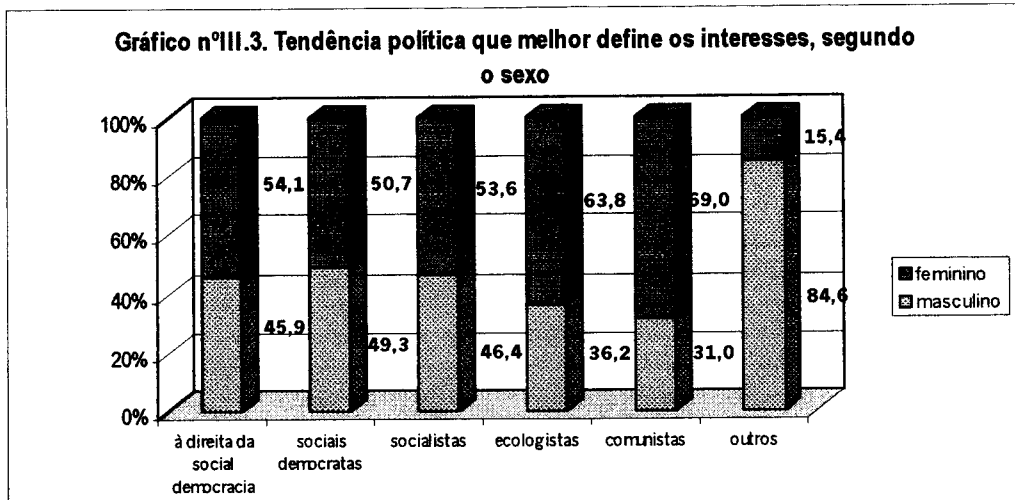
Neste anexo constam os gráfico referentes ao ponto 5.4.2. *Materialismo & Direita versus Pós-materialismo & Esquerda*, cuja leitura se afigurou não significativa.



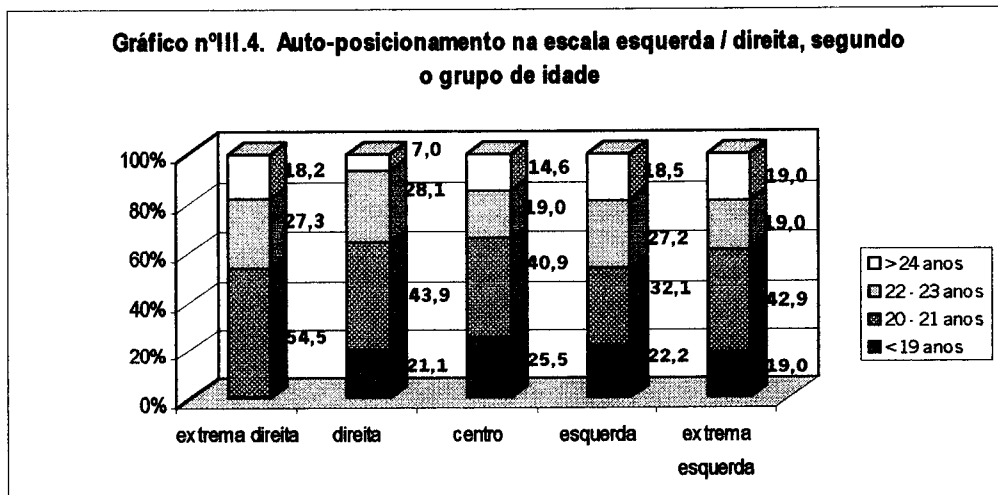
Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº16 e 24).



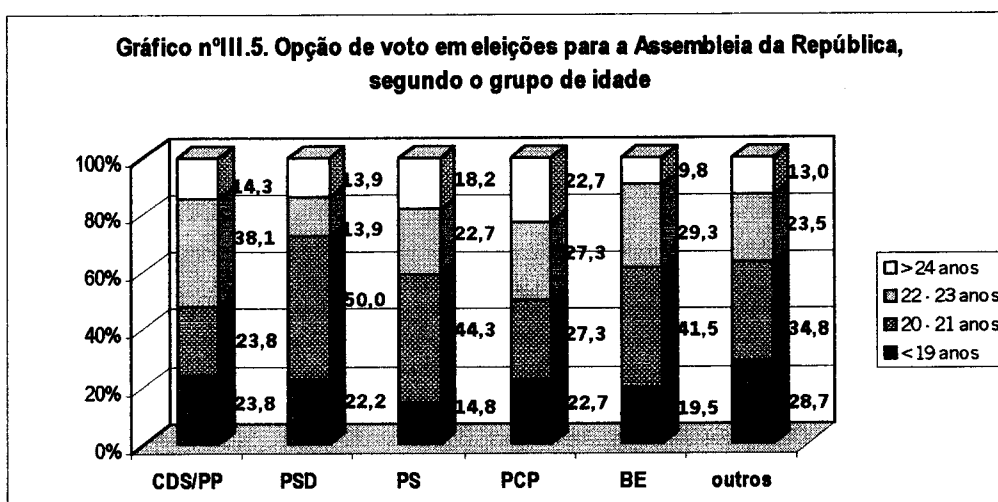
Fonte: Inquérito em *Anexo I* (questões nº17 e 24).



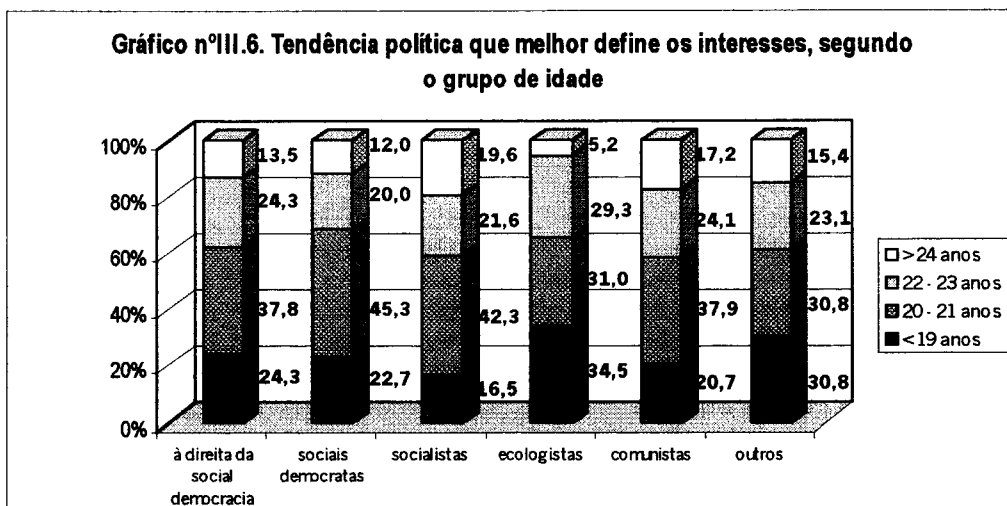
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e 24).



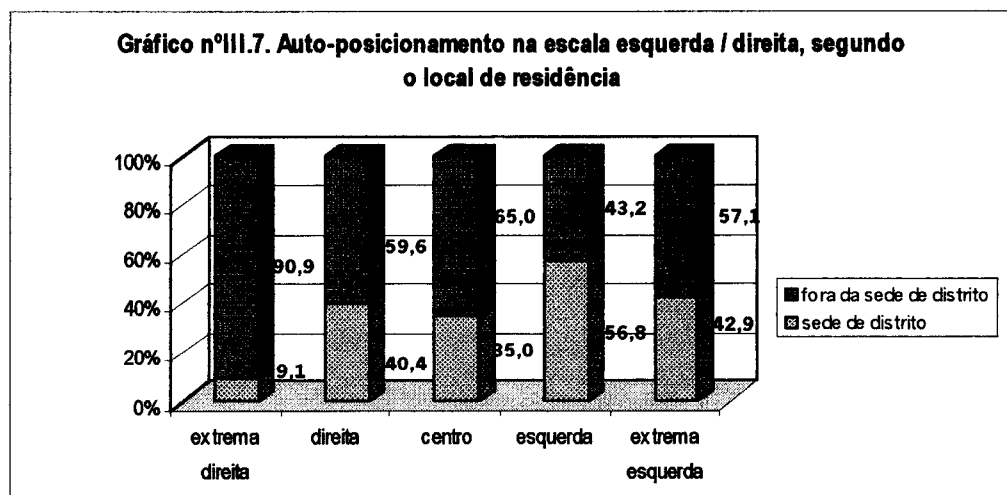
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16 e 23).



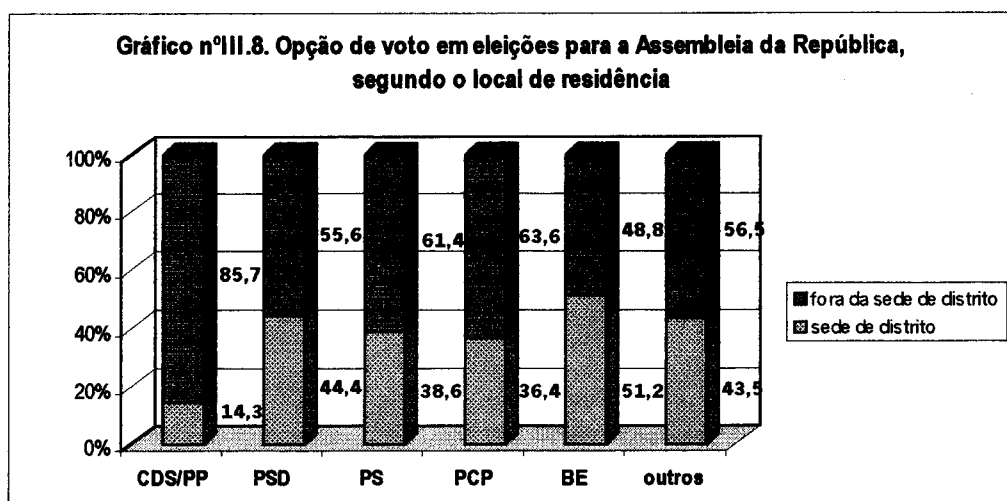
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17 e 23).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15 e 23).

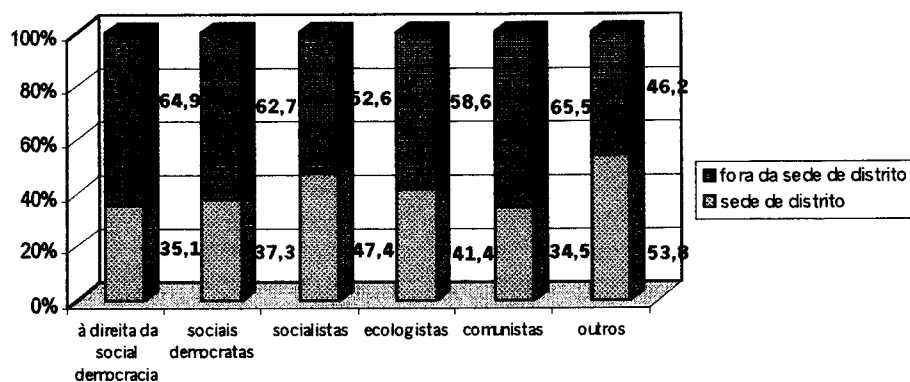


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº16, 27 e 28).



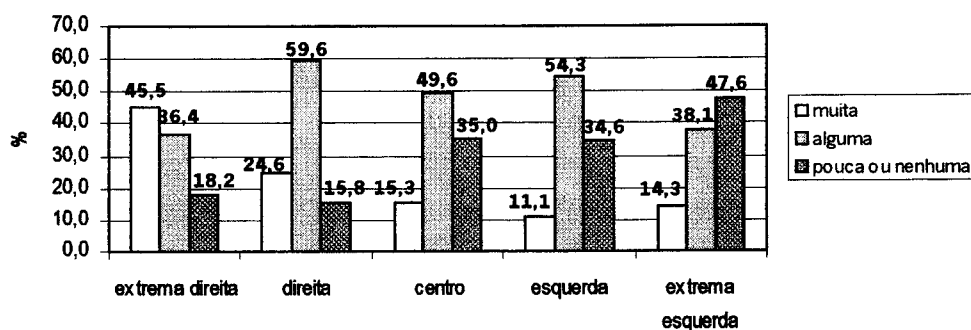
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº17, 27 e 28).

Gráfico nºIII.9. Tendência política que melhor define os interesses, segundo o local de residência



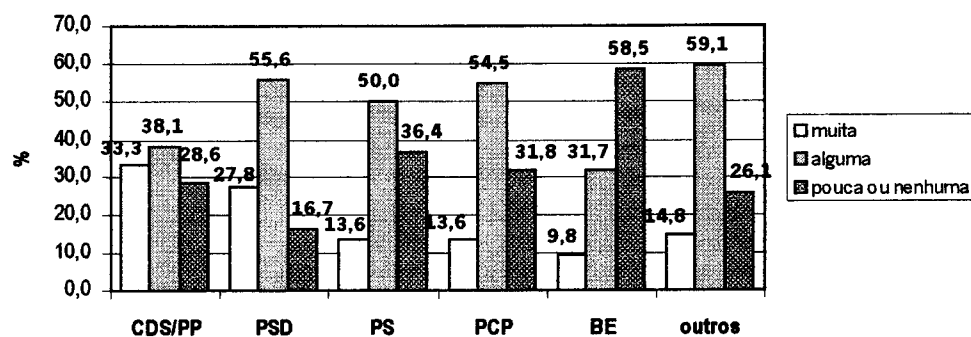
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº15, 27 e 28).

Gráfico nºIII.10. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com as forças armadas

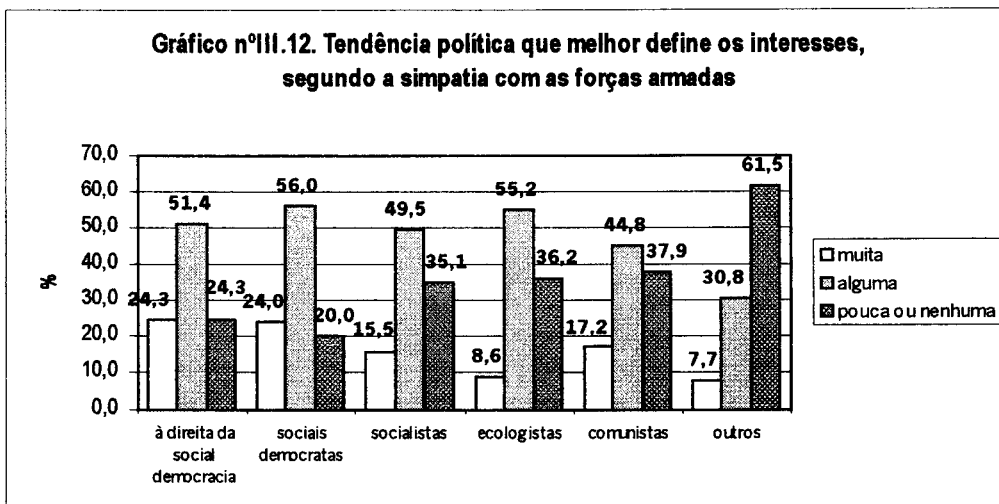


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 16).

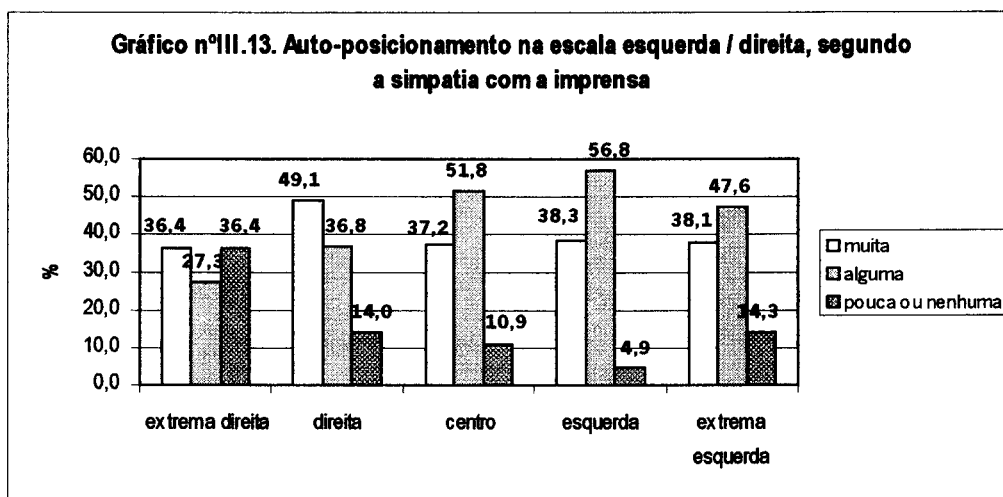
Gráfico nºIII.11. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com as forças armadas



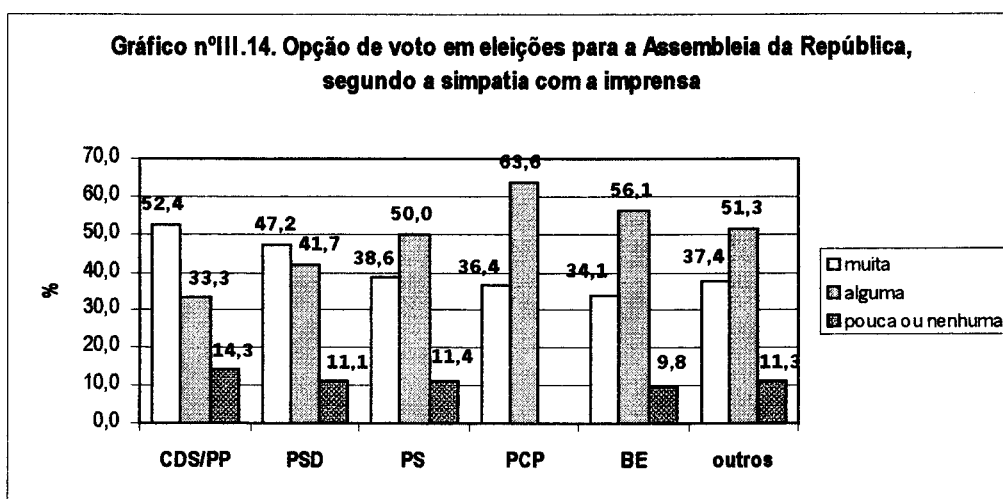
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 17).



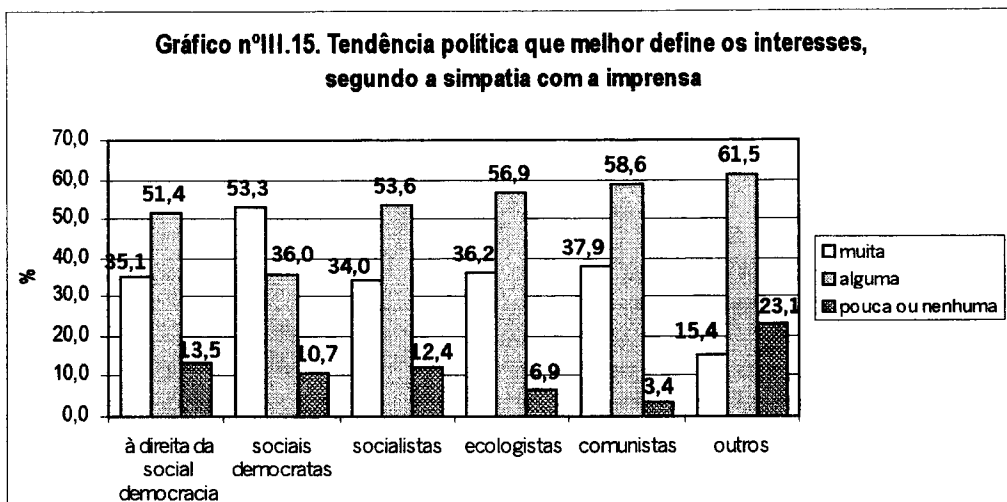
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 15).



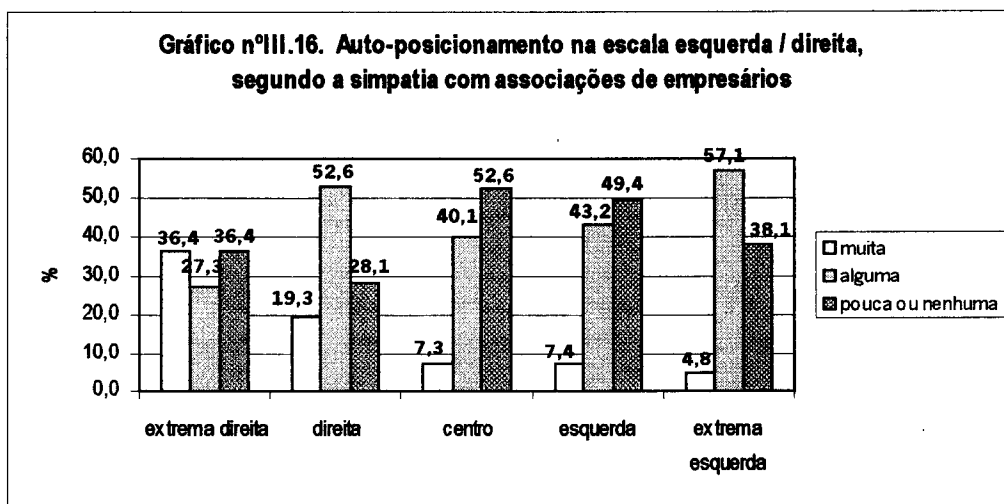
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 16).



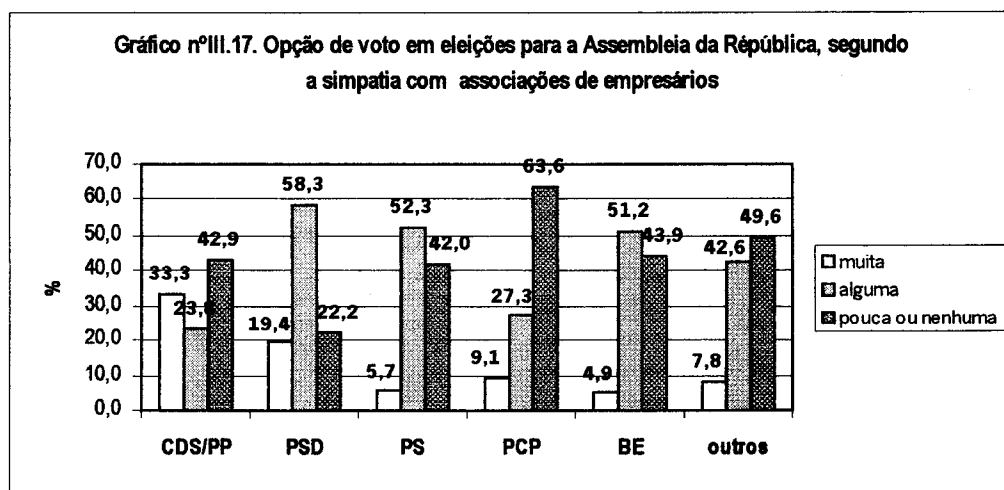
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 17).



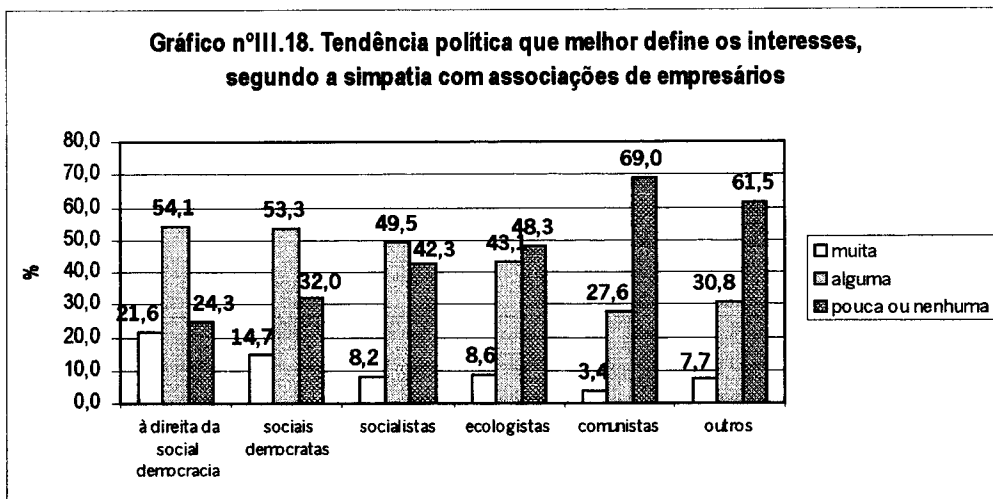
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 15).



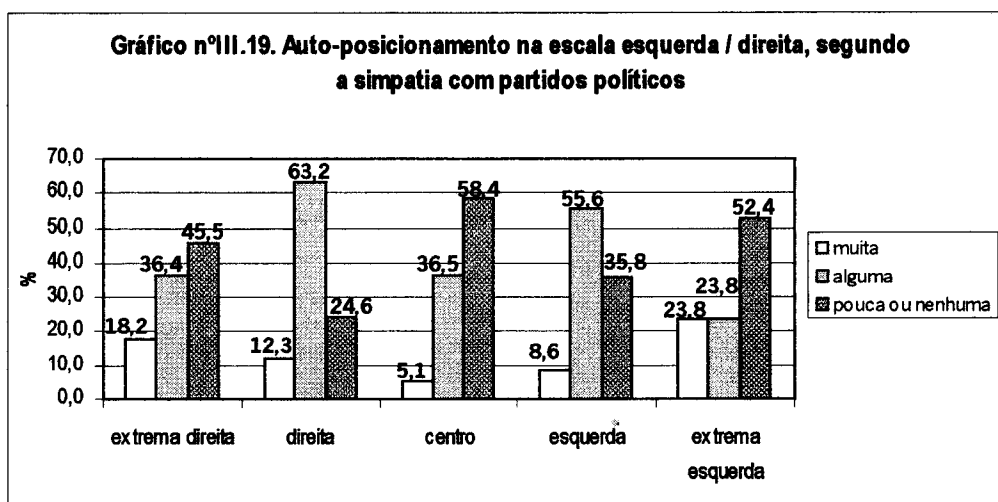
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 16).



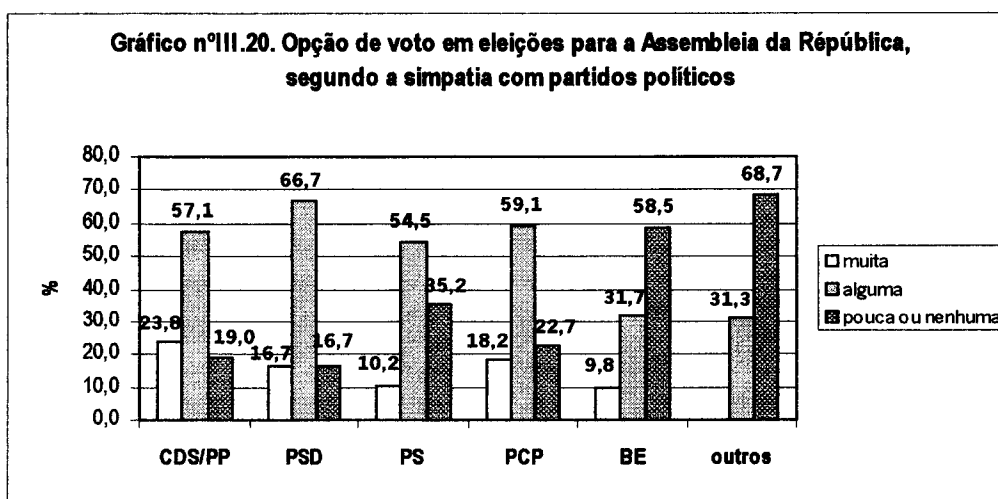
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 17).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 15).

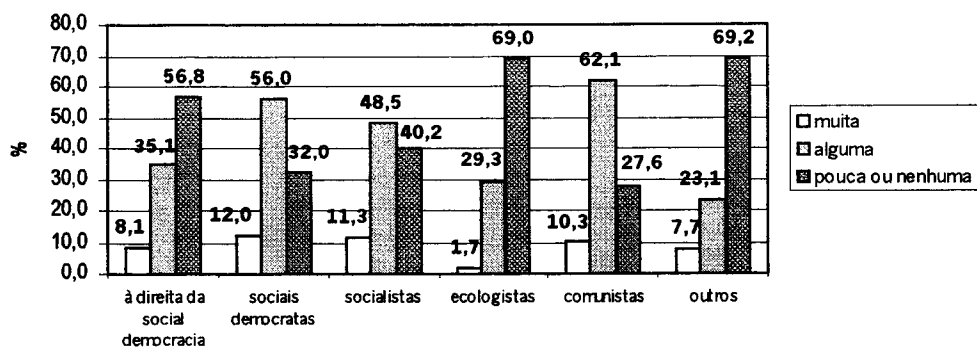


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 16).



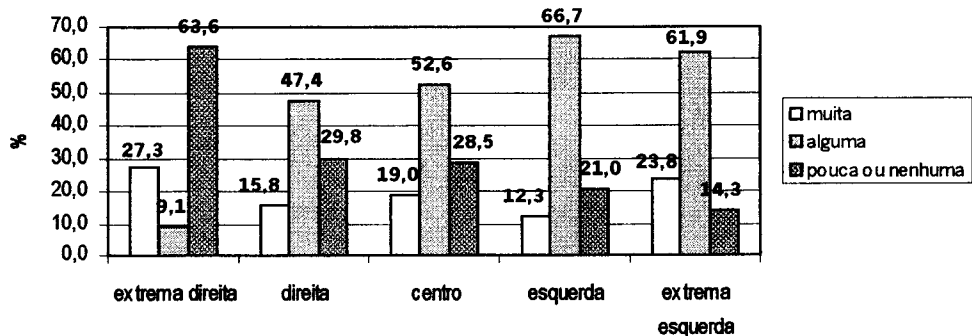
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 17).

Gráfico nºIII.21. Tendência política que melhor define os interesses, segundo a simpatia com partidos políticos



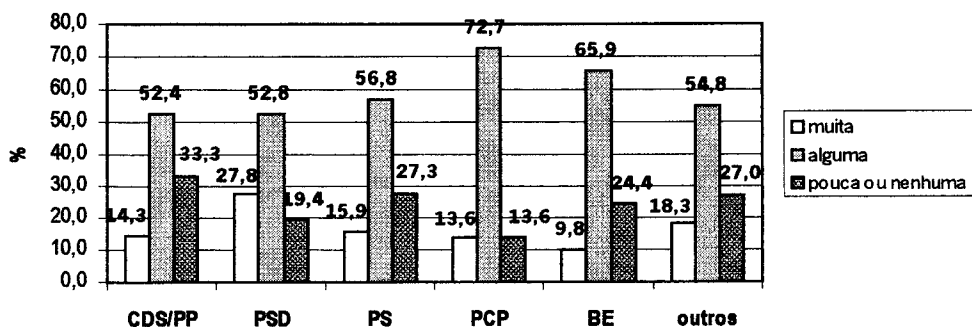
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 15).

Gráfico nºIII.22. Auto-posicionamento na escala esquerda / direita, segundo a simpatia com associações de moradores

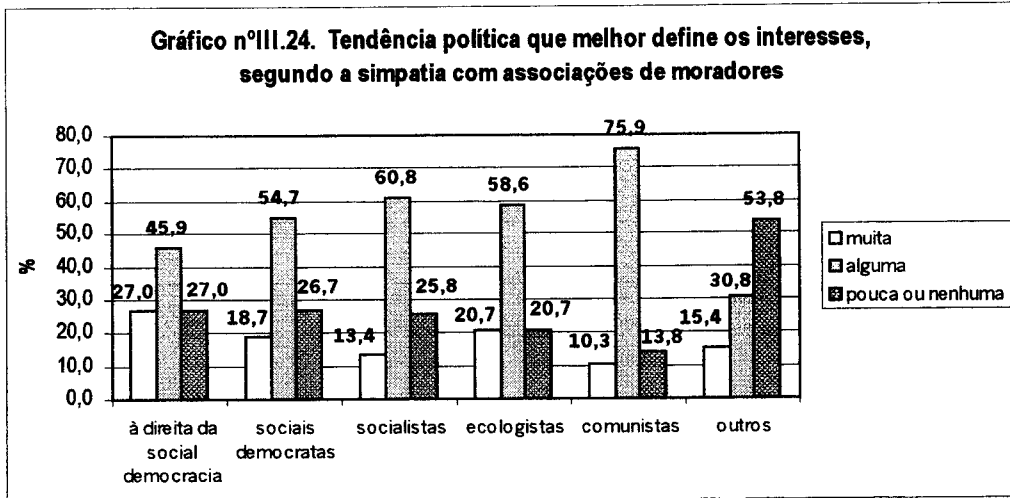


Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 16).

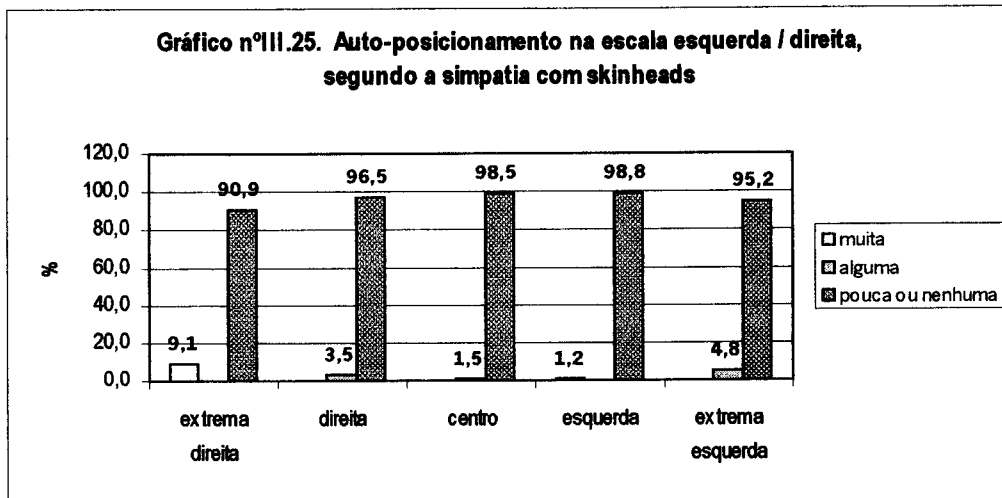
Gráfico nºIII.23. Opção de voto em eleições para a Assembleia da República, segundo a simpatia com associações de moradores



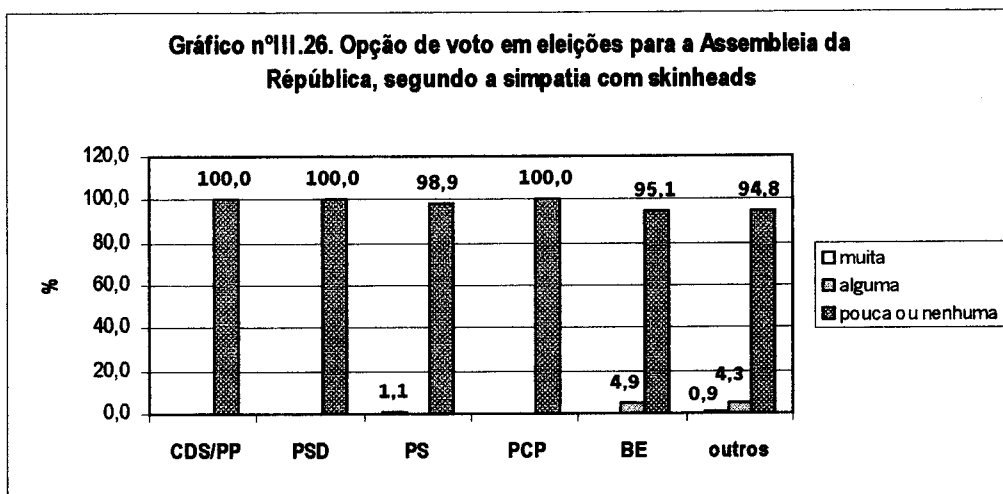
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 17).



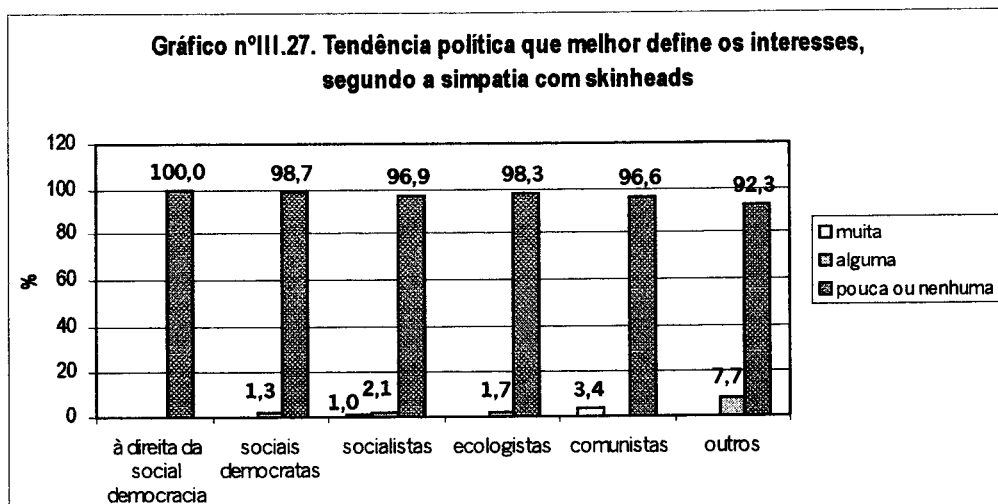
Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 15).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 16).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 17).



Fonte: Inquérito em Anexo I (questões nº12 e 15).